UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ANSELMO PANSE CHIZENGA

OS *MUNDOS* QUE O "DESENVOLVIMENTO" (DES)INTEGRA: DINÂMICAS DO LUGAR INDUZIDAS PELA MINERAÇÃO DA EMPRESA VALE S. A. EM MOATIZE, MOÇAMBIQUE

PORTO ALEGRE, RS
2020

ANSELMO PANSE CHIZENGA

OS *MUNDOS* QUE O "DESENVOLVIMENTO" (DES)INTEGRA: DINÂMICAS DO LUGAR INDUZIDAS PELA MINERAÇÃO DA EMPRESA VALE S. A. EM MOATIZE, MOÇAMBIQUE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia.
Orientador: Prof. Dr. Jalcione Almeida

PORTO ALEBRE/RS

2020

ANSELMO PANSE CHIZENGA

OS *MUNDOS* QUE O "DESENVOLVIMENTO" (DES)INTEGRA: DINÂMICAS DO LUGAR INDUZIDAS PELA MINERAÇÃO DA EMPRESA VALE S. A. EM MOATIZE, MOÇAMBIQUE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovado em Porto Alegre, 14 de julho de 2020.

Resultado: Aprovado com louvor.

Prof. Dr. Jalcione Almeida – Orientador (presidente da banca)
PPGS/IFCH/UFRGS

Profª. Drª. Isabel Maria Casimiro
CEA/UEM – Moçambique

Prof. Dr. Pablo Quintero
PPGAS/IFCH/UFRGS

Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos
PPGS/IFCH/UFRGS

Profª. Drª. Lorena Candido Fleury
PPGS/IFCH/UFRGS

CIP - Catalogação na Publicação

Chizenga, Anselmo Panse
OS MUNDOS QUE O "DESENVOLVIMENTO" (DES)INTEGRA: DINÂMICAS DO LUGAR INDUZIDAS PELA MINERAÇÃO DA EMPRESA VALE S. A. EM MOATIZE, MOÇAMBIQUE / Anselmo Panse Chizenga. -- 2020.
225 f.
Orientador: Jalcione Almeida.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Lugar. 2. Mineração. 3. Discurso de Desenvolvimento. 4. Vale S. A. 5. Moatize, Moçambique. I. Almeida, Jalcione, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Ao meu irmão, João Panse Chizenga (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Este trabalho surge como o resultado de meu périplo acadêmico nos últimos seis anos, com passagens por diferentes geografias: Brasil, onde frequentei o Mestrado e o Doutorado em Sociologia; Moçambique, meu país, onde foi feita a pesquisa de campo; e Equador, onde fiz meu estágio doutoral. Ao longo desse percurso houve momentos, gente e circunstâncias que me marcaram de forma indelével. Esses (des)encontros, lugares e memórias não seriam possíveis sem a bolsa do CNPq para cursar Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (2014-2016), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e a bolsa de Doutorado da CAPES (2016-2020) no mesmo Programa e Universidade. Reitero aqui meu eterno agradecimento às Agências e à Universidade.

À sociedade brasileira, de modo geral, por me ter acolhido ao longo de minha estadia, por me permitir ser parte integrante e compartilhar parte das transformações sociais e políticas, algumas das quais participei, ainda que passivamente, mas o testemunho faz e fará parte de mim. Levarei comigo, de forma desejada ou não, a maneira de viver e as sensibilidades que desenvolvi ao longo de seis anos de estadia.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, pela dedicação sem igual ao seu ofício e por permitirem que nós, seus alunos, desempenhássemos parte integrante e ativa na vida acadêmica, assumindo o papel ativo da academia na vida social em geral.

Ao meu orientador, Jalcione Almeida, agradeço pelo aprendizado proporcionado ao longo de seis anos.

À Universidade Andina Simón Bolivar, área de Estudos Sociais e Globais, por terem me recebido, disponibilizado sua infraestrutura e participado de suas atividades acadêmicas (aulas, palestras, conferências e pesquisas de campo), em particular, á professora Miriam Lang, que me orientou durante o estágio doutoral e ao professor Willian Sacher pelas reflexões e discussões relevantes durante meu estágio doutoral.

Aos professores Pablo Quintero, Isabel Maria Casimiro, José Carlos Gomes dos Anjos e Lorena Candido Fleury, pela participação na banca de defesa de tese e pelas contribuições de modo a “adoçar” a versão final deste trabalho de tese.

Aos professores Guilherme Radomsky, Lorena Fleury e Elmer Matos, agradeço pela participação na banca de qualificação do projeto de tese e pelas sugestões pontuais que me permitiram chegar ao término da pesquisa.

À secretaria do PPGS/UFRGS, em particular à Regiane (ex-secretária do PPGS) e ao Marcelo, agradeço por terem acolhido e atendido pontualmente as demandas de declaração para a renovação de visto a cada ano. Obrigado por compartilharem parte do sacrifício da vida de estrangeiro.

Aos meus interlocutores de campo em Moatize e Tete, sem os quais não seria possível escrever sequer uma linha deste trabalho.

Aos meus colegas da turma do Doutorado em Sociologia (2016-2020), por termos trilhado juntos o caminho, pela colaboração mútua e pela constituição de um coletivo de pesquisadores com pesquisas invejáveis, que me servirão de inspiração e referência em suas devidas áreas/objetos de pesquisa. Colegas, desde já assumo que terei cópias dos exemplares da tese de cada um na minha biblioteca e seguirei acompanhando cada produção de vocês.

À Universidade Pedagógica de Maputo, por autorizar a continuidade dos meus estudos e pelo pagamento da passagem para a pesquisa de campo; os agradecimentos são estendidos à Direção da Faculdade de Ciências Sociais e Filosóficas e aos meus colegas do Departamento de Ciências Filosóficas, pela sobrecarga no tempo que fiquei ausente.

Aos colegas e professores do grupo de pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade – TEMAS, pelos seis anos de convívio. Confesso que ensaiei vezes sem conta escrever o agradecimento e assumi que seguirei sendo um deportado que nunca quis partir, e por isso ainda não é momento de dizer adeus ao grupo. Mesmo não querendo dizer adeus, expresso minhas saudades dos colegas que me acarinharam e inspiraram a seguir na "bancada da mineração", Ana Cláudia Meira, Gitana Nebel, Adriana Paredes, Yara Cerpa, Felipe Vargas, Rodrigo Dornelles, Camila Prates e Adriano Premebida, além dos "veteranos" do TEMAS; tenho também muito a agradecer às "temáticas" e aos "temáticos" que vieram agregar e turbinar minhas reflexões, com alegrias infinitas, e com os quais aprendi bastante em suas falas, pesquisas e dicas de pesquisa: a minha amicíssima Ângela Camana, Gabriel Coelho, Marize Schons, Elenice Coutinho, Natan Carvalho, Guilherme Dal Salso, Mohomede Saide, Leonardo Leeuven, Daniele Barbosa, Aline Radaealli, Eleandra Koch, Gustavo Pereira, Gabriela Blanco e Julia Menin.

Aos meus colegas de Moçambique em Porto Alegre e no Brasil, de modo geral, Bernardino Cordeiro, Ivandro Bauaze, Fernando Tivane, Segone Cossa, David Sulemane José, David Adriano Nota, Mohomede Saide, Manuel Oliveira, Gildo Aliante e Nelson Maria, por permitirem sentir-me em casa mesmo quando milhas de distância nos separam da nossa *Pérola do Índico*, e ter com quem contar e compartilhar momentos da vida estudantil em terras porto-alegrenses.

À minha mãe, Joana Franscisca de Araújo, e ao meu irmão mais novo, Graciano de Araújo, devo dizer que senti muitas saudades de casa e sobretudo de vocês. Igualmente. agradeço aos meus irmãos, mana Benny, mana Mãezinha, mano Rod, Ever e Eddie.

À Deborah Deniz e à Maria Cecília, pelo carinho.

Aos meus amigos, Gregório Mangana, Rodrigo Wolffenbüttel, Bruno Chemane, Ângela Camana, Julian Flores, Uacitissa Mandamule, Keluna Sitóe, Deonildo Monjane e Clério da Cruz.

Ao Arcebispo de Maputo, Dom Francismo Chimoio, a Ivandro Bauaze, a Bernardino Cordeiro e ao meu irmão, Rod Chizenga, não tenho palavras para expressar minha gratidão por vocês.

Aos colegas, amigos e professores, que eventualmente não voltaremos a cruzar fisicamente. Mesmo que circunstâncias diversas, alheias à nossa vontade, não tenham permitido que nos despedíssemos formalmente, mas que o acaso tratou de fazê-lo sem que nos déssemos conta, empresto as palavras do historiador e escritor moçambicano João Paulo Borges Coelho (2013, p. 2978) para dizer que "[a] verdadeira despedida não é um acontecimento final, é antes uma aceleração, uma intensificação daquilo que nos liga aos outros, como se o propósito fosse de acumular energia para os tempos magros da separação. Com isso, ao contrário de nos despedirmos, descobrimos uma nova relação que nos liga [...] o que não deixa de ser uma maneira sábia que a natureza achou de atenuar o vazio das coisas que chegam ao fim".

LISTA DE ABREVIATURAS

AAAJC	Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CARBOMOC E. E.	Carbonífera de Moçambique Empresa Estatal.
CCM	Companhia Carbonífera de Moçambique
CMGZ	*Société Miniére et Géologique du Zambeze*
CNS	Companhia Nacional Siderúrgica
CO_2	Dióxido de Carbono
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DPRME	Direção Provincial de Recursos Minerais e Energia
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
HRW	*Human Right Watch*
ICVL	*International Coal Ventures Provate Limited*
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IESE	Instituto de Estudos Sociais e Econômicos
IFC	*International Finance Corporation*
IMGM	Instituto Médio de Geologia e Minas de Moatize
INE	Instituto Nacional de Estatística
ISPT	Instituto Superior Politécnico de Tete
ITIE	Iniciativa de Transparência na Indústria Extrativa
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OJM	Organização da Juventude de Moçambique
OMM	Organização da Mulher Moçambicana
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAR	Plano de Ação de Reassentamento
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desestatização
PPGE3M	Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Minas, Metalurgia e Materiais
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SARDC	Centro de Documentação e Pesquisa da África Austral
SDAE	Serviços Distritais de Atividades Econômicas
SDPI	Serviços Distritais de Planejamento e Infraestruturas

TEMAS	Grupo de pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UPC-Tete	União Provincial de Camponeses de Tete
USAID	Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional
ZAMCOM	Comissão da Bacia Hidrográfica do Zambeze

Os desprovidos de história viam-se frente a frente com aqueles que carregavam o mundo nos ombros. Foi uma manhã de parto. O mundo conhecido enriqueceu-se com um nascimento que se fez na lama e no sangue (...). Pois os recém-chegados não sabiam apenas combater. Eram estranhos: se sabiam matar com eficiência, também sabiam curar com arte. Onde haviam implantado a desordem, impunham agora uma nova ordem. Destruíam e construíam.

Cheikh Hamidou Kane (1984 [1961]).

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as dinâmicas da instalação, do desenvolvimento e do início da produção da mina da empresa Vale em Moatize, província de Tete, Moçambique, e a sua articulação com o "discurso de desenvolvimento". Busca-se identificar as estratégias de operacionalização e de contestação ao projeto mineiro, suas formas de sujeição e o conjunto de práticas levadas a cabo pelos atores afetados pela mineração da empresa, bem como seus efeitos políticos para a desestabilização de tal discurso. A pesquisa de campo etnográfica, associada a distintas técnicas de pesquisa, foi realizada na vila e no posto administrativo de Moatize, entre os meses de março e julho de 2018. Alicerçada na abordagem pós-estruturalista (FOUCALUT, 1996; ESCOBAR, 1996; 2010a; 2010b; 2016; GIBSON-GRAHAM, 1998; 2011; MUDIMBE, 2012), a pesquisa desvela que, no empírico em questão, tratando-se da etapa inicial da mineração (implantação e abertura da mina) a céu aberto, não pode haver coabitação com outras formas de habitar o lugar, levando a cabo o deslocamento compulsório da população afetada pela mina, de maneira que ocorre a produção discursiva de relações de inerência entre a mineração e o "desenvolvimento", o que se faz acompanhar de técnicas de produção de dados, de classificação e de tipificação dos atores e do seu conjunto de práticas com vistas à sua compensação. A produção de dados sobre o diagnóstico socioeconômico e as formas de habitar da população afetada, bem como sua lógica de (a)normalidade, ao mesmo tempo que teve o efeito de confirmar a necessidade da instituição de novas práticas no lugar e de atividades de subsistência e a sua relação direta com as formas capitalistas de gestão da vida, também teve o "efeito real" de desintegrar o conjunto de práticas dos atores e suas economias diversas historicamente constituídas no lugar enquanto parte integrante do vale do rio Zambeze. Todavia, os questionamentos sobre a qualidade das casas, a recusa da população em receber algumas infraestruturas construídas e a aceitação da empresa na sua reabilitação, além do fracasso de algumas atividades de geração de renda implementadas, o abandono das novas casas, o desemprego e a constante negociação entre os afetados e a empresa, revelam a eclosão de uma nova pauta dos afetados para colocar em xeque o horizonte social aberto pelo "discurso de desenvolvimento".

Palavras-chave: Lugar. Mineração. Desenvolvimento. Discurso. Vale S. A. Moatize. Moçambique.

ABSTRACT

The overall objective of this research is to analyze the dynamics of the installation, development and the start of production of Vale's company mine in Moatize, Tete province, Mozambique, and its articulation with the "development discourse". It seeks to identify the operationalization strategies and challenges to the mining project, its forms of subjection and the set of practices carried out by the mining company's affected actors, as well as its political effects on the destabilization of such discourse. The ethnographic research is associated with different techniques and took place in the village and in the administrative post of Moatize, between March and July 2018. Based on the post-structuralist approach (FOUCALUT, 1996; ESCOBAR, 1996; 2010a; 2010b; 2016; GIBSON-GRAHAM, 1998; 2011; MUDIMBE, 2012), the research reveals that in the empirical case, dealing with the initial stage of mining (implementation and opening of the mine) in the open, it cannot cohabitate with other ways of inhabiting the place, leading to the compulsory displacement of the population affected by the mine and the discursive production of inherent relationships between mining and "development", which is accompanied by techniques of data production, classification and categorization of actors and their set of practices with regard to their compensation. The production of data on the socioeconomic diagnosis and on the ways of inhabiting by the affected population, as well as its logic of (a)normality, at the same time it had the effect to confirm the need for the establishment of new practices and subsistence activities, and its direct relationship with capitalist forms of life management, it also had the "real effect" of disintegrating the set of practices of the actors and their diverse economies historically constituted in the place, being an integral part of the Zambeze river valley. However, criticism regarding the quality of homes, the refusal of the population to receive some of the built infrastructure and the acceptance of the company in its rehabilitation, as well as the failure of some of the income-generating activities implemented, the abandonment of new homes, the unemployment and the constant negotiation between those affected and the company reveal the emergence of a new agenda by the affected to call into question the social horizon opened by the "development discourse".

Keywords: Place. Mining. Development. Discourse. Vale S. A. Moatize. Mozambique.

RESÚMEN

El objetivo general de la investigación es analizar la dinámica de la instalación, el desarrollo y el inicio de la producción de la mina de la empresa Vale en Moatize, provincia de Tete, Mozambique, y su articulación con el "discurso del desarrollo". Se propone identificar las estrategias de operacionalización y disputa al proyecto minero, sus formas de sujeción y el conjunto de prácticas llevadas a cabo por los actores afectados por la minería de la empresa, así como sus efectos políticos en la desestabilización de dicho discurso. La investigación etnográfica se ha asociado con diferentes técnicas de investigación que tuvo lugar en el pueblo y en el puesto administrativo de Moatize entre marzo y julio 2018. Basado en el enfoque teórico post-estructuralista (FOUCALUT, 1996; ESCOBAR, 1996; 2010a; 2010b; 2016; GIBSON-GRAHAM, 1998; 2011; MUDIMBE, 2012), la investigación revela que en el empírico en cuestión, siendo la etapa inicial de la minería (implementación y apertura de la mina) al cielo abierto, que no puede cohabitar con otras formas de habitar el lugar para llevar adelante el desplazamiento obligatorio de la población afectada por la mina, se produce la producción discursiva de relaciones inherentes entre la minería y el "desarrollo", que va acompañada de técnicas de producción de datos, la clasificación y tipificación de los actores y su conjunto de prácticas con vistas a su compensación. La producción de datos sobre el diagnóstico socioeconómico y las formas de habitar la población afectada y su lógica de (a)normalidad al mismo tiempo que tuvieron el efecto y confirman la necesidad de establecer nuevas prácticas en marcha, actividades de subsistencia y su relación directa con las formas capitalistas de gestión de la vida, también tuvo el "efecto real" de desintegrar el conjunto de prácticas de los actores y sus economías, como parte que integra el valle del río Zambeze. Sin embargo, el cuestionamiento sobre la calidad de los hogares, la negativa de la población a recibir alguna infraestructura construida y la aceptación de la empresa en su rehabilitación, el fracaso de algunas actividades de generación de ingresos implementadas, el abandono de nuevos hogares, el desempleo y la negociación constante entre los afectados y la empresa revelan el surgimiento de una nueva agenda de los afectados para poner en cuestión el horizonte social abierto por el "discurso del desarrollo".

Palabras-clave: Lugar. Minería. Desarrollo. Discurso. Vale S. A. Moatize. Mozambique.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da localização e distribuição espacial de setores extrativos em Moçambique.....32

Figura 2: Mapa da província da distribuição dos distritos da Província de Tete.....32

Figura 3: Trabalhadores nativos durante a mineração de carvão nas minas de Moatize no século XX. 42

Figura 4: Vista lateral de armazém usado por funcionário.....46

Figura 5: Vista aérea de casas dos funcionários construídas pela CCM. 46

Figura 6: Trabalhadores brancos e negros em processo laboral na mina de Moatize durante na década de 1920 50

Figura 7: Trabalhadores entrando na mina subterrânea em Moatize na década de 1970 50

Figura 8: Lista de licenças de mineração aprovadas e propostas em Moatize. 54

Figura 9: Mapa da localização das mineradoras, porto seco, dos locais originarias e de reassentamento da Vale e da Rio Tinto 57

Figura 10: Extensão do vale do rio Zambeze nos países da África Austral. 58

Figura 11: Comercialização de brita amontoada ao longo da estrada que liga a cidade de Tete à vila de Moatize e, do outro lado da estrada, plantação de milho ao longo da margem do rio Rovúbwè, próximo a Capanga, local de proveniência da população reassentada pela implementação da mina de Benga. 62

Figura 12: Crianças pescando à margem do rio Rovúbwè, próximo de Capanga, local de proveniência da população reassentada pela implementação da mina de Benga. 62

Figura 13: Mulheres e crianças lavando roupas, amontoando terra e pescando no rio Moatize, próximo de Chipanga, local de proveniência da população reassentada pela implementação da mina da Vale. 63

Figura 14: Homem produzindo esteira artesanal em Malabwé margem norte do rio Rovúbwè, local de proveniência da população reassentada pela implementação da mina de Vale.....63

Figuras 15 e 16: Homens trajando roupas de empresas de diferentes áreas de atividade em Moatize. 72

Figura 17: Crianças jogando futebol em campo de terra 74
Figura 18: Fabricação e secagem de tijolos de argila.....74
Figura 19: Populares transportando lenha e carvão vegetal.....74
Figura 20: Gado pastando no interior da concessão da Vale, na divisa com o bairro de Chithatha e Bagamoyo, em Moatize.....74
Figuras 21 e 22: Mina de carvão a céu aberto.....75
Figuras 23 e 24: Pessoas transitando entre vagões de trem estacionado, e fumaça de carvão mineral se espalhando no ar. 75
Figura 25: Populares em protesto invadindo as instalações da Vale na vila deMoatize.....89
Figura 26: Invasão da mina por residentes do bairro de Bagamoyo, em outubro de 2018. 89
Figura 27: Integrantes da população de Kankopi portando mensagem em ação de protesto aos efeitos indesejados da mineração.....90
Figura 28: Deputados das III e IV Comissão da Assembleia Nacional auscultando a população do bairro de Bagamoyo sobre os efeitos da mineração da empresa Vale.....90
Figuras 29 e 30: Construções em curso ao serviço da Vale e seus processos de intervenção sobre o território (roça, pasto, caminho de acesso a outra margem, lugar comum etc. que se tornou canteiro de obras) e paisagens locais (morro que foi destruído para dar lugar à construção de estrada). 90
Figuras 31: População reassentada em Cateme sendo auscultada por representantes da sociedade civil sobre as propostas de outra reabilitação de suas casas.....91
Figura 32: Momento de discussão durante a primeira caravana de mulheres afetadas pela indústria extrativa em Tete, onde participaram também mulheres afetadas pela mineração da Vale.....91
Figura 33: Estrutura esquemática dos investidores e acionistas da Vale. 94
Figura 34: Tipos de carvão, porcentagem de reservas mundiais e seus usos industriais. 107
Figura 35: Primeiras áreas identificadas para o reassentamento da população afetada pela Vale.....124
Figura 36: Estufa de viveiros.....152
Figura 37: cultivo de hortícolas com técnicas de irrigação gota-a-gota na fazenda-modelo da Vale no reassentamento de Cateme.....152

Figuras 38: Maquinário de produção agrícola (tratores, arados etc.).....152
Figura 39: Unidade de processamento de vegetais no interior da fazenda-modelo da Vale reassentameto de Cateme.....152
Figura 40: Aviário familiar.....153
Figura 41: Homem reassentado na criação de frangos. 153
Figura 42: Forno de tijolos pertencente a Eze. 163
Figura 43: Integrantes da população despedaçando parte das mangueiras do Sr. N. L. para servir de lenha.....165
Figura 44: Lavatório comunitário em construção no reassentamento de Cateme 176
Figura 45: Reservatório de água potável construído pela Vale no povoado de Tchenga, Moatize 176
Figura 46: Construção do mercado no reassentamento de 25 de Setembro 176
Figura 47: Campo esportivo multiuso construído pela Vale na vila de Moatize. 176
Figura 48: Aviário-escola dentro da fazenda-modelo, local de aprendizagem e difusão de técnicas de criação de frangos 187
Figura 49: Populares durante a construção de aviário familiar para a criação de frangos, uma das atividades de subsistência das comunidades reassentadas em Cateme 187
Figura 50: Casa de Sheba, minha interlocutora. 194
Figura 51: Vista parcial de salas de aula anexas à Escola Primária completa de Mutarara – Moatize, construída pela Vale no reassentamento 25 de Setembro. 197
Figuras 52 e 53: Vista do acesso e lateral do campo esportivo de Chipanga, construído pela Vale no reassentamento 25 de Setembro. 197
Figura 54: Sede distrital do governo de Moatize. 219
Figura 55: Terminal Ferroviária de passageiros da vila de Moatize. 219
Figura 56: Bloco de carvão mineral extraído sobre a mesa, escritório da Vale em Moatize..220
Figuras 57 e 58: Pedaços de carvão mineral na recepção da sede do governo distrital de Moatize. 220
Figura 59: Central térmica usada na produção de energia elétrica durante a vigência da Companhia Carbonífera de Moçambique e mais tarde pela Carbomoc E. E. 221

Figura 60: Trem carregado de carvão estacionado e populares passando na vaga de separação entre vagões.....221

Figura 61: Mãe com criança no colo atravessando o rio Rovúbwé.....222

Figura 62: Populares carregando sacos de terra na cabeça, tomando banho e lavando roupas no rio Rovúbwé. 222

Figura: 63: Produção de tijolos ao longo da margem sul do rio Rovúbwé. 223

Figura 64: Criação de gado bovino no bairro 25 de setembro, distrito de Moatize. 223

Figura 65: Criação de gado caprino no bairro de 25 de Setembro, distrito de Moatize.....224

Figura 66: Blocos de carvão mineral ao longo das margens do rio Moatize.....224

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Projetos de geração de renda oferecidos pela Vale à população afetada pela mina e pela mineração em Moatize no período compreendido entre 2012-2018.....154

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese das áreas selecionadas para a segunda fase e sua avaliação.....124

Quadro 2: Apresentação das fases e etapas da mina de carvão, procedimentos técnicos e seus efeitos sociais.....140

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Tendência da extração de carvão na década de 1950 em Moçambique.....43
Gráfico 2: Volume de venda de minério de ferro da Vale para a China no período de dez anos.....100
Gráfico 3: Valor das exportações em US$ do minério de ferro da Vale para a China.....100
Gráfico 4: Tendência dos cursos e números de alunos ingressos no ISPT (2011-2017) 136
Gráfico 5: Diferenças no volume de produção da mineração subterrânea e ao céu aberto, da empresa Vale em Moatize.....141
Gráfico 6: Tendência e evolução dos impostos pagos pela Vale no período 2008-2018.....175
Gráfico 7: Número de empregos criados na Vale e nas empresas subcontratadas no período 2006-2015.....176

SUMÁRIO

1 À GUISA DE INTRODUÇÃO: "COMO É QUE NÃO TEM DESENVOLVIMENTO? ENTÃO, ESTES AQUI [OLHANDO NA DIREÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA VALE] QUE VIERAM TRABALHAR, ESTÃO A BRINCAR?" 24

2 DO VALE DO RIO ZAMBEZE À BACIA CARBONÍFERA DE MOATIZE: GENEALOGIAS DO LUGAR 33

2.1 CONCEITO E DINÂMICAS DE LUGAR 33

2.2 O LUGAR MINERÁVEL: "*O DISTRITO DE TETE PROMETE SER UM DIA UMA DAS REGIÕES MINEIRAS E METALÚRGICAS MAIS IMPORTANTES*" 36

2.3 A BACIA CARBONÍFERA DE MOATIZE É PARTE DO VALE DO RIO ZAMBEZE: PROCESSOS DE SUBVERSÃO AO LUGAR MINERÁVEL 54

3 REESCREVENDO A PESQUISA DE CAMPO: RELAÇÕES, INTERPELAÇÕES E (DES)ENVOLVIMENTO EM MOATIZE 64

3.1 DEMARCANDO AS OPÇÕES METODOLÓGICAS 64

3.2 REESCREVENDO A PESQUISA DE CAMPO 70

3.2.1 Pontos de partida 70

3.3 (DES)CONECTANDO PESQUISAS DE CAMPO 78

3.3.1 ONGs e a ideia de "ajudar a comunidade" 86

4 MINERAÇÃO, ATORES E CONJUNTO DE PRÁTICAS: A EMPRESA VALE EM MOATIZE 92

4.1 AS TEIAS DA VALE QUE OPERA(M) EM MOÇAMBIQUE 92

4.2 O CARVÃO MINERAL EM TEMPOS DO ANTROPOCENO E A NEOLIBERATIZAÇÃO DA NATUREZA 106

4.3 ABRINDO A MINA DE CARVÃO EM MOATIZE: A VALE, SEU GIGANTISMO E AS DINÂMICAS DO *LUGAR MINERÁVEL* 113

4.3.1 A prospecção e desenvolvimento da mina e suas repercussões sociais 116

4.3.2 Dinâmicas sociais com o início da exploração da mina em Moatize 138

5 DISCURSO, *MUNDOS* E INFRAESTRUTURA DE SIGNIFICADOS: BIOGRAFIAS, CLASSIFICAÇÕES E NÚMEROS NOS PROCESSOS DE (A)NORMALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DAS COMUNIDADES AFETADAS PELA VALE EM MOATIZE.....142

5.1 "*TETE ERA O ÚLTIMO LUGAR DO MUNDO ONDE O MOÇAMBICANO QUERIA ESTAR*": A VALE E SUAS DINÂMICAS TRANSFORMACIONAIS NO/DO LUGAR...143

5.2 "*A EMPRESA PROMETEU-NOS QUE 'VAMOS VOS TIRAR PARA IR VOS DAR UMA VIDA NOVA', SAIR NO PIOR PARA IR NO NORMAL*": A VALE NA (A)NORMALIZAÇÃO E (DES)INTEGRAÇÃO DO LUGAR E DAS PRÁTICAS EM MOATIZE 155

5.3 APRESENTANDO BIOGRAFIAS E DESVELANDO OS EFEITOS DE PRÁTICAS MONOLÍTICAS INDUZIDAS PELA VALE 157

6 "*ISTO AQUI QUE ELES NOS DERAM NÃO SÃO CASAS, SÃO RUÍNAS*": SUJEIÇÃO, DESIDENTIFICAÇÃO E FISSURAS DISCURSIVAS 172

6.1 "SIM, TEM TUDO A VER COM O DESENVOLVIMENTO": A SUJEIÇÃO DO LUGAR ENTRE A RETROSPECÇÃO E PROSPECÇÃO 172

6.1.1 Dados, infraestruturas, intervenções: o uso confirmativo e conformativo do "discurso de desenvolvimento" em Moatize.....174

6.2 "CADA UM CHORA DE ACORDO COM O TAMANHO DA DOR QUE SENTE": DA DESIDENTIFICAÇÃO ÀS FISSURAS DISCURSIVAS.....182

6.2.1 "Invés de melhorar, aqui viemos no pior": o processo de desidentificação discursiva.....182

6.2.2 Seguindo a rotina de empreendedores financiados pela Vale 186

6.2.3 "*Os daqui são esses aqui* [apontando para as crianças]; *nós somos lá de Chipanga*": rastreando o discurso e explorando suas fissuras.....191

7 À GUISA DE CONCLUSÃO: "*ONDE SE PRODUZ MILHO, ENQUANTO AS PESSOAS ESTÃO A MORRER DE FOME, HÁ DESENVOLVIMENTO AÍ?*".....199

8 REFERÊNCIAS 205

ANEXO 1: Credencial de identificação do pesquisador emitida pela Universidade Pedagógica de Moçambique, contendo carimbo de entradas de empresas e instituições contatadas durante a pesquisa de campo. 215

ANEXO 2: Declaração de identificação do pesquisador emitida pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a pesquisa de campo. 216

ANEXO 3: Termo de autorização para a coleta de dados no Instituto Superior Politécnico de Tete. 217

APÊNDICE 1: Fotografias de campo 219

1 À GUISA DE INTRODUÇÃO: "COMO É QUE NÃO TEM DESENVOLVIMENTO? ENTÃO, ESTES AQUI [OLHANDO NA DIREÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA VALE] QUE VIERAM TRABALHAR, ESTÃO A BRINCAR?"

> Nosso avô e sua elite foram derrotados. Por quê? Como? Só os recém-chegados o sabem. Devemos perguntar a eles; precisamos aprender com eles a arte de vencer sem ter razão.
> Cheikh Hamidou Kane (1984 [1961]).

A interpelação com o objeto desta pesquisa ocorreu de maneira inesperada em 2011, a partir de uma reportagem que passou na televisão no final de um domingo, 8 de maio, dando conta da inauguração de uma mina de carvão da empresa Vale e o seu potencial de contribuir para o "desenvolvimento do país". O interesse inicial pela inauguração da mina da Vale tinha a ver com o potencial de oportunidades que se abririam para jovens recém-formados, grupo do qual eu fazia parte – lembro que o *slogan* difundido pelo governo definia o "distrito como polo de desenvolvimento" –, mas isso não passou de um simples desejo. Enquanto para mim se tratava de uma simples intenção, com o passar do tempo, soube de colegas, conhecidos da escola, que tinham se formado em áreas técnicas e outros da universidade, sobretudo da área de línguas estrangeiras e de áreas "exatas", que obtiveram êxito e conseguiram emprego em outras empresas ligadas ao Investimento Direto Estrangeiro (IDE) em diferentes regiões do país, incluindo a Vale.

Inicialmente, minha visão sobre a presença de projetos ligados ao IDE se reduzia à noção de "oportunidades" vinculadas pela mídia, ao mesmo tempo que isso se materializava na mudança registrada na vida de amigos e conhecidos que trabalhavam nas empresas, suas subcontratadas, ONGs que operavam onde os projetos de investimento haviam se implantado, algo notório por meio de suas posses, poder de compra, entre outros. Após a abertura da mina da Vale, foi a própria mídia que me fez saber sobre a inauguração desta, e nos dois anos seguintes reportou manifestações sociais levadas a cabo pela população afetada pela empresa em Moatize (janeiro de 2012 e abril de 2013). Esses dois momentos me permitiram obter uma noção ainda vaga sobre o que realmente estava acontecendo e buscar me aprofundar um pouco mais, mas não com um interesse acadêmico, e sim como um cidadão que buscava apenas se informar.

No primeiro semestre de 2013, o objeto voltou a cruzar meu caminho, durante a minha participação nos debates do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane,

depois da eclosão das manifestações de abril de 2013, quando conheci o trabalho do sociólogo Carlos Serra, que recém voltara de pesquisa de campo em Moatize, motivado pela manifestação em torno da Vale. Uma vez mais, a interpelação me soou como um daqueles relatos etnográficos envolventes que tornam algo distante fisicamente numa realidade tão envolvente e próxima, como se o objeto relatado estivesse na frente de nossos olhos ou sobre o chão no qual nos apoiamos. Quando em sua fala Carlos Serra socializou a conversa que teve com parte dos contestatários que fizeram menção ao fato de terem de sair e ser reassentados em outro lugar, por conta da riqueza que estava debaixo de suas terras, minha sensibilidade foi parcialmente aguçada e abalou minhas certezas sobre as noções da vida em sociedade, o "fim último da política" e sobre o fato de todos manterem um mesmo sentido do mundo à volta. Até então, não fazia ideia de que de um simples encontro ocasional posteriormente faria surgir um romance feito de ocasos que se arrastaria por seis anos de pesquisa (meu Mestrado e Doutorado) e que provavelmente deverá continuar profissionalmente.

O interesse acadêmico com a mineração da Vale iniciou durante as férias do meu primeiro semestre de Mestrado, quando meu amigo Rodrigo Wolffenbüttel me apresentou a tese intitulada *Conflitos ambientais e cosmopolíticas na Amazônia brasileira: a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva*, da professora Lorena Fleury, e sugeriu que me matriculasse na disciplina *Tecnociência, natureza, desenvolvimento/sociedade*, lecionada pelo professor Jalcione Almeida, no semestre seguinte. Não fui arrogante e segui as sugestões do "mestre Rodrigo", mas não segui a proposta de postergar a leitura da tese, de tão cativante que ela é. Minha primeira impressão da leitura da tese foi de que havia algo em comum sobre o que ouvi de Moatize em torno da Vale, das manifestações, reclamações pelo que comumente parece um simples pedaço de terra, de água do rio; outra impressão foi como se estivesse lendo a *Flecha de Deus*, de Chinua Achebe, e vendo o personagem principal, Ezeulu, "mandando passear" a administração colonial britânica na Ibolândia (Nigéria), que, supostamente, pretendia beneficiá-lo, promovendo-o a chefe do seu povo, proposta assediante igual aos "desenhos dos projetos de desenvolvimento". Mas Ezeulu rejeitou peremptoriamente na hora, pois tal proposta entrava em choque profundo com sua existência e visão de mundo, cujo centro de gravidade estava em Ibolândia. O conflito em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte me permitiu estabelecer relações com os efeitos socioambientais ligados aos chamados "projetos de desenvolvimento", que no empírico em questão seus efeitos estavam ligados à instalação, ao desenvolvimento e à exploração de carvão mineral pela empresa Vale em Moatize.

O encontro e a impressão inicial com a tese da professora Lorena foram se juntando a outros textos discutidos na disciplina do professor Jalcione (meu orientador, desde então) e no grupo de pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade – TEMAS, associado aos efeitos socioambientais dos "projetos de desenvolvimento". Isso permitiu dar-me conta de que estava tão conectado empiricamente às contestações em torno da empresa Vale em Moatize que decidi focar a dissertação de Mestrado no estudo das operações críticas (críticas e justificações) em torno da Vale, no sentido de analisar as gramáticas e a multiplicidade de sentidos e significados que os atores em conflito colocavam em pauta contestatória.

Após a defesa da dissertação, em março de 2016, embora a proposta inicial da pesquisa de tese fosse a mineração da Vale, as memórias de campo não me incentivavam a voltar a Moatize, ao roubo de meu computador, de meu gravador, entre outros bens; ao fato de não ter conseguido manter qualquer contato, apesar de várias tentativas, com a Vale; ao fechamento e a "enrolação" das instituições públicas em disponibilizar dados, a impressão de que há algo que não se deve saber; e, sobretudo, ao fato de me sentir sozinho em Tete, mesmo relativamente próximo, em relação ao Brasil, à minha família, e o sentimento de solidão que se intensificava. Tudo isso me fez pensar em abrir mão da pesquisa em Moatize e partir para outra, para algo desconhecido, mas tal desfeita não aconteceu, pois a conjuntura social e acadêmica, logo depois dos acidentes de Mariana, Minas Gerais, Brasil, em novembro de 2015, fez com que discussões sobre a mineração voltassem com tudo, acabando por me envolver com meu campo, tão distante, e trazendo de volta as memórias, os "companheiros de campo", reforçando e apelando à "recriação imaginativa de alguns efeitos da própria pesquisa de campo" (STRATHERN, 2014, p. 346) inicialmente preteridos.

Um dos registros de campo que quis deixar para trás foi o encontro de concertação envolvendo representantes da empresa Vale e os da comunidade de oleiros de Moatize – parte de atores afetados pela empresa durante a implantação da mina de carvão –, no final do mês de junho de 2015, do qual surgiu a pergunta do título deste capítulo. Apesar do epicentro das dinâmicas e das contestações à Vale localizar-se no distrito, pela complexidade e urgência que o problema impunha, o governo distrital decidiu passar a discussão ao nível governamental superior, do governo provincial, pois os oleiros já haviam submetido uma carta ao governo distrital informando da realização de manifestações.

Provavelmente, pelo histórico de manifestações em anos anteriores (2012 e 2013) que geraram a paralização da empresa e os "prejuízos econômicos" reportados, o anúncio da manifestação teve o efeito imediato de colocar as partes na mesa em busca de soluções, de modo a "evitar prejuízos". No encontro marcado, cada uma das partes teve de apresentar,

oralmente, o motivo da contenda. Inicialmente, os representantes da Vale colocaram em pauta o que lhes opunha aos oleiros e manifestaram seu desejo de pagar o valor de indenizações para "resolver definitivamente o problema", mas o que ocorreu foi que o número de oleiros afetados não cessava de aumentar e as pautas de "cada grupo de oleiros[1]" eram diferentes, dificultando as negociações e soluções definitivas.

Tomando a palavra, a "liderança oficial" dos oleiros consentiu parcialmente com a causa da divergência apontada pelo representante da Vale – isso antes de se manifestar a divergência de pautas entre os oleiros presentes –, referindo haver mais interesse da parte deles em "resolver definitivamente o problema" e que cabia à empresa resolver a questão, porque eles é que foram invadidos e retirados de seus sustentos pela empresa, pois o local de onde foram retirados era fonte de renda para muita gente, não só oleiros, mas também aqueles que faziam *machambas*[2], entre outras atividades. O valor de "60 mil" que alguns receberam era para a paralização de suas atividades (fabricação de tijolos). Há mais de três anos estavam aguardando pelo "projeto", e só conseguiram dialogar com a empresa quando ameaçaram fazer uma greve, "porque eles têm medo de prejuízos", mas o ônus maior recaía sobre eles. Perderam seu sustento e, com isso, a liderança referiu: "nós não estamos a ver nenhum desenvolvimento, nós ficamos prejudicados" (Diário de campo, junho de 2015).

Ao tomar a palavra, o chefe da equipe de mediação do governo provincial reprimiu verbalmente e de forma peremptória a fala da liderança dos oleiros, dizendo: "senhor [...], você tem que saber separar as coisas, *sabe o que é desenvolvimento? Como é que não tem desenvolvimento? Então, estes aqui* [olhando na direção dos funcionários da Vale] *que vieram trabalhar, estão a brincar?*" (Diário de campo, junho de 2015). A reunião prosseguiu, as partes trocaram acusações, e o encontro terminou sem nenhum fim à vista, remarcado para outra data. Contudo, se o encontro não serviu para resolver "definitivamente o problema dos oleiros", ele cumpriu a função imediata de impedir a realização de manifestações e suas implicações (in)desejadas. Por um lado, a empresa continuou trabalhando e não colheu

[1] Na sala havia seis oleiros divididos em dois grupos, cada qual manifestando pauta distinta e se combatendo mutuamente. O primeiro grupo era o de "oleiros oficiais" que já haviam recebido parte da indenização de 60 mil meticais entre 2011 e 2012 e aguardava a outra parte combinada do projeto; seriam financiados pela empresa e depois tocariam adiante. No momento, sua pauta era de que outros colegas que constavam em sua lista que ainda não tivessem recebido recebessem os "60 mil" e depois todos seguissem, juntos, uma única pauta. O segundo grupo denunciava que ainda não havia recebido os "60 mil", pois alguns deles não faziam parte da lista, e que isso era a razão de cisão no grupo.

[2] Equivalente à roça no português do Brasil. Ao longo do texto usarei o termo *machamba* para referir à roça, área de cultivo em pequenas extensões de terra.

prejuízos; por outro, os oleiros, somando mais tempo perdido, tiveram de continuar negociando até atualmente (2020).

No momento, a fala sobre "desenvolvimento" proferida pelas duas partes, mas, sobretudo, de modo peremptório, a do chefe da equipe de mediação do governo, não me causou estranhamento, nem (des)afeto. Assumi de ânimo leve e segui adiante e de forma bem rígida com a pesquisa do Mestrado, voltada ao estudo das operações críticas (críticas e justificações) em torno da instalação do megaprojeto da empresa Vale. Terminado o Mestrado, em março de 2016, quando decidi pensar no objeto específico para a tese mantendo o mesmo empírico – a mineração da empresa Vale –, a discussão no referido encontro, o cenário, os atores, as falas, a visão e os *mundos* articulados exerceram um "efeito etnográfico" na escolha do tema.

É a partir do rearranjo da experiência de campo e do seu papel ativo na pesquisa social, representado pela aludida reunião, que surge esta pesquisa, bem como pela influência da conjuntura social que Moçambique atravessa, com a entrada de projetos de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) que, não obstante a onda de contestações das populações afetadas por diferentes empreendimentos, assim como de opiniões ou de posições acadêmicas diferentes aos proponentes, avançam com a mesma intensidade. O distrito de Moatize e as dinâmicas socioambientais ocasionadas pela empresa Vale constituem a mostra fiel e a realidade significativa do que está acorrendo no país como um todo.

O distrito de Moatize localiza-se na província de Tete, região central de Moçambique, com uma extensão de 8.879 km^2. Em um período de 10 anos (2007-2017), a parte sul do distrito registrou aumento da solicitação de licenças mineiras, entrada em funcionamento de projetos mineiros, e um consequente aumento de 31,7% da população, causado em sua maioria pela imigração (INE, 2019). Em Moatize encontram-se jazidas de carvão mineral reconhecidas no mundo pela sua quantidade e qualidade, que colocam Moçambique na lista dos dez países com maiores reservas no mundo (EIA, 2006; MARQUES, 2015).

Embora os registros historiográficos da confirmação da diversidade de minérios ao longo do vale do rio Zambeze, onde está localizado o distrito de Moatize, datem do início do século XVI, só no início do século XIX se intensificaram estudos detalhados de prospecção e pesquisa sobre as jazidas de carvão, resultando no início da exploração deste mineral –

durante a vigência do regime colonial português[3] – em minas subterrâneas no final do século XIX, continuando até meados da década de 1980 – já sob a égide do governo moçambicano. A Guerra Civil (1977-1992), que fustigou o país após a independência, provocou a destruição de infraestruturas de escoamento e levou à parada abrupta da exploração nas minas de Moatize. Contudo, o metabolismo socioeconômico que se deflagrou nos países asiáticos, com particular destaque à China, levou à procura e à pressão sobre combustíveis fósseis, carvão mineral, sobretudo. Foi nesse âmbito que as minas de Moatize voltaram à ribalta no início do século XXI, e a sua exploração se vinculou ao IDE.

Em 2005, no sentido de capitalizar as jazidas de carvão mineral, o governo de Moçambique abriu licitação internacional com vistas à exploração das minas de Moatize, resultando no aumento acentuado de pedidos de concessão e exploração mineira. A empresa de origem brasileira, então Vale do Rio Doce, venceu a licitação de 2005 e obteve a concessão de uma área de 23.700 hectares, em torno de 200km^2. Pouco tempo depois, os efeitos de sua presença se fizeram sentir no "terreno", com movimentações de diferentes equipes envolvidas nos estudos de várias ordens, visando apurar a viabilidade socioeconômica da exploração. Os resultados do estudo foram favoráveis à exploração mineira, o que levou à solicitação e posterior concessão do contrato mineiro com o governo de Moçambique, em 26 de junho de 2007.

A concessão do contrato mineiro concedeu o direito à empresa Vale de iniciar seu processo de instalação. Mas, tendo em conta o tipo de mineração em voga, de lavra a céu aberto, que impõe o deslocamento compulsório de populações por não poderem coexistir com outras formas e práticas sociais, a empresa levou a cabo o processo de registro demográfico e de condição socioeconômica da população localizada na zona de sua concessão, com vistas a proceder com seu deslocamento compulsório e conceder "indenização/compensação justa". Os registros e diagnósticos socioeconômicos da população afetada ocorreram entre 2006 e 2007; em 2008, iniciou o processo de construção de infraestruturas e de compensação de famílias localizadas na zona de influência direta da mina; e, entre o final de 2009 e o começo de 2010, iniciou-se o deslocamento compulsório das famílias aos locais de reassentamento.

Logo depois do deslocamento compulsório da população e até os dias atuais, a empresa permanece no centro das tensões e manifestações provocadas por diferentes atores

[3] Este aspecto não será aprofundado aqui, mas cabe mencionar que Moçambique foi colônia portuguesa desde o início do século XVI até 25 de junho de 1975. A independência foi alcançada pela via armada, tendo a Guerra de Libertação durado 10 anos (1965-1975).

sociais por ela afetados, pela população que supostamente teria "se beneficiado" com a sua presença.

A Vale constitui o maior projeto de investimento no setor extrativo, é a maior exportadora de *commodities* e, até o momento, é a empresa que deslocou compulsoriamente o maior número de pessoas no país; por outro lado, a população do distrito de Moatize, sobretudo do sul do distrito, onde se implantou a Vale e outras empresas mineiras, poderia se considerar "uma população abençoada", por se localizar em locais estratégicos do vale do rio Zambeze e pela diversidade de "bens naturais" permitir práticas socioeconômicas diversas, o que acaba por livrar o Estado de certos compromissos públicos sociais.

Tratando-se da fase inicial da mineração (instalação, desenvolvimento e exploração da mina), o registro de dados (socioeconômicos, infraestruturas, impostos) antes e depois da instalação da Vale cumpriu a função de autorreferência discursiva diretamente assumida pela empresa de que sua presença e intervenção tinham uma relação direta com o "desenvolvimento[4]", ao mesmo tempo que surgiam contestações sociais com distintos padrões de mobilização e gramáticas específicas ligadas aos efeitos, intervenções conotadas ao "desenvolvimento", respectivamente.

Frente a este contexto, as *questões investigativas* que sustentam este trabalho de pesquisa são: i) quais práticas e dinâmicas são induzidas pelo "discurso de desenvolvimento" no lugar, representado pela mineração da empresa Vale em Moatize? ii) Como esse discurso é apropriado (seu poder governamental) por seus "proponentes" (empresa/governo)? E iii) como os discursos e ações são emulados e tensionados pelos atores afetados pela mineração da empresa?

No sentido de responder ao problema de pesquisa, o *objetivo geral* consiste em analisar as dinâmicas da instalação, do desenvolvimento e do início da produção da mina da empresa Vale em Moatize, Moçambique, e a sua articulação com o "discurso de desenvolvimento", buscando compreender suas estratégias de operacionalização e de contestação, as formas de sujeição e o conjunto de práticas levadas a cabo pelos atores afetados pela mineração da empresa e os seus efeitos políticos na desestabilização de tal discurso. Esse objetivo se subdivide em três outros *específicos*: i) descrever e analisar a dinâmica e a infraestrutura social que dão consistência à mineração no lugar, desvelando os modos de atuação para que a empresa Vale induza lógicas de compreensão e transformação

[4] Tomo como ponto de partida a informação publicada no site da empresa no dia 27 de março de 2009, que será discutida detalhadamente no capítulo 5.

no lugar e aos seus atores (produção de subjetividades a partir do lugar); ii) mapear os atores e sua comunidade de práticas (seus antagonismos, zonas de contato e divergências, causas e maneiras de expressão) ocasionadas e tensionadas pelo "discurso de desenvolvimento" induzido pela mineração da empresa Vale, desvelando suas especificidades sobre a rede dos atores no lugar; e iii) analisar as formas de poder implícitas no "discurso" que colocam em sintonia a mineração em curso ao "desenvolvimento" de Moatize e o papel (político) que as estratégias de contestação e a comunidade de práticas dos atores afetados pela mineração da empresa Vale desempenham na sedimentação do "discurso de desenvolvimento" (e os seus pressupostos).

Além das razões empíricas anteriormente arroladas, do ponto de vista acadêmico, a mineração da Vale em Moatize é objeto de inúmeros estudos com diferentes compromissos disciplinares, teóricos e empíricos. Ciente da diversidade de estudos existentes, esta pesquisa pretende se ocupar da - e agregar a - diversidade de estudos realizados, assumindo a particularidade do problema, dos objetivos e do aporte teórico-metodológico adotado.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa de campo etnográfica, associada a diferentes técnicas, orientou-se na epistemologia pós-estruturalista (FOUCAULT, 1996; SAID, 2004; MUDIMBE, 2013; ESCOBAR, 1996; 2010a; 2010b; 2015; 2016; GIBSON-GRAHAM, 1988; 2011), no sentido de que a mineração em Moatize está atrelada ao horizonte social aberto pelo "discurso de desenvolvimento", no qual o "desenvolvimento" está vinculado ao saber/poder que estabelece as condições sociais e epistemológicas de sua efetivação e ao "princípio de classificação, de ordenação, de distribuição" (FOUCAULT, 2001, p. 21) do lugar. Outro aspecto vinculado à abordagem epistêmica adotada permite explorar as linhas de fuga, as fissuras, os processos de desindentificação e de subversão gestados nos enfretamentos ao "discurso" pelos atores afetados pela mineração da Vale em Moatize. Além de buscar confirmar a discussão teórico-epistemológica, o desenho da pesquisa tomou como ponto de partida a pesquisa de campo para orientar a discussão e a análise de dados.

Este trabalho divide-se em oito seções, incluindo esta introdução e as referências. No capítulo dois, a seguir, faz-se a genealogia do lugar, iniciando com a discussão do conceito de *lugar*, seguindo com a discussão da ideia de *lugar minerável*, que constitui a técnica de planejamento e, ao mesmo tempo, de encarceramento ontológico do lugar no seu todo, pois este é parte integrante do vale do rio Zambeze, que se discute ao final do capítulo. No capítulo três se discute detalhadamente como foi feita a pesquisa de campo etnográfica, a entrada em campo, as (in)certezas e (des)continuidades com a pesquisa realizada em 2015, durante a

pesquisa do Mestrado. No capítulo quatro, faço incursão na fundação da empresa Vale no Brasil, sua chegada a Moçambique e os efeitos ocasionados durante a instalação e o desenvolvimento da mina em Moatize. Os capítulos cinco e seis tratam do processo de produção de dados em relação ao perfil socioeconômico da população, atividades de subsistência, entre outros, que, inicialmente, como se discute no capítulo cinco, cumpriram a função de confirmar a necessidade do "desenvolvimento" e da instituição de novas práticas no lugar. Já no capítulo seis, os dados que têm uma relação direta com a empresa (trabalhadores, impostos, infraestruturas construídas) servem para confirmar que "houve desenvolvimento", mas enquanto isso, as contestações e denúncias dos atores afetados, através de suas próprias infraestruturas (casas, escola, campo esportivo), formas de viver e atividades de renda, colocam em questão a linearidade e a "noção" destes terem se beneficiado, desestabilizando a linearidade e o "discurso de desenvolvimento" e revelando suas fissuras. Por fim, nas conclusões, faço considerações sobre a pesquisa, seus principais achados, a pertinência das escolhas teóricas e metodológicas, pistas abertas, reconhecendo minha dívida intelectual com a diversidade de fontes consultadas.

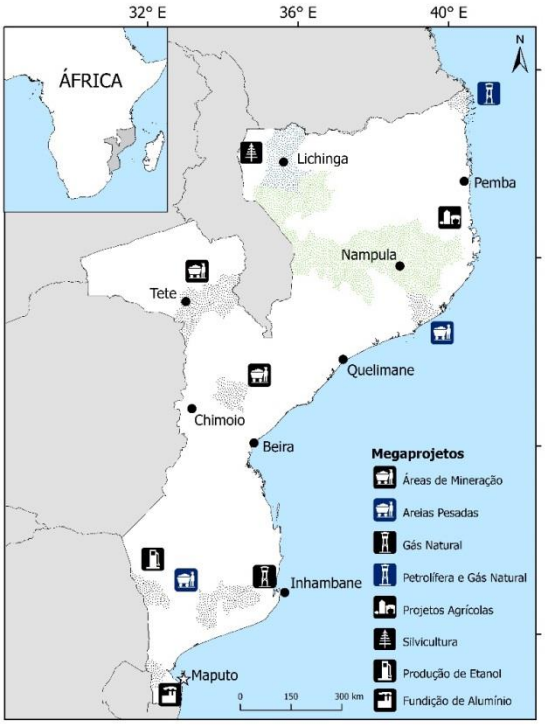


Figura 1: Mapa da localização e distribuição espacial de setores extrativos em Moçambique.
Fonte: Elaborado pelo autor.

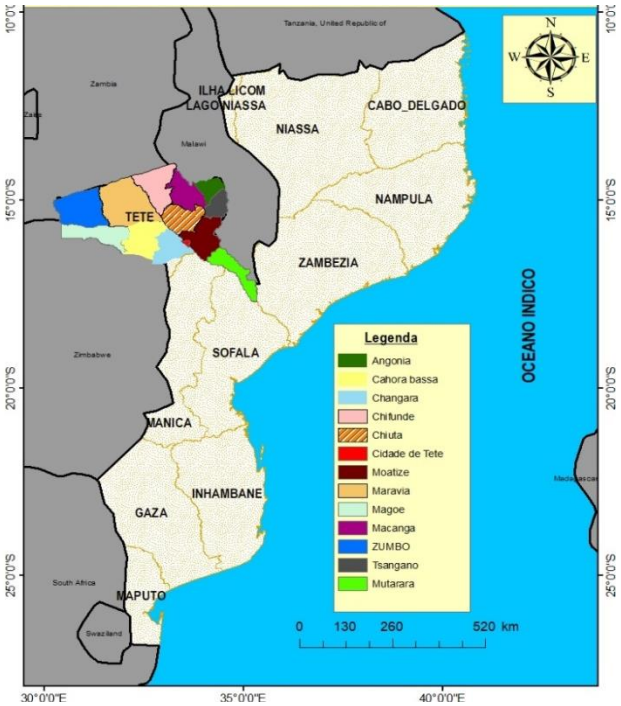


Figura 2: Mapa da distribuição dos distritos da província de Tete.
Fonte: Elaborado pelo autor.

2 DO VALE DO RIO ZAMBEZE À BACIA CARBONÍFERA DE MOATIZE: GENEALOGIAS DO LUGAR

Este capítulo pretende analisar as diferentes genealogias – elementos que constituem diferentes momentos, processos de produção e significado-uso – que foram transitando ao longo do tempo no lugar, representados pelo megaprojeto de mineração da empresa Vale em Moatize, Moçambique. Essas genealogias são importantes para se compreender o momento atual da mineração e os projetos ali instalados, assim como o conjunto de transformações, reconfigurações e tensões sociais em curso atrelados ao "discurso[5] de desenvolvimento" e seus projetos transformacionais no lugar.

As transformações verificadas, ao mesmo tempo que evidenciaram o abandono do lugar e a incapacidade econômica e de gestão do Estado no território, os diversos "projetos de desenvolvimento" em pauta no vale do rio Zambeze, com particular destaque aos projetos de mineração, se enquadram como a "metamorfose prevista e projetada" (MUDIMBE, 2013). Ao discutir as diferentes lógicas de lugar (como bacia carbonífera e depois como parte integrante da bacia do rio Zambeze), o objetivo é mostrar a existência de um "estoque social" para a construção de diferentes lógicas do lugar e, não obstante ao fato da mineração industrial ser antiga, as resistências a essa lógica também se constituíram socialmente por meio de outras formas de relação, de construção de sentidos e práticas sociais constantemente reportados pelos atores afetados por diferentes projetos mineiros atualmente.

2.1 CONCEITO E DINÂMICAS DE LUGAR

O *lugar* constitui uma das noções ainda pouco trabalhadas nas Ciências Sociais, ao mesmo tempo que é transformado em uma categoria relevante à Sociologia. As reflexões e discussões em torno dessa categoria são desenvolvidas mais amplamente no âmbito da

[5] O discurso é entendido como um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns. "Essas regras não são somente linguísticas ou formais, mas produzem certo número de cisões historicamente determinadas [...], [no social elas exercem] uma função normativa e reguladora e coloca em funcionamento mecanismos de organização do real por meio da produção de saberes, de estratégias e de práticas" (REVEL, 2005, p. 37). Nessa ordem de ideias, o discurso "é ao mesmo tempo reforçado e reconduzido por todo um compacto conjunto de práticas", pelo modo como é "aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído" (FOUCAULT, 2001, p. 17).

Geografia, num emaranhado de relações e interferências com outros conceitos/categorias, como “espaço” e “território”. Empírica e analiticamente, esses conceitos são diferenciados com base na diversidade de ações, relações, práticas e o tipo de sociabilidade em questão.

O espaço constitui uma categoria central para compreender outros conceitos e/ou categorias dele derivadas, dentre os quais *território*, *lugar* e *paisagem*, que são, na verdade, diferentes formas de encarar e explicar o espaço (TURRA NETO, 2015). O espaço compreende a “esfera da existência da multiplicidade [...], na qual distintas trajetórias [sociais, materiais, humanas e não humanas] coexistem” (MASSEY, 2015, p. 29). Isto equivale a dizer que os *lugares*, *paisagens* e os *territórios* remetem a um tipo de espaço definido; no entanto, esses outros conceitos-categorias constituem instâncias de movimento, vida e abertura do espaço.

Não obstante as divergências de conteúdo semântico que cada um dos conceitos remete, os *lugares* são definidos como

> momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais, mas onde uma grande proporção dessas relações, experiências e entendimentos sociais se constroem numa escala muito maior do que costumávamos definir para esse momento como lugar em si, seja uma rua, uma região ou um continente. Isso, por sua vez, permite um sentido do lugar que é extrovertido, que inclui uma consciência de ligações com o mundo mais amplo, que integra de forma positiva o global e o local (MASSEY, 2008, p. 184).

O *lugar* constitui o termo médio entre o *espaço* e o *território*. Ele é performado por transitividade (entre o *espaço* e o *território*), por conectividade (entre o *tempo* e *espaço*), por dinâmicas multiescalares (local, nacional, regional etc.) e por *movimentos* múltiplos e heterogêneos. É neste âmbito que se entende o lugar como eventualidade que consiste em “reunir o que previamente não estava relacionado, uma constelação de processos, em vez de uma coisa. Este é o lugar enquanto aberto e enquanto internamente múltiplo” (MASSEY, 2015, p. 203).

Tomando como arcabouço a materialidade, as ações e os usos sociais, o lugar constitui uma produção intencionada ou não da diversidade de atores sociais com diferentes linhas, movimentos, sentidos, trajetos, projeções e relações multidirecionais que coexistem – pacificamente ou não –, no qual seus “habitantes se encontram, trilhas são entrelaçadas, conforme a vida de cada um vincula-se à do outro” (INGOLD, 2015, p. 219).

O lugar constitui um âmbito de (co)existência de trajetos, afinidades, identidade, alteridade, conflitualidade e diferenças, razão pela qual

> no lugar, as coexistências tornam necessário o estabelecimento de relações com a materialidade demarcadoras de território, seja como referência para o

> encontro de um grupo de afinidade, seja como estratégia de demarcação de uma alteridade, de projeção e visibilidade da diferença grupal e/ou como base de apoio para práticas coletivas. É no lugar que vemos emergir territórios, onde identidade e diferença se confrontam e se relacionam, mediadas pela materialidade, onde as diferentes formações de espaço negociam sua primazia e os sentidos atribuídos à materialidade e aos outros (TURRA NETO, 2015, p. 55).

Ao descentrar a noção do lugar às discussões das ditas "ciências especializadas", o objetivo consiste em transpor as conotações reducionistas, simplistas e unanimistas – com pretensão unitária – que estas, *a priori*, podem revelar; a pesquisa sociológica permite desvelar "as práticas e contradições cotidianas e políticas" cuja solidificação/replicação implícita os conceitos/categorias e suas materialidades, tendo em conta a diversidade de contextos e os diferentes atores/sentidos implicados; ainda, o lugar "é constituído de vários espaços sociais e, inclusive, poderíamos considerar que é uma multiplicidade ilimitada [...] um conjunto inumerável [que] se interpenetram e se justapõem" (LEFEBVRE, 2013, p. 142 – tradução livre).

Portanto, o lugar não é *a priori* sociológico; ao contrário, ele se define por encontros e momentos múltiplos, plurais, diversos e heterogêneos de sociabilidades mais que humanas (que envolve, assumindo não haver distinção entre sociabilidade humana e não humana/sociedade e natureza). Esses encontros podem ser *com* e *entre* humanos e não humanos; eles desafiam e colocam em xeque diferenças, questões políticas e ontológicas dos atores cujas "linhas de peregrinação" se encontram fortemente atadas no espaço físico e para além dele. Ao longo da coexistência, "pessoas sociais de múltiplas espécies interagem, moldando as vidas uns dos outros de forma variada" (TSING, 2019, p. 66).

De acordo com Gibson e Graham (2011),

> o lugar se converteu naquilo que não está totalmente atado a um sistema de significado, que não está completamente subsumido ou dentro de uma ordem (global); se converteu no aspecto de cada sitio que existe como potencialidade. O lugar é um "evento no espaço" que opera como uma "deslocação" [acerca] das estruturas e narrativas familiares. Trata-se de uma explosão do "real" lacaniano, uma materialidade perturbadora. É aquilo sem mapa e sem ataduras que permite novas amarras e posicionamentos. O lugar, igual ao sujeito, é um sitio de construção do *chegar a ser*, a abertura para a política (...), um mundo com sentido, sempre renovado, do lugar sempre a mover-se do ar para respirar e do espaço e tempo para atuar – um espaço de negatividade fecunda. Nossa política [pós-capitalista] opera para criar novas "positividades" econômicas sobre os fundamentos negativos do "sujeito" e do "lugar" (GIBSON; GRAHAM, 2011, p. 65-66 - tradução livre).

O trecho anterior serve como ponto de partida para explorar as dinâmicas da produção de sentido semântico em Moatize consubstanciadas à mineração como *lugar minerável*, ocasionado por intervenções do capital e mediante uma série de processos socioeconômicos – com implicações políticas, culturais e ecológicas –, em função dos quais todo o efeito pragmático se materializa. Entretanto, a produção do lugar minerável constitui um enclausuramento e encarceramento ontológico do lugar como um todo "em termos das entidades individuais e processos históricos constituídos que, operando em diferentes níveis, interagem de formas complexas" (ESCOBAR, 2010b, p. 78 – tradução livre) e de maneira heterogênea, se levarmos em conta que a bacia carbonífera de Moatize é parte integrante do vale do Rio Zambeze, na qual ocorre uma multiplicidade de relações socioambientais e possíveis encontros/interpelações humanas e não humanas.

2.2 O LUGAR MINERÁVEL: "*O DISTRITO DE TETE PROMETE SER UM DIA UMA DAS REGIÕES MINEIRAS E METALÚRGICAS MAIS IMPORTANTES*"

Os processos de construção de sentido social do lugar a partir de seus elementos não antrópicos, tomando como base os "recursos minerais", neste caso, se constituíram historicamente em Moatize. A apresentação como um lugar mineiro por excelência data de meados do século XVIII, e sua materialidade extrativa pode ser dividida em dois períodos: i) desde finais do século XIX até meados da década de 1980; e ii) a partir de 2007 até atualmente (2020). Nesses distintos períodos – entre o final da década de 1980 e 2007, a mineração estava estagnada –, o tipo de lavra da mineração (subterrânea, no primeiro, e a céu aberto, no segundo) teve dinâmicas e repercussões ambientais[6] distintas.

As distintas fases de mineração articulam certa ideia de um lugar em que as dinâmicas sociais se encontram subordinadas à mineração. No entanto, os momentos críticos da atual fase de mineração em Moatize (representada pela presença de diferentes empresas extraindo carvão mineral) e a diversidade de atores contestatários afetados pela empresa colocam em xeque a lógica da produção/significação do lugar pelo "dispositivo[7] mineiro", pondo em marcha outras concepções do lugar vinculadas à pluralidade de sentidos e práticas, de formas

[6] Entende-se por *ambiente* o que expressa (significa) a relação entre sociedade e natureza, sua interação, não separando a base física onde se desenrola a sociabilidade entre humanos e não humanos.

[7] Entendido como "um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas [...]. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos" (FOUCAULT, 1996, p. 244).

de ser, de lógicas de significação e de desenhos existenciais de habitar[8] Moatize que vão além de sua redução à bacia carbonífera, mas como parte integrante de um todo – a bacia do rio Zambeze.

Não obstante algumas especificidades históricas, políticas e sociais entre períodos e dinâmicas de mineração engendradas, a nova fase de mineração capitaneada pela empresa Vale tem dinâmicas específicas, que recuperam axiológica e alternadamente a tônica histórica da narrativa que apresenta e/ou representa Moatize como a "excelência de um país [uma região] mineiro[a]" (MIGUEL, 2009), sobre a qual as dinâmicas sociais estão a ela subordinadas, empregando uma arquitetura discursiva de carências sociais que serão sanadas pelo "slogan de desenvolvimento e na tentativa de transformação de modos de habitar e produzir" (GALLO, 2017, p. 20). Entretanto, outras formas de habitar Moatize não se encontram totalmente subsumidas à ontologia mineira do lugar, como veremos mais adiante.

A ideia de Moatize como *lugar minerável*, a partir da qual sua autenticidade e dinamismo sociais se explicam em função do carvão mineral existente, faz-se acompanhar de um conjunto de projeções e dinâmicas concretas que atuam, em parte, como estratégias de invisibilização de outros *mundos*, outras sociabilidades e materialidades no lugar, caraterizadas pela "diversidade contaminada" de multiespécies, dos humanos e dos mais que humanos (TSING, 2019, p. 23).

A noção de *lugar minerável* em uso ao longo deste trabalho serve para referenciar as dinâmicas de (des)integração do lugar à teleologia ou à lógica mineral – do carvão mineral –, sobrepondo-se a outras sociabilidades mais que humanas vinculadas à diversidade de elementos não antrópicos e de dinâmicas socio-históricas complexas em curso.

O lugar mineral se operacionaliza por meio de processos de governamentabilidade que buscam constituir os corpos, sua pretensão de ambiente – que busca separar sociedade de natureza –, de formas de significado-uso, por meio de técnicas de planejamento de acumulação ao serviço do capital econômico financeiro e seu papel ideológico, de uma concepção de mundo atrelada ao sistema de valores (SANTOS, 2011). Portanto, o planejamento para a produção/significado/uso do *lugar mineral* não é neutro; ele é o resultado de ações coordenadas das esferas intelectual (acadêmica), econômica (empresas) e política

[8] Ao longo do trabalho, o conceito de *habitar/formas de habitar* está associado à perspectiva de habitação que significa "a imersão dos seres humanos nas correntes do mundo da vida", a imersão (mescla) dos seres humanos (social) nas correntes do mundo da vida (não humanos), releva uma sintonia com a visão de ambiente –e sua relação de inerência entre sociedade e natureza – assumida nesta pesquisa, na medida em que a sociabilidade humana ocorre "dentro das correntes da atividade na qual estão envolvidos, no contexto de relações específicas de seus compromissos práticos com seus arredores [entorno]" (INGOLD, 2015, p. 34-35).

(Estado) que agem de forma coordenada e, de maneira implícita, contribuem "gradativamente na produção e configuração socioeconômica e cultural" do lugar (ESCOBAR, 1996, p. 217).

Destarte, atende-se à especificidade do empírico evidenciar que o avanço da lógica mineira evidencia uma forma enclausurada e reducionista do lugar, pois este estaria coroado de inúmeras formas de habitar, de dinâmicas socioeconômicas, de relações comunitárias implícitas à sua concepção de ambiente (como mescla de sociedade e natureza), o que será explicado no próximo título.

Ainda no que concerne ao lugar minerável, a técnica de planejamento se operacionaliza por meio de sua consideração ou redução à bacia carbonífera apenas, à sua visão instrumental da natureza isolada, isolando-a de toda a diversidade e do complexo de elementos não antrópicos, bem como da pluralidade de relações mais que humanas historicamente constituídas e ligadas à heterogeneidade de formas de habitar o vale do rio Zambeze, onde a bacia de Moatize está integrada.

Ao se considerar Moatize como bacia carbonífera apenas, isolada e isolando-a de todo o vale do rio Zambeze, constitui-se uma estratégia de visibilização do lugar a partir de "um vazio radical de qualquer circunstância" (GIBSON; GRAHAM, 1998, p. 37), em função da qual "não só busca inscrever-se nas significações do presente modelando visões do futuro, mas fundar uma linhagem, uma genealogia honrável e mitos de origem" mineira (ANTONELLI, 2009, p. 52 – tradução livre), de modo a consubstanciar a relação de inerência/interdependência local entre a mineração e a dinâmica social em Moatize.

As bases da construção de sentidos do lugar a partir de minérios estão presentes em um texto datado de 1600, no qual um dos viajantes coloniais, em seu tratado sobre navegação, considera Tete uma região rica por excelência:

> [j]á no ouro não falo, porque há grande cópia dele em todo este território. Nem menos da fina prata do Chicova, onde se sabe que há ricas minas. Assim, todas estas confrontações parecem que provam ser esta terra a *verdadeira região de ofir*. O que se pode confirmar com o texto da Sagrada escritura, onde diz que Salomão enviava as suas naus em busca de ouro a Tarsia, a qual região entendem os gregos por África, onde estão situadas as minas que vou falar (VILATERRADO, 1600 *apud* RUFINO, 1929, p. V).

O relato anterior, muito distante de expressar algo novo sobre a existência de riquezas e a diversidade mineira de Tete e circunscrições próximas[9], constitui o anúncio de um

[9] A diversidade de minérios existentes ao longo da costa e do interior da região central de Moçambique está presente nos relatos dos primeiros viajantes árabes do golfo pérsico e da Ásia, os quais mantiveram os primeiros contatos com as sociedades autóctones entre os séculos VIII-IX d. c.

elemento condensador de sentido a partir do qual o lugar seria teleologicamente orientado por uma materialidade existente, cuja dinâmica social passaria a ser definida unicamente por ela. A ideia de "banco de recursos" para o capital econômico-financeiro transformou Moatize em loteamento de empresas mineiras e de extração mineral, a principal atividade e vocação do lugar, numa lógica deliberadamente sobre o quê e a quem visibilizar no lugar, sem excluir as implicações políticas da axiologia social em que se pauta.

Durante a vigência do regime colonial português, foi publicado um álbum de fotografias e de descrições sobre os distritos (atualmente províncias) da então colônia de Moçambique. A publicação recupera a descrição anterior, segundo a qual a província de Tete era "a antiga '*ofir*' de Salomão", em alusão ao local onde foram guardadas as riquezas do rei Salomão, figura bíblica cristã, terceiro rei de Israel, descrita como uma das personalidades mais inteligentes e mais ricas que habitaram a Terra. A designação de Tete e de regiões próximas ao local das minas do rei Salomão se deve ao fato de se constatar a ocorrência de minérios variados em quantidade e qualidades diversas:

> [d]esde séculos a região de Tete vem atraindo colonos de várias nacionalidades para as pesquisas de suas formidáveis riquezas minerais. Conhece-se a existência de jazidas de minas, exploradas por portugueses, desde o século XV. Muito anteriormente mesmo, em épocas remotíssimas, os aventureiros fenícios não desconheciam o solo de Tete, sempre revolvido à procura do precioso ouro. [...] O levantamento geológico da região mostra que existe uma área carbonífera considerável, facilmente acessível, superior a 105.000.000 de toneladas. Tete está no centro de um vasto jazigo de carvão de pedra, que se estende desde a Lupata até ao Zumbo, e que é fechada por uma longa cinta de minas de ferro. [...] Mas nem só o carvão é riqueza mineira de Tete. Não faltam jazigos metalíferos, de ferro que se pode considerar existente em todo o distrito, principalmente sobre a forma de magnetite; de outro filão, de ouro aluvião, de cobre, havendo indicações, ainda não verificadas completamente, da existência de diamantes em aluvião, nalguns dos afluentes da margem direita do rio Zambeze, ao sul de Cachomba. Abundam também jazigos de grafite na saudável região de Angónia (RUFINO, 1929, p. III-IV – tradução livre).

A despeito da diversidade e qualidade mineral existentes, devido à falta de infraestruturas, a província de Tete foi considerada "um gigante adormecido" com enorme potencial econômico de alavancar a região, porém ainda era considerada uma região letárgica, recôndita e abandonada pela carência de vias de acesso que permitissem o escoamento dos minérios existentes. Ao ser descrita como uma região na qual "não faltam jazidas", o investimento em infraestruturas e maquinário tornou-se a tônica dominante, em especial em vias de acesso e máquinas que permitissem a exploração mineira, pois já havia vestígios de exploração desde a época pré-colonial. Portanto, com as caraterísticas geológicas

comprovadas, verifica-se a valorização – ou melhor, a subvalorização causada por interesses econômicos – do lugar, tomando como ponto de partida os "recursos" existentes e o incentivo ao investimento sob a lógica de "garantia absoluta [de retorno] dos capitais" (RUFINO, 1929, p. VI).

Os esforços para a materialização da lógica do *lugar minerável* por meio da valorização e da exploração do "capital natural" existente na província de Tete, em especial o carvão mineral, tomavam como base a diversidade de estudos levados a cabo na segunda metade do século XIX para aferir o perfil mineiro:

> [u]mas das primeiras referências que se conhecem sobre a ocorrência de carvão nesta região foram feitos por Bordalo (1859) que, no seu trabalho sobre estatística de Moçambique, se refere aos jazigos de carvão, e Thornton (1859) que fala do carvão descoberto por Livingston anos antes em Tete. Supõe-se, contudo, que as ocorrências de carvão fossem já conhecidas dos portugueses no séc. XVI, quando penetraram no rio Zambeze e fundaram as Vilas de Sena e Tete [...]. Uns anos mais tarde, Guyot (1882) descreve um pouco a região de Muaraze (zona que fica a alguns quilómetros a oriente de Moatize), apresentando resultados de análises imediatas e físicas em carvões bem como testes de coqueifação. No ano seguinte, Lapierre (1883) apresenta um trabalho relativamente extenso sobre a Bacia Carbonífera de Tete com os resultados da sua expedição à região em 1881 em conjunto com Kuss que, por seu lado, apresenta um trabalho sobre a geologia da região (Kuss, 1984). Refere Kuss (1884) que os depósitos de carvão foram identificados pela primeira vez por Livingstone. Também Zeiller (1883) se dedicou ao estudo da flora fóssil da Bacia Carbonífera de Tete (VASCONCELOS, 1995, p. 6).

Os estudos anteriormente apresentados, além de constituírem um artefato e prova científica da "produção de verdade" sobre a ocorrência de carvão mineral, que influenciaria o modo decisivo a constituição do lugar a partir de uma governança mineral, serviram também para consubstanciar a vontade política e as demandas econômicas de aproveitar e rentabilizar a então colônia de Moçambique para a "prestação de serviços" e o "povoamento da população europeia" (CAPELA, 1996). O povoamento da população europeia ocorreu por meio da criação de colonatos ao longo do território moçambicano, que tinham em vista o aproveitamento e exploração, ao máximo, as potencialidades econômicas em beneficio colonial, por meio da instalação de "grandes máquinas de desenvolvimento econômico, neste caso, as companhias majestáticas e concessionárias[10]" (MIGUEL, 2009, p. 27).

[10] As companhias majestáticas e concessionárias em Moçambique foram criadas pela legislação de 1889 do governo colonial português. Diante da incapacidade econômica e política de Portugal em gerir territórios coloniais, as companhias surgem como um balão de oxigênio para estimular o setor econômico colonial por meio do aproveitamento das colônias, através do arrendamento de terras ou da concessão de parcelas do território às companhias arrendatárias. As companhias "tinham uma delegação de poderes estatais e serviam de ponte para assegurar a implantação de investimentos nacionais e estrangeiros na então colônia de Moçambique" (MIGUEL,

Por coincidência, a implantação da primeira empresa mineradora ocorreu cerca de uma década depois da data dos últimos estudos apresentados por Vasconcelos (1995) no trecho anterior. A exploração incipiente de carvão mineral na bacia de Moatize iniciou com a Companhia da Zambézia, oficialmente constituída em 1892, com base na legislação de 1889 do governo colonial português, e concessionou seus direitos de exploração à Companhia Hulheira do Zambeze, que iniciou os trabalhos mineralógicos de pesquisa e de prospecção em 1903. Em função dos resultados alcançados, a Companhia Hulheira do Zambeze cedeu seus empreendimentos à *Zambeze Mining Development Limited*, que, mais tarde, em 1920, em consórcio econômico com firma belga subsidiária do grupo *Cominière*, sediado na atual República Democrática do Congo, deu origem à *Société Miniére et Géologique du Zambeze* (VASCONCELOS, 1996; MIGUEL; 2009; GALLO, 2017; REAL, 1966). Como se observa, uma das caraterísticas do colonialismo português em Moçambique consistiu na "utilização de companhias, muitas vezes estrangeiras, para explorar os recursos naturais" (MONDLANE, 1995, p. 37).

Apesar de sucessivos consignações e consórcios das minas de Moatize verificados ao longo de duas décadas iniciais do século XIX, a década de 1920 será histórica, pois marca o início da exploração sistemática – extração e comercialização – do carvão de Moatize, sob a concessão da *Société Miniére et Géologique du Zambeze* (CMGZ). A partir dessa década, sob a égide dessa mineradora, verifica-se a elaboração de mapas e escalas topográficas, bem como a execução de "trabalhos de reconhecimento e levantamento geral das bacias de Moatize, Revúbuè e Murongodzi" (VASCONCELOS, 1996, p. 7). Ainda, no âmbito de agregar à extração mineira recém-iniciada,

> um dos principais sócios da *Société Miniére*, *Libert Oury*, conseguiu formar um consórcio financeiro para construir uma nova linha de caminho de ferro, ligando o porto da Beira ao Zambeze, e que deveria incluir um ramal destinado a servir a mina. O consórcio era dominado pela *British South Africa Company* (MIGUEL, 2009, p. 43).

Como se observa, a década de 1920 será fundamental para a criação de dispositivos de um *lugar minerável*, por meio de investimentos massivos e da expansão da rede de transportes terrestres e ferroviários para servir o setor mineiro face às dificuldades de navegação pelo rio Zambeze. Para além do investimento na rede de estradas, verifica-se ligação telegráfica sem fios iniciada em 1928, assim como caminhos de ferro que tiveram um

---

2009, p. 27), por meio da produção e da exportação agrícola, da cobrança de impostos, do trabalho forçado, da extração mineira etc.

papel impulsionador, no sentido de ligar Tete a outras regiões do vale do Zambeze, impulsionando vários interesses e intervenções na região (RUFINO, 1929).

Figura 3: Nativos trabalhando sem equipamentos de proteção individual nas minas de Moatize no século XX.
Fonte: Rufino (1929).

As décadas de 1920 e 1930 foram determinantes para a criação de um aparato material de mineração com base em mapas e escalas topográficas, infraestruturas de transporte e escoamento, assim como estudos com relativa precisão mineira e o início dos trabalhos mineiros. Já na década de 1940, ocorre a abertura das primeiras minas subterrâneas, de Chipanga I e II.

No período entre 1920 e 1948, ainda sob a égide da *Sociétè Minière et Géologique du Zambeze* (SMGZ), ocorrem as primeiras incursões e sistematizações da mina. A exploração mineira era bastante limitada e, como resultado do pouco investimento feito no empreendimento – maquinário, qualificação da mão de obra, vias de acesso –, se limitava às camadas superficiais do carvão (a camada André). A consequência do investimento limitado no empreendimento se refletiu na qualidade e na quantidade do carvão explorado, e em seus

usos limitados em barcos a vapor, no transporte ferroviário, em usinas termoelétricas, com o volume da extração girando em torno de 20.000 toneladas/ano (VASCONCELOS, 1995).

Sucedem a conclusão da linha férrea que ligava as minas de Moatize e Mutarara, em 1949, e a criação da Companhia Carbonífera de Moçambique (CCM), na qual o consórcio belga *Comunière*, que detinha as ações da SMGZ, passou a deter 60% do capital, contra 30% da nova companhia criada, a CCM. Assim, a mineração assume outras dinâmicas, e a empresa se impõe regionalmente como uma das grandes empresas do setor, ocupando uma extensão de cerca de três mil hectares em 1957, com prospecções em uma área de cerca de 200 quilômetros quadrados. Na década de 1950, assiste-se ao incremento de investimentos no empreendimento mineiro e, consequentemente, o aumento do volume de produção (Gráfico 1).

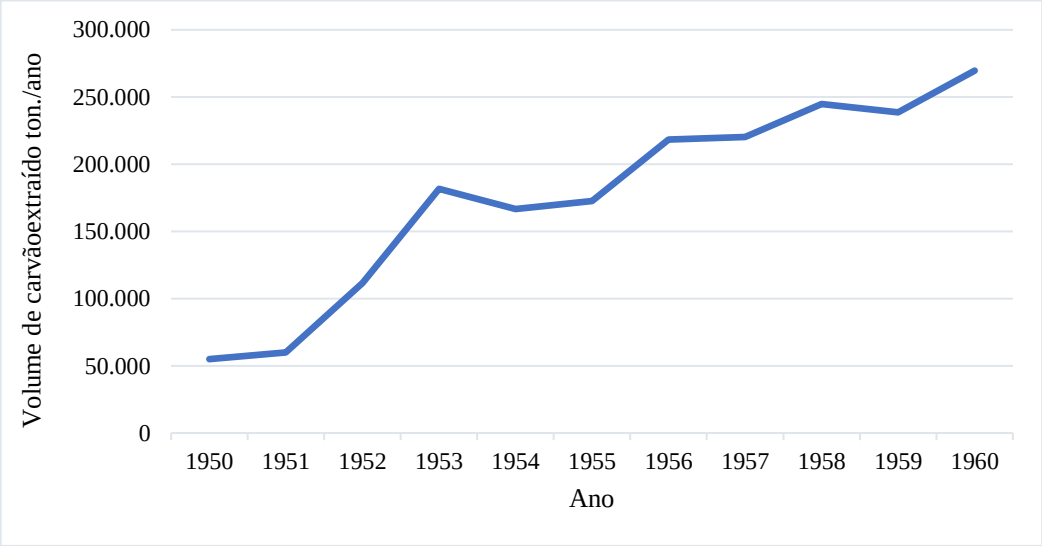


Gráfico 1: Tendência da extração de carvão na década de 1950 em Moçambique.
Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com os dados apresentados por Miguel (2009).

Como se observa no gráfico anterior, entre 1950 e 1953 o volume de produção triplicou e essa tendência se manteve crescente ao longo de toda a década, como resultado de demandas energéticas que levaram ao apetrechamento da mina com máquinas e equipamentos modernos, bem como a abertura de mais minas, que possibilitaram um aumento do nível de produção anual para cerca de 200.000 toneladas de carvão, destinadas essencialmente à exportação ao mercado europeu: “a Alemanha, em 1958, chegou a importar 17 mil toneladas de carvão, e a França 15 mil toneladas no ano seguinte” (DE ANDRADE, 2016, p. 104). Entretanto,

> o carvão de Moatize era reconhecido internacionalmente por ser um carvão de péssima qualidade, que só encontrava mercado no exterior quando a

> oferta estava muito baixa e, ainda assim, só poderia ser utilizado pelo comprador após grandes adaptações nas fornalhas construídas para outros tipos de material. Somado isso aos altos custos de exportação, devido à distância do mercado consumidor, o empreendimento dificilmente se pagava e, em muitos anos, o consórcio atuou deficitariamente, tendo como único cliente fixo a *Trans-Zambezia Railway*, que utilizava o carvão de Moatize em seus trens para garantir sua exportação (DE ANDRADE, 2016, p. 104-105).

Entre 1955 e 1960, apesar do crescimento contínuo da produção de carvão mineral, esta se encontrava muito abaixo da capacidade do complexo mineiro, em torno de 188 mil toneladas anuais. Apesar da produção relativamente baixa, esta satisfazia as necessidades internas, sobretudo os meios de transportes (barcos e locomotivas), e ainda havia sobras, o que levou a CCM a buscar novos mercados no continente africano, pois a comercialização para a Europa saía muito custosa – apesar das minas pertencerem ao governo colonial português, este nunca chegou a importar o carvão de Moatize –, e perdia na concorrência com outros carvões, por conta da alta dos custos de transporte. Desde então, o carvão de Moatize passou a ser comercializado com Katanga, na República Democrática do Congo.

Se ao longo da década de 1950 o volume de produção estava abaixo de 300 mil toneladas/ano, na década de 1960 a produção média anual girava em torno 310 mil toneladas/ano de carvão mineral. O pico da extração registrou-se em 1977, quando se chegou a produzir 575 mil toneladas, quando na mesma década a produção média anual de carvão mineral foi de 400 mil toneladas/ano.

Do ponto de vista material e financeiro, com vistas à implantação da mineração em Moatize, até meados da década de 1970 a CCM apostou no aumento da magnitude da indústria mineira e dos empreendimentos físicos e socioeconômicos. Paralelamente a esse processo, a indústria de carvão deparou-se com o desafio de garantir mão de obra – capital humano e dinâmica social ao serviço e em auxílio à crescente mineração –, num contexto de falta de mão de obra qualificada – na sua maioria recrutada na Europa – e da mão de obra braçal, causada pela falta de interesse dos locais em trabalhar na mina, por conta de sua familiarização com relatos de acidentes, mortes e emanações gasosas do trabalho mineiro. Então, em um esforço de tornar atrativos os trabalhos na mina e de garantir o fluxo contínuo de mão de obra, a empresa investiu numa rede de infraestruturas sociais para servir aos funcionários e colaboradores da mineradora em Moatize:

> [t]endo se fixado em Moatize, a sete quilômetros da sede do antigo posto de Benga, onde nada existia, foi-lhe indispensável orientar a formação dum grande núcleo populacional que veio a constituir o embrião duma povoação que aí nascera (NOTÍCIA, 1963: página única). A companhia preocupava-se

> naturalmente com o desenvolvimento demográfico da região, representando desse modo um caso de domínio de uma região por uma empresa. Se não vejamos como essa política que tentava prevenir a tradicional instabilidade e até raridade de força de trabalho africana para os grandes investimentos capitalistas se materializou. Desde o início do seu exercício, preocupou-se na fixação dos seus trabalhadores, funcionários, pessoal executivo e administrativo caracterizando-se por se estender às estruturas familiares dos trabalhadores. Procurava-se desse modo, atraí-los através de mínimas condições decentes, especialmente na construção de habitações (Companhia Carbonífera de Moçambique, 1960: 2). [...] A Companhia oferecia igualmente assistência médica gratuita, condições de higiene saudáveis, escolas, hospitais, entre outras infraestruturas sociais e técnicas resultantes dessa política de fixação [...] Podemos também observar a intensidade das atividades dos serviços hospitalares gratuitos, do qual se destacavam 107.058 curativos e 1.976 intervenções de pequena cirurgia, gratuitos, não obstante, a população afixada pela Companhia em Moatize, até 1963, se elevou a um milhar e meio de pessoas, incluindo as famílias (MIGUEL, 2009, p. 46-47).

Ao mesmo tempo que a CCM pretendia alargar sua base produtiva, ela se deparou com o déficit de mão de obra local para funções não especializadas. Tendo em conta o tipo de trabalho – braçal e com muito desgaste físico –, o recrutamento precisava ser contínuo, razão pela qual a empresa tomou a dianteira nos processos de fixação populacional de lugares distantes:

> [d]urante toda a exploração, a mão de obra vinha da região da Angónia. As péssimas condições de trabalho nas minas eram conhecidas pela região e, embora pessoas chegassem em Moatize em busca de trabalho nas minas, a maioria dos trabalhadores era contratada "com o auxílio da administração", um eufemismo para o trabalho forçado recrutado pelo governo da colônia. Somado às altas temperaturas na região, em especial dentro das minas, aos inúmeros casos de malária e doença do sono que atingiam os trabalhadores e às precárias condições sanitárias, havia um grande temor das explosões nas minas, que ocorriam com considerável frequência e faziam com que cada vez menos pessoas se sujeitassem ao trabalho e que muitas fugissem para trabalhar nas mineradoras do Rand, na África do Sul, que pagavam salários melhores (DE ANDRADES, 2016, p. 106).

Como se observa, o emprego na mina era pouco atrativo para a população de Moatize e dos distritos próximos, razão pela qual a mineradora se viu forçada a recrutar a população do distrito de Angónia, considerado a terra dos mineiros do fundo, localizado a cerca de 300 km da vila-sede de Moatize. A pesquisa empírica para este trabalho permitiu constatar histórias de falta de equipamentos de segurança, de estrondos, tremores e vibrações em locais próximos a mina, do corroer das galerias escavadas e de sucessivos acidentes. Essas histórias

revelam os riscos iminentes e a incerteza pessoal e familiar de trabalhar na mina para quem partia sem a certeza de escapar com vida.

A incerteza de escapar com vida ao final da jornada ou do ciclo laboral na mina gerou uma postura de resistência que os locais procuravam pautar, evitando o trabalho na mina ou em alguns setores da mina, o que abriu oportunidade de recrutamento de trabalhadores de outras regiões, pouco familiarizados com os riscos do trabalho. Portanto, tendo em conta o tipo de mineração em causa e o número de moradias insuficiente para os trabalhadores, isso provavelmente incentivava a fixação de moradias ao redor ou próximas à mineradora, tendência que será diametralmente oposta à tomada pela mineração atualmente, como se verá mais adiante.

Figuras 4 e 5 (da esquerda para a direita): vista lateral de armazém e vista aérea de casas para funcionários construídas pela CCM.
Fonte: Fotografias do autor (2018).

Durante o período de exploração efetiva das minas, Moatize viveu dinâmicas sociais específicas, algumas das quais ocasionadas pela especificidade das minas subterrâneas, desde transformações nas infraestruturas para aumento do escoamento até o recrutamento e a criação de “estoques” de mão de obra ao redor da mina. O que vale destacar aqui são os efeitos sociais derivados desse tipo de mineração – lavra subterrânea –, estabelecendo “formas de coexistência [do social] com empreendimentos extrativistas” (GUDYNAS, 2014, p. 80 - tradução livre), na medida em que a mineração no subsolo não influenciava diretamente as ocupações, atividades e práticas sociais no solo, nem a remoção ou desvio de *entes* naturais (rios, montanhas, vegetação) e socioculturais (cemitérios, roças, bairros), como ocorre atualmente.

Dito de outra forma, sem excluir a existência de conflitos[11] entre a mineração subterrânea praticada até então e alguns setores sociais, estes ocorriam ao mesmo tempo que a mineração era tolerada; os conflitos tinham em vista assegurar algumas mudanças consideradas indispensáveis na estrutura interna da mina, tais como a melhoria das condições de trabalho e a redução dos acidentes laborais, entre outros. Os nativos, ao demostrarem pouco interesse em trabalhar nas minas, além da experiência calcada no seu cotidiano, revelavam as "diversas linguagens e práticas da diferença econômica, ecológica e cultural" (GIBSON-GRAHAM, 2008, p. 30 - tradução livre) em pauta no lugar, que podiam ocorrer em simultâneo, em combinação com a rejeição do trabalho mineiro.

A exploração mineira, ao mesmo tempo que sustenta a "genealogia honrável e um mito de origem, para tornar desejável e realizável" (SVAMPA; ANTONELLI, 2009, p. 20 - tradução livre) a ideia de Moatize mineiro, sua materialização serviu para a criação de um paradigma extrativista. O extrativismo se define como a "extração de recursos naturais sem ou com pouco processamento (semi-processada), que adicione valor ao recurso em si, antes deste recurso ser posto à disposição de outro utilizador" (CASTEL-BRANCO, 2010, p. 24). Geralmente, se extraem "grandes volumes com alta intensidade, voltados essencialmente para a exportação" (GUDYNAS, 2014, p. 80 - tradução livre). Além de estar vinculada à dimensão histórico-estrutural da expansão do capital e aos seus sucessivos ciclos econômicos, o extrativismo consiste "numa configuração que, em nível local, levou a grandes contrastes entre a rentabilidade extraordinária [dos investidores] e extrema pobreza, assim como uma grande perda de vidas humanas e degradação de territórios, convertidos em zonas de sacrifício" (SVAMPA, 2019, p. 16 - tradução livre).

No caso do estudo em questão, grande parte do carvão extraído e comercializado estava voltado à exportação, ao mercado europeu e ao abastecimento energético dos países da região, em especial a Niassalândia, atual República do Malawi, e apenas uma ínfima parte era aproveitada internamente para a produção de energia elétrica.

A relação da mina com a perda de vidas humanas foi recorrente durante a primeira fase de exploração mineira. O registro de acidentes com mortes de grande magnitude nas minas de Chipanga datam de março de 1956, quando uma grave explosão resultou na morte de 32 trabalhadores. Uma matéria publicada pela revista portuguesa Expresso, em julho de 2011, recuperou os contornos daquilo que ficou conhecido como uma das histórias mais

[11] A noção de *conflito* nesta pesquisa orienta-se na sociologia formal de Georg Simmel (1983), que a considera uma forma de sociação na qual os indivíduos, em razão de seus interesses, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses diversos e diferentes conflituam e se materializam.

sangrentas de ceifa de vidas humanas nas minas de carvão de Moatize. Intitulada *O massacre das minas de Moatize*, a investigação jornalística recupera relatos de quem viveu os incidentes daquela fatídica tarde:

> são 14h30 de terça-feira, 2 de agosto de 1977. Primeiro fora um estrondo forte a estremecer as entranhas do subsolo de carvão e xisto, corroído por intermináveis galerias escavadas pelos seus homens. Seguira-se um fumo denso a escapar-se da boca de uma das minas que o olhar experiente do engenheiro logo identifica como sendo a Chipanga 3, a mais produtiva de todas as Chipangas em exploração. A cada segundo que passa o fumo adensa-se, mais escuro, e eleva-se no ar, onde vai esboçando a figura terrível de um cogumelo a ondular ao sabor da brisa. Se dúvidas tivesse, elas dissiparam-se: fora mais uma explosão de grisu[12] (REVISTA EXPRESSO, julho de 2011, p. 42).

O relato anterior revela um dos momentos mais tenebrosos ocorridos nas minas de carvão de Moatize, marcado pela perda de mais vidas de trabalhadores negros que entraram na mina de Chipanga III no turno da manhã. Na época, os dados oficiais divulgados pelo governo de Moçambique estimavam de 23 a 150 mortos. Entretanto, os números considerados mais fidedignos apontam para 73 mortes, das quais 64 mineiros que se encontravam dentro da mina e mais 9 estrangeiros. Presume-se que os estrangeiros mortos foram vítimas da revolta e da fúria de mineiros de outros turnos, familiares e populares chocados com a dimensão da tragédia, pois "os mineiros são [eram] moçambicanos e negros. A hierarquia, pelo contrário, é [era] formada por estrangeiros (portugueses e belgas) e brancos" (REVISTA EXPRESSO, julho de 2011, p. 45-46). Como se pode ver, os setores/categorias de trabalho na mineração de carvão de Moatize vinculavam a noção foucaultiana de *biopoder*, na medida em que "parece funcionar segregando as pessoas que devem morrer, daquelas que devem viver" (MBEMBE, 2011 p. 21 - tradução livre) pela natureza do seu trabalho.

A partir do enunciado que revela a identidade e o número dos mortos em trabalho, por um lado "os mineiros negros" que ficaram soterrados na profundidade da mina, sem mínimas chances de seus corpos de ou parte de seus corpos serem encontrados e de talvez receberem enterro digno, e, por outro, a hierarquia e os números de quem comandava e coordenava os trabalhos a partir de fora, na superfície da mina – os "estrangeiros" –, cujas mortes não resultavam da natureza do seu trabalho, mas da má-fé, da ira dos revoltados. Não obstante sua morte sinistra, seus corpos foram identificados, levados de volta à sua terra natal, com direito

[12] Substância que resulta da mistura de metano (CH_4) com oxigênio (O_2) e ocorre naturalmente nas minas de carvão mineral, sendo capaz de produzir uma explosão que detona facilmente na ocorrência de chamas ou de faíscas em ambientes fechados.

ao enterro digno. A dinâmica e a hierarquia do trabalho nas minas subterrâneas de Moatize estiveram vinculadas à *necropolítica*, na medida em que a "capacidade de decidir quem pode viver e quem deve morrer" estava vinculada à natureza do seu trabalho e categoria, assim como estava associada à naturalidade, à raça e ao tipo de (des)cuidado que seus corpos mereciam.

A estratificação do trabalho na mina coloca em xeque a narrativa colonial e sua autoimagem como "não racista e cega à cor" e da suposta igualdade entre cidadãos portugueses (brancos) e nativos (negros), desvelando as marcas do racismo estrutural caraterizado pela "existência de comunidades separadas" (MONDLANE, 1995, p. 47). A separação entre as comunidades, para além do quadro legal discriminatório de então, no contexto laboral nas minas de Moatize, os trabalhadores estrangeiros e nativos viviam mundos diferentes. O relato de Maria Eugénia, portuguesa e esposa de engenheiro português que trabalhava nas minas de Moatize e personagem que dá voz ao livro *Rainhas da Noite*, expressa de forma enfática a linha divisória desses *mundos*:

> [q]uanto à minha, à nossa [vida], resumia-se a uma casa cercada por um filme onde as coisas pareciam acontecer, mas não aconteciam de verdade, separadas de nós por uma espessa barreira: não podíamos beber a água, respirar o ar. A gente do outro lado era gente, mas não era gente, sofria, mas uma dor diferente da nossa, falava uma língua à qual não chegávamos. Tinha propósitos diferentes dos nossos, destinos também. Que era aquilo, que era aquilo que ninguém me deixava conhecer de verdade? Aquilo que até Laissone e Travessa se esforçavam para que eu olhasse de longe, sem me aproximar? Cuidado, senhora! Não vale a pena, senhora! [...] Aos poucos as coisas acabaram por acalmar-se. Os mineiros dispersaram cabisbaixos, a polícia guardou as armas e os engenheiros voltaram ao ténis das manhãs de domingo, nos seus imaculados equipamentos brancos (COELHO, 2013, p. 1734).

Todavia, apesar das condições sanitárias, laborais e o estatuto subalterno que era atribuído aos mineiros negros, eram eles que garantiam o funcionamento da mina; outrossim, "[a]pesar das condições precárias em que viviam, tinham expressões alegres e um ar seguro" (COELHO, 2013, p. 937).

Figura 6: Trabalhadores brancos e negros em processo laboral na mina de Moatize na década de 1920.
Fonte: Rufino (1929).

Figura 7: Trabalhadores entrando na mina subterrânea em Moatize na década de 1970.
Fonte: Revista Expresso (2011).

O acidente com mais mortes registradas foi o de 1976, no qual foram registrados 98 mortos. Paradoxalmente, o acidente que teve maior repercussão política e atenção midiática foi o que ocorreu no dia 2 de agosto de 1977, anteriormente relatado.

A exploração das jazidas de carvão de Moatize resultou do impulso econômico do colonialismo tardio – pós-conferência de Berlim, de 1884-1885 até 1975, com o alcance da independência de Moçambique –, que explorou "sistematicamente os recursos dos territórios,

[fixando] famílias portuguesas [...] [e controlando] o movimento dos trabalhadores africanos" (MONDLANE, 1995, p. 67), camuflada na retórica dos "programas para 'regenerar' o espaço africano e seus habitantes" (MUDIMBE, 2013, p. 16), pois mais do que a aquisição/posse do território, também estava em jogo um conjunto de relações sociais e espaciais:

> a inscrição de novas relações espaciais ("territorialização") consiste finalmente em produzir linhas de demarcação e de hierarquias, de zonas de enclaves; o questionamento da propriedade; a classificação de pessoas segundo diferentes categorias; a extração de recursos (MBEMBE, 2011, p. 43 – tradução livre).

Do ponto de vista das dinâmicas do capital, o momento da presença da mina subterrânea pode ser compreendido como sendo o da formação de uma força de trabalho proletário envolvendo um pequeno núcleo de atores empregados em diferentes setores da mina. Além do emprego formal, a mineração difundiu (voluntariamente ou não) um conjunto de práticas que foram ressignificadas socialmente para a criação de classes trabalhadoras e classes sociais com identificação com o trabalho mineiro e reaproveitadas para outros usos pelas comunidades locais, que passaram a constituir marcas/identidades do lugar.

Apesar do contexto social e histórico do início da exploração das minas de Moatize, é preciso enxergar que esse processo se constituiu em meio a conflitos e resistências sociais, como foi o caso da recusa em trabalhar na mina ou em incorporar o trabalho na mina como única fonte de renda, não permitindo que a mineração regulasse completamente o social. Um exemplo concreto disso é o uso do carvão mineral de camadas superficiais – não aproveitado para atividades industriais por ser de baixa qualidade – para a queima de tijolos de argila, que inicialmente visava à construção de infraestruturas da mineradora e que foi incorporado na dinâmica social para a produção e construção de moradias da população local, como uma atividade socioprofissional e fonte de renda para quem praticava/pratica a olaria.

A exploração efetiva do carvão de Moatize foi realizada até 1986 e incidiu sobre a camada Chipanga[13], nome das minas abertas neste período. Nesse período, a exploração das minas esteve a cargo da CCM, que, três anos depois da independência de Moçambique, foi nacionalizada, passando a se designar Empresa Nacional de Carvão de Moçambique ou Carbonífera de Moçambique (Carbomoc).

[13] Em Moatize foram detectadas seis camadas distintas de carvão com designações e propriedades próprias, sendo a camada Chipanga uma delas. Estudos revelam a forte propriedade física (chegam a atingir 32 metros de espessura) e química (se extrai coque de alta qualidade e altos materiais carbonosos para a queima) dos carvões desta camada. Atualmente, explorado pela empresa Vale, não surpreende que seja o carvão de bandeira no mercado global.

Com a passagem das minas para a Carbomoc, a exploração e a exportação do carvão foram paralisadas em 1986, em consequência da destruição das vias de acesso de escoamento causados pela Guerra Civil (1977-1992), sobretudo a linha de Sena, que fazia ligação de Moatize ao porto da Beira, onde o carvão era exportado. A extração de carvão encerra por definitivo em 1993 e, devido à insustentabilidade das minas subterrâneas, em 2006, após a abertura de concurso internacional para a adjudicação das minas, a Carbomoc é declarada extinta.

Para o novo Estado criado depois da independência de Moçambique, em 1975, as minas de Moatize constituíam um aporte industrial para sua afirmação como um país de vanguarda no processo de desenvolvimento industrial, na medida em que, além de ter uma base sólida de conhecimento, aproveitamento e comercialização, serviu para a criação de um enclave mineiro, tornando o país previdente e previsível do ponto de vista mineral. Esse processo criou marcas que ficaram inscritas nos corpos, no território, no horizonte sociopolítico, que orientam a lógica de um *lugar mineiro por excelência* que "sustenta um determinado imaginário social sobre a natureza e suas bondades" (SVAMPA, 2019, p. 17 – tradução livre), e que constituíram o substrato para o reatamento da exploração das jazidas de carvão mineral por empresas multinacionais no século XXI, tornando o "capital natural" uma fonte de renda e ingressos.

Em síntese, durante a primeira fase da exploração carbonífera – desde as primeiras explorações coloniais até os primeiros anos da independência de Moçambique –, todo o aparato de infraestruturas físicas foi criado para servir o setor mineiro, e o uso (limitado) destas para outros fins/segmentos sociais seria um transbordo ou ação caridosa da mineradora. Além de dominar e ter à disposição a infraestrutura física, de transportes, de comunicação, bem como vastas extensões de terras, houve a pretensão de subordinar a dinâmica social local à mineração – como reserva de mão de obra ou como fornecedores de insumos alimentares –, o que não chegou a se efetivar por conta da recorrência de acidentes e constantes perdas de vida durante os trabalhos na mina, o que levou os locais a se apartarem dos trabalhos na mina ou à sua combinação com outras comunidades de práticas e de subsistência.

Fora as questões ligadas à cronologia e às sucessivas concessões das minas, pode-se perceber que os distintos momentos da exploração de carvão mineral em Moatize revelam que o carvão tem vida social e vai adquirindo outros contornos, alguns dos quais ambíguos e contraditórios. Por mais que o significado do carvão mineral – elemento não antrópico – possa ser atribuído aos usos, atribuições e motivações humanas – antropológicos –, o seu valor mercadológico está inscrito "em suas formas, seus usos, suas trajetórias. Somente pela análise

destas trajetórias podemos interpretar as transações e os cálculos humanos que dão vida às coisas" (APPADURAI, 2008, p. 17), razão pela qual, no capítulo seguinte, me ocuparei, em parte, de seguir os fluxos de trajetos do carvão mineral na atual conjuntura produtiva.

O instigante dessa proposta reside no fato de apontar para uma ontologia da coisa em si, nesse caso, voltar a atenção para o carvão de Moatize e as sucessivas transações – humanas – realizadas em torno dele. Estas se deram por meio de minas subterrâneas e de suas perfomatividades específicas, pois, fora os altos custos de gestão da mina subterrânea,

> a opção subterrânea é utilizada geralmente quando a quantidade de estéril existente sobre a massa mineralizada é de tal ordem que inviabiliza a exploração a céu aberto. Uma das grandes vantagens das minas subterrâneas atualmente é o menor impacto ambiental que provocam, o que em determinadas circunstâncias acaba por ser determinante na eleição deste método (CAVADAS, 2012, p. 13).

Cabe ressaltar que, no momento atual, o carvão constitui a matriz energética dominante (atualmente cobre cerca de 40% da energia do mundo), e sua extração se dá sob formas de exploração distinta do que abordamos anteriormente (lavra a céu aberto dominada por empresas multi/transnacionais), com outras rotas comerciais e níveis de consumo (o mercado asiático duplicou o consumo de carvão nos últimos 40 anos). Para tal, é imprescindível ter ciência do papel desempenhado pela empresa transnacional de origem brasileira, a Vale do Rio Doce, na transformação e indução de novas práticas sociais em Moatize no contexto do Antropoceno (vinculativo da crítica ao modelo de "desenvolvimento" e ao neo/pós-extrativismo), no qual a ação humana se converteu numa força de transformação com alcance global e geológico-planetário. Paradoxalmente, o carvão mineral, parte dele explorado em Moatize, tem sido apontado como o "pecado original" do aquecimento global, figurando como principal matriz energética da atualidade (IEA, 2015), o que tem contribuído para o aumento das emissões industriais e torna cada vez mais urgente o debate franco sobre as "opções" adotadas pelo Estado moçambicano.

Como discutido anteriormente, as dinâmicas da produção e da construção de sentidos do lugar a partir da mineração – o *lugar minerável* – constituem-se historicamente, têm um trajeto e uma materialidade entre as demais lógicas do lugar, implícitas às formas de habitar e às configurações mais que humanas do vale do rio Zambeze. Na sequência, proponho-me a seguir o fluxo de outras dinâmicas e formas de ser no lugar, em que o carvão mineral, que consubstancia a lógica mineral, é um dentre outros elementos não antrópicos existentes na imensidão do lugar e de seus "bens naturais" – o vale do rio Zambeze.

2.3 A BACIA CARBONÍFERA DE MOATIZE É PARTE DO VALE DO RIO ZAMBEZE: PROCESSOS DE SUBVERSÃO AO LUGAR MINERÁVEL

Inicio a descrição de outras lógicas do lugar a partir de experiência de campo em Moatize, lógicas provocadas pelo incremento de projetos de mineração de carvão mineral a partir de 2007, com a concessão de licenças de exploração mineira a duas grandes empresas ligadas ao investimento direto estrangeiro (IDE), a brasileira Vale do Rio Doce, ou simplesmente Vale (como discutirei nos próximos capítulos), e a mina de Benga[14].

Além da Vale e da mina de Benga, que iniciaram a exploração mineira em 2011, o aumento de pedidos e de concessões mineiras a diferentes empresas no seu conjunto consubstanciam a materialidade do *lugar mineral*, colocando a "mineração" como o "acontecimento" mediado e articulado ao dispositivo de *desenvolvimento* que opera por meio processos de classificação em que os "corpos [suas relações com o entorno e formas de habitar], são contados, homogeneizados e cerceados na sua extensão" pela mineração (APPADURAI, 2004, p. 179).

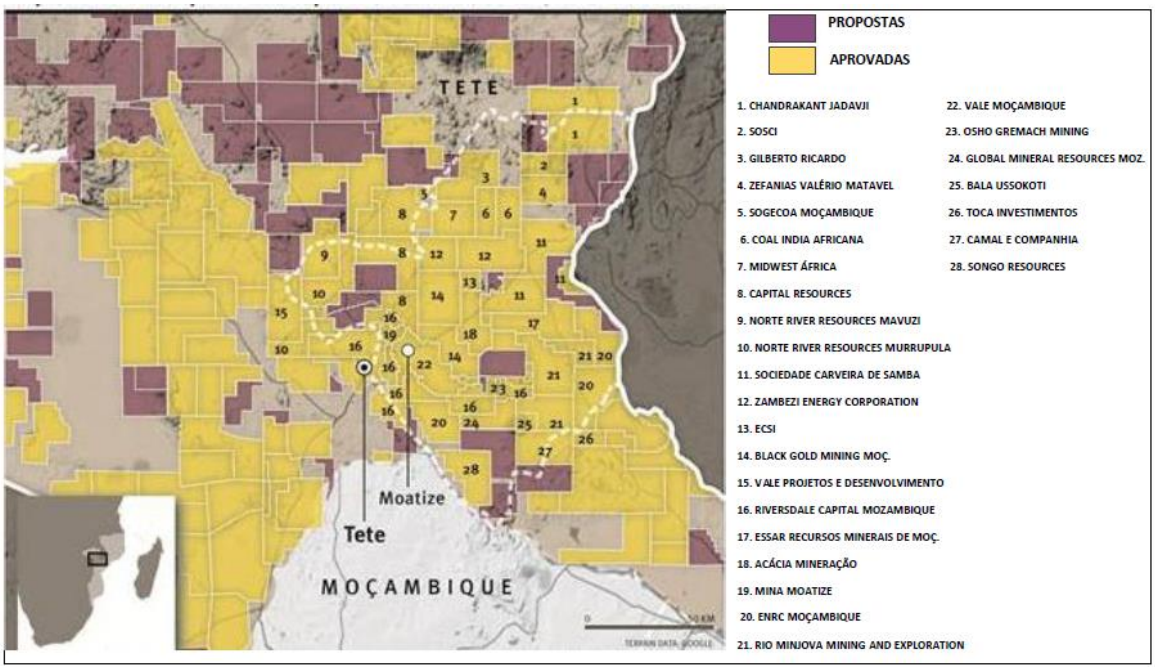


Figura 8: Lista de licenças de mineração aprovadas e propostas em Moatize.
Fonte: Readaptado pelo autor a partir do mapa do Relatório da *Human Rigth Watch* (2013).

[14] A mina passou por dois processos de concessão: inicialmente pertencia à Riversdale (2009-2010), empresa australiana que obteve sua concessão em 2009; mais tarde, em 2011, a empresa Rio Tinto adquire na totalidade a mina de Benga e outros ativos da Riversdale, tendo explorado a mina até 2014. A partir de 2015, 65% da mina é vendida ao consórcio indiano *International Coal Ventures Provate Limited* (ICVL).

O mapa anterior mostra que a ideia de lugar minerável se corporifica com base na existência de dispositivos físicos de material tangível que sustenta essa lógica, como é o caso de empreendimentos mineiros e de concessões mineiras propostas e aprovadas. Outrossim, o processo da constituição de lugar mineral tem aporte legal, pois a Lei de Minas (número 14/2002, artigo 42), referente ao uso e ocupação de terras, assim prescreve: "o uso da terra para operações mineiras tem prioridade sobre outros usos da terra quando o benefício econômico e social relativo das operações minerais seja superior" (BOLETIM DA REPÚBLICA, I SÉRIE, n. 26, 2002, p. 9).

Não obstante a "legitimidade" concedida à ideia de lugar mineiro com base em diferentes dispositivos, os distintos padrões de mobilização social e as gramáticas de contestação em torno dos efeitos socioambientais ocasionados por empreendimentos mineiros e suas formas de operação, os diferentes segmentos afetados pela mineração, ao colocarem em pauta seu conjunto de práticas e sua trauma de relações, revelam o caráter viciado da lógica mineira – assumida pelo Estado, implementador de políticas públicas, e pela empresa, ator empreendedor – de construir e significar o lugar, pois a mineração constitui uma "força de assalto às bases de subsistência de comunidades que haviam mantido certo grau de autonomia [ante o atual estágio de mendicidade instalado]. Por outro lado, o Estado abdicou de seu papel de vetor central da modernização a favor de um mercado capitalista que empurrou a gente a se arranjar *por si só e como poderem*" (APARICIO; BLASER, 2018, p. 112 – tradução livre).

A proposição de Bruno Latour (2013), com vistas à restituição "dos seres da metamorfose", constitui o ponto de partida para o questionamento da lógica mineral como o único modo de existência. O que interessa descartar diante da lógica mineira é o rastreamento de suas agendas no lugar e os fins sociais que ela cumpre. Para tal, a noção latouriana de "caderno de encargos" no sentido de avaliar, para "cada tipo de seres [articulado à ideia de lugar]", suas "*exigências essenciais*" (LATOUR, 2013, p. 182 – tradução livre), cumpre uma função essencial ao desmantelar a instituição de valores e formas de *ser mineira* do *lugar*. Esses valores e formas estão vinculados à operacionalização das técnicas de planejamento que se fazem acompanhar da destituição de outras formas de ser, da "materialidade que deve ser combatida", no sentido de que buscam reduzir o todo à parte, pois a bacia carbonífera – o carvão mineral visibilizado – é parte da diversidade de elementos não antrópicos e da trama de relações mais que humanas de habitar o lugar.

No sentido de restituir o lugar e sua ordem do mundo, seguirei a descrição a partir de experiências e do conjunto de práticas humanas – e sua associação com os não humanos – de meus interlocutores afetados pela mineração.

Os processos de instalação e desenvolvimento da mineração a céu aberto das empresas Vale[15] e Riversdale (2007-2010) levaram ao reassentamento de cerca de duas mil famílias (a Vale com 1.365 e mina de Benga com 679), e a um número não especificado de famílias que aderiram a outras formas de compensação para além do reassentamento (indenização total ou parcialmente assistida para a compra/construção de uma casa, pagamento em valor monetário, por exemplo). De acordo com o censo populacional de 2007, a média de pessoas por família na província de Tete era de 4,8 pessoas por agregado familiar, e a taxa de crescimento anual era de 4,2 % (INE, 2007). O processo afetou cerca de 10 mil pessoas que, na sua maioria, não tinham um emprego formal e outros serviços ditos essenciais/básicos de saúde, educação, água potável, eletricidade. Todavia, devido às disposições do lugar permitirem práticas heterogêneas de diferentes atividades de subsistência, isso lhes possibilitou ter ou recorrer a bens e serviços de outros modos e meios para além do formal, tendo em conta a diversidade de "recursos" e o conjunto de relações possíveis com o ambiente.

A entrada em funcionamento dos projetos de mineração ocorreu posteriormente ao deslocamento compulsório de famílias localizadas na zona de influência direta dos empreendimentos da Vale e da mina de Benga. Contudo, os locais de reassentamento revelam diferenças morfológicas em relação ao local de proveniência, ligadas à aproximação de proximidades de principais braços e afluentes de zonas baixas dos rios Rovúbuè e Moatize.

[15] Discuto com mais profundidade as fases de implantação de uma mina (qualquer que seja) no capítulo 4; ainda no capítulo 4 e nos subsequentes capítulos (5 e 6), discuto com profundidade essas fases em relação à Vale.

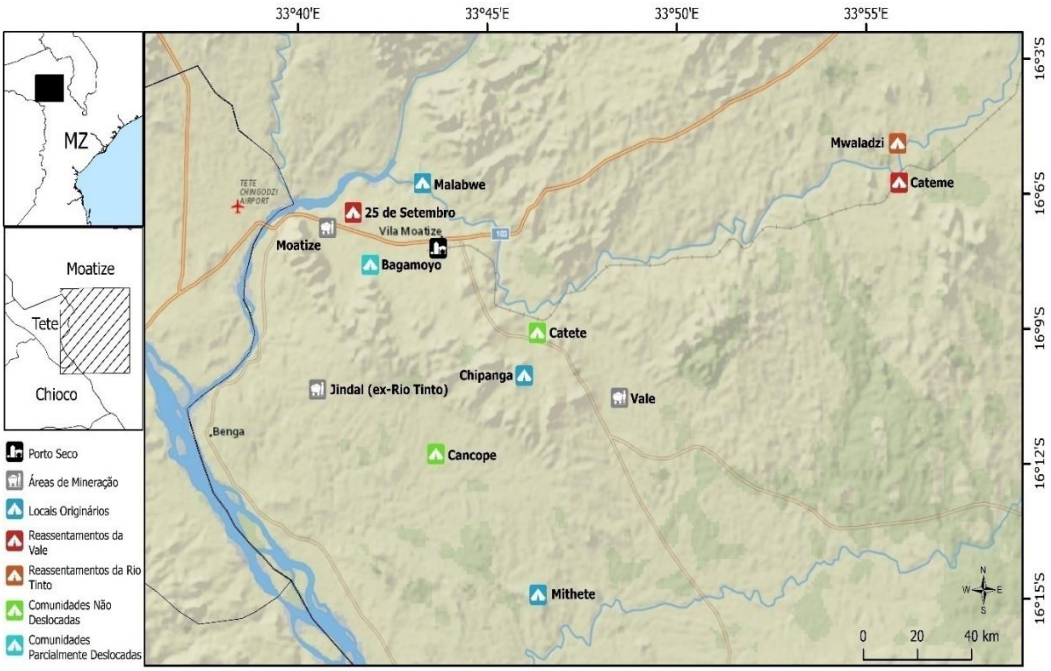


Figura 9: Mapa da localização das mineradoras, porto seco, dos locais originarias e de reassentamento da Vale e da Rio Tinto.
Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

O mapa anterior, além de mostrar a localização dos assentamentos originários e dos reassentamentos criados pelas empresas mineradoras, demonstra de maneira implícita que o rio Zambeze, seus afluentes e a vasta rede de ecossistemas variados, fauna, flora, entre outros, são parte estruturante do distrito de Moatize, onde estão localizadas as jazidas de carvão mineral.

A bacia do rio Zambeze é a quarta maior bacia hídrica do continente africano, e sua abrasadora diversidade de elementos não antrópicos propicia a prática de atividades agrícolas, de pesca, caça, de criação de animais, de produção de carvão vegetal, lenha e outras práticas ecológicas de pequeno e médio porte levadas a cabo pela população baseadas na combinação de diversas formas de conhecimento ocasionadas por encontros sociais historicamente constituídos e por uma rede descentralizada de comunidades locais, de instituições públicas ao redor do seu núcleo central, a vila de Moatize.

De um modo geral, a região é estruturada pelo rio Zambeze. Este nasce no interior do continente africano, numa altitude de 1.585 metros acima do nível do mar nos montes Kalene, noroeste do distrito de Solwezi, na República Democrática da Zâmbia, e tem a extensão de cerca de 3.000 km desde a sua fonte até sua foz, no Oceano Índico. Desde a nascente, o rio cobre uma área de cerca de 1,4 milhão de km^2, em oito dos quinze Estados integrantes da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), com parcelas diferenciadas da área total da bacia na seguinte ordem: Zâmbia (41,7%), Angola (18,5%), Zimbabwe

(15%), Moçambique (12,8%), Malawi (8%), Botswana (1%) e Namíbia (1%) (BIRD, 2010; ZAMCOM; SADC; SARDC; 2015).

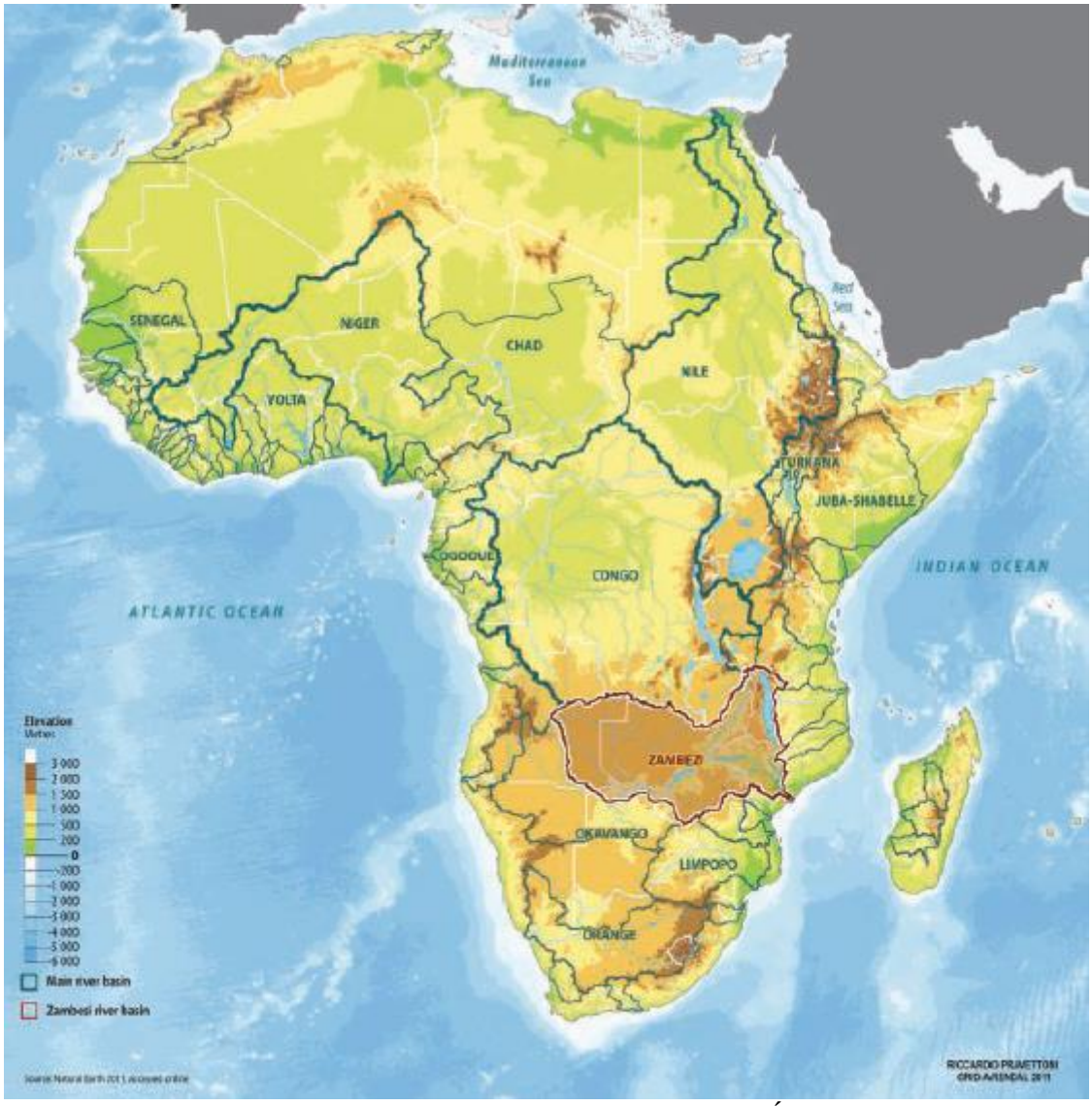


Figura 10: Extensão do vale do rio Zambeze nos países da África Austral.
Fonte: ZAMCOM; SADC; SARDC (2015).

Cerca de 13% do vale do rio Zambeze, em torno de 27,7% da superfície nacional, ocupa o território moçambicano em quatro das 11 províncias do país: toda a província de Tete e alguns distritos das províncias de Manica, Sofala e Zambézia. Segundo os dados do último censo populacional (INE, 2019), 6,55 milhões de habitantes, em torno de 23% da população de Moçambique, se localizam no vale do rio Zambeze.

O vale "é um dos recursos naturais mais diversificados e valiosos do continente africano". Tal diversidade é referente ao rio e à sua densa rede de afluentes e ecossistemas integrados, que envolvem água, solos, florestas, vidas selvagens que permitem que a bacia

desempenhe papel relevante e vital para milhões de pessoas ao seu redor, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional da população. Todavia, o atual cenário de crescimento do parque industrial e a rápida urbanização aumentam a pressão sobre os "recursos" existentes, tendo efeitos socioambientais profundos sobre a continuidade de formas de habitar das minorias sociais, sobretudo de "mulheres, homens e crianças que têm diferentes níveis de capacidade, habilidades e capacidade de adaptação devido a diferentes papeis, oportunidades e acesso aos recursos" (ZAMCOM; SADC; SARDC 2015, p. 1).

A fragmentação do vale do Zambeze em função dos "bens naturais" e interesses econômicos em jogo datam do tempo colonial e o conjunto de projetos que se designou "plano de desenvolvimento do vale do Zambeze" era intervencionado por diferentes atores internacionais. Na década de 1960, ao se referir sobre os projetos do governo colonial, Mondlane (1995) refere que

> [o] vale do Zambeze em si constitui já uma das áreas agrícolas mais ricas e, recentemente, foram aí descobertos vários minerais importantes. Em 1962, o Diário de Lisboa anunciou que estavam sendo feitos planos para a extração de titânio, magnetite e flúor. O carvão e o ferro já estavam sendo extraídos em pequenas quantidades, mas previa-se que só a exportação do ferro poderia contribuir com um total de 25 milhões de libras anualmente. O aspecto mais importante do plano, contudo, é a construção de uma barragem gigantesca em Cahora Bassa. Está previsto que seja projeto conjunto com a África do Sul, e com considerável apoio da Europa Ocidental e Estados Unidos [...]. A barragem será a maior de África, inundará uma área de 1000 milhas quadradas" (MONDLANE, 1995, p. 82).

O trecho anterior, ao mesmo tempo que revela a diversidade de "bens naturais" ao longo do vale do Zambeze e o potencial do lugar ser intervencionado economicamente por diferentes atores, também revela que as comunidades locais se encontravam diante da diversidade e da possibilidade de desenvolver em série ou em paralelo diferentes atividades de subsistência, atividades essas que se perderam e provocaram a desagregação social depois da implementação de tais projetos. Recentemente, com o deslocamento compulsório como denominador comum das ações de protesto das populações afetadas pelas empresas, não é possível seguir com a vida que vinham levando, o que meus interlocutores verbalizam dizendo: "lá [de onde foram deslocados] tínhamos experiência de fazer muitas coisas":

> *Anselmo*: por que é que muito tempo depois, há cerca de cinco anos que vocês foram reassentados aqui, sempre se fala de onde vocês vêm, onde a empresa explora carvão atualmente?
> *Interlocutor D*: posso dizer uma coisa? Uma mulher quando se casa, está proibida de pensar na casa dos pais? Se ela estivesse bem lá onde se casou, não ia pensar sempre lá na casa de onde saiu, mas como não está bem, o coração está sempre a pensar em casa do pai e da mãe?
> *Anselmo*: Então, o que está a acontecer aqui, é igual ao casamento?

> *Interlocutor D*: faz de conta, casamos e estamos a pensar sempre na nossa casa, lá de onde nos tiraram.
> *Anselmo*: Mas a empresa já está a explorar carvão.
> *Interlocutor D*: faz de conta, lá era nossa empresa [...], lá nós tínhamos experiência de fazer muitas coisas, alguns estavam a se dedicar mais na *machamba*, outros se inclinavam na brita, criavam animais, vendiam arreia, arreia, pescavam produziam verduras para vender.
> *Anselmo*: e tijolos?
> *Interlocutor D*: tijolos não posso mentir, os de Chipanga [reassentados pela Vale] é que faziam mais (Excerto de conversa de campo, junho de 2018).

Capanga, local onde residia o interlocutor D, antes de ser reassentado pela mina de Benga, em 2010, localiza-se numa das margens do rio Rovúbuè, um dos afluentes do rio Zambeze, e tem histórico de associativismo agrícola, do qual o interlocutor fazia parte na Associação Integral de Capanga, com parte de seus produtos comercializados na cidade de Tete e na vila de Moatize. Com a abertura da mina de Benga, os associados perderam seu local de produção; seus membros se dispersaram e disputaram entre si o bolo maior do valor da indenização. Apesar de ter solicitado e recebido vários apoios para continuarem com as atividades praticadas outrora em outro local, não conseguiram ter êxito, por causa de um conjunto de fatores de ordem física do lugar (por exemplo, rios e disponibilidade terra para a criação de gado e para o cultivo de hortícolas).

A menção ao fato de "fazer muitas coisas", na fala de meu interlocutor, revela que não se trata de "uma região [lugar] abandonado pelo capital, mas de uma região [lugar] composto de numerosos exemplos de economias alternativas comunitariamente constituídas e uma visão promissora com suas potencialidades" (GIBSON; GRAHAM, 2011, p. 312-313 – tradução livre), na medida em que o lugar propiciava o desenvolvimento de práticas feitas em série e em paralelo, ao mesmo tempo que em tais práticas havia a proximidade e o afastamento do rio, morro, mata, argila, proximidade com coletivos humanos, entre outros. Ademais, a fala do interlocutor permite explorar o que chamo de "divisão espacial e especial do trabalho" enquanto reconhecimento de que outras atividades ocorriam com mais intensidade em outros locais, como a olaria em Chipanga, a produção de cereais como mapira (uma espécie de sorgo produzida no vale do Zambeze) e a mexoeira (*Pennisetum glaucum*, cereal nativo da África) em Malabwe e Mithethe, onde se localizavam comunidades reassentadas pela Vale.

A pluralidade de atividades de subsistência desenvolvidas pela população antes do seu reassentamento revela que o lugar era performado por uma ontologia econômica da diferença, as "economias diversas" caraterizadas por diferentes formas de trabalho (não necessariamente assalariadas), formas de transação (não necessariamente mercantis) e *empresas* (não necessariamente capitalistas) (GIBSON; GRAHAM, 2008; 2011). Ocasionada pela

diversidade de “bens naturais” no seu conjunto, a noção de *vale do rio Zambeze* permite captar o potencial de levar uma vida autônoma com o controle de áreas-chave da vida social, algo além da visão instrumental da natureza e da exploração desenfreada do carvão mineral como simples acessório, refletindo a diversidade de elementos não antrópicos e as dinâmicas sociais heterogêneas como a existência/continuidade do cordão umbilical entre sociedade e natureza.

Voltando à noção de “cadernos de encargos” e seu compromisso ontológico sugerido por Latour (2013), a instituição do lugar mineral constitui uma forma atomizada, bipolarizada e desestruturante do lugar, na medida em que a mineração em curso implica dissolver – ao mesmo tempo em que intensifica os laços intrínsecos entre sociedade-natureza – a pretensão de retirar e transformar os locais de uso comum, a vegetação, a paisagem, os rios, as relações, entre outros “bens naturais”. O lugar, além de passar por processos de desocupação humana, se tornaria chão aberto para a retirada de carvão, acumulação de rejeitos, destroços vegetais, e, em função da lógica mineira, outras formas de lugar “não serão descritas, mas condenadas, pois têm o efeito de diminuir aquilo que o *livre mercado* maximiza” (STENGERS, 2018, p. 454).

Não obstante a “captura do lugar” (STENGERS, 2018) pela mineração ligada ao contexto da “guerra econômica” e a sua associação ao dispositivo de “desenvolvimento”, há que se ter em conta que as práticas de subversão de tal captura estão sempre à espreita, ganhando corpo nas ações e gramáticas de contestação social apresentadas pela população afetada pelas mineradoras que, de tempos em tempos, se rebela, abandona novas casas, que está constantemente a negociar uma nova pauta com as empresas e/ou governo ao mesmo tempo que pautas antigas são renegociadas sob novas concepções e percepções que as comunidades vão adquirindo. Simultaneamente, a população conquista e/ou perde batalhas e tenta reviver as memórias do seu passado antes da mineração, apelando para a aporia do “êxito do fracasso”, uma forma de consolidar a plenitude do lugar e o compromisso ontológico de habitar o vale do Zambeze como “experiência e uma memória ativas, compartilháveis, criadoras de exigências políticas” (STENGERS, 2018, p. 452).

A consideração do lugar como parte do vale do rio Zambeze, que emerge nas gramáticas e no conjunto de práticas dos atores afetados pela mineração, revela e emana, a partir da sua diversidade não antrópica e do conjunto de práticas humanas, um conjunto heterogêneo de elementos condensadores de sentido com diferentes encargos sociais refletidos na fala de um de meus interlocutores: “*tínhamos experiência de fazer muitas coisas*”, tal como sugere a perspectiva de *habitar*, para a qual, ao longo do(s) caminho(s),

“vidas são vividas, habilidades desenvolvidas, observações feitas e entendimentos crescem” (INGOLD, 2015, p. 38).

Figura 11: comercialização de brita amontoada ao longo da estrada que liga a cidade de Tete à vila de Moatize e, do outro lado da estrada, plantação de milho ao longo da margem do rio Rovúbuè, próximo a Capanga, local de proveniência da população reassentada pela implementação da mina de Benga.
Fonte: fotografia do autor (2018).

Figura 12: Crianças pescando à margem do rio Rovúbuè, próximo de Capanga, local de proveniência da população reassentada pela implementação da mina de Benga.
Fonte: fotografia do autor (2018).

Figura 13: Mulheres e crianças lavando roupas, amontoando terra e pescando no rio Moatize, próximo de Chipanga, local de proveniência da população reassentada pela implementação da mina da Vale.
Fonte: fotografia do autor (2018).

Figura 14: Homem produzindo esteira artesanal em Malabwé, margem norte do rio Rovúbuè, local de proveniência da população reassentada pela implementação da mina de Vale.
Fonte: fotografia do autor (2018).

3 REESCREVENDO A PESQUISA DE CAMPO: RELAÇÕES, INTERPELAÇÕES E (DES)ENVOLVIMENTO EM MOATIZE

> O mundo é como uma máscara dançando. Se você quer vê-la bem, não deve ficar parado num lugar só.
>
> Chinua Achebe (2011 [1964]).

Neste capítulo, relato como foi feita a pesquisa de campo que dá sustentação empírica à problemática, que buscou indagar sobre as práticas e dinâmicas induzidas pelo "discurso[16] de desenvolvimento" representado pela mineração da empresa Vale em Moatize, além de como esses discursos são apropriados (seu poder governamental) por seus "proponentes" (empresa/governo) e como são emulados e tensionados pelos atores afetados pela mineração da empresa. Inicio o capítulo com a discussão das opções metodológicas e das técnicas adotadas, bem como as considerações éticas necessárias ao trabalho de campo, para finalizar com o foco estrito no relato de campo.

3.1 DEMARCANDO AS OPÇÕES METODOLÓGICAS

O trabalho se orientou por uma pesquisa de campo etnográfica[17] do tipo qualitativo-fenomenológica, que se propõe a entender o comportamento dos atores levando em consideração sua trama de "relações [sociais no sentido amplo que envolve relações com o entorno, assumindo que os não humanos, com ou sem a intenção dos humanos coparticipam da sociabilidade] que influenciam a interpretação, os pensamentos, os sentimentos e as ações" (SOUSA; BARROSO, 2008, p. 151). De acordo com Ingold (2016, p. 406-407), "o campo nunca é vivido enquanto você está de fato lá, ocupando-se dos afazeres da vida quotidiana, ele só emerge quando você o deixou, e começa a escrever sobre ele. Talvez o mesmo não valha para o etnográfico". Se na pesquisa de campo trata-se de "estar *lá*", no local para onde o pesquisador se afasta para ouvir, sentir, falar, participar, conhecer, se envolver nas ações cotidianas, a etnografia se forja no processo de passagem do vivido para a descrição por escrito da experiência em campo.

---

[16] O discurso é concebido como a materialidade corpórea sujeita a diferentes formas políticas de controle e disciplinamento. Nesses moldes, o poder não se concebe como o "autoritarismo e coerção absoluta", mas como uma trama de relações marcada por procedimentos específicos.

[17] A etnografia não é um método, ela tem seus métodos (INGOLD, 2015; 2016).

No sentido de dar conta da problemática arrolada na pesquisa, recorri a distintos métodos e técnicas de coleta de dados, como a observação participante e a participação observante, histórias de vida, entrevistas com recurso a roteiros semiestruturados previamente preparados, conversas (in)formais, fotografias, vídeos disponíveis no Youtube sobre a população afetada pela Vale – um deles produzido pela empresa – e o uso de dados secundários, como relatórios de produção, planos de atividades e Estudos de Impacto Ambiental (EIA) produzidos pela Vale; foi necessária a combinação das referidas técnicas com o diário de campo para dar conta de registrar o que chamava atenção, algumas intuições e percepções em determinado instante, ciente de que "não percebemos com os olhos, os ouvidos ou a superfície da pele, mas com o corpo todo" (INGOLD, 2015, p. 87). Nesse sentido, o diário de campo serviu para verbalizar as intuições, percepções e memórias que iam surgindo.

A observação ocorreu em três distintas fases: i) *observação generalizada e intuitiva*, que ocorreu no início da inserção em campo; o que interessava era o desenvolvimento de algumas intuições e a apreensão do campo, da realidade em estudo, e cercar-me de alguns interlocutores que, mais adiante, se tornariam atores e eventos-chave diante da complexidade do empírico; ii) *observação essencial*, quando, de maneira progressiva, fui me focando em questões mais essenciais da "realidade" estudada; e, por último, iii) *observação evidente*, em que, depois de muito tempo em campo, busquei de maneira seletiva algo de específico que importava para a pesquisa. A observação foi auxiliada com recursos e registros ao diário de campo, no qual foram registrados os momentos, as coisas, os eventos, os interlocutores que chamavam atenção, e, mais tarde, levou à elaboração de fichas e esquemas de percepção que facilitaram a organização da memória e a sistematização dos dados produzidos.

As observações foram feitas na vila ao longo do posto administrativo de Moatize e na cidade de Tete, esta última principal centro urbano da província de Tete, localizada a 20 km da vila de Moatize, que, pela proximidade, alberga os principais órgãos governamentais, ONGs, instituições de ensino, hotéis e instituições que acolhem encontros envolvendo a sociedade civil, o governo e a diversidade de atores afetados e trabalhadores da empresa.

Por se tratar de uma empresa multinacional, o limite espacial de sua ação não se reduz à sua concessão, mas também à sua influência territorial e extraterritorial nos locais de influência ambiental de sua força laboral, de circulação de seus fluxos e redes, de maneira (não) intencionada, como é o caso de instituições de ensino que buscaram adequar seus currículos às demandas empresariais, assim como os efeitos prováveis dos movimentos de contestação à empresa e da possível interrupção de seu processo produtivo.

Para expressar melhor o que se falou anteriormente, recorro ao que aconteceu em outubro de 2018 (depois de terminar a pesquisa com a presença física em campo, mas vinha acompanhando cada desdobramento a distância), quando moradores dos bairros de Nhantchere e Bagamoyo invadiram o interior da concessão da Vale, em protesto às vibrações e à poluição do ar resultantes da abertura de uma lava dentro de sua concessão e próxima aos bairros. Em resultado dos protestos e da paralização da mina, o vice-ministro do setor dos Recursos Minerais e Energia de Moçambique se dirigiu aos manifestantes, dizendo que a paralização da mina tem implicações à economia do país como um todo, em resultado dos impostos que a empresa pararia de pagar, e teria efeitos para todos os moçambicanos. Esse fato veio à tona para elucidar a fronteira tênue do raio de ação e efeitos da empresa Vale.

Além de me deslocar para diferentes bairros ao longo da vila de Moatize – Bagamoyo, Primeiro de Maio, Chithata, 25 de Setembro –, me desloquei para diferentes localidades ao longo do posto administrativo de Moatize, como os reassentamentos de Cateme (criado pela empresa Vale) e de Mwalazi (criado pela antiga mineradora Rio Tinto), os povoados de Kamkopi, Tchenga e as antigas zonas de proveniência das comunidades cujo acesso ainda é livre, embora parcialmente abandonado, como Malabwe e Chipanga.

Desloquei-me em visitas guiadas a alguns setores específicos da empresa Vale, na área de "Desenvolvimento Social e Comunidades". Essas visitas ocorreram na sala de costura, no edifício da Vale na vila de Moatize e em Cateme, onde funciona a fazenda Modelo e se desenvolvem as principais atividades comunitárias para os reassentados. A visita ocorreu mediante autorização da empresa, quando, durante a conversa formal com representantes, solicitei observar *in loco* algumas ações e projetos de geração de renda em curso, alguns na vila, como a incubação de algumas iniciativas dirigidas por integrantes das comunidades de Moatize (diretamente e indiretamente afetadas pela mineração da empresa Vale). Durante as visitas orientadas, foi possível interagir com integrantes da população e com técnicos/extensionistas trabalhando, e pude observar o curso de suas atividades, mediante a orientação de alguns extensionistas da empresa Vale. As visitas guiadas às instituições da empresa ocorreram entre os meses de junho e julho de 2018, de maneira intercalada.

Foram feitas visitas guiadas em duas instituições de ensino que lecionam cursos de mineração, o Instituto Médio de Geologia e Minas de Moatize (IMGM) e o Museu Geológico de Moatize, localizados na vila de Moatize. Também foi feita uma visita guiada ao Instituto Superior Politécnico de Tete (ISPT). Essas visitas foram feitas a partir da sugestão de seus representantes durante conversas formais e entrevistas. Importa referir que o ISPT foi criado em 2006 para satisfazer as demandas futuras de mão de obra pelas empresas mineiras, e uma

parte significativa da mão de obra da Vale se formava ali. Algo mais, digno de referência, é que ao longo da minha formação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), recebi e convivi com colegas moçambicanos, docentes do ISPT, em passagem por esta Universidade, seja de curta duração, ou em Mestrado e Doutorado, desenvolvendo pesquisas que incidiam sobre o carvão de Moatize, parte dele explorado pela Vale.

As observações, conversas (in)formais foram registradas no caderno de campo e na agenda pessoal, os quais depois foram fotografados; as fotos e as entrevistas gravadas foram conservadas na memória do celular e depois descarregadas na nuvem virtual como forma de conservar e permitir o seu acesso a partir de qualquer dispositivo, mesmo em caso de danificação ou de extravio do celular. O caderno de campo, ao mesmo tempo que auxiliava a reflexão posterior ao momento vivido, também permitiu "visualizar retrospectivamente as lacunas" e, no meu caso, serviu como "motivador de diálogo e de resgates" para conservar as lacunas da memória (ACHUTTI; HASSEN, 2004, p. 287). Foram registradas notas de percepções visuais, auditivas, emocionais, do tato, da visão e de outro conjunto de elementos que me chamaram a atenção. As anotações foram feitas regularmente por meio de palavras-chave, paráfrases ou algumas codificações simples de recordar e que permitissem o registro ao final do dia ou da jornada.

Além do registro escrito, a pesquisa de campo foi feita com recurso do registro digital, por meio de fotografias, com vistas a auxiliar a memória escrita e a ilustração do que a palavra escrita não consegue transparecer. A imagem fotográfica é usada ao longo do texto na ilustração do que está sendo dito (texto) e para diferenciar um cenário do outro (ACHUTTI; HASSEN, 2004).

Durante a pesquisa, foram feitas conversações diretas e entrevistas com recurso a roteiros semiestruturados, estes consistindo na aplicação de "perguntas normalmente específicas, mas [que] o entrevistador está livre de ir além da resposta", o que se avantajava pelo fato de permitir, por um lado, "*sondar* para além das respostas" dadas, prestar atenção no que estava emergindo, e, por outro, direcionar a conversa, estabelecendo um diálogo com interlocutor (MAY, 2004). As entrevistas eram feitas depois de muito tempo de interação, em caso de interlocutores já conhecidos e de fácil acesso. No caso de interlocutores vinculados a instituições públicas, ONGs e/ou empresas, as entrevistas ou conversas foram marcadas com alguma antecedência. Preferencialmente, optei por marcar entrevistas depois do primeiro contato formal com cada interlocutor. Isso permitiu que houvesse um reconhecimento recíproco, alguma confiança e fluidez durante as entrevistas/conversas formais. Nas instituições, as entrevistas foram feitas com pessoas indicadas de acordo com suas

disponibilidades. Importa referir que algumas instituições não permitiram a gravação de entrevistas nem o acesso ao local da entrevista/conversa com um aparelho eletrônico. Nesse caso, foi imprescindível o uso do diário de campo e da memória, que permitiram retomar o que foi dito de maneira lógica e coerente.

Foram realizadas 25 entrevistas, das quais 12 com interlocutores institucionais: i) uma entrevista na Direção Provincial de Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, com responsáveis e técnicos do departamento de Terra e Ambiente; ii) quatro entrevistas com representantes de diferentes órgãos distritais de Moatize, sendo duas na sede do governo distrital de Moatize, uma com o pessoal dos Serviços Distritais de Planeamento e Infraestruturas e uma com o pessoal dos Serviços Distritais de Atividades Econômicas; iii) duas entrevistas com instituições de ensino, sendo uma no ISPT e outra no IMGM; iv) quatro entrevistas com representantes da sociedade civil, sendo uma com integrantes da Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC), uma com integrantes da União Provincial dos Camponeses de Tete (UPC-Tete), uma com integrantes da Kubecera e outra com representantes da Rambog; e v) uma entrevista com representantes da Liga Moçambicana dos Direitos Humanos. Também foram realizadas entrevistas com dez integrantes da população de Moatize, dos quais quatro foram reassentados pela Vale (dois em Cateme e dois no bairro 25 de Setembro); com dois residentes do bairro de Bagamoyo; com uma liderança comunitária de Chithata; com um residente do bairro 1º de Maio; com um reassentado em Mualadzi; com um professor do Ensino Primário em Moatize; com um engenheiro de minas; com um comerciante no Mercado Municipal de Moatize; e, finalmente, com um oleiro no bairro de Chipanga.

Em resumo, no total foram feitas cinco visitas guiadas: duas visitas à Vale, e uma visita cada, respectivamente, ao Instituto Médio de Geologia e Minas de Moatize (IMGMM), ao Instituto Superior Politécnico de Tete (ISPT) e ao Museu Geológico de Moatize. Durante as visitas, houve conversas formais que consistiram na explicação da função específica de cada atividade, instrumentos e pedido de esclarecimentos sobre algo que ficou despercebido ou aprofundamento de determinados assuntos. Os diálogos e esclarecimentos foram registrados no diário de campo, em fotografias, e, durante a revisão dos tópicos das conversas, foi possível entrar em contato solicitando esclarecimentos. Foram tiradas mais de 500 fotografias com recurso à câmera digital do celular, criando-se um caderno de campo virtual de fotografias que, ao mesmo tempo que fotografava e as baixava na nuvem do *Onedrive*, automaticamente a câmera registrava a hora e o local exato e/ou próximo de onde foram tiradas. Das entrevistas realizadas, foram feitas oito gravadas em aparelho e sete outras que,

por não terem sido autorizadas as gravações, foram transcritas no caderno de campo. As entrevistas restantes não foram utilizadas, porque as conversas e interações formais tiveram mais conteúdo do que as entrevistas realizadas. O critério para a determinação dos entrevistados e o número de entrevistados foi determinado pela dinâmica do campo, e busquei diversificar os atores em relação a idade, residência, naturalidade, formação, instituição e função laboral, abrangendo a diversidade de atores e suas histórias de vida social e/ou profissional. Ademais, sempre que possível, me foquei mais na vivência e na sua complementação com o que estava sendo dito nas falas, conversas e entrevistas, e sempre que possível busquei uma complementação com o que está ou foi escrito a respeito em fontes e dados secundários, assim como na consulta a outros atores que participaram dos momentos mencionados na fala.

A análise discursiva, ligada "às maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas" (SPINK; MEDRADO, 2013, p. 27), foi combinada a diferentes técnicas de análise, respetivamente; análise de enunciação, retórica, releitura e criatividade.

Em todos os momentos da pesquisa, sempre levei em conta os procedimentos éticos, baseando-me na resolução número 510, de 7 de abril de 2016, definida pelo Conselho Nacional de Saúde do Brasil[18], que orienta "o respeito e garantia do pleno exercício dos direitos dos participantes, devendo ser concebida, avaliada e realizada de modo a prever e evitar possíveis danos aos participantes". Assumindo as especificidades das Ciências Sociais e Humanas, esse marco normativo sustenta que, por mais que as pesquisas não se constituam por meio de uma intervenção direta no corpo humano, pelo fato de lidar com "atribuições de significado, práticas e representações", a pesquisa social é suscetível a certo grau de risco, na medida em que metodologicamente lida com dados obtidos de participantes ou informações identificáveis que podem implicar os interlocutores. Por essa razão, levei em conta todas as disposições (de I a X) do artigo 3º dos Princípios Éticos das Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, no sentido de respeitar e garantir a proteção às partes, esclarecendo sobre a pesquisa, seus fins, assim como o sentido e as implicações de sua participação, e todo o artigo 9º, no que concerne aos direitos dos participantes. Também levei em consideração os artigos 4º e 5º do capítulo III, referente ao Processo de Consentimento e do Assentimento Livre e Esclarecido. Alguns termos de autorização sobre o consentimento e assentimento livre e

[18] RESOLUÇÃO Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016. Publicada no DOU nº 98, terça-feira, 24 de maio de 2016 - seção 1, p. 44-46.

esclarecido foram obtidos de maneira escrita, como apresento nos anexos, e outros por meio de expressão/concordância oral.

3.2 REESCREVENDO A PESQUISA DE CAMPO

3.2.1 Pontos de partida

Cheguei no distrito de Moatize na noite do dia 29 de março e fui direto à casa indicada por um amigo moçambicano, que tive a oportunidade de conhecer em Porto Alegre quando da sua passagem, por um período de três meses, pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Minas, Metalurgia e de Materiais (PPGE3M), da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), quando estudou as propriedades dos carvões produzidos pela Vale. Por coincidência, tínhamos o mesmo objeto, mas com recortes distintos, na medida em que ele, sendo da área de Engenharia, tratava de produzir um conhecimento físico-químico sobre o carvão extraído pela Vale, com o objetivo de agregar valor à cadeia produtiva, e eu, por outro lado, trato das implicações e dos efeitos socioambientais de tal produção em Moatize. Outro fato curioso é que eu e ele não somos nativos de Tete, e, por circunstâncias distintas, a mineração tratou de cruzar nossos percursos sociais.

No dia seguinte, pouco depois das 9 horas, chega meu amigo na casa que me deixara na noite anterior. Percebi sua presença ouvindo sua voz falando com a dona da casa. Saí, o saudei e ele me apresentou à dona da casa, que, dentre outras coisas, quis saber o que fazia e o tempo que iria arrendar o local e, mais adiante, me falou de seus outros inquilinos, das casas ocupadas e vazias. Com o amigo, troquei uma conversa rápida e ele se foi. Arrumei uma desculpa para poder escapar do seu gesto de “bom anfitrião” e ir me virando desde o primeiro dia, pois não me sentia deslocado. Ainda que passasse três anos fora dali, as músicas tocadas, as diversas línguas, linguajares e sotaques que perfilavam já me eram familiares. Olhei à minha volta e notei que o quintal tinha cinco casas e três delas eram ocupadas por inquilinos, incluindo eu; nenhuma delas a dona da casa e suas filhas ocupavam. Todos nós buscávamos água na única torneira que havia no quintal; com a vida corrida que levávamos, a torneira e o quintal compartilhado permitiam que nos cruzássemos e conversássemos timidamente nos primeiros dias, e mais adiante nos tornássemos parte da família, pois nem eu, nem os outros

inquilinos éramos nativos; estávamos ali cumprindo objetivos específicos, e, mais uma vez, a mineração nos reuniu, e eu já começava a me familiarizar com o campo.

Durante o dia, me encontrei com um dos inquilinos e, ao me aproximar da torneira para pegar água, nos saudamos e trocamos algumas palavras. Esperando que fosse rápida, a conversa marcou parte da pesquisa de campo:

> - Mano – disse ele –, tudo bem? Ouvi quando chegaste ontem à noite, pelo teu sotaque és de Maputo, né? Te ouvi a falar Nhungué com mamã [assim como tratávamos a dona de casa].
> - Sim, sou de Maputo, mas não é a primeira vez que venho para Tete, por isso falo um pouco de Nhungué.
> - Eu também sou de Maputo. Tenho uma obra no Intaka, muito antes da circular. Posso dizer que já é casa porque estou a fazer acabamentos na casa.
> - Intaka, é perto de onde eu moro, mas seguindo a via da zona verde, tem uma picada que liga a zona de Santa Maria para Intaka, é lá onde eu estou.
> Ao saber que não era a primeira vez que eu me deslocara a Tete, lhe ocorreu algo que geralmente ocorre a muitos que se cruzam "fora de casa", movidos por buscar oportunidades de singrar na vida. Daí desatou dizendo:
> - Aqui tem boas oportunidades, mano. Eu sou motorista de uma empresa que trabalha para a Vale, outro gajo que mora naquela casa é da Beira e trabalha diretamente na Vale.
> - Eu também conheço algumas pessoas que trabalham na Vale e alguns professores, mas eu estou aqui para fazer pesquisa de campo em Moatize.
> - Tens que aproveitar, mano, por exemplo, eu não sei se estaria a ganhar o mesmo que ganho aqui em Maputo e, mesmo ganhando, não sei se conseguiria poupar como faço aqui. Já que ainda estou a construir, consigo viver aqui e investir na obra que tenho em Maputo.
> Percebi pela fala que "pesquisa de campo" passou despercebido, pois para ele se tratava de outra forma ou um trabalho diferente do seu, mas que era a oportunidade que eu deveria aproveitar. Talvez ele esteja tão certo... Enquanto conversávamos alguém saiu de casa e queria se juntar à conversa.
> - Ela é minha esposa – disse ele –, nos conhecemos aqui, ela é da Beira e já estamos juntos por três anos, temos um filho que está em Maputo com a avó, minha mãe. Vida aqui, com criança não é fácil.

Assim, minha pesquisa de campo esteve coroada de uma enorme diversidade que me acompanhou desde onde passei a residir, e se expressou nas línguas, sotaques, músicas, cheiros de alimentos e até nas roupas com timbre de empresas que os vizinhos trajavam ou penduravam no varal.

Fora de casa, durante as jornadas da pesquisa de campo em Moatize, uma das coisas que me chamou a atenção foram as frotas de automóveis 4x4, com os nomes de diferentes empresas timbrados nas portas, os mesmos timbres presentes em automóveis de transporte de passageiros, nas botas e roupas que os funcionários trajavam e que, em períodos escuros do dia, refletiam luz por conta dos sinais refletores. Esses sinais eram notórios a toda hora e em todos os lugares, o que evidenciava a intensidade do trabalho industrial. Estávamos diante da "indústria mãe das indústrias", a mineração, porque no condomínio empresarial se

encontravam outras empresas que, de maneira colaborativa ou não, prestavam serviços à empresa mineradora, à Vale ou à *International Coal Ventures Limited* (ICVL), que também extrai carvão mineral próximo à concessão da Vale.

Falando em roupas com símbolos das empresas, outras cores e marcas já não faziam parte do cotidiano de Moatize, mas fizeram história de transformação do local durante a implantação da mina da Vale. Uma das empresas era a Odebrecht, de origem brasileira, que foi subcontratada pela Vale para edificar a primeira mina de carvão, na construção de infraestruturas, e construiu os reassentamentos para a população reassentada pela Vale[19].

Figuras 15 e 16: Homens trajando roupas de empresas de diferentes áreas de atividade em Moatize.
Fonte: Fotografias do autor (2018).

Voltando aos corpos, tal como mostram as imagens anteriores, outros trajavam roupas com timbre de empresas como a Ceta, referência na construção civil em Moçambique, que já se encontrava em vias de falência (assim se dizia, "a Ceta de hoje não é como aquela antiga"). Essa mesma empresa teria participado da reabilitação das casas nas quais a Vale reassentou as famílias afetadas. Além da Ceta, havia roupas com o timbre da Pro-Air, empresa que participou de uma tentativa de reabilitação do reassentamento da Vale.

Também se podia ver timbres de empresas de outros ramos em roupas e automóveis, desde mecânica, informática, serviços de perfuração e mineração, do ramo alimentar, uma rede sul-africana de supermercados. Essas empresas tinham em comum a prestação de serviços diversos às mineradoras. O que mais me chamava a atenção nesse cenário era o uniforme da Vale (camisas de cor verde, calças cinzentas, botas pretas e um crachá pendurado ao pescoço), quando avistava os funcionários no horário de partida, para mais uma jornada laboral. Seus semblantes eram enérgicos e vibrantes, de boa disposição, mas quando

[19] Diga-se de passagem, a história dos reassentamentos ainda vai dar o que falar, pois algumas casas, durante a pesquisa de campo, recém tinham passado por uma terceira reabilitação, por causa da suposta "má qualidade" denunciada pelos reassentados, e as três tentativas de reabilitação não conseguiram resolver o problema.

regressavam, os semblantes manifestavam o oposto, talvez num reflexo de grande jornada e pressão laboral.

Falando nos corpos sob as roupas, a maioria daqueles com os quais me deparei eram de jovens do sexo masculino. Outros corpos também trajavam roupas com timbres de empresas que coparticiparam e empregaram muita gente, alguns em formação, durante a implantação da Vale, mas algumas delas só conseguiram prestar um único serviço, e depois nunca mais se ouviu falar nelas. Iguais às empresas, alguns corpos só tiveram oportunidade de trocar outras formas de trabalho pelo emprego formal remunerado durante a época da implantação, e depois, nunca mais conseguiram emprego. Esses corpos mostravam marcas do tempo. Ao lado de suas histórias e vidas havia outros corpos um pouco mais escolarizados, alguns mais jovens, outros nem tanto, com semblantes diferentes dos anteriores, que transmitiam otimismo. Alguns contavam histórias de tentar um trabalho pela primeira vez, outros de ter trabalhado ou estar buscando um novo emprego, e outros ainda desejavam fazer um curso profissional para obter um emprego. Durante as conversas, uma conhecida contou que perdera o emprego porque, mesmo com a política de gênero incentivada, ela não conseguira a vaga pois não tinha habilitação para dirigir[20].

Portanto, minha concepção de iniciar com o campo estava sendo posta em xeque, na medida em que ele, os objetos, estavam sempre apelando aos sentidos com todo o gás. A intensidade foi tão maior que nem deu tempo para dar-me conta de que o campo tinha iniciado, pois, para mim, a noção de iniciar a pesquisa passava por reencontrar parte dos interlocutores e instituições com quem pude interagir durante a pesquisa de Mestrado, em 2015, e socializar os resultados da minha pesquisa ao mesmo tempo que iniciaria outra pesquisa de campo, o que não foi tão linear assim, pois igual aos trabalhos na mina, que nunca param, as dinâmicas socioambientais ocasionadas pela mineração nunca paravam, e talvez o campo também não tivesse parado. Portanto, caberia o trabalho de percorrer o tempo, a memória de com quem pude conviver e compartilhar minha primeira imersão em 2015, indo ao encontro das pessoas e observando locais e registrando (des)continuidades que a memória, o diário de campo, as conversas trataram de conservar.

No meio tempo entre o final da pesquisa de campo do Mestrado, em 2015, e o início da pesquisa de campo de Doutorado, em 2018, as dinâmicas ocasionadas pela mineração da

[20] Como resultado da demanda pelos cursos técnico-profissionais, geralmente de curta duração, verifica-se a proliferação de cursos de operador de máquinas voltados às maquinarias pesadas, à condução e manejo de tratores, escolas de condução, entre outros.

Vale tomaram outros rumos: aumento e proliferação de ONGs; aumento de projetos sociais e de atividades de geração de renda; aumento das afetações e dos efeitos (in)desejados da mineração, com os atores locais buscando renovar suas pautas de (des)aprovação por meio de suas gramáticas e valorações sobre a mineração, provocando novos (des)acordos; o desvio de rios; as explosões de dinamite e o aumento de tremores de terra e poluição do ar e das águas pelo carvão mineral. Portanto, o que as comunidades previam e temiam que viesse a acontecer, a empresa e os atores de mediação nas disputas (ONGs e o governo local) se propunham a resolver a curto prazo; já em 2018, durante a pesquisa de campo para este trabalho de tese, estavam em curso efeitos e fenômenos anteriormente indesejados, alguns dos quais se intensificavam (aumento de contestações e o surgimento de outros segmentos sociais com diferentes formas/graus/intensidades de afetações, desde nuvens e poluição do ar, vedação total de zonas de acesso comum, "morte do rio Thíbù" etc.).

Figuras 17, 18, 19 e 20 (da esquerda para a direita e de cima para baixo): crianças jogando futebol em campo de terra; fabricação e secagem de tijolos de argila; populares transportando lenha e carvão vegetal; e gado pastando no interior da concessão da Vale, na divisa com o bairro de Chithatha e Bagamoyo, em Moatize, abril de 2015.
Fonte: fotografias do autor (2015).

Figuras 21, 22, 23 e 24 (da esquerda para a direita e de cima para baixo): nas duas figuras de cima, mina de carvão a céu aberto; pessoas transitando entre vagões de trem estacionado, e fumaça de carvão mineral se espalhando no ar.
Fonte: Fotografias do autor (2018).

Portanto, ao mesmo tempo que optei por trocar o âmbito da pesquisa, à mercê de algumas questões que já me instigavam, o meu campo estava em movimento também, pois os locais de acesso comum que pude transitar em 2015 não pude mais acessar em 2018 junto com meus interlocutores, devido à expansão da mina. Ou seja, o que temia que pudesse vir a acontecer se tornou fato consumado, sobre o qual eu estava também imerso (vedação de zonas de acesso comum, desvio do rio Moatize e a morte do rio Thibu; a confirmação de que as casas precisavam ser reabilitadas, mais uma vez, e o fracasso de mais uma fase de reabilitação). Outrossim, verificou-se o surgimento de redes de contestação que viviam o dilema dos atores de desejarem ser reassentados para ter acesso a "novas moradias e talvez acesso à água e eletricidade", ao mesmo tempo que temiam que a sua sorte fosse igual à de outros que já foram deslocados e que lá onde estavam "não tinha vida", por não poderem ser o que foram e não poderem mais manter o novo tipo de vida ao qual seriam induzidos.

Os atores que antes faziam parte de um coletivo de voz única, como os oleiros e os reassentados, à mercê da mudança das lideranças (no caso dos oleiros) e da pauta contestatória (reassentados), se tornaram diversos e com pautas por vezes divergentes. Da parte do governo, fora o discurso oficial que alguns setores procuraram incorporar, passando a imagem de que estava tudo bem, em meio ao discurso genérico, houve vozes que se opunham,

assumindo que “como governo, em algum momento precisamos dar a mão a torcer, porque também sentimos os efeitos”.

Durante a pesquisa, tive a oportunidade de poder acessar a empresa Vale, fazer entrevistas com funcionários da empresa, trocar conversas formais sem possibilidade de gravar, fazer visitas guiadas e me inteirar *in loco* dos projetos de geração de renda implementados e da sua operacionalização. Além da Vale, pude circular em locais de debate que envolviam ONGs (que não obstante seu perfil específico, a tônica mineira foi “caindo de paraquedas”), integrantes do governo local, parte das comunidades afetadas e a participação de integrantes da empresa Vale.

Tudo isso despertou uma curiosidade, na medida em que, de maneira simplificada, eu buscava entender como é que a população – que passou a integrar as estatísticas de beneficiários da empresa Vale, que constituem a parte tangível da materialidade do “desenvolvimento” expressa por meio das casas de alvenaria, que viram sua renda crescer, que deixaram de depender apenas da agricultura de subsistência, e algumas delas jamais contavam ter uma casa de alvenaria com água e eletricidade etc. –, contesta o que supostamente lhes beneficiava? Outra coisa que chamava minha atenção, já mencionada antes, era a proliferação de ONGs que tinham a mineração como seu programa de ação e que cada vez mais incorporavam a pauta ambiental em suas “estratégias de ajuda”, “de meio ambiente”, sem com isso questionar a noção do “desenvolvimento” em si, focando nos processos de mudança social, tal como tem sido a tônica dominante de diferentes organizações internacionais. Isso corrobora a ideia de que

> o problema do desenvolvimento fez surgir uma verdadeira indústria [...] com um relacionamento complexo e muitas vezes ambíguo com agências governamentais internacionais e privadas envolvidas ativamente na promoção do crescimento econômico, aliviando a pobreza e promovendo uma mudança social benéfica em regiões “em desenvolvimento” do mundo. Da Oxfam e da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), passando pelo Banco Mundial [...] se concentraram na pesquisa e na ação voltadas para o desenvolvimento (COOPER; PACKARD, 2016, p. 694).

Fora as impressões gerais da entrada em campo, o que marcou esse momento foi o reencontro com alguns dos meus interlocutores e as conversas surgidas, no sentido de trazer à pauta o que tinha ocorrido desde a última vez que tínhamos nos avistado em 2015, e, por questões prudência científica, optei por iniciar a interação socializando os resultados da minha pesquisa de maneira individual, e depois marcamos um encontro no bairro para que a socialização fosse mais estendida. Foi num desses encontros que um dos presentes perguntou:

"*nós temos ou não temos razão?*", referindo-se às contestações da comunidade que eu investigara outrora, questionando-me se a comunidade estava fazendo o "certo" ou não.

Box 1: "*Nós temos ou não temos razão?*"

No momento inicial da pesquisa de campo, enquanto buscava reatar o tempo que me separou de Moatize, das dinâmicas da mineração e de seus efeitos sobre as diversas comunidades e em relação a alguns acordos, avanços ou sucessos alcançados, decidi me reunir com parte dos interlocutores nos bairros de Bagamoyo e 25 de Setembro com vistas a socializar os resultados da pesquisa de Mestrado. Os bairros estão relativamente próximos, no que pude fazer o percurso caminhando 30 minutos a pé, por isso tratei de marcar o encontro para às 10 horas no bairro de Bagamoyo e 13 horas no bairro 25 de Setembro. Tratava-se de um exercício relativamente difícil, pois além de suscitar uma "saída do mundo e linguagem acadêmica", pressupunha a habilidade de escuta, pois se tratava de gente com muita habilidade para falar sem reservas, pois a fala retratava o seu cotidiano. O encontro inicialmente marcado para dez pessoas acabou ocorrendo com quatro. Comecei a agradecer pela presença e socializei sobre a minha pesquisa a razão do meu retorno, mais uma vez. Algumas pessoas que passavam tentaram se aproximar para saber do que estávamos tratando. Em meio à conversa alguém disse "ma fala ya Vale", que traduzindo literalmente seria "falas/histórias/acontecimentos sobre a Vale". Em meio do nada, a tonalidade da voz aumentou, toda a gente querendo falar e atrair a atenção dos outros. O que me atraiu não foi só o fato de eu virar ouvinte, mas o tipo de falas que vinham à tona de forma aleatória, alguns relatos compartilhados eram consentidos ou recebiam a solidariedade dos presentes. Uma senhora que passava e se juntou ao grupo para saber de que estávamos tratando se despediu e, enquanto isso, uma explosão ouvia-se ao fundo e os rostos elevaram-se, olhando para cima, na direção da mina. Quando fui olhar, dei conta que os olhares buscavam a nuvem de pó de carvão que se formava no ar sempre que houvesse explosão na mina, e logo um dos interlocutores que morava ali perguntou se o filho já estava preparado para ir à escola. Mais tarde percebi que a explosão da mina ocorria no mesmo horário todos os dias, e eles usavam-na como relógio para orientar suas atividades durante o dia. Enquanto víamos o pó flutuando no ar, a senhora que se despedira virou para mim, dizendo: "papá, aqui nós todos já estamos mortos, só estamos à espera de sermos enterrados, alguém viver a respirar aquele ar todos os dias". Aquilo foi um ímã para que outras falas surgissem, agora de um interlocutor tão próximo e muito reservado, que desatou a dizer: "esses gajos nos mataram de vez, fecharam nossa porta [acesso ao local de uso comum]*, toda nossa vida estava lá, aquelas crianças que você está a ver, essa hora iam estar lá a aprender a caçar passarinhos com os amigos, a lenha que estávamos a vender, as machambas e água para tomar banho, tudo tínhamos lá [...]". Enquanto ia mencionando uma série de acontecimentos seus ou de terceiros, quando parou para apanhar ar, me fez uma pergunta que exige mais destreza, engajamento político, que desafiava meu senso de humanidade, a razão de eu estar ali e o sentido profundo da minha vida acadêmica, dizendo: "nessas coisas que estamos a falar e que você mesmo está a ver, nós temos ou não temos razão?". Uma simples pergunta, feita sem muita abstração, mas sincera vem desafiando meu engajamento acadêmico, pois quem clama por razão, clama por justiça, e colocar na balança seu senso de justiça e, mesmo quando o mundo desaba, demandar por razão, a justiça é uma honra de que poucos se valem. Trata-se, na realidade, de participar ativamente e da potência de poder influenciar o curso dos eventos no mundo.*

Excerto de anotações do caderno de campo.

Moatize, 5 de abril de 2018.

3.3 (DES)CONECTANDO PESQUISAS DE CAMPO

Na pesquisa social, a relação entre teoria e empírico, mais do que conteúdos disciplinares ligados à formação em Ciências Sociais, tem a ver também com as perspectivas do pesquisador sobre como estudar um dado fenômeno, sua postura epistemológica sobre quais aspectos conceder primazia, dependendo da sua relevância em relação aos métodos de "coleta de dados" e de análise resultante. No entanto, se a pesquisa tiver de pender mais à teoria ou ao empírico, esta terá vantagens e limitações: ao conceder centralidade à teoria, o próprio processo de "teorizar, implica em algum momento reduzir a experiência às prioridades e às categorias conceituais do marco analítico escolhido" (ACOSTA, 2005, p. 129); ao focar mais no empírico, implica basear-se na "experiência imediata, mirando as particularidades que enfocam" (INGOLD, 2015, p. 338), ignorando a orientação mais geral e específica sobre determinadas questões da vida social (MAY, 2004).

Consolidamos o debate – talvez de certa forma desnecessário para expressar o quanto o desenho desta pesquisa foi permeado por esses distintos momentos. Aliás, quando da banca de qualificação do projeto de tese, os professores já tinham feito menção ao fato do desenho de pesquisa não se descolar do que tem sido boa parte dos projetos de pesquisa em Sociologia, na direção de que o eixo teórico tem proeminência sobre o empírico. Essa observação acabou por constituir um guia para minha ação durante a pesquisa de campo, permitindo abrir-me ao campo e deixá-lo falar por si, pois o trabalho de campo, mais do que a generalização da teoria, consiste em "fazer a teoria por fora", no qual "o mundo, seus habitantes, humanos e não humanos, são nossos professores e interlocutores", ajudando a tensionar a teoria (INGOLD, 2015, p. 340). Além de descontruir algumas categorias pré-estabelecidas e dar conta das especificidades do empírico em questão, o trabalho de campo permitiu desenvolver novas leituras, compreensões e um olhar crítico sobre a inerência entre as "palavras e as coisas" e o caráter local(izado) de algumas teorias/categorias/conceitos. Depois da pesquisa de campo e da sistematização de dados, algo que estava previsto antes do campo caiu por terra, e os dados, além de confirmarem o óbvio e o previsto, direcionaram as leituras e reflexões a outros patamares, no sentido de buscar linhas de diálogo com o que eclodia no campo.

As interrogações que sustentam esta pesquisa datam de 2015, quando da pesquisa de campo de Mestrado, depois da qualificação do projeto de dissertação. Naquele tempo, teoricamente influenciado pela Sociologia pragmática francesa, pela especificidade

(ambiental) da contestação social e seus padrões de mobilização – que geralmente não ocorriam na esfera pública e despontavam em movimentos de protesto contínuo – que constituía o meu empírico, segui à risca as proposições teóricas e as sugestões da banca de qualificação e não me propus a "perder tempo" no sentido proposto por Lyotard (1997, p. 10-11), para quem isso tinha suas implicações, pois "andar depressa é esquecer depressa, reter apenas a informação útil no momento, como acontece com a 'leitura rápida'. Mas a escrita e a leitura são vagarosas, avançam para trás, na direção da coisa desconhecida 'no interior'. Perde-se o tempo em busca do tempo perdido". Portanto, a proposta de "perder tempo" e se aventurar ao desconhecido foi postergada para o Doutorado.

Depois de me centrar nas "operações críticas" em torno da instalação e presença da empresa Vale em Moatize, estava claro, desde 2015, que essas contestações, não obstante seus repertórios específicos constituírem um conflito ambiental, à mercê da leitura de que discutiam o social à luz da epistemologia pós-estruturalista (SAID, 2004; MUDIMBE, 2013; ESCOBAR, 1997; 2010a; 2010b; GIBSON-GRAHAM, 1988; 2011), enquadrei a mineração em Moatize como estando vinculada ao horizonte social aberto pelo "discurso de desenvolvimento", no sentido de que o "desenvolvimento" estava vinculado ao saber/poder que estabelece as condições sociais e epistemológicas de sua efetivação e "princípio de classificação, de ordenação, de distribuição" (FOUCAULT, 1996, p. 21) do lugar, passando a considerar Moatize como *entidade desarrollable* (ESCOBAR, 2011), razão pela qual assumi a advertência de Lyotard (1997) e "decidi perder tempo", incorporando o desafio de fazer a pesquisa de campo que, não obstante à orientação teórica, me disponibilizou apreender e "levar a sério o campo" a partir do que ele tinha para mostrar e ensinar à minha (des)aventura sociológica.

Além do rigor epistêmico demarcado, optei por deixar o campo e os atores falarem, na medida em que suas falas "giravam em torno de um antes e um depois" que tomava em simultâneo o tempo e a temporalidade, o lugar e a "sucessão de eventos até então" (MASSEY, 2015) em torno das dinâmicas da mineração de carvão em Moatize. Para poder dialogar com o campo, busquei me nutrir de leituras nos campos da Antropologia e da Sociologia, e de biografias das coisas na sua trama de relações e interpelações com os humanos (APPADURAI, 2008; KOPYTOFF, 2008; TSING, 2018), assim como com o campo acadêmico bastante consolidado no Brasil e na América Latina que versa sobre o (neo/pós-) extrativismo e os processos discursivos de sua implantação (ANTONELLI, 2007; 2009; DAOU, 2013; SVAMPA, 2018; ARAÓS, 2018; GUDYNAS, 2013; 2016), tomando Moatize como *ente* ativo teoricamente, o lugar e/ou *assembleia* com "coordenações de variadas

maneiras de ser – humano e não humano, vivo e não vivo, dentro e fora das práticas iluministas" (TSING, 2019, p. 150).

Em campo, para além do registro em diário, fotografias e (des)afetos com meus interlocutores e registros que transcendem um simples registro acadêmico, tive um destes que ficou arquivado na memória e na vida vivida: a palavra ou o signo sobre o qual a dinâmica socioambiental, os sacrifícios e os sucessos eram representados, o "desenvolvimento" encubando tudo o que ocorria, quer negativamente ou positivamente. Daí tomei a decisão de seguir seus fluxos e biografia(s) discursiva(s), levando em consideração as dinâmicas que eclodem no lugar motivadas pela mineração da empresa Vale.

Durante a pesquisa de campo para o Mestrado, em 2015, uma das coisas que vi, vivi, ouvi, desenvolvi alguma sensibilidade foi com a palavra "desenvolvimento", como estava sendo articulada e a que práticas ou eventos era associada; era em seu nome que a sucessão de eventos humanos e não humanos se articulava: as estatísticas, o deslocamento compulsório, a mina, o carvão, o ar e as nuvens negras que se formavam, os rios e riachos que deixaram de fluir, os locais de acesso comum, a terra, a argila, o tijolo, a lenha, a pesca e os mundos sociais que se (des)integraram com esses entes; as pessoas que chegavam e partiam para o (des)emprego/oportunidade, as contestações que se registravam, as "casas de pedra", as vidas de camponeses, indenizações concedidas e outras ainda por esperar, o número de infraestruturas, a terra em compensação ao território, de gente que desejava as condições dos reassentados sem desejar levar uma vida igual à que se leva nos reassentamentos, o custo de vida etc.

Resultante das intervenções espaço-temporais ocasionadas pelo "desenvolvimento", havia atores coletivos, como as organizações não governamentais (ONGs), que assumiam protagonismo na cena social, apontavam as falhas e propunham soluções e caminhos que as partes deveriam seguir; o fato curioso é que para estas a/os solução/problemas se centrava(m) no respeito/cumprimento das leis, assumindo-se como porta-vozes e tradutores/assimiladores dos anseios das "comunidades atingidas pela mineração" em momentos de contestação. Todavia, para que a população pudesse se servir da ajuda, deveriam passar por exercícios de disciplinamento, de modo a incorporar em sua pauta contestatória novas gramáticas e terminologias ao que estavam contestando: não era apenas o "desenvolvimento" que estava em questão, mas passou a ser o "desenvolvimento sustentável"; não se tratava de reclamações vulgares como "casas de pedra rachadas", "a terra não produz", "falta de rio", "a terra não é boa para fazer argila", "não consigo encontrar plantas para curar os doentes", "aqui não conseguimos a nossa maneira de viver", "fome" etc.; todas as formas de (r)existência e

gramáticas de contestação foram traduzidas. Aqui, a melhor aplicação do sentido de tradução seria a traição, na medida em que as diferentes aspirações e demandas existenciais e plurais passaram por um processo de refinamento e a significar violação de direitos, mas esses direitos deveriam ser especificados em "humano", "comunitário", "camponês", "de cidadania" etc., de acordo com a ONG que lhe concedia vez e voz. Esses atores não cessavam de aumentar, e alguns setores do governo, em diferentes níveis – nacional, provincial e distrital –, juntos com os primeiros e com a empresa mineradora, assumiam que "este é um fenômeno típico do processo de desenvolvimento" e se propunham a intervir na sucessão de eventos e "resolver os problemas do desenvolvimento", representado pela monstruosidade dos efeitos socioambientais da empresa mineradora em Moatize.

Isso desde logo me pareceu algo paradoxal, pois, por um lado, o carvão era o recurso apontado como o "pecado original" do aquecimento global, por emitir 3/5 do dióxido de carbono (CO_2) na atmosfera, por causar o desflorestamento massivo, o consumo excessivo de energia elétrica, de água, e a destruição das rochas e a criação de um monte de rejeitos – em cada 200 toneladas de carvão extraídas, quatro vezes mais rejeitos são produzidos e descartados; por outro lado, para nós, moçambicanos, o carvão mineral era apresentado como uma opção para o "desenvolvimento", por isso, resultantes da sua extração, eram visíveis a implantação de uma rede de infraestruturas, a circulação de automóveis 4x4 de alta cilindragem, ao longo da estrada, caminhões e maquinários pesados, como caminhões de carga, tratores e guindastes, frotas de ônibus em circulação e outros abandonados e obsoletos; ainda era possível ver trabalhadores vestindo roupas com timbre de empresas prestadoras de serviço à e/ou da Vale e de outra empresa mineradora ali presente. E mesmo em "locais recônditos", havia algum arquivo de registro do "desenvolvimento", associado a grandes obras e a casas de alvenaria, ao acesso à água potável, ao trabalho em empresas capitalistas, orientado por uma lógica e estilo de vida urbano (parcialmente desejado), o que constituía uma "nova paisagem tão uniformemente monocromática como radicalmente antagônica, que emerge e se conforma entanto que uma montagem caraterística do cenário social criado ao ritmo e ao tom do (novo) auge mineiro" (ARAÓS, 2018, p. 50 - tradução livre), que se prolifera atrelado a um horizonte social localizado que promovia a alteração das formas sociais historicamente estabelecidas de habitar o lugar.

Junto à descrição anterior coexistiam outras faces do "desenvolvimento". O local onde foi instalada a empresa e suas infraestruturas de apoio era ocupado pela população local com um conjunto de práticas fluidas, tendo em conta as "especificidades do lugar" marcadas pelos encontros e contatos socioculturais distintos, passando pela anterior época colonial que

contribuiu para a criação de uma infraestrutura mineira e, com ela, a experiência de trabalhar e o conhecimento tácito sobre os efeitos da mineração subterrânea. Da mesma forma, potencializou-se a possibilidade de seguir vivendo a vida distante das amarras de "uma vida urbana e/ou rural", o que implica o emprego formal como única forma de trabalho, e também o consumo e o poder de compra são formas de participação social. A diversidade de maneiras de ser no lugar, ocasionadas pelo fato de Moatize ser parte integrante da bacia do rio Zambeze, permite linhas de fuga em relação ao mercado, e suas formas de organizar a vida acentuam a ligação umbilical intransponível entre sociedade e natureza, sem nenhum distanciamento e separação entre eles, as terras umedecidas pelo conjunto de riachos que permitem que algumas comunidades consigam produzir alimentos durante todo o ano, garantindo segurança alimentar, acesso à água, cuidados aos animais, exercício de outras formas de trabalho e formas alternativas de ter e providenciar recursos necessários para a sobrevivência. A multiplicidade de outros conjuntos de práticas fora das malhas da providência das políticas públicas, das empresas públicas/privadas, com a chegada da Vale, se viu reduzida a duas categorias, uma *rural* e outra *urbana*. Ou seja, houve atribuição de um "tipo humano", por meio de lógicas empresariais, aos atores afetados e deslocados compulsoriamente para outros locais, com o ideal de que suas vidas iriam melhorar.

Algumas das pessoas que se aglomeravam no edifício do governo distrital para reclamar sobre algo que envolvia os afetados e as empresas mineradoras, se viram forçados a aprender a viver fora dos locais de uso comum e passaram a obedecer a outras formas de *habitar* o lugar, outros *mundos*. Junto daqueles que fabricavam tijolos de argila e que se assumiam como oleiros – uma das formas e profissões que escapam à lógica empresarial capitalista, que acabaram sendo considerados desempregados –, havia os que trabalhavam com a produção e comercialização de lenha e carvão, criadores de animais e outros trabalhos; pescadores, artesãos, todos considerados desempregados, alguns dos quais foram reassentados e estavam abandonando os locais de reassentamento, pois consideravam o local de onde foram deslocados de melhor argila, de espécies vegetais para produzir bom carvão e lenha, e sabiam do melhor lugar para morar, criar filhos, animais, realizar produção agrícola e obter raízes medicinais etc. Suas vidas foram mutiladas simbólica e materialmente, e eles foram sacrificados para o "benefício da nação moçambicana", aliada ao capital empresarial, para a exploração do carvão que se encontrava no subsolo do solo – que inclui paisagem, terra, território e territorialidades calcadas no ambiente – que habitavam. Aliás, no dizer dos meus interlocutores, sua deslocação no solo se deveu às riquezas existentes no solo: "diziam que

estávamos a dormir e a cagar em cima de dinheiro, então tínhamos de sair para eles virem explorar o carvão".

Agregando às constatações anteriores, junto ao risco de generalizações dedutivas e de promover a "mesmice do social", vale assumir outras narrativas e constatações da realidade em curso, na qual se constatou sujeitos bem-sucedidos, em alguns aspectos, com a atual dinâmica socioeconômica. Refiro-me a alguns de meus interlocutores, que, ao mesmo tempo que receberam indenização pela terra que cultivavam e se incorporaram bem à nova lógica de "ter de comprar o que sempre produziram", viram seus filhos trabalhando para a mineradora ou suas subcontratadas, no setor público, no comércio (in)formal, entre outras atividades que se sobressaíram no atual contexto; por outro lado, passaram a depender do "bom gesto de seus filhos" para lhes prestar algum tipo de apoio para sua subsistência; outros obtiveram casas de alvenaria, água potável e eletricidade, que algum dia desejaram e/ou jamais sonhavam e carregavam o peso de não poder conceder condições materiais melhores aos seus filhos. Lembrando as palavras de Alberto da Costa e Silva na introdução do livro *O mundo se despedaça*, do renomado escritor nigeriano Chinua Achebe:

> [p]ara esse homem branco, apesar de sua fé absurda, de suas leis incompreensíveis e do seu comportamento irracional, logo acorreram os que não tinham posto na vida da aldeia, os intocáveis e desprezados *osus*, as mulheres [...], todos aqueles que sofriam uma ordem social que parecia imutável, que dela desconfiavam ou, secretamente, mais por impulso do coração do que com o pensamento, discordavam. Junto ao intruso branco foram assentar-se o desprezado, o ressentido, o inquieto, o rebelde, o sonhador. E também os que nele viam a possibilidade de vitória pessoal, num esquema de existência distinto daquele em que haviam falhado, e que, por ambição ou desejo de segurança, se transformaram nos sipaios da nova ordem (SILVA, 2009, p. 12).

O que o trecho anterior tem de paralelo com Moatize é que o homem branco representa o lugar social localizado de um modo de produção e relação com a natureza, e a dimensão do desejo que inaugura e mobiliza as aspirações sociais em desejar algo que ainda não se tem e só se pode ter mediante a aceitação das proposições da empresa. Portanto, às narrativas de sucesso relativo na nova ordem, com a implantação da empresa Vale, outros eventos sociais se cruzam: "desenvolvimento é isso que estamos a viver, querer como não, é isso mesmo, eu não contava que um dia ia ter uma casa assim, nem meus pais pensavam que era possível ter uma casa como esta, mas eu tenho [...] eu também não contava que um dia ia precisar vender lenha para conseguir viver, isso todos nós íamos buscar no mato, era muito, mas hoje uns vendem e outros estão a comprar" (Extrato de conversa formal com liderança C1 do bairro em Moatize, maio de 2018).

Ademais, havia gente local e de outros lugares do país e do mundo que tentavam a sorte e buscavam oportunidades de emprego e negócios em Moatize. Alguns eram e/ou foram bem-sucedidos em um ou outro momento, outros nem tanto e vice-versa; aquilo ali era uma "rodada de sorte" em que alguns aguardavam a sua vez e clamavam por mais transparência e oportunidades, e outros haviam perdido a sua vez de serem artífices de suas vidas. No entanto, enquanto aguardavam, a vida lhes proporcionava surpresas (in)esperadas que a natureza e as circunstâncias lhes davam sem piedade, como foi o caso de interlocutores com quem interagi em 2015 e dos lugares que pude acessar. Ao retomar o campo, em 2018, não lhes pude avistar: alguns não continuavam vivos, outros experienciavam outras realidades, que se assemelham à realidade descrita nos estudos da Sociologia da (a)normalidade como sendo "a morte em vida", por conta dos locais de acesso comum, compartilhados, pastos, riachos, matas que deixaram de fazer parte do seu cotidiano, compondo a memória do passado, porque a mineradora já tinha tomado conta e vedado seu acesso, numa consequência do "desenvolvimento".

Box 2: "*Eis que a mineração tratou de nos reunir*"

Em junho de 2015, pouco depois do horário do almoço, saí de casa para mais um dia de caminhada pelas ruas da cidade de Tete. Na verdade este era um daqueles dias em que me dava preguiça partir a Moatize por conta do horário avançado e do calor intenso que fazia. Minha estratégia de campo era surpreender o sol, para que ele e o calor não me surpreendessem, saindo de casa antes das 7 horas, suportando a fila e a luta pelo transporte público e chegando cedo a Moatize. Por que as "coisas não tinham tempo para começar", o dia poderia começar com enchente dos afetados pela Vale aglomerados na sede do governo distrital; nos encontros ou seminários promovidos por ONGs/empresas/governo; na retomada dos eventos do dia anterior etc., razão pela qual era necessário chegar nas primeiras horas para estar "por dentro das coisas". No dia em questão o sol surpreendeu-me e, por conta do calor, botei bermudas com bolsos laterais que me permitiam levar um caderno de notas, uma caneta, a carteira e o telefone. Quando caminhava pela avenida Eduardo Mondlane, principal avenida da cidade de Tete, logo em frente ao famoso Hotel Zambeze, dei de cara com alguém conhecido que não via há pouco menos de uma década. Se tratava de uma antiga colega do Ensino Primário, que estava acompanhada de seu companheiro. O olhar denotava uma surpresa e indagação comum: "como vieste parar aqui?". Sem dizer sequer uma palavra, por impulso, encostamos à sombra do hotel, nos saudamos e trocamos uma conversa rápida sobre os caminhos de nossas vidas por todo o tempo em que não nos avistávamos e a razão do reencontro ocorrer exatamente fora da "nossa terra", Maputo.

Na verdade, a mineração era a razão do reencontro, mas em circunstâncias distintas: eu tinha chegado a Tete há dois meses para a pesquisa de campo do Mestrado em Sociologia, e em breve estaria de partida; minha ex-colega formou-se numa faculdade de Ciências da Saúde em Maputo; depois da formação trabalhou em alguns centros de saúde na mesma cidade e tinha se deslocado a Tete há cerca de uma semana, junto com seu companheiro, de formação técnica industrial em serralheria mecânica. Estavam em busca de novas oportunidades na capital mineira do país e, naquele momento, seu companheiro voltava de uma entrevista em uma empresa subcontratada pela Vale.

Como pude registrar em maio de 2015, nossos percursos, no momento, eram iguais aos de muitos compatriotas e de gente de outros lugares que, por circunstâncias distintas à capital mineira, trataram de nos reunir. Eis a mineração adentrando no círculo hermenêutico de nossas vidas.

Ao retornar, em 2018, parti com a esperança de reencontrar minha colega, imaginando que seria alguém com quem poderia contar e uma possível interlocutora de campo; me interessaria saber o que tinha se passado com eles, seus estranhamentos, adaptações e experiências no local onde alguns chegam buscando oportunidades ao mesmo tempo que outros partem por falta de oportunidades, ou mesmo os que partem e chegam para agregar financeiramente às experiências obtidas de outros lugares. Infelizmente, ao longo da pesquisa de campo, não pude reencontrar a colega e/ou seu companheiro, e não soube se sua sorte e história eram iguais àquelas narrativas dos que chegaram e tiveram êxitos ou fracassos no "trem de oportunidades dirigido pelo capital mineiro", ou se continuava lutando pela sua vez, ou algo mais que só eles e suas vidas participantes poderiam testemunhar. No entanto, a jornada de 2018 permitiu o encontro, vivências, a criação de memórias de gente conhecida de outras geografias, momentos e circunstâncias que só o lugar trata de reunir e dispersar, igual ao círculo hidrológico do iceberg que passou por vários estados físicos que vão das águas, dos vapores aos blocos de gelo que estavam ali reunidos circunstancialmente e que em algum momento transbordavam sobre os oceanos, as marés, os rios, as lagoas e os ventos com múltiplas direções, sentidos e intensidades.

Excerto de anotações do diário de campo.
Maputo, julho de 2018.

3.3.1 ONGs e a ideia de "ajudar a comunidade"

Junto às dinâmicas do "desenvolvimento", havia um conjunto de atores que se propunham a resolver os "problemas do desenvolvimento". O "desenvolvimento" não vinha só; estava geralmente acompanhado de um conjunto de adjetivos, sendo os mais frequentes o "sustentável" e o "humano". No período entre 2015 e 2018, verifiquei que o número de ONGs organizadas em torno da pauta mineira e da causa comunitária foi crescendo como se de cogumelos se tratassem, e algumas das quais foram alterando, configurando e/ou adaptando o seu perfil de intervenção/ação, passando a incorporar a causa social/humana/jurídica/ comunitária/ambiental em resultado da presença de empresas mineradoras e da proliferação dos efeitos indesejáveis no lugar.

Moatize, com o aumento de concessões mineiras e o surgimento de protestos sociais, tornou-se terreno fértil para o surgimento de ONGs que reforçavam a vasta rede da "indústria da ajuda" que se propõe a "proteger as comunidades atingidas/afetadas pela mineração". A maioria delas incide sobre o componente jurídico, e seu repertório de ação cinge-se à conciliação/facilitação/mediação dos conflitos entre a empresa, as comunidades afetadas e o governo. Para as ONGs, em algum momento era preciso registrar, comprovar e desenhar um projeto de intervenção junto às comunidades e mostrar melhorias – para justificar o orçamento conseguido e o seu papel social –, assim como mostrar algumas dificuldades ao longo do processo para justificar o pedido de novos financiamentos. O interessante ao interagir e acompanhar sua ação foi poder ver o "tipo de problema" e diagnóstico social constatado/construído (ou criado), o desenho e os mecanismos de resolução negociada que, em regra geral, é caraterizado "pelo fato de que nele certos atores apresentam-se como dotados de autoridade para dirimir litígios, contribuindo, consequentemente, para a configuração relativa das regras do jogo vigentes" (ACSELRAD; BEZERRA, 2010, p. 45).

Atendendo ao protagonismo que a sociedade civil vem desempenhando em diversos setores sociais, a relação entre ONGs, órgãos de Estado e empresas em contextos iguais ao empírico em questão é relativamente ambígua, pois ao mesmo tempo que têm o privilégio de circular em distintos meios, as assimetrias de poder são notórias e o seu poder relativo vem de cima ou cai por terra dependendo do contexto e do ator em questão. Chego a essa conclusão a partir de um registro de campo do *Seminário Provincial dos Membros da Assembleia Provincial sobre a Indústria Extrativa e Impacto Econômico e Social*, ocorrido entre os dias 9 e 10 de abril na cidade de Tete, que ficou registrado em notas do diário de campo (ver box a seguir).

Box 3: ***Visita à Vale, uma oficina de ficção***

Entre os dias 9 e 10 de abril de 2018 decorreu, em uma das salas do Hotel Zambeze, no centro da cidade de Tete, um seminário com vistas a capacitar os membros da Assembleia Provincial provenientes de diferentes distritos da província de Tete que se deslocaram ao evento no sentido de aprofundar o conhecimento da lei e regulamentos sobre a lei vigente. O evento fazia parte das ações de terreno do Departamento de Assistência Técnica e Jurídica integrado à Assembleia Provincial de Tete, que teve a função de organizar o evento e promover o conhecimento da lei a quem tem o papel de fiscalizar o seu cumprimento e exercer de forma ativa a sua implementação.

Ao longo de dois dias houve no total oito pontos de agenda, dos quais sete expositivos e um prático, que consistia na visita à empresa Vale. A organização dividiu a jornada diária em dois momentos: apresentação e discussão de tópicos específicos de determinadas leis e os impactos da mineração em determinada esfera social. No primeiro dia, no período da manhã, foram apresentados e discutidos dois pontos que constituíam pontos de agenda, a "Lei de Minas" e "O papel da Assembleia Provincial na fiscalização dos recursos minerais". Ao longo das discussões, no período da manhã foi notório o sentimento de que, não obstante o papel e poder fiscalizador outorgado às assembleias provinciais, mesmo sob a proteção da lei, suas intervenções e semblantes evidenciaram que, diante das empresas multinacionais e pela natureza dos acordos, a lei teria pouca serventia e poder, pois tal capacidade e poder de interferir no curso dos eventos caberia à Assembleia Nacional, ou seja, viam seus poderes reduzidos diante das empresas.

Já no período da tarde, os pontos da agenda cingiram-se sobre tópicos pontuais como "O impacto dos megaprojetos no âmbito da indústria extrativa na economia da província de Tete" e o "Impacto ambiental no âmbito da indústria extrativa nas zonas de exploração mineira". Alguns fatos que foram socializados por integrantes da sociedade civil mexeram com a sensibilidade dos presentes, na medida em que foram socializados assuntos ligados à contribuição econômica e aos impostos gerados, mas, sobre o dia a dia das famílias impactadas pelas empresas Vale, ICVL e Jindal, houve um clima meio tenso e de revolta, o que criou enorme expectativa sobre o último ponto da agenda, que teria lugar no dia seguinte, a visita à empresa Vale, pois consideravam que, ávidos de recentes discussões e relatos socializados, teriam a "oportunidade de agarrar o touro pelos chifres".

No início da jornada do dia seguinte, durante a recapitulação sobre as leis e o papel fiscalizador da Assembleia Provincial, os ânimos sobre a possibilidade de visitar e poder fiscalizar in loco *uma empresa voltaram, e no meio do nada, uma fala rompeu o silêncio, dizendo: "é hoje que vamos ver". O desejo de "visitar a Vale" foi retroalimentado pelo primeiro ponto de agenda, "Experiências colhidas no âmbito da assistência jurídica às comunidades afetadas pelo processo da indústria extrativa", quando outras experiências foram socializadas e a inclinação jurídico-legal ligada à violação de direitos e ao descumprimento de acordos veio à tona.*

As duas últimas apresentações do dia, que deveriam ocorrer antes do meio-dia, não geraram tanta animosidade como as apresentações do dia anterior e da primeira apresentação do dia, talvez pelo seu caráter mais expositivo e por repetir de forma fragmentada os tópicos abordados anteriormente, pois o tópico sobre "Desafios da implementação da Lei de Minas" não era tão distante do primeiro do dia anterior. Enquanto aguardávamos a última apresentação, uma das partes organizadoras fez chegar a mensagem de que não seria possível a visita na Vale, porque eles não a autorizaram. Essa informação gerou alguma indignação por algum tempo entre os presentes, mas o fato não se discutiu abertamente, e seguimos para outro ponto de agenda sobre "Relacionamento entre a Assembleia Provincial e os órgãos locais do Estado" muito desanimados, afinal era o ponto há muito esperado e, na verdade, constituía uma forma de manifestar que o seminário correu com êxito e sortiu efeitos desejados, pois tratava de mostrar a funcionalidade e fazer respeitar a lei e o papel fiscalizador da Assembleia Provincial. Infelizmente, talvez a intuição que me ocorreu no dia anterior tivesse de ser levada a sério, pois o trato com as mineradoras é "assunto de gente grande"; as oficinas e os seminários não seriam algo mais que oficinas de ficção, uma carta de boas intenções.

Excerto de anotações do diário de campo.
Cidade de Tete, 10 de abril de 2018.

Outro aspecto que chamou atenção no evento foi o protagonismo desempenhado pelas organizações da sociedade civil, algumas das quais atuavam como parceiras das instituições do Estado, razão pela qual atuavam como facilitadoras e capacitadoras nas seções; dos sete tópicos discutidos durante dois dias, quatro deles foram desenvolvidos por diferentes organizações da sociedade civil. Como se observa, a maior parte do evento foi dirigido por elas. Paradoxalmente, essas organizações transitavam em diferentes campos e estratos sociais, entre atores com interesses divergentes e em conflitos envolvendo a mineração, desde empresas, encontros com o governo e a assessoria/assistência/apoio às comunidades.

Moatize tinha se tornado local fértil para a proliferação de organizações da sociedade civil, ONGs, nesse caso, que, no sentido de mediar o conflito entre as partes – população afetada, de um lado, e a empresa Vale e/ou alguns setores do governo local, de outro –, seu principal campo de atuação eram as "comunidades afetadas pela mineração", ao mesmo tempo que ouviam, aconselhavam e sugeriam estratégias/planos de ação "dentro da norma", no sentido de que ações de protesto espontâneo iguais às contestações de 2012 e 2013, que consistiram no bloqueio das vias de acesso e levaram à paralização da produção da Vale, não voltassem a ter lugar, pois "o que queremos evitar é a violência, porque quem sofre mais é a população" (Excertos da entrevista com representantes da AAAJC, junho de 2018). Mas também essa mediação passa pelo disciplinamento dos contestatários a não romper com as "regras do jogo", no sentido de que as ações de protesto não interfiram na produção da empresa, como no dizer do representante de umas das ONGs: "reclamar sim, é o direito das comunidades, mas sua reclamação não pode causar danos ou impedir os trabalhos da empresa porque pode parar o desenvolvimento; aliás, não posso dizer desenvolvimento, mas economia do país [...], para resolver a reclamação deles a empresa vai precisar de dinheiro, então se a empresa para, de onde vão tirar o dinheiro para resolver os problemas" (Excertos da entrevista com representantes da União Provincial dos Camponeses, Tete, junho de 2018).

A ideia de sugerir ações de protesto que não coloquem em questão a produção da empresa é um tanto ambígua entre as partes. Se por um lado as ONGs tomaram a dianteira nos processos de disciplinamento das ações de protesto por meio de linguagem técnica baseada em citação e direitos violados, assim como da orientação para ações de "protesto civilizadas" no sentido de Norberto Elias (1994), assumindo que as ONGs estariam parcialmente desempenhando esse papel, por outro, para os afetados, as ações de protesto marcadas por repertórios específicos que levaram à paralização da produção da Vale produziram resultados imediatos, como é o caso da reabilitação de casas, do pagamento em dinheiro pelo segundo hectare de terra, da construção de estradas etc. Tudo isso aconteceu

depois de protestos que outrora forçaram a paralização da produção e do escoamento de carvão.

O interessante de tudo isso são as formas de sujeição no duplo sentido do termo, um como sujeitos feitos por outrem, mas também como sujeitos que se fazem a si (BUTLER, 2017). Nesse sentido, a noção de sujeição envolve o exercício de autonomia, um processo produtivo e potenciador da subversão, como veremos no capítulo 6. As formas de "sujeição comunitária" são notórias no momento em que as comunidades vão aderindo a cada plano retórico da empresa, do governo e das ONGs, em função dos ganhos que permitem agregar ou obter vantagens momentâneas ao fato da comunidade buscar se aliar às agendas, aos discursos e gramáticas de diferentes atores, constituindo estratégia de circular e se identificar em diversas frentes e estabelecendo uma relação burlesca de se manter e se inserir em diversas circunstâncias e círculos de poder e pautar pela via pacifica, isso sem excluir o uso de uma estratégia que gera efeitos imediatos, como força a paralização da produção da empresa, tal como aconteceu em maio e outubro de 2018, quando a população dos bairros de 1º de Maio, Bagamoyo e Nhanchere, arredores do distrito de Moatize, depois de solicitarem a intervenção do governo e de ONGs para resolver o problema que lhes opunha à Vale, ligado à ocupação de suas roças para a expansão da mina e à emissão de poeiras de carvão, pois a mineração ocorria próxima às suas residências. Depois de tentativas pacíficas falhadas, a estratégia de invadir áreas de produção ou setores de trabalho da Vale foi mais rápida em produzir os efeitos desejados pela comunidade.

Figuras 25 e 26: Populares em protesto invadindo as instalações da Vale na vila de Moatize. A imagem à esquerda reflete o momento da ocupação do pátio onde funcionam os escritórios da Vale pelos residentes dos bairros 1º de Maio e Liberdade; à direita, a invasão da mina por residentes do bairro de Bagamoyo, em outubro de 2018.
Fonte: Acervo da AAAJC (2018).

Nas figuras a seguir, as ações de protesto de 4 setembro de 2018 que levaram a população do bairro de Bagamoyo e Nhanchere a invadir a mina Moatize II e paralisar a produção da Vale, localizada próxima a zona residencial. Curiosamente, em pouco menos de um mês, Moatize recebeu duas delegações de alto nível governamental vindas de Maputo, capital do país, para se inteirarem das divergências e tentar resolver a contenda. A primeira delegação foi composta pelo vice-ministro de Recursos Minerais e Energia e sua comissão ministerial, e outra pelas comissões dos assuntos sociais, gênero, tecnologia e comunicação social; da agricultura, economia e meio ambiente, de uma comissão especializada da Assembleia da República, no dia 8 de novembro.

Figuras 27 e 28: Integrantes da população de Kankopi portando mensagem em ação de protesto aos efeitos indesejados da mineração (novembro de 2018); deputados das III e IV Comissão da Assembleia Nacional auscultando a população do bairro de Bagamoyo sobre os efeitos da mineração da empresa Vale (novembro de 2018).
Fonte: Acervo da AAAJC (2018).

Figuras 29 e 30: Construções em curso ao serviço da Vale e seus processos de intervenção sobre o território (roça, pasto, caminho de acesso a outra margem, lugar comum etc. que se tornou canteiro de obras) e paisagens locais (morro que foi destruído para dar lugar à construção de estrada). Maio de 2018.
Fonte: fotografia do autor (2018).

Figuras 31 e 32: A ação de ONGs no terreno. Da esquerda para a direita, a população reassentada em Cateme sendo auscultada por representantes da sociedade civil sobre as propostas de outra reabilitação de suas casas; momento de discussão durante a primeira caravana de mulheres afetadas pela indústria extrativa em Tete, onde participaram também mulheres afetadas pela mineração da Vale.
Fonte: Acervo da AAAJC (2018).

4 MINERAÇÃO, ATORES E CONJUNTO DE PRÁTICAS: A EMPRESA VALE EM MOATIZE

> - Nisso se engana. Não é a paz que lhes interessa. Eles se preocupam é com a ordem, o regime desse mundo.
> - Ora, pai...
> - O problema deles é manter a ordem que lhes faz serem patrões. Essa ordem é uma doença em nossa história.
>
> Mia Couto (2005).

Este capítulo discute a formação da empresa Vale do Rio Doce no Brasil e sua instalação e operação em Moçambique, explorando uma das maiores jazidas de carvão mineral em Moatize. Inicialmente, o capítulo discute as dinâmicas operacionais do capital transnacional e explora algo pouco visibilizado, o que está por detrás da infraestrutura física e dos ganhos econômicos da mineração que implicam enormes sacrifícios humanos e não humanos. Depois da formação da Vale e de desvelar "outros" efeitos da mineração, discuto, a partir da noção de Antropoceno, o paradoxo da exploração de carvão mineral, considerado um dos "pecados originais" do aquecimento global. Por fim, discuto as fases da implantação da mina em Moatize, em que consistiu cada momento e os efeitos socioambientais sobre as populações afetadas.

4.1 AS TEIAS DA VALE QUE OPERA(M) EM MOÇAMBIQUE

Veementemente contextualizando, o antropólogo colombiano Arturo Escobar (2010b) refere que uma das maneiras sobre as quais os *lugares* vêm sendo transformados, nos últimos tempos, em todo o mundo, tem sido pela força da empresa capitalista[21]. Esse autor sustenta que "nenhuma explicação da formação do lugar pode passar por cima da produção [discursiva] do lugar pelo capitalismo" (ESCOBAR, 2010b, p. 24 – tradução livre), sobretudo na conjuntura do processo de globalização caraterizada pela enorme circulação de capitais e bens. No entanto, a respeito dos lugares que assistem à intervenção do capital transnacional

[21] Embora assuma o capitalismo como um "descritor social e econômico" hegemônico numa primeira fase, mais adiante, tento mostrar o viés discursivo dessa concepção, na medida em que no empírico em análise, junto das expectativas criadas e das promessas não cumpridas pela empresa e pelo horizonte social aberto pelo "discurso de desenvolvimento", nos interstícios sociais do lugar – este como espaço heterogêneo e de (des)encontros humanos e/ou não humanos – eclodem práticas de diferença, uma crítica à uniformidade/essencialismo econômico capitalista – o não capitalismo, que não é necessariamente uma relação binária ou recíproca.

representada pelas empresas de mineração, como a Vale, em simultâneo à dinâmica do "desenho de eliminação" "destinado a acabar com o desenho vernacular e práticas endógenas" (ESCOBAR, 2016, p. 29; PAREDES, 2016), também estão em curso outros desenhos nos quais emergem alternativas sociais que se contrapõem ao capitalismo. Tais alternativas "podem estar ou não orientadas em direção a uma rejeição do capitalismo, o essencial nelas é que seus imaginários, racionalidades e dinâmicas representam a pujança de outras formas de existência social ou de re-existência" (QUINTERO, 2016, p. 11 – tradução livre). Esta parece ser a tendência representada pelos movimentos de resistência de populações afetadas pela mineração da Vale em diferentes quadrantes do mundo, que não obstante a monstruosidade, alianças, dimensão e escalas dos investimentos da empresa, desenvolvem estratégias de lutas e resistências à mineradora.

Sack (2009), em sua abordagem da *territorialidade humana*, refere que ela deve ser compreendida "como uma estratégia espacial para afetar, influenciar ou controlar recursos e pessoas" (SACK, 2009, p. 1), assim como afetar os processos dinâmicos de atribuição de significados. No entanto, quanto aos processos de ocupação social, na atual dinâmica do capital, as ocupações precedentes têm sido largamente ocultadas, qualificadas com vistas a torná-las "espaços esvaziáveis", suscetíveis e portanto passíveis de serem preenchidas "conforme as necessidades de quem detém o poder sobre esse novo território" (LEROY, 2010, p. 94), o que pode ser compreendido na sua dimensão polissêmica, assumindo o jogo de interesses no lugar.

A potência de uma abordagem que inicia mostrando o lugar como espaço pretensamente capturado pelas malhas do capitalismo e sua negatividade mediante a lógica do capital transnacional consiste em mostrar, num primeiro momento, a monstruosidade desse ator transnacional, sua "vontade de poder" e suas controvérsias, na medida em que "a saúde do corpo econômico não equivale à sanidade social, pois as suas ações têm produzido feridas aos outros" (GIBSON-GRAHAM, 2011, p. 126 – tradução livre). Inicio a narrativa mostrando a saúde econômico-financeira e os (e)feitos sociohistóricos da empresa Vale, cujas teias operam em Moçambique sob a forma de um megaprojeto, numa lógica de mineração transnacional.

A empresa Vale Moçambique é subsidiária da empresa multinacional de origem brasileira Vale S. A.[22], inicialmente designada Companhia Vale do Rio Doce (CVRD); mais tarde, em 2007, a empresa mudou a sua marca, passando a se designar Vale.

Com uma capitalização de mercado situada em torno de US$ 71 bilhões, no seu *site* oficial, a Vale S. A. refere que sua estrutura acionária é detida, principalmente, por investidores estrangeiros, com 45,6%, seguidos de investidores brasileiros, com 17,7%. Além dos principais acionistas, outros atores que detêm ações são o BNDSPar (6,3%) (4,0% das ações em circulação e 2,3% dos acordos dos acionistas até 2020), a Litela (17,6%) (7,5% das ações em circulação e 10,1% dos acordos dos acionistas até 2020), a Mitsui & Co. (5,6%) (2% das ações em circulação e 3,6% dos acordos dos acionistas até 2020), a Bradespar (5,7%) (1,5% das ações em circulação e 4,2% dos acordos dos acionistas até 2020) e a Litel, com 1,5% das ações em circulação[23]. As ações em circulação são suscetíveis a negociação no mercado de capitais, podendo aumentar ao longo do tempo e/ou em cada negociação; essas ações podem variar nas companhias subsidiárias – por exemplo, a Mitsui detém 14% das ações da subsidiária da Vale em Moçambique.

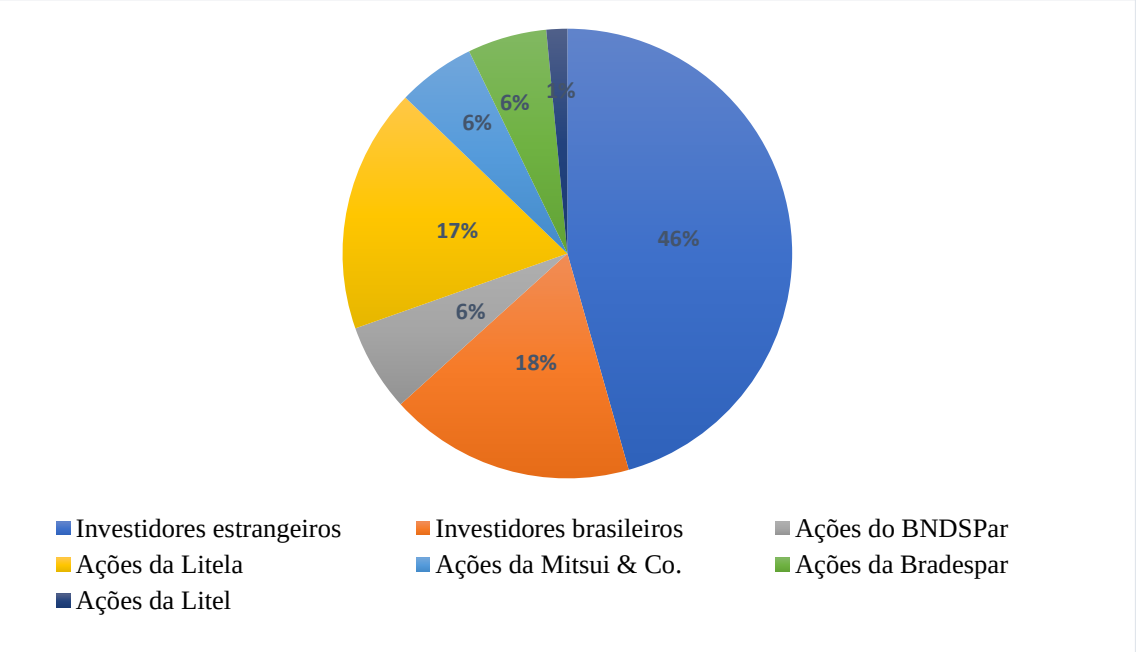


Figura 33: Estrutura esquemática dos investidores e acionistas da Vale (valores aproximados).
Fonte: Elaborado pelo autor.

[22] Por agora, não desenvolverei a estrutura acionista da empresa Vale S. A. no Brasil, porque ela está passando por um processo de reestruturação corporativa que gera reconfigurações e arranjos de propriedade e controle de sua estrutura de governança, o que poderá determinar o seu desempenho no cenário global e provavelmente em Moçambique. Para mais detalhes, ver Santos (2017).

[23] Disponível em: http://www.vale.com/brasil/PT/investors/company/shareholding-structure/Paginas/default.aspx. Acesso em: 13 nov. 2019.

A Vale é a maior produtora mundial de ferro e pelotas de ferro (produzidos nas suas operações no Brasil), a maior produtora mundial de níquel (produzido nas operações da empresa no Canadá, na Indonésia e na Nova Caledônia, assim como nas suas operações em refinarias no Reino Unido, no Japão, na China e na Coreia do Sul) (VALE, 2019). A empresa também produz minérios de manganês, ferroligas (extraídos no Brasil), carvão térmico e metalúrgico (extraído nas operações da empresa nas minas de Moatize, em Moçambique, e com algumas participações na China), cobre (extraído nas operações da empresa no Brasil e no Canadá), metais do grupo da platina (extraídos como subproduto de suas operações em Port Colborne, no Canadá), ouro (como subproduto de suas operações em Sossego e Salobo, no Brasil), prata e cobalto (extraídos no Brasil). As operações da empresa envolvem uma vasta rede logística nos países/regiões onde opera, desde ferrovias, terminais marítimos e portos integrados às suas operações mineiras, assim como centros de distribuição e suporte de entrega ao redor do mundo. Além da vasta rede de infraestrutura minerária, a Vale tem investimentos no setor de energia e siderurgia, atuando diretamente ou por meio de coligações e *joint ventures* (VALE, 2018).

Durante o segundo semestre de 2019, dentre as operações da Vale e os produtos por ela comercializados em nível mundial, destaca-se o minério de ferro (bruto/rom e pelotas) como seu principal negócio, contribuindo com 78% de sua receita líquida no primeiro semestre. Além do ferro, os principais recursos comercializados e que contribuem para gerar receitas acima de 2% são, respectivamente, níquel (8%), cobre (5%) e carvão (3%). Da receita líquida obtida, grande parte provém dos mercados chinês (46%), europeu (15%) e brasileiro (10%), enquanto que o Japão e outros países asiáticos e da América do Norte contribuem com 6% cada, e as restantes regiões (África, Austrália e Oriente Médio) contribuem com 11% (VALE, 2019)[24].

Com uma história de mais de mais de 75 anos de existência e constituída, inicialmente, para suprir as demandas de matéria-prima para a indústria bélica dos países aliados, em especial dos Estados Unidos e da Inglaterra – mais tarde, com o fim da guerra, o mercado da Vale acabou se estendendo a países do bloco oposto ao que fornecia durante a guerra –, a Vale colocou o Brasil no mapa global de fornecedores de *commodities* mineiras, assumindo também o ônus socioambiental dessa exploração.

[24] Disponível em: http://www.vale.com/PT/investors/company/fact-sheet/Documents/factsheet2Q19_p.pdf. Acesso em: 13 jan. 2020.

Quando da formação da Vale,

> [o] Brasil, que até aquele momento ainda não conseguira solucionar seus problemas básicos de exportação de minério, encontrou a oportunidade própria para definir sua posição no mercado mundial. Nessa definição, a assinatura dos Acordos de Washington teve papel fundamental. Firmado em 3 de março de 1942 e tendo como signatários os governos do Brasil, da Inglaterra e dos Estados Unidos, os Acordos de Washington definiram as bases para a organização, no Brasil de uma companhia de exportação de minério de ferro [...]. O pacote, de um modo geral, tinha como objetivo assegurar produção, transporte e exportação de 1,5 milhão de toneladas anuais, a serem compradas, em partes iguais, pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, por um prazo de três anos, a preços bastante inferiores aos de mercado. O contrato trienal poderia ser renovado até o fim da guerra. Terminado o conflito e cumprido o último contrato trienal, Estados Unidos e Inglaterra ainda manteriam o direito de aquisição do minério, já então a preços de mercado livre (VALE, 2012, p. 50).

A assinatura dos acordos de Washington representava parte dos interesses dos aliados na Segunda Guerra Mundial. Após a assinatura dos acordos, em março de 1942, os meses subsequentes foram determinantes. Em abril, foi criada uma comissão especial para a regulamentação dos acordos, culminando na apresentação de relatório que versava sobre a exploração, o transporte e a exportação do minério de ferro. A aprovação e a ratificação do relatório pelas partes envolvidas – os governos de Estados Unidos, Inglaterra e Brasil – levaram à criação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) em 1º de junho de 1942, sob o Decreto-Lei nº 4.352, publicado durante a presidência brasileira de Getúlio Vargas. Esse decreto, ao mesmo tempo que constituía a Vale, extinguia e incorporava à nova empresa a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S. A., a Itabira de Mineração S. A., assim como sua vasta rede de infraestruturas, desde edifícios e material rodante, bem como as estradas de ferro de Vitória e Minas Gerais e todas as suas linhas.

Se na década de 1940 ocorreu a criação da empresa e a definição dos primeiros passos de sua constituição financeira e organizacional, na década de 1950 a empresa buscou se afirmar no Brasil montando toda a sua rede de produção (extração, transporte, comercialização, ao mesmo tempo que prosseguia com a investigação de outras jazidas de minérios), de modo a se tornar uma empresa exportadora de padrão internacional. No entanto, apesar de se focar exclusivamente na comercialização do ferro desde a sua criação, a partir do final da década de 1960 e do início da década de 1970, a Vale buscou expandir sua rede de produção – que envolve toda a infraestrutura de minas, ferrovias e portos – e iniciou processos de diversificação de sua produção "no setor metalúrgico, envolvendo-se simultaneamente com vários projetos para a produção da bauxita/alumina/alumínio,

manganês, titânio, fosfato/fertilizantes, além de madeira/celulose" (VALE, 2012, p. 173). Além de partir para a diversificação da produção e da comercialização mineral, a empresa passou a apostar na agregação de valor e/ou no beneficiamento industrial do mineral, alargando assim sua estrutura industrial. Essa estratégia foi impulsionada pelas demandas do mercado, mais do que uma iniciativa com vistas à reestruturação do capital tecnológico e industrial.

A Vale foi a última empresa pública a ser privatizada no âmbito do Plano Nacional de Desestatização (PND) do governo brasileiro, iniciado em 1990, que se vinculava ao processo de reforma das funções do Estado com vistas ao "equilíbrio da balança comercial e das contas públicas de forma a prolongar a estabilização promovida pelo Plano Real" (VALE, 2012, p. 250). Fora as questões conjunturais da época que atravessavam os países da América Latina, Ásia e da África, ligadas à pressão de organismos internacionais com o propósito de adequar/integrar as políticas de ajustamento estrutural por meio de um processo de privatização das empresas públicas ao longo da década de 1980 e 1990 (MARSHAL, 1987), no caso brasileiro, além dos fatores anteriormente indicados, a privatização da Vale constituiu também uma "tentativa interna de responder às exigências da restruturação produtiva que vinha já ocorrendo em países compradores de minérios" (ADÃO, 2006, p. 137).

Em meio a diversas manifestações, agitações e adiamentos por conta de liminares jurídicas que se opunham à privatização, no dia 6 de maio de 1997 a Vale foi privatizada. A privatização da empresa não foi imediata, ocorrendo em três fases subsequentes, no período compreendido entre 1997 e 2000. A primeira ocorreu em 1997, com a abertura de leilão de venda para investidores, tendo como vencedor o consórcio Brasil, formado por um conjunto de investidores nacionais e estrangeiros liderados pelo Banco Opportunity. O consórcio mais tarde veio a se transformar na empresa Valepar e deteve 41,73% das ações do governo brasileiro da Vale. A segunda etapa, que também ocorreu em 1997, consistiu na venda de parte do capital e do controle acionário do setor privado da empresa para seus funcionários filiados ao Clube de Investimentos dos Empregados da Companhia Vale do Rio Doce (Invest Vale), no total de 4,45% das ações ordinárias e 6,31% das ações preferenciais; e a última fase ocorreu em 2000, consistindo na "alienação das ações que eram detidas pela União – essa alienação possibilitou que milhares de pessoas no país inteiro pudessem utilizar parte dos recursos do FGTS [Fundo de Garantia por Tempo de Serviço] para adquirir ações da Vale" (VALE, 2012, p. 252).

Não obstante sua privatização, a estrutura acionária da Vale era dual, estabelecida desde a sua privatização, sendo dominada majoritariamente (51,9%) pelo setor nacional e o

restante sendo pertencente a investidores estrangeiros (SANTOS, 2017, p. 3). Embora operando com uma estratégia que visava à atração do capital externo, a Vale operava sob interferência do Estado brasileiro, por meio de fundos de pensão e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o que colocava em xeque o seu estatuto de empresa genuinamente privada.

Na virada do século XXI, mais concretamente entre os anos de 2002 e 2006, com a ascensão da China no cenário econômico e político mundial – considerada a "fábrica do mundo" –, esse país se tornou o principal produtor e exportador de manufaturas em nível mundial e consumidor de maquinário europeu, ao mesmo tempo que se tornou o principal consumidor de matérias-primas oriundas da América Latina, da África e da Ásia. A Vale, então, passa a intensificar sua presença no Oriente (vale ressaltar que no mesmo período a empresa celebrava 50 anos de parceria com o Japão), ao mesmo tempo que se expande para Moçambique e Canadá. Em plena época do crescimento econômico e de alta do preço de produtos primários, a empresa se viu favorecida pela voracidade da economia chinesa, tornando-se um de seus principais beneficiários. Em razão disso,

> [a] Vale se tornaria uma das primeiras empresas brasileiras a entrar na China, ao formar uma *joint venture* com o Yankuang Group, com a participação da japonesa Itochu, para a produção de carvão. Em dezembro de 2004, o governo chinês aprovou a incorporação da *joint venture* Shandong Yankuang International Coking Company Limited, e a Vale fez uma contribuição inicial de US$ 10,6 milhões. Mas lá não era o único lugar do mundo onde a Vale aportaria: outros nortes guiaram o rumo da mineradora, que no período chegou também a Moçambique e ao Canadá. No país africano, venceu a licitação para explorar carvão em Moatize, considerada a maior província carbonífera não explorada do mundo. No Canadá, realizou a mais importante compra, no mercado global, por parte de uma empresa latino-americana: em 2006, a Vale se tornou a dona da Inco Ltd., a segunda maior produtora de níquel do planeta. A compra da Inco, uma operação de US$ 18 bilhões, consolidou a internacionalização da Vale, visto que a mineradora canadense ainda detinha operações na Indonésia, no Reino Unido, na Coreia do Sul, em Taiwan, no Japão e um projeto na Nova Caledônia, na Oceania (VALE, 2012, p. 279).

A expansão da Vale para outras áreas do globo ocorre no auge da demanda chinesa por matéria-prima. No sentido de interligar toda uma cadeia de produção e de consumo – garantindo acesso aos "recursos" demandados, ao transporte e ao fornecimento ao consumidor final –, a empresa desempenha papel intermediário na expansão e na aceleração da máquina extrativista, aproveitando-se da bonança do ciclo econômico das *commodities* que comercializava. Como resultado da expansão da empresa e dos investimentos feitos, reportam-se lucros significativos:

> [d]evido à forte demanda, a porcentagem das receitas brutas totais da Vale atribuíveis a clientes da China ficou em 15%, em 2005, subindo para 16,7%, em 2006. Para efeito de comparação, a porcentagem das receitas brutas totais atribuíveis a clientes da Ásia, excluindo as empresas chinesas, foi de 14,9%, em 2005, e 22,7%, em 2006. Os preços do minério de ferro também não deram trégua. Segundo dados da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), estes passaram de US$ 27,67 a tonelada métrica, em 2000, para US$ 74,39, em 2006, um salto de 169%. Como o carvão mineral é essencial para fabricar aço, a Vale rapidamente viu oportunidades em Moçambique, no continente africano, onde se localiza uma das maiores reservas de carvão do mundo [...]. Entre 2001 e 2004, o valor de mercado da CVRD saltou de US$ 9,2 bilhões para US$ 39,9 bilhões. Nesses quatro anos, a Companhia exportou US$ 16,2 bilhões, sendo a maior exportadora líquida do Brasil, responsável por 18,4% do superávit acumulado da balança comercial do país no período (VALE, 2012, p. 281).

Embora as relações comerciais entre a Vale e a China tenham iniciado em 1973, foi na virada e durante a primeira década do século XXI que se intensificaram ainda mais, como resultado da elevada demanda de ferro para as siderurgias chinesas: a empresa viu os embarques de minério de ferro aumentarem de 17,5 milhões em 2002 para 77, 9 milhões de toneladas em 2006. Portanto, ao mesmo tempo que a China se tornava a maior importadora mundial de ferro – aumentando de 41,14 milhões em 1995 para 275,2 milhões de toneladas em 2005 –, a Vale se tornava sua maior fornecedora de ferro, com resultados percentuais crescentes – em 2005, a China absorveu 22,4% do total das vendas, número que subiu para 28,6% no ano seguinte. Em 2010, embora a Ásia absorvesse 60,7% dos embarques de ferro e pelotas da Vale, 42,9% eram absorvidos pela China, e os 17,8% restantes eram repartidos entre o Japão e a Coreia do Sul (VALE, 2012).

A magnitude e a escala das exportações da Vale para a China são enormes, o que se reverte no aumento da lucratividade e do valor da empresa no mercado global, tal como demostram os gráficos seguintes.

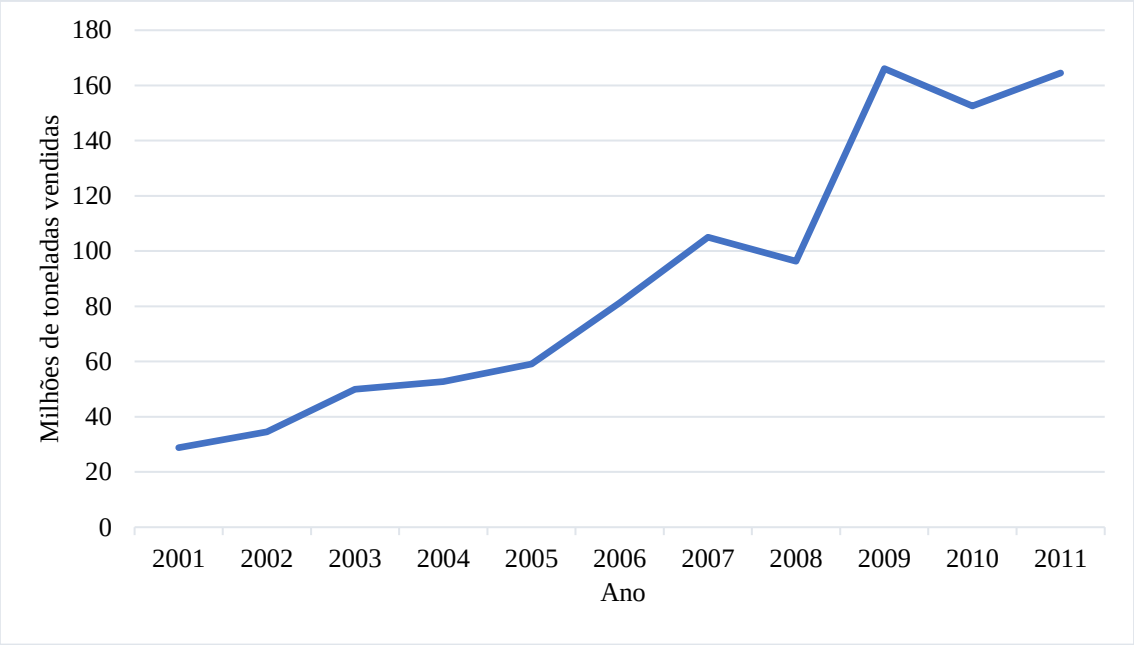


Gráfico 2: Volume de venda de minério de ferro da Vale para a China no período de dez anos.
Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com dados da Vale (2012).

O gráfico anterior mostra que o volume das exportações de minérios de ferro e concentrados da Vale para a China aumentou de 28,0 milhões de toneladas em 2001 para 164,5 milhões em 2011, um crescimento de 587,5% (cerca de seis vezes mais) em 10 anos. O gráfico seguinte mostra a evolução, em dólares, do valor das exportações da Vale para a China.

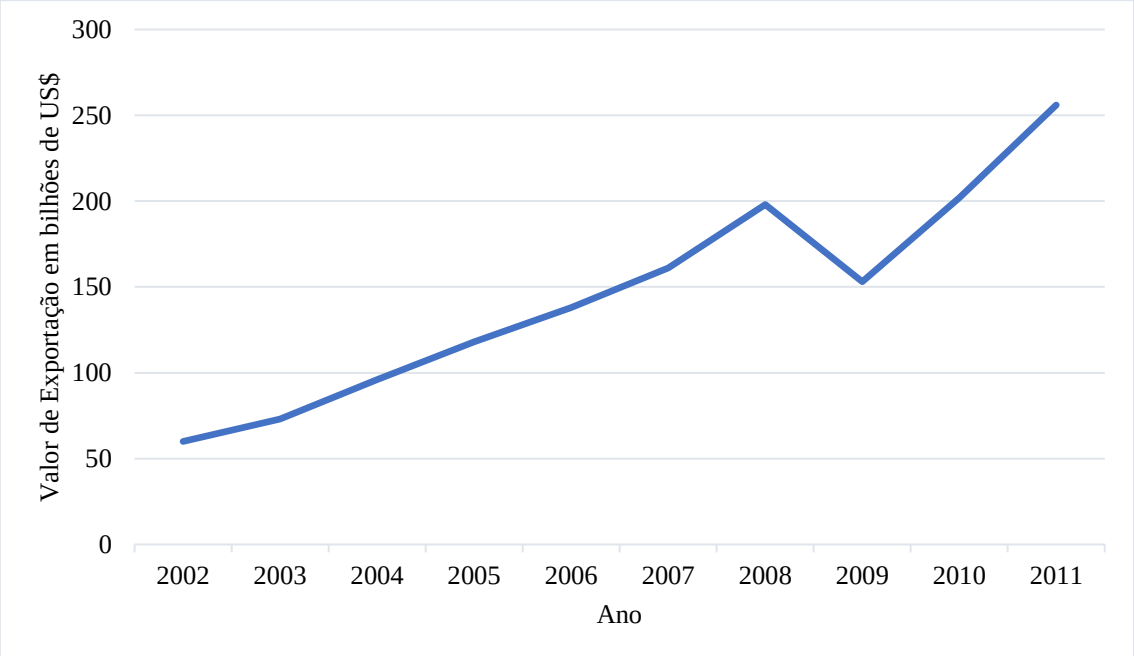


Gráfico 3: Valor das exportações em US$ do minério de ferro da Vale para a China.
Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com dados da Vale (2012).

Como se observa, o alto e ascendente valor das *commodities* verificado no período compreendido entre 2000 e 2011 implicou mudanças significativas na atividade empresarial da Vale, que se fez acompanhar de elevados níveis de investimentos, o que, por sua vez, proporcionou rentabilidade extraordinária à empresa.

Além dos preços das *commodities* serem importantes para as empresas transnacionais[25] que atuam com uma vasta rede internacional de funções coordenadas de extração, exploração, transporte, (trans)formação de enclaves industriais, provisão de serviços, consumo e descarte, ampliação e captura de valores, estas dependem de outros fatores que estão além do seu controle, "os dispositivos de disciplinamento mobilizados em mercados financeiros, em âmbito estrutural, assim como a atuação de competidores, os regimes políticos de acesso a bens minerais e a capacidade de agentes sociais oporem resistência a projetos extrativos e de influências na opinião pública" (SANTOS; MILANEZ, 2017, p. 9). No caso da empresa Vale, isso inclui a iniciativa, por meio da consolidação do Estado-nação brasileiro, de se destacar na economia global e se tornar uma potência exportadora de matéria-prima e de potencial energético, fazendo dos "recursos" existentes nos seus territórios uma forma de obter renda extraordinária, vantagem privilegiada, sustentada por indicadores de sucesso da estratégia – crescimento da economia brasileira, intensa construção de infraestruturas – alcançados à custa da pressão sobre os "recursos naturais", sobre as terras e os territórios.

A rentabilidade extraordinária alcançada pela Vale, o seu crescimento e expansão em diferentes escalas – econômico-financeira, extensão geográfica, magnitude de sua extração etc. – não se pode desprender do contexto socioeconômico do início do século XXI, marcado pela alta dos preços das *commodities*, com a intensificação da exportação de "bens primários em grande escala" que incluem hidrocarbonetos, metais e minérios, assim como os produtos agrícolas, em grande escala, constituem o principal padrão de acumulação.

Além das elevadas quantidades de "recursos" que a empresa Vale declara ter exportado ao mercado externo, importa ter ciência da quantidade descartada e da trajetória biográfica[26] do material comercializável, como a quantidade exuberante de rochas, terras e

[25] Fora as diferenças de conteúdo semântico entre o conceito de empresa trans/multinacional, aqui os conceitos serão tratados de forma indiscriminada, equivalendo-se um ao outro, para significar as "corporações que tenham participação econômica em mais de um país" e seus respetivos marcos regulatórios, diferentes domínios, redes de produção e distribuição, assim como as diversas estratégias de coordenação de suas atividades (CARRILLO, 2012, p. 26 - tradução livre).

[26] De acordo com Kopytoff (2008, p. 93), "cada biografia é feita a partir de alguma concepção prévia sobre o que deve ser focalizado". No caso da abordagem biográfica dos minérios, seu cálculo emite algumas facetas do

rejeitos jogados fora e a água usada no processo de lavagem mineral para produzir aquela quantidade/qualidade exportável. Portanto,

> [n]ão se pode deixar de mencionar que as maiores perdas líquidas de recursos se devem às exportações de minérios e combustíveis fósseis (como hidrocarbonetos e carvão). Igualmente, cabe realçar que os cálculos apresentados se baseiam nos recursos finais exportados e, se fizesse um exame mais rigoroso, deve se recordar que para chegar a essas cifras finais foi desperdiçado ou descartado muitos outros recursos materiais. Por exemplo, cada tonelada de prata exportada, se devem extrair 7500 toneladas de rochas ou, para extrair uma tonelada de cobre, se devem tirar 348 toneladas de matéria (a chamada "mochila ecológica"). Estas enormes externalidades são invisíveis para a economia convencional, já que não as contabiliza. Portanto, os preços finais dos recursos naturais não refletem o custo econômico total do que significa sua obtenção, pois não tomam em conta nem os rejeitos nem os impactos ambientais, caindo assim em um intercâmbio ecológico desigual (GUDYNAS, 2016, p. 17).

O trecho anterior lança luz sobre as sobras jogadas fora, a parte não mercantilizável para produzir e exportar minérios que geram benefícios econômicos e financeiros à Vale, o que se reflete no aumento do seu valor de mercado. Outrossim, vale mencionar o inestimável ônus sobre a Floresta Amazônica para a produção de carvão vegetal usado para alimentar os altos fornos da indústria sidero-metalúrgica, em especial na mina de Carajás, onde se extrai ferro de alta qualidade:

> [n]a escala atual, a produção de carvão a partir da carvoagem de madeira nativa da floresta amazônica é um fenômeno indissociável da exploração da mina de Carajás, na floresta amazônica, uma das maiores jazidas polimetálicas do mundo, riquíssima em minério de ferro de alto teor de pureza, mas também em ouro, estanho, bauxita, manganês, cobre e terras-raras. O território vitimado pela mineração estende-se por 900 mil km^2, uma área banhada pelos rios Xingu, Tocantins e Araguaia, e avança por três estados do país: Pará, Tocantins e Maranhão. O empreendimento é hoje controlado pela Vale S.A. (MARQUES, 2015, p. 271).

Como se observa, fora a imagem projeta pela empresa sobre si mesma, importa referir que, por detrás da robustez econômica e das diversas escalas de produção, distribuição e comercialização, existe o ocultamento da complexa história e da biografia da rede de produção subjacente ao produto final, que geralmente têm passado despercebidas e são imanentes à mineração como um todo. A transposição dos ocultamentos atingiu a opinião pública em 2012, quando a empresa ocupou o primeiro lugar no *ranking* das piores empresas do mundo consagrado pelo *Public Eye Awards*, ou "Oscar da Vergonha Corporativa", à mercê

---

produto comercializável e o seu valor econômico, ao mesmo tempo que omite ou ignora outras facetas e o seu ônus socioambiental irreversível.

da sua atuação na esfera dos Direitos Humanos, que incluía também os reassentamentos feitos pela empresa em Moatize e na esfera do meio ambiente.

Portanto, a expansão da Vale e sua robustez econômica se fazem acompanhar de um conjunto de efeitos socioambientais em paralelo com a "desarticulação nas vidas das pessoas comuns" e nas suas relações com o entorno. A noção de "moinho satânico" que tritura a sociedade e natureza, tornando-as em sua substância (POLANYI, 2000, p. 51), expressa com alguma abrangência os efeitos ligados à teia e à lógica expansionistas e de produção da Vale em diferentes trópicos onde a empresa opera, pois simultaneamente ao avanço da mineração,

> [o] tecido social está[va] sendo destruído; aldeias abandonadas e ruínas de moradias humanas testemunhavam a ferocidade [...], depredando suas cidades, dizimando sua população, transformando seu solo em poeira, atormentando seu povo e transformando-o de homens e mulheres decentes numa malta de mendigos e ladrões. Embora isto ocorresse apenas em determinadas áreas, os pontos negros ameaçavam fundir-se numa catástrofe uniforme (POLANYI, 2000, p. 53).

Embora exista alguma distância entre o contexto estudado por Polanyi (2000) – o avanço da Revolução Industrial e a formação da economia institucional – e, o avanço dos projetos mineiros da Vale em diferentes locais, ambos os cenários têm um denominador comum, pois seu ritmo e desenvolvimento constituem, nas palavras do autor, "um acontecimento degenerativo, invés de construtivo" (POLANYI, 2000, p. 55). Os efeitos que a expansão e crescimento econômico geram sobre diferentes comunidades, mostram o quanto a produção da Vale é, na verdade, um "acontecimento degenerativo" sobre a diversidade de atores, suas formas de habitar o lugar e tem sido coroado de violências, conflitos com diferentes formas/lógicas de afetações, sem com isso preterir a réplica/contestações de diferentes segmentos sociais afetados.

Cenários enigmáticos referentes aos "acontecimentos degenerativos" ligados à produção da Vale registram-se ao longo do tempo, em diferentes geografias e escalas, como os que se verificaram no estado do Pará (Brasil), no município de Ourilândia do Norte, projeto Onça Puma, com uma subsidiária da Vale voltada para a mineração de níquel:

> [a]s atividades de mineração causaram impactos severos que alteraram os modos de vida dos povos indígenas Xikrin e Kayapó, como a grande trepidação causada pelas bombas que afugentam a fauna e prejudicam a caça, além da contaminação do rio Cateté, que tem ocasionado lesões dermatológicas graves, angiodemas deformantes, cefaleias, vermelhidão nos olhos, etc.; [u]ma grave situação, que impacta especialmente as mulheres, está ligada aos casos de nascimentos de crianças com comprovada má formação fetal; [u]ma Ação Civil Pública foi proposta pelo MPF ante o descumprimento de condicionante da licença prévia, na qual a FUNAI só se manifestou quase cinco anos depois, de modo que foi concedida a licença de operação sem que os impactos fossem mitigados; [e]m novembro de 2018, o

> Tribunal Federal Regional da 1ª Região determinou o pagamento de indenização mensal de um salário-mínimo por indígena e, considerando que os valores devidos são desde o ano de 2015, a indenização total ultrapassa os R$ 100.000.000,00 (SANTOS, 2020, p. 32).

O cenário anteriormente descrito revela que o avanço da mineração da Vale se faz acompanhar do extermínio de formas de ser, no sentido em que não só afeta a vida das comunidades, mas influencia na possibilidade de levar/manter/seguir os modos de vida em si, mantendo relativa autonomia com as forças do mercado, o que revela que a ligação entre sociedade e natureza está cada vez mais imbricada a partir das destruições, contaminações de diversos *entes* (rios, territórios, montanhas, vias de acesso etc.).

A ideia de que a mineração atua como uma "bomba relógio" imprevisível, com poder *nadificador* (tentativa de reduzir tudo a nada), se materializou em nível mundial a partir dos acidentes originados pelas operações da Vale. Os acidentes registrados em novembro de 2015 e em janeiro de 2019 no Brasil, em Mariana e Brumadinho, respectivamente, "expuseram uma dialética da repetição à sofisticada e destrutiva indústria de extração mineral" (ZONTE; TROCATE, 2016, p. 7). O acidente de Mariana, em Bento Rodrigues, resultou no rompimento da Barragem de Fundão, operada pela Samarco (subsidiada principalmente pela BHP Billiton e pela Vale), é considerado o maior desastre ambiental do Brasil:

> [a] lama que escorreu depois do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco, associada a Vale, em Mariana (MG) [...] [c]alcula-se terem sido derramados cerca de 50 a 60 milhões de metros cúbicos dessa lama que destruiu o distrito de Bento Rodrigues, além de afetar Águas Claras, Ponte do Gama, Paracatu e Pedras e cerca de 40 cidades localizadas na Bacia do Rio Doce em Minas Gerais e no Espírito Santo. Além de matar 19 pessoas, essa lama afetou drasticamente a vida e a economia da região, assim como sua fauna e flora, tornando as águas do Rio Doce impróprias para o consumo humano em muitas das cidades afetadas. Mas o mais dramático é constatar que os atingidos por esta tragédia, como os moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, da comunidade de Gesteira, no município de Barra Longa, que tiveram suas casas destruídas e foram obrigados a deixar suas comunidades (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2019, p. 15).

O desastre acima relatado se notabiliza pelo seu efeito socioambiental – a lama ao percorrer mais de 600 km, além de afetar a bacia do Rio Doce – que colocou em xeque formas de vidas humanas e não humanas nas cidades, comunidades à volta e seu conjunto de práticas, agricultores, pescadores, comunidades ribeirinhas, indígenas, quilombolas etc. Quatro anos depois, a 80 km de Mariana, ocorreu o segundo acidente, o de Brumadinho:

> [e]m 25 de janeiro de 2019, houve rompimento da barragem de rejeitos tóxicos da Vale S.A. em Brumadinho, Estado de Minas Gerais, na Mina do

> Feijão; [a]s sirenes de emergência não tocaram e funcionários e moradores não puderam deixar o local antes que o mar de lama tóxica os alcançasse; [o] número de mortos subia a cada dia e até setembro de 2019 [...] foram 251 os corpos localizados, e 19 seguiam desaparecidos. No cômputo das vítimas, as entidades sociais incluem duas crianças no útero de suas mães, por um total de vítimas de 272; [e]xecutivos da empresa foram presos e operações de busca e apreensão foram realizadas na sede da Vale S.A.; [d]ocumentos apresentados pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais comprovam que a empresa sabia dos riscos de ruptura da barragem, desde outubro de 2018, sendo que esta contava com duas vezes mais chances de rompimento do que o nível máximo tolerado pela política de segurança da empresa [...] [a]s informações sobre o risco de rompimento de barragens no Brasil são fornecidas pelas próprias empresas para o órgão fiscalizador. Assim, a própria Vale S.A. monitorava suas barragens por meio de empresas terceirizadas para tal fim [...] [m]ais de 300 quilômetros do Rio Paraopeba foram contaminados pelos rejeitos, impactando severamente as comunidades locais onde vivem ribeirinhos, agricultores, quilombolas e indígenas (SANTOS, 2020, p. 33).

Embora a diferença entre os acidentes relatados anteriormente tende a destacar o número de perdas de vidas humanas (população nos entornos e trabalhadores das empresas), número de desalojados e de desaparecidos, assim como a quantificação dos *entes* afetados e o tipo das afetações do ponto de vista dos humanos, cabe ressaltar que esses acidentes resultaram em incalculáveis danos materiais e humanos; outrossim, a sucessão de acontecimentos/efeitos por si esgotam toda a carga semântica política do efeito da mineração em si, daí a pertinência do termo “moinho satânico” para expressar os efeitos da lógica mineira e sua potência no lugar, razão pela qual talvez importe considerar que tais acidentes/desastres/tragédias “devam ser encarados como o efeito final” – dito indesejado –, como sugere Polanyi (2000, p. 56), na medida em que está vinculado às dinâmicas da mineração e à (re)produção socioeconômica capitalocêntrica em voga.

Em síntese, ao discorrer sobre a fundação e o percurso da Vale como empresa com histórico e dinâmica de empresa pública, passando a ser privada com uma dinâmica de produção específica – a mineração –, a ideia é mostrar a gigantismo da empresa, ao mesmo tempo que seu percurso evidencia que a corporação multinacional associada ao capital financeiro desencadeou o “processo irreversível de espalhar e espacializar o capitalismo” (GIBSON; GRAHAM, 1998, p. 179), o que repercute também a sua “vontade de poder” como uma das maiores empresas multinacionais, atuando em cadeia global, em cinco continentes e em mais de 30 países. Assim como a magnitude de suas operações, por meio de projetos de mineração a céu aberto – que não obstante suas vantagens econômicas, acarretam riscos sociais e naturais com ônus inestimáveis para o planeta. Ao mesmo tempo que a empresa viabiliza e dá visibilidade a toda a infraestrutura física e os ganhos econômicos, implicando

enormes sacrifícios humanos e não humanos, ela afirma o poder discursivo – necropolítico – de "dirigir a sociedade [e a natureza] como se fosse um acessório do mercado" (POLANYI, 2000, p. 77).

Antes de dissertar sobre a abertura da mina de carvão em Moatize e os seus efeitos nas dinâmicas do lugar, importa explorar o imbróglio sobre o uso de carvão mineral na era do Antropoceno. Não obstante o conhecimento dos seus efeitos socioambientais e apelos para que se descontinue o seu uso, em alguns países, como o caso de Moçambique, a exploração do carvão mineral constitui um dos pilares da política nacional de "desenvolvimento".

4.2 O CARVÃO MINERAL EM TEMPOS DO ANTROPOCENO E A NEOLIBERATIZAÇÃO DA NATUREZA

Nos últimos 50 anos, o carvão mineral, bem natural extraído em Moatize há mais de um século, constitui a principal matriz energética em ascensão em relação a outros combustíveis fósseis, sobretudo o gás natural, o petróleo e as energias elétrica, eólica e nuclear. Atualmente, o carvão supre em torno de 40% da matriz energética no mundo.

Tecnicamente, o carvão mineral define-se como "combustível fóssil resultante da sedimentação da rocha orgânica composta principalmente por carbono, hidrogênio e oxigênio", e sua formação parte da matéria orgânica vegetal depositada na superfície (bacias sedimentares) no período carbonoso, compreendido entre 360 a 290 milhões de anos atrás (WORLD COAL INSTITUTE, 2009, p. 2 – tradução livre).

Existem diferentes tipos de carvão depositados na superfície e sua classificação depende de sua qualidade, que é determinada pelo período de formação e pelas condições de pressão e temperatura em que se formou o material orgânico vegetal; por isso, "quanto mais intensas a pressão e a temperatura a que a camada de matéria vegetal for submetida, e quanto mais tempo durar o processo, mais alto será o grau de carbonificação atingido, ou *rank*, e maior a qualidade do carvão" (BORBA, 2001, p. 1). Como se observa, os carvões passam por diferentes processos de classificação, determinantes pelos critérios anteriormente apresentados – tempo de formação, condições de pressão e temperatura, teor de carbono, propriedades físicas e químicas etc. –, e sua classificação vai desde a menor à maior qualidade: linhito, sub-betuminoso, carvão betuminoso, atracito.

Os carvões têm diferentes aparências físicas, propriedades químicas e qualidades determinadas pelo seu valor/teor energético; embora os carvões possam se dividir em dois grandes grupos – de baixo e de alto teor carbonoso – e não obstante o interesse internacional pelo carvão de maior valor comercial (o betuminoso e o antracito), todos são aproveitáveis para diferentes fins industriais, como mostra o esquema seguinte:

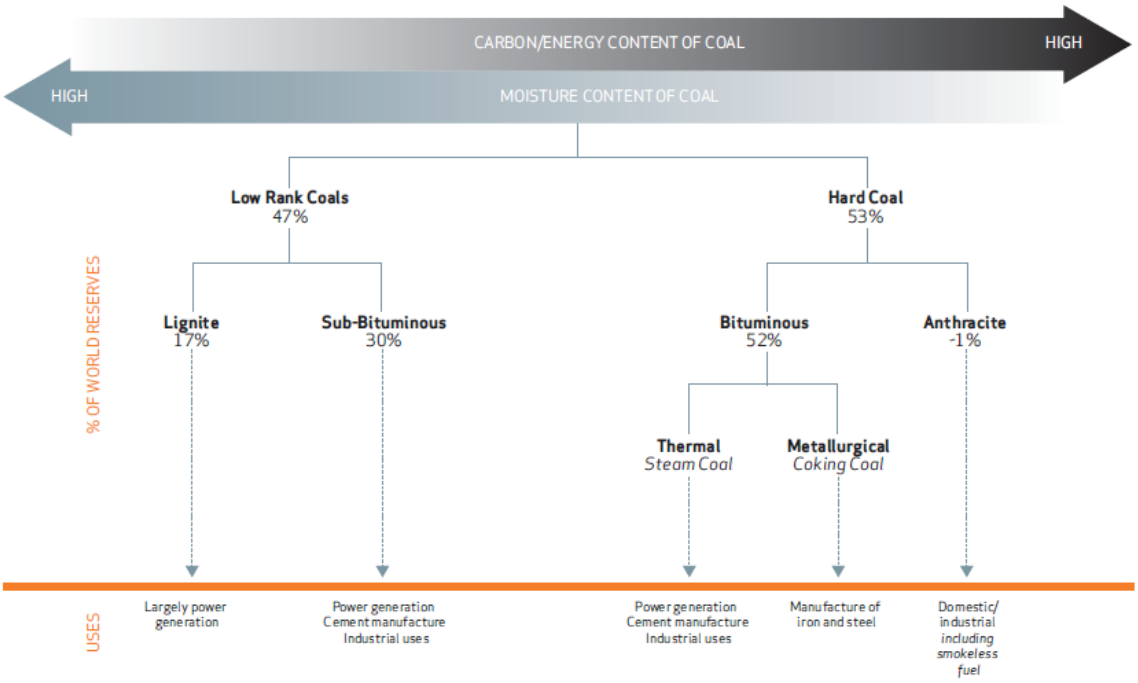


Figura 34: Tipos de carvão, porcentagem de reservas mundiais e seus usos industriais.
Fonte: World Coal Institute (2009, p. 4).

Os diferentes tipos de carvões não se distribuem de maneira uniforme pelo mundo e, apesar de comportarem diferentes qualidades, os carvões de baixo teor carbonoso, com pouco valor comercial, são usados geralmente na indústria doméstica, para a produção de energia elétrica, e na indústria do cimento; por sua vez, os carvões de maior cotação no mercado – o betuminoso, sobretudo – são voltados, na sua maioria, à exportação no cenário dominado por grandes corporações mundiais.

O percurso e trajetória do carvão enquanto matriz energética foi bastante promissor para as empresas do ramo. Desde a década de 1970, à mercê da instabilidade de outras fontes energéticas, o carvão mineral se tornou um combustível fóssil com uso tendente a crescer rapidamente após um período de hibernação que durou mais de um século (BORBA, 2001; MARQUES, 2015). O crescimento exponencial do uso de carvão está ligado a, pelo menos, quatro fatores:

(i) *Instabilidade e volatilidade nos preços de oferta do petróleo* causadas pelo aumento da oferta e consequentemente da queda de preços, queda esta que resultou em valores 50% abaixo do preço internacional do barril no segundo semestre de 2014. Por mais que tal tendência não seja constante, com a existência de quantidades inexploradas de carvão mineral no mundo, as principais economias mundiais, além de usá-lo para a produção de energia elétrica, vêm alimentando a "expectativa de lucrar a curto prazo com os oito trilhões de dólares em que estão avaliadas essas reservas, [o que] conta mais que argumentos de cunho ambiental" (MARQUES, 2015, p. 257).

(ii) *Declínio de outras fontes de produção de energia como a hidrelétrica, nuclear e eólica*. No concernente à energia hidrelétrica, seu declínio está associado à "escassez hídrica aguda ao menos de um mês por ano", o que tem levado à baixa acentuada dos principais reservatórios no mundo (Rio Indo, aquíferos Guarani e Amazonas, bacia do Rio Zambeze etc.) ligada aos efeitos das mudanças climáticas. A redução da produção da energia nuclear – cerca de 7% de redução no período compreendido entre 1996 e 2017 – foi ocasionada pelo fato de as usinas existentes terem alcançado o ciclo de vida útil dos reatores nucleares (MARQUES, 2015, p. 115 e 257).

(iii) *Uso de carvão na indústria doméstica que estimulou a exportação do carvão mineral*. Tome-se como referência os Estados Unidos, que contribuíram para o aumento das exportações de carvão mineral para os países asiáticos.

(iv) *Aumento exponencial do uso de carvão pelas cinco principais economias do mundo*. Entre Estados Unidos, China, Japão, Alemanha e Índia, o maior consumo de carvão se verificou na China, consumo este que, em um período de 10 anos (2000-2010), aumentou em 133%; no Japão, em 100%; na Índia, em 40%; e nos Estados Unidos, em 90% nos últimos 40 anos (MARQUES, 2015).

Não obstante o crescente uso industrial do carvão mineral no mundo, sua ascendência está diante de um imbróglio, pois ao mesmo tempo que é apontando como um "recurso" energético abundante e com comprovadas reservas em nível mundial, estimadas em 984 bilhões de toneladas no mundo inteiro – suficientes para um uso ininterrupto por 190 anos –, proporcionando rendimento econômico significativo para as empresas que se dedicam à sua exploração, comercialização e uso, o carvão mineral é apontado como o "pecado original" do aquecimento global, causador de 31% da emissão de dióxido de carbono (CO_2) na atmosfera resultante da produção de eletricidade e calor (WORLD COAL ASSOCIATION, 2019). Além da poluição atmosférica, "o carvão polui ar, águas e os solos em todas as fases de seu ciclo

industrial, da sua extração ao transporte, na lavagem, queima, nos rejeitos após a queima e nos impactos ambientais das minas abandonadas" (MARQUES, 2015, p. 265).

A exploração de carvão mineral em diferentes métodos – lavra a céu aberto, minas subterrâneas e desmonte de rocha montanhosa –, além do uso intenso da água durante os processos de lavagem, faz com que substâncias químicas tóxicas, durante o processo de separação do carvão da camada estéril, junto com as poeiras de carvão que se dispersam pela atmosfera, gerem uma quantidade imensa de resíduos sólidos não aproveitáveis, que podem chegar a 60% e 1,5 m^3 de efluentes ácidos para cada tonelada de carvão lavrada. Ademais, a mineração a céu aberto é uma das principais causas de perda da cobertura vegetal e do solo que a sustenta, o que pode repercutir na extinção de algumas plantas e animais que provavelmente só habitam determinado bioma.

A mineração tem algumas especificidades econômicas e culturais que valem a pena explorar. Svampa e Alvarez (2012) apontam as seguintes caraterísticas gerais da mineração a céu aberto: i) ela é um *empreendimento econômico de grande magnitude*, cuja exploração tem "importantes escalas de efeitos sobre o ambiente e pressupõe o uso desmensurado de recursos, fundamentalmente a água, energia, ambos imprescindíveis para este tipo de exploração" (SVAMPA; ALVAREZ, 2012 p. 210 - tradução livre); ii) o *uso intensivo de bens naturais*, como água, energia e extensão geográfica, é maior por conta dos impactos ambientais, que vão repercutir na esfera socioambiental; e iii) a *empresa como ator social global* que combina diferentes escalas e *tipologias de enclaves*, exacerbando as dinâmicas dos atores locais afetados e o ator global. As grandes empresas tendem a concentrar um número importante de atividades, competindo e subalternizando, transformando a dinâmica local:

> Com efeito, em primeiro lugar ela [a exploração mineral] reconfigura bruscamente as economias locais preexistentes reorientando a atividade econômica em função da mineração, criando novos enclaves de exploração; em segundo lugar, produz um impacto negativo em termos ambientais e sanitários, que repercute sobre as condições de vida da população; em terceiro e último lugar, através da chamada RSA [Responsabilidade Social das Empresas] as empresas tendem a ampliar a sua esfera de ação, convertendo-se em agentes de socialização direta mediante uma carga múltipla de ações sociais, educativas e comunitárias [...] na sua condição de socializadora, apontando assim a um controle geral da produção e reprodução da vida das comunidades (SVAMPA; ALVAREZ, 2012, p. 213 - tradução livre).

Outro fator a ter em conta sempre que se fala em projetos para além da mineração em si é o conjunto de aparatos físicos, tecnológicos e de comunicação integrados à mineração, que permitem a extração e a exportação da matéria-prima. Trata-se de infraestrutura de

transporte e escoamento da mercadoria (vias de acesso e portos para o escoamento), de fontes de energia – hidrelétricas, geralmente – e de um conjunto de empreendimentos físicos, dispositivos legais, vantagens locacionais e motivações oportunistas atrelados à estrutura governamental que lhes dá suporte.

O conjunto de aparatos e de infraestrutura produtiva facilita a atividade mineira e articula formas específicas de acessar o território, no qual as territorialidades da empresa, do Estado e dos atores locais, apesar de terem o mesmo referente (território/espaço físico), entram em tensão:

> [é] necessário reconhecer também que o atual processo de construção de territorialidade ocorre num espaço complexo, no qual se entrecruzam lógicas de ação e racionalidades portadoras de valorações diferentes. De modo esquemático, pode-se afirmar que existem diferentes lógicas de territorialidade, segundo nos referimos aos grandes atores econômicos (corporações, elites econômicas), a dos Estados (em seus diversos níveis), ou a dos diferentes atores sociais organizados e ou implicados em conflito. Grosso modo, as lógicas territoriais das corporações e elites econômicas são marcadas por um paradigma economicista, que centra a importância de transformar os espaços onde se encontram recursos naturais considerados estratégicos em territórios eficientes e produtivos, a lógica estatal, em seus diversos níveis, só se insere num espaço de geometria variável (SVAMPA, 2012, p. 26-27- tradução livre).

Os embates em torno dos empreendimentos são protagonizados por distintos segmentos populacionais afetados pelo processo produtivo e por sua expansão, e têm como alvos as empresas e os diferentes órgãos do governo. Apesar das diferenças substanciais entre o Estado-nação e as empresas, esses atores constituem dois principais aliados na nova "morfologia do poder" dominada por critério exclusivamente financeiro, com base na qual as empresas passam a deter maior poder (JOXE, 2003). Nessa nova morfologia, o "Estado não fica privado do seu papel meta-regulador", mas tem a sua "governação assente no primado das leis do mercado" (SANTOS, 2005, p. 16).

Por outro lado, existe uma correlação entre o crescente uso do carvão mineral como matriz energética – ligado à expansão do capitalismo neoliberal e de suas fronteiras para novas geografias de extração/produção para América Latina e África, sobretudo – e a crise socioecológica vinculada ao *Antropoceno*, que constitui uma leitura do tempo presente e as incertezas futuras na medida em que faz alusão aos efeitos "da força de transformação com alcance global e geológico" ocasionados pelo ser humano, o que em última análise também constitui a crítica à lógica do "desenvolvimento" e do neoextrativismo (SVAMPA, 2019), reforçando, deste modo, a relação imbricada/misturada entre sociedade e natureza.

O conceito de Antropoceno foi proposto por alguns cientistas para significar a passagem a uma nova etapa sucessora ao Holoceno – idade caraterizada pela estabilidade climática, que levou entre 10 e 12 mil anos e permitiu a expansão e o domínio do ser humano e sobre a Terra –, vindo a inaugurar uma era de transformações nos processos geológicos, hidrológicos, na biosfera, ocasionadas, sobretudo, pela ação dos humanos. O Antropoceno revela que

> transpusemos o limite perigoso que pode nos levar a experimentar mudanças bruscas e irreversíveis, ilustrado - o que é uma ponta de iceberg - pelo aquecimento global e suas consequências sobre a mudança climática, assim como a extinção massiva e a consequente perda de biodiversidade em grande escala (SVAMPA, 2019, p. 105 – tradução livre).

Existe um conjunto de fatores (fatos) paradigmáticos para se referir a essa transição. Os principais são as mudanças climáticas associadas ao aquecimento global, resultante do aumento da emissão do CO_2 e de outros gases com efeito estufa ocasionados pela ação humana (nos últimos 300 anos, registrou-se que a atmosfera contém mais 150% de gás metano e mais 45% de CO_2) (SVAMPA, 2019); além da alteração dos ciclos de nitrogênio (N) e fósforo (P) e de outros metais em ambientes aquáticos, o que leva à deterioração dos "recursos" hídricos e tem efeitos sobre a saúde humana e natural (QUADRA *et al*., 2019); e o aumento e aceleração da perda da biodiversidade e extinção de espécies nos diferentes ecossistemas aquáticos e terrestres, com efeitos sobre os humanos; essa aceleração da mudança também dificulta a possibilidade no tempo e nas condições necessárias de adaptação para diferentes organismos.

O Antropoceno está ligado à influência antrópica sobre diferentes ecossistemas que levou à aceleração do ciclo biogeoquímico necessário para manter o equilíbrio destes, largamente causada pela intensificação de atividades (re)produtivas do ser humano. O diferencial da influência antrópica em relação a outras épocas geológicas tem a ver com o aumento das "infraestruturas industriais e imperiais" ter implodido seus efeitos inesperados e perigosos, mesmo que sua "ação *feral*" – referente a "reações não projetadas de não humanos às infraestruturas humanas" – inclua efeitos assombrosos ao lado dos benéficos (TSING, 2019, p. 14). Nesse caso, o Antropoceno se refere às reações assombrosas não projetadas sobre a relação sociedade-natureza, atreladas ao modelo de "desenvolvimento" capitalista e aos distintos processos de expansão das fronteiras de produção de *commodities* para exportação, como é o caso do carvão mineral extraído em Moatize.

Ao mesmo tempo que existe consenso sobre os efeitos nefastos da extração e do uso de carvão mineral sobre o ambiente (*stricto sensu*) e o seu efeito irreversível sobre a

sociedade e natureza e sua diversidade de ecossistemas, paradoxalmente, em razão da sua demanda para a produção industrial, seu uso tende a crescer e sua exploração, com vistas à exportação, é apresentada como alternativa e estratégica para o "desenvolvimento" de Moçambique. Esse fato revela a visão instrumental da natureza, intrínseca às noções de "desenvolvimento", assim como a racionalidade instrumental usada na exploração mineira, no sentido de aproveitá-la para solucionar os problemas do (sub)desenvolvimento.

Portanto, a falsa relação de causa e efeito entre desenvolvimento e conservação da natureza está em xeque, na medida em que "as urgências do desenvolvimento" justificam a depredação da natureza por meio de uma racionalidade econômica. Aliás, a própria noção de natureza (instrumental e controlável) e separada da sociedade também está em jogo. O sociólogo equatoriano Arturo Villavicencio usou o conceito de *neoliberalização da natureza* para se referir às questões ideológicas de tais propostas, tomando como premissa-chave a ideia de que "a natureza pode ser *salva* unicamente através da sua submissão ao capital e sua consequente reavaliação em termos capitalistas" (VILLAVICENCIO, 2018, p. 2 – tradução livre), ou seja, o neoliberalismo busca transcender, exteriorizar e submeter a natureza à sua esfera ideológica e à dinâmica de valoração do mercado capitalista.

Fora a noção restrita e instrumental de natureza (como algo separado da sociedade), cabe explorar o efeito socioambiental da mineração no sentido de que o acesso aos locais de concessão se faz acompanhar de deslocamentos compulsórios, de desintegração das dinâmicas socioeconômicas e ambientais locais e, por mais que estas ocorram em espaço físico localizado, elas têm *efeitos-derrame*:

> muito além da localização espacial onde se encontra o empreendimento, os impactos não se circunscrevem a um sitio localizado, mas as afetações repercutem em muitas outras zonas do país. Por sua vez, também "derramam" além dos meios específicos de cada empreendimento, afetando os entendimentos e sentidos de diversas políticas públicas como as ambientais, sociais, econômicas, assim como os sentidos pelos quais se entende o desenvolvimento, a política, a justiça, a democracia e a natureza (GUDYNAS, 2016, p. 15 – tradução livre).

As distintas lógicas e efeitos da mineração são importantes para se ter ciência dos diferentes padrões de mobilização em torno da mineração, quer seja para sua aprovação ou para sua reprovação total ou parcial, e as lógicas sobre as quais operam. A seguir, busco

explorar a lógica sobre a qual opera a mineração de grande escala[27] no lugar, representado/operado pela mineração da empresa Vale no distrito de Moatize, Moçambique.

4.3 ABRINDO A MINA DE CARVÃO EM MOATIZE: A VALE, SEU GIGANTISMO E AS DINÂMICAS DO *LUGAR MINERÁVEL*

> Nós trabalhamos com a restruturação do modo de vida das populações porque elas estavam vinculadas ao território. Então, melhorar a condição para se desenvolver ainda mais. Quando chegamos, o que era Moatize? Era uma minúscula parte sem se quer uma dinâmica que se pudesse transformar. Essa mudança foi causada pela presença da Vale (Representante da Vale, entrevista em junho de 2018).

As palavras em epígrafe mostram a mudança radical – talvez não de forma intencional – na dinâmica socioeconômica e natural induzida pela empresa em Moatize nos últimos 15 anos. A afirmação, igual à posição dos otimistas em relação às intervenções do capital global "que atribui significado aos indivíduos e a locais sociais em relação a si próprios" (GIBSON-GRAHAM, 1998, p. 28), contém uma mistura de constatações ingenuamente positivistas que relacionam a "produção da não existência" (SANTOS, 2010), a falta de infraestruturas materiais, a provisão de serviços públicos, as dinâmicas totalmente capitalistas, e os serviços públicos que se fazem acompanhar da racionalidade de classificação social e das dinâmicas do lugar, colocando-as numa escala hierárquica baixa e oposta à normalidade do ser; uma das formas de operacionalização dessa lógica ocorre por meio da classificação, tipificação e enumeração do lugar e seus atores, que tem efeitos na produção de subjetividades, como veremos no próximo capítulo. Esse discurso reverbera a pretensão da produção do lugar pelo/para o capital (ESCOBAR, 2010b) a partir de uma exterioridade. Como sustentam Gibson e Graham (1998),

[27] Doravante usarei o conceito de *mineração de grande escala*, na medida em que não se trata apenas de uma mina operada por uma empresa multi/transnacional, mas, sobretudo, depois dos acidentes de Mariana e Brumadinho, esse conceito recupera toda a sua carga semântica e analítica. Diferentemente das épocas anteriores, a mineração de grande escala envolve o uso de novas tecnologias, ao mesmo tempo que produz enormes rejeitos durante os processos de detonação, de uso de substâncias químicas (cianeto, ácido sulfúrico, mercúrio, entre outros) para dissolver e separar os rejeitos dos "recursos"; entretanto, esse tipo de mineração (a céu aberto), "implica em maiores afetações ao meio ambiente, gerando quantidades astronômicas de passivos ambientais, ao mesmo tempo em que requere o uso desmensurado de recursos - entre eles a água, a energia, imprescindíveis para suas operações - como a intervenção de maneira violenta na geografia dos territórios para a exploração" (SVAMPA; ANTONELLI, 2009, p. 16 – tradução livre).

> [p]ara que o capitalismo exista em diferença – como um conjunto de especificidades concretas, ou uma categoria em autocontradição – torna-se necessário pensar o vazio radical de qualquer circunstância capitalista. Assim, um sítio capitalista (uma firma, indústria ou economia) ou uma prática capitalista (exploração do trabalho assalariado, distribuição de mais-valia) não pode aparecer como a corporização concreta de uma essência capitalista abstrata. O capitalismo não possui um "interior" invariável, mas é constituído pela sua mutabilidade contínua e "exteriores" contraditórios (GIBSON; GRAHAM, 1998, p. 37).

A pretensão de pensar e do significado-uso do lugar, nesse caso, o distrito de Moatize, a partir de um vazio de dinâmicas sociais e/ou econômicas dignas de realce, o que se reflete na fala dos representantes da Vale, tem um fim à vista: a busca de um passado para situar e justificar o presente, desconsiderando a dor dos sacrificados pela mineração e dos contestatários à empresa. No entanto, esse horizonte social tem sido consentâneo com as demandas do Estado-nação de ratificar e fortalecer o modelo mineiro, colocando suas instituições a serviço da empresa, assumindo a "*narrativa desenvolvimentista* em consonância com as grandes empresas transnacionais" (SVAMPA; ANTONELLI, 2009, p. 18 - tradução livre).

No contexto social de Moatize, marcado por um passado mineiro, com baixa contribuição ao Produto Interno Bruto (PIB) e baixa taxa de ingresso, assim como da relativa ausência do Estado na prestação de serviços básicos, não se pode subestimar a eficácia simbólica do "discurso de desenvolvimento" associado ao paradigma extrativista, e do ocultamento das consequências humanas e não humanas que essas dinâmicas combinam, tanto em termos de reconfiguração produtiva quanto no horizonte de expectativa social. Isso tudo está atrelado ao desejo enquanto disposição com funções heterogêneas (DELEUZE, 1996, p. 12), com seus jogos de interesses com vistas à "implementação de redes de infraestruturas" mineiras que se fazem acompanhar da "reconversão de atividades, alteração das formas de ocupação do espaço em função da inserção de territórios [...] nos fluxos internacionais" (ACSELRAD, 2010, p. 34). Em nível local, essa dinâmica leva em curso práticas de diagnóstico socioeconômico consentâneos com o horizonte social que se pretende criar e direcionar. Mas, antes de entrar em detalhes sobre os efeitos da expansão produtiva, importa dissertar sobre a instalação da Vale em Moatize.

Como me referi anteriormente, a presença da Vale em Moçambique faz parte da sua expansão geográfica, da diversificação produtiva e de uma estratégia corporativa no sentido de agregar à sua rede de negócios de fornecimento do minério de ferro, adicionando à sua cadeia de produção a matriz energética necessária para a fabricação de ferro e aço pelas

metalúrgicas chinesas, fornecendo o carvão mineral de Moatize, "considerada a maior província carbonífera não explorada do mundo" (VALE, 2012, p. 279). No entanto, isso não significa retirar a agência e os esforços do Estado moçambicano no sentido de revitalizar o setor mineiro, paralisado desde a década de 1980, setor este considerado um "potencial de desenvolvimento" do país.

Para revitalizar o setor, o governo de Moçambique já contava com a ajuda do investimento externo, pois apesar da existência de riqueza e de diversificação mineral, a contribuição do setor mineiro para a economia nacional estava aquém de sua capacidade, de apenas em torno de 0,2 % do PIB anual em 1999 (BANCO MUNDIAL, 2010, p. 17), razão pela qual a entrada em funcionamento de empreendimentos mineiros, ao mesmo tempo que se inseriria na nova geopolítica de *commodities*, contribuiria para o aumento de receitas por meio da exportação, contribuindo também, desse modo, para o orçamento do Estado.

A presença da Vale em Moçambique data de 2004, quando o governo moçambicano, representado pelo Ministério dos Recursos Minerais e Energias – entidade que, em conformidade com a lei, exerce funções reguladoras e outras em representação ao governo no setor mineiro –, com assistência técnica da *International Finance Corporation* (IFC), abriu licitação internacional para a exploração das minas de carvão de Moatize, com o objetivo de reforçar a criação de um complexo industrial e "estimular o desenvolvimento econômico da região". Após vencer o concurso público para a exploração, a Vale[28] assinou no dia 27 de novembro de 2004 um Acordo de Princípios e de Prospecção em Pesquisa (MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINERAIS, 2007, p. 2).

Com a obtenção desse acordo, a Vale encomendou estudos com vistas a apurar a viabilidade material e econômica da mina, para assim poder passar à fase seguinte, de solicitação de uma licença de concessão mineira. A prospecção do depósito mineral e a pesquisa (análise e avaliação do corpo mineiro) constituem etapa inicial das fases de avaliação da mina. A etapa termina com um estudo de viabilidade detalhado, que determina o potencial do depósito mineiro. Em função dos dados obtidos sobre a qualidade do material minerável, seu valor econômico e o momento histórico das *commodities*, é que o empreendedor se encontrará em condições de decidir "avançar com o projeto mineiro ou abandonar temporariamente o projeto" (CAVADAS, 2012, p. 10).

[28] Importa fazer menção que incialmente se designava Itabira Rio Doce Company Limited; mais tarde, em 2007, passou a se denominar Companhia Vale do Rio Doce International S. A., e, atualmente, é designada Vale Moçambique S. A. Em todas as mudanças da razão social, a permanência da terminologia Vale revela que a empresa é subsidiária da empresa brasileira Vale S. A.

4.3.1 A prospecção e desenvolvimento da mina e suas repercussões sociais

Considerada da primeira etapa, a prospecção ocorre mediante a combinação de diversas técnicas diretas e indiretas, que consistem no estudo de depósitos de *aflorantes*, fotografias aéreas, mapas topográficos, cartas geológicas e cartografia geológica pormenorizada. Por sua vez, a etapa da pesquisa que inclui a análise e avaliação das reservas consiste em determinar com relativa precisão "o tamanho e o valor de um depósito mineral", onde posteriormente serão "realizadas análises através das amostras [obtidas por esquemas/malhas ou poços de sondagens, abertura de túneis ou simples escavação] recolhidas no campo". As análises visam à determinação das qualidades físico-químicas do minério, apuradas por meio de técnicas de "análises químicas, análises por raio-X, a análise no espectrofotômetro ou análises radiométricas" (CAVADAS, 2012, p. 9).

Terminada a fase de prospecção e de pesquisa realizada pela empresa *Snowden Mining Industry Consultants* (Snowden), contratada pela Vale, com parecer favorável à exploração mineira, dois anos depois, em novembro de 2006, a Vale apresentou ao governo moçambicano o estudo de viabilidade da mina e a carta de interesse,

> de acordo com a legislação moçambicana aplicável e com os compromissos assumidos no Acordo de Prospecção de Pesquisa e Acordo de Princípios. Trinta dias depois a RDMZ [abreviatura em inglês de Rio Doce Moçambique] apresentou a carta de manifestação de interesse para apresentação de um Plano de Desenvolvimento, tendo apresentado a 26 de março de 2007, o Plano de Desenvolvimento do Projeto de Carvão de Moatize, de acordo com a legislação aplicável, o Acordo de Princípios e o Acordo de Prospecção e Pesquisa. Considerando que a RDMZ desenvolveu a prospecção e pesquisa dos recursos de carvão e minérios associados da área de mineração, demostrou a viabilidade técnica e financeira para o processamento e detém a competência técnica e financeira para a exploração das mesmas (MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINEIRAIS, 2007, p. 2-3).

O estudo de viabilidade apresentado pela Vale ao governo de Moçambique tinha em vista a obtenção de licença mineira que lhe daria o direito de passar à etapa seguinte, de desenvolvimento/instalação do empreendimento mineiro. Os estudos de prospecção e de pesquisa trouxeram resultados promissores à Vale, ao determinarem que o carvão de Moatize, à mercê de sua potência calórica, baixo valor de umidade, volatilidade e baixo teor de cinzas (em torno de 10%), "pode dar coque, indispensável à indústria de alta metalurgia" (JOSÉ; SAMPAIO, s/d, p. 6), estando bem posicionado para abastecer e competir nos mercados globais da Ásia e Europa, sobretudo (VALE, 2012; 2019).

Como se observa na fase de prospecção, as pesquisas incidem sobre os elementos não antrópicos conhecíveis e confirmados por métodos científicos por meio de fórmulas e cálculos matemáticos, operações físico-químicas que emprestaram suas certezas ao estudo solicitado pela Vale, de modo a determinar a viabilidade em seguir com a exploração. Ou seja, coube à ciência quantificar, qualificar e apresentar fatos em favor de uma racionalidade métrica, com recurso a mapas, escalas, fotografias, análises laboratoriais, que, complementando o "projeto desenvolvimentista" por meios técnicos, consubstanciaram a ideia de um *lugar minerável*.

Portanto, o retorno da mineração em Moatize configura um acordo político, na medida em que constitui um tipo de escolhas possíveis sobre os sacrifícios humanos e não humanos a serem feitos para alcançar os fins previstos, pois "os que ali viviam eram desconsiderados como agentes e muito menos considerados como protagonistas pela tecnocracia, de modo que o espaço social que lhes era próprio, seu território ficava fora das cartas" (DAOU, 2013, p. 87). Ou seja, o carvão no subsolo tinha o efeito político de "fazer esquecer" a fluidez social estabelecida no solo de Moatize.

Outro fator a se ter em conta, ligado à instalação da Vale em Moatize, para além da estratégia corporativa de uma transnacional, é a "multiplicidade de centros de produção [e o] posicionamento robusto no mercado de seus produtos", assim como "o conhecimento aprofundado sobre a estrutura e os mecanismos político de cada país", vinculados à sua "tendência de crescer vertical e/ou horizontalmente de forma constante" (CARRILLO, 2012, p. 28 - tradução livre).

A decisão da Vale de iniciar imediatamente a instalação da mina de carvão de Moatize não se reduz à cadeia de valor do "recurso" em si, mas também aos usos sociais e ao momento histórico em que ocorre a demanda, pois nos últimos 40 anos o carvão constitui o combustível fóssil com o uso que mais cresce no mundo, e Moçambique figura entre os nove países que concentram as maiores reservas de carvão mineral no mundo – junto com China, EUA, Rússia, Austrália, África do Sul, Índia, Mongólia e Indonésia –, assim como o fato de o carvão de Moatize ser comparado aos carvões de alta qualidade no mundo (MARQUES, 2015; EIA, 2007; VALE, 2019).

Com a aprovação do plano de desenvolvimento do projeto de carvão de Moatize, a Vale obteve a licença mineira para operar no espaço de 23.780 hectares – desenvolver, explorar e processar o carvão mineral metalúrgico, de queima, produtos carboníferos e carbo-argilosos – em mina a céu aberto, com vistas à exportação do carvão mineral. A posse da licença mineira permitiu que a Vale entrasse, a partir de 2007, na segunda fase da implantação

da mina, fase de desenvolvimento da mesma, que compreendia a construção de diversas infraestruturas que fazem parte da cadeia de produção e transporte:

> Mina de carvão – compreende lavra a céu aberto, infraestrutura associada e sistemas de controle ambiental; Usina de manuseio e preparação de carvão (CHPP) – compreende uma planta de beneficiamento de carvão, infraestrutura associada e sistemas de controle ambiental; ferrovia do Sena de Moatize a Beira (concessão da CCFB) – com capacidade de transporte da produção total para o porto de Beira; terminal de exportação de carvão de Beira – compreende o pátio de estocagem, equipamento de carregamento de carvão, e uma operação de transbordo marítimo; programa de reassentamento – voltado a atender as necessidades de reassentamento nas áreas de implantação do projeto; programa social – voltado ao atendimento de necessidades sociais mais prementes de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais; infraestrutura geral – em apoio à mina e usina de manuseio e preparação de carvão, em Moatize, e ao novo terminal de exportação de Beira e aos sistemas de controle ambiental (PLANO DE AÇÃO PARA O REASSENTAMENTO, 2007, p. 3-4).

Para dar início à exploração mineira, havia um conjunto de ações necessárias que a precedem, sobretudo se tratando da mineração a céu aberto: desocupações humanas e desbravamento de elementos naturais – rochas e vegetações – para acessar a camada mineral. Implícito à fase de desenvolvimento, com vistas a liberar a concessão das ocupações e da infraestrutura humana e não humana que "obstruíssem" sua atividade, a Vale teve de encomendar uma série de estudos visando à identificação da população e sua posterior realocação e/ou deslocamento compulsório.

No concernente às ocupações humanas e sua infraestrutura material e/ou simbólica, a possibilidade do seu deslocamento compulsório era irreversível, na medida em que a legislação moçambicana estava e continua voltada a incentivos empresariais visando a atrair o investimento direto estrangeiro (IDE), concedendo benefícios aos investidores e oferecendo garantias Estatais, tomando como referência a Lei Moçambicana de Minas (2002/2014). Esta concede primazia do uso da terra às operações mineiras em detrimento de outros usos sociais e econômicos, assumindo que aquelas têm uso "superior" em relação aos demais, o que revela que a política desenvolvimentista em curso atribui valor ao lugar com vocação econômica.

Como se observa, a legislação moçambicana e a política nacional de atração a projetos de IDE não se descola do que aconteceu e que de algum modo está presente na narrativa desenvolvimentista que dominou na América Latina, sobretudo durante o superciclo das *commodities*; alguns autores avançaram a ideia de Estados corporativos (JOXE, 2003; VILLAVICENCIO, 2019) para caracterizar essa dinâmica, na medida em que se verificou a "geração de novas normas jurídicas que garantissem a institucionalização dos direitos das

grandes corporações, assim como a aceitação da normativa criada nos espaços transnacionais" (SVAMPA; ANTONELLI, 2009, p. 16 – tradução livre). Nesse caso, "o Estado é uma espécie de cirurgião plástico [que] desenha e altera o território para torná-lo mais atrativo ao investimento" (ANTONELLI, 2009, p. 55 – tradução livre); um dos efeitos dessa dinâmica, além de desempenhar uma função discursiva e não discursiva, contribui para silenciar a diversidade econômica de encontro com práticas capitalistas e não capitalistas[29] e a heterogeneidade social do lugar.

Além de contribuir para a reprimarização da economia e para a falta de diversidade produtiva, a primazia concedida ao IDE e sua lógica desenvolvimentista não se fazem acompanhar de uma discussão aprofundada sobre certos fatores socioculturais e econômicos sobre os quais se estrutura e se sustenta a maior parte da população, pois esses empreendimentos têm estado na origem de deslocamentos compulsórios, no rompimento das formas de organização e reprodução social de populações locais que se organizam e se envolvem em conflitos com empreendimentos, acionando outras lógicas de justificação, como veremos mais adiante. Entretanto, na arena política, esses embates não se fazem acompanhar de "um reconhecimento efetivo dos conflitos, contradições e opções entre os diferentes modelos de produção e acumulação, prioridades e interesses, muito menos como lidar com eles" (CASTEL-BRANCO, 2015, p. 191).

Todavia, durante a instalação da Vale em Moatize, o que permaneceu em questão foram os termos do reassentamento compulsório. De acordo com o número 7.4 do artigo 7, referente aos *direitos e deveres da concessionária e do governo*, resultante do contrato de concessão, a empresa seria responsável pelo "reassentamento dos ocupantes da terra na área de mineração ou outras que sejam necessárias às operações minerais", mediante as prescrições do Plano de Ação para o Reassentamento (PAR) apresentado ao governo. O PAR era dirigido às famílias localizadas na área de concessão (ou sob sua influência direta), em que, para o desenvolvimento das operações da mina, seria necessário o seu deslocamento compulsório. O documento indicava as diretrizes – ações e atividades – a serem levadas a cabo sobre a população localizada na zona de concessão e no raio de riscos do empreendimento (ou de influência indireta), e pretendia que, depois que a população fosse deslocada, tivesse a

[29] Ao fazer menção a práticas capitalistas e não capitalistas, aqui ambas figuram como diversidade econômica, pois assumimos a economia capitalista como uma forma de economia possível, ou, como considera Polanyi (2000), a economia (capitalista) é um processo instituído. Então, o não capitalismo, longe de constituir antítese/oposição/binarismo ao capitalismo, é uma lógica de diferença e diversidade econômica crítica à uniformidade econômica (essencialismo) que "tenta libertar um espaço heterogêneo de existência econômica" (GIBSON; GRAHAM, 1998, p. 24).

possibilidade de retomar o "controle autônomo de suas próprias vidas alteradas pela intervenção [da empresa]" (PAR, 2007, p. 1), por meio de atividades, de capacitação profissional e de projetos de geração de renda (agricultura, pecuária, formação técnico profissional, empreendedorismo) desenhados pela empresa para a população.

Convém salientar que, quando dos reassentamentos da Vale, Moçambique não tinha nenhum decreto, lei ou regulamento que orientasse esses processos, razão pela qual o reassentamento em questão se baseou nas diretrizes do Banco Mundial aplicáveis aos projetos que envolvem o deslocamento compulsório, segundo as quais os grupos afetados deveriam ter garantidas, em compensação à perda e/ou ao deslocamento, condições de vida iguais ou superiores às do lugar de origem (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013). A igualdade em questão considera aspectos materiais, como habitação, água e luz, deixando vagos os fatores imateriais e as relações com o entorno, que são o substrato da qualidade de vida, tendo em conta a particularidade da população afetada e as suas práticas diversas motivadas pelo ambiente; acessavam água para o consumo do gado e pessoal de fontes naturais (rios, riachos, lagoas), produziam o que consumiam e comercializavam partes excedentes (pesca, produção agrícola, lenha, carvão), práticas que não puderam ser mantidas após o deslocamento compulsório.

Desde as suas primeiras páginas, o PAR mostra o quão bem-intencionado e o quão benéfico seria o reassentamento para os afetados, para as vítimas da mineração, na medida em que propunha conceder o "ressarcimento justo pelos bens perdidos e, ainda, propiciar a reprodução de suas condições de vida, seja em termos de moradia, vínculos sociais, acesso a serviços públicos" (DIAGONAL URBANA CONSULTORIA, 2007, p. 7). No entanto, o ponto de partida do PAR foi o estudo das caraterísticas física e territorial e, depois, o estudo do perfil socioeconômico das vítimas e das infraestruturas (in)existentes, que serviriam de linhas-mestres ou variáveis de orientação e implementação do Plano.

Durante o levantamento da população localizada no interior da zona de concessão e da zona de riscos, foram identificados e cadastrados, em 2006, 1.191 imóveis (dos quais 1.148 residenciais e os demais não residenciais), 13 imóveis em construção, 28 imóveis não ocupados, 60 residentes ausentes e mais um residente que rejeitou receber a equipe de inquiridores. Devido a alguns impasses do processo inicial de auscultação e à fraca adesão nas consultas comunitárias, por decisão do governo, os trabalhos foram interrompidos em novembro de 2006, sendo apenas retomados em fevereiro de 2007.

No ano de 2007, foram cadastradas mais 174 famílias em relação ao ano anterior, e o número total do cadastramento final foi de 1.365 famílias. No mesmo ano, além de simples

auscultação e consulta, os trabalhos já envolviam um pré-acordo, passando a envolver "a assinatura de um termo de compromisso provisório pelos agregados familiares, na perspectiva de se ter uma amostra da realidade das comunidades afetadas no que se refere à indicação da alternativa de atendimento escolhida" (DIAGONAL URBANA CONSULTORIA, 2007, p. 13). Esse processo veio a intensificar as mobilizações e reuniões entre funcionários da empresa contratada para o cadastramento populacional e os representantes da empresa, e passou a envolver a também a participação de representantes dos governos distrital e provincial, lideranças comunitárias, parte dos afetados, assim como outros órgãos e organizações sociopolíticas locais – Polícia Comunitária, Tribunal Comunitário, Organização da Mulher Moçambicana (OMM), Organização da Juventude Moçambicana (OJM), entre outros.

Ao incluir mais atores durante o processo de auscultação, os considerados "multiplicadores e formadores de opinião em relação ao projeto" (DIAGONAL URBANA CONSULTORIA, 2006, p. 13) tinham um caráter propositivo e informativo de sua participação no processo. Esta contribuiu para a afirmação da retórica empresarial/governativa e para a celeridade da aceitação e a eficácia social das propostas da empresa em diferentes escalas e níveis de afetados, pois os "multiplicadores de formadores de opinião" do projeto foram convocados por uma das partes interessadas e eram favoráveis aos ensejos do governo de implantar a empresa a todo o custo. Sua participação foi financiada pela empresa, o que constitui uma estratégia para lograr a permissão das comunidades afetadas e/ou ameaçadas pelo empreendimento mineiro. Tal estratégia resultou na licença social do empreendimento mineiro.

Nesse caso, a obtenção da licença social pela Vale ocorreu por meio de uma "eficácia representacional" explícita imposta persuasivamente – como única realidade possível a de agregar sua pauta/proposta à percepção, representação e enunciação de integrantes da população que seria afetada pela mineração[30], sobretudo as lideranças comunitárias e os representantes do governo local, que passaram a incorporar e difundir nas suas falas a visão da empresa; estes, ao mesmo tempo que construíam uma imagem positiva, concediam crédito

[30] Considero população afetada pela mineração na medida em que de maneira implícita fica claro, por meio de relatórios, falas e observações empíricas, que desde a fase de prospecção, implantação, desenvolvimento até atualmente, a fase de exploração, que a preocupação seria apenas com a população localizada na zona de influência direta, ou seja, os diferentes processos/fases da mina da Vale só se preocuparam com os efeitos da mina em si, sem se ocupar com efeitos resultantes do reassentamento de parte da população sobre outra população, ou mesmo sobre a população localizada ao redor da mina que passaria a conviver com a poluição, com o tremor de terras, com desvios, com a destruição e provação total de seu entorno socioambiental (rios, pastos, roças, vias de acesso).

social ao empreendimento mineiro, que se operacionalizou mediante uma "*episteme* que a autorize – a produção de saberes e a garantia de 'controle de risco' –, uma estética mineira para configurar a 'sensibilidade e educação sentimental', uma ética filantrópica e humanização do empresariado e do capital" (ANTONELLI, 2009, p. 56 – tradução livre). Fotos apresentadas em diferentes relatórios da empresa e depoimentos recolhidos dos participantes naquela época revelam que, durante a auscultação à população afetada, elaborou-se um material educativo difundido pelas lideranças, combinando a propaganda com meios gráficos e publicações que cumpriam a função de disciplinar a população sobre as benesses que a instalação da empresa significaria em suas vidas, o que mais tarde resultou no reconhecimento e na compensação com registro material e simbólico:

> *Interlocutor L2/2015*: Tudo estava a acontecer lá na minha casa, as pessoas do governo e da empresa vinham lá na minha casa para dar informação do projeto para eu fazer chegar na comunidade. Chegava um carro, me levava para andar com eles para conhecer a comunidade, onde começa e onde termina o bairro, ir participar nos encontros lá na cidade. Eu não ficava em casa, todos os dias estava a trabalhar, por isso me deram uma casa assim [...]. Já imaginou um simples camponês ter uma casa assim? Em relação à casa, eu não posso lamentar, eu não contava ter uma casa assim. Era camponês, lá de onde venho ninguém tinha uma casa assim (Excertos da conversa de campo com liderança no reassentamento Cateme, maio de 2015).
> *Interlocutor L10/2018*: Eu fui secretário do bairro naquele tempo, fui selecionado para receber as pessoas do governo e os brasileiros [pessoal do governo e os representantes da Vale] e aqueles que vinham escrever os nomes das pessoas [registrar a população afetada], a informação passava por mim e depois eu fazia chegar à população [...], o líder deveria ser o primeiro a dar exemplo. Vou te dizer uma coisa, se você quer saber: sabe que até o presidente do Brasil foi na minha casa em Chipanga?
> *Anselmo*: Presidente do Brasil, se refere ao presidente Lula da Silva? Em que contexto ocorreu a visita?
> *Interlocutor L10/2018*: Sim, esse mesmo, presidente Lula. Ele veio na minha casa, caminhou no meu quintal até chegar no meu curral e viu minha criação. Naquele tempo vinham para lhe mostrar a área onde a Vale ia explorar carvão e as pessoas que eles iam tirar. Está a imaginar, todas casas que tinham para o presidente de outro país vir até na minha casa? Se fosse como hoje que as pessoas têm telefone como este [apontando para o *smartphone* que trazia na mão], ia mostrar foto para você ver (Excerto de conversa de campo com liderança na vila de Moatize, junho de 2018).

O passo seguinte à auscultação e ao início das negociações foi a implementação do PAR e envolveu a "execução do reassentamento, incluindo etapas prévias e posteriores à transferência das famílias para nova área" (DIAGONAL URBANA CONSULTORIA, 2006, p. 14). A etapa previa a transferência das famílias para os locais de reassentamento, a identificação da área onde seria construído o assentamento e os bens que cada família

receberia em compensação; posteriormente à transferência, segundo ficou acordado, os reassentados receberiam algum tipo de apoio da empresa para se adaptar à nova área.

Na etapa precedente ao deslocamento compulsório, foram identificados dois tipos principais de assentamento e suas respectivas dinâmicas territoriais: o semiurbano, característico de populações residentes ao redor da autarquia; e o rural, para a população ao redor do posto administrativo de Moatize. Os dois tipos de assentamentos resultaram mais tarde em estruturas que a literatura (SULEMANE; MOSCA, 2012; DE MATOS, 2016) tem reportado como reassentamento rural em Cateme, a 40 km da vila-sede do distrito de Moatize e, reassentamento urbano, na vila de Moatize, no bairro 25 de Setembro.

A classificação preestabelecida teve a função política de impor "uma divisão do mundo social" que trouxe consequências políticas aos processos de contestação social para os diferentes segmentos afetados, e não só aos que seriam submetidos ao deslocamento compulsório, mas também a outros segmentos sociais que seriam "atingidos em escala menor" (DIAGONAL URBANA CONSULTORIA, 2006) e que não constituíram e não constituem até então a prioridade da empresa. Trata-se da população que não estava inserida totalmente quando da implantação do empreendimento, mas ficou afetada diretamente pelo deslocamento compulsório de outros e pelo início da exploração mineira, pois tinha lá seus locais de cultivo, pasto e vias de acesso, riachos, como a população dos bairros de Bagamoyo, Chithata, 1º de Maio, na vila de Moatize, e as comunidades de Kankope, Matambanhama, Calambo, Tchenga, entre outras, no posto administrativo de Moatize. Uma das consequências consiste no que a literatura (SULEMANE; MOSCA, 2012) considera como estratégia da Vale de "dividir para reinar", expressão de forte carga semântica para se referir à diferenciação das afetações e da pauta contestatória da população.

Feita a "divisão do mundo" social dos atingidos, a maior preocupação incidiu sobre a população localizada na área do desenvolvimento, por ser "totalmente atingida". Por isso, o ponto de partida foi a busca de uma área anfitriã para o seu reassentamento. A definição da área anfitriã deveria ter em conta sua localização dentro do posto administrativo de Moatize, a disponibilidade de vias de acesso, com áreas iguais ou próximas ao local de proveniência, e, acima de tudo, o local deveria estar livre de concessões mineiras, assumindo o crescente número de licenças e títulos mineiros.

Inicialmente foram identificadas 11 áreas, respectivamente Inhangona-sede, Inhangoma 1, Inhangoma 2, Calambo, Guluare, Capanga, Chithata e Malabwe, no posto administrativo de Moatize; e Mpazu, Matsatsa e Tsungo, fora do posto administrativo de Moatize. Das áreas identificadas, três delas (Chithata, Guluare e Capanga), devido à sua

proximidade à vila de Moatize, eram áreas prováveis para reassentar a população com perfil urbano, e as áreas restantes eram consideradas adequadas para a população com “perfil rural”.

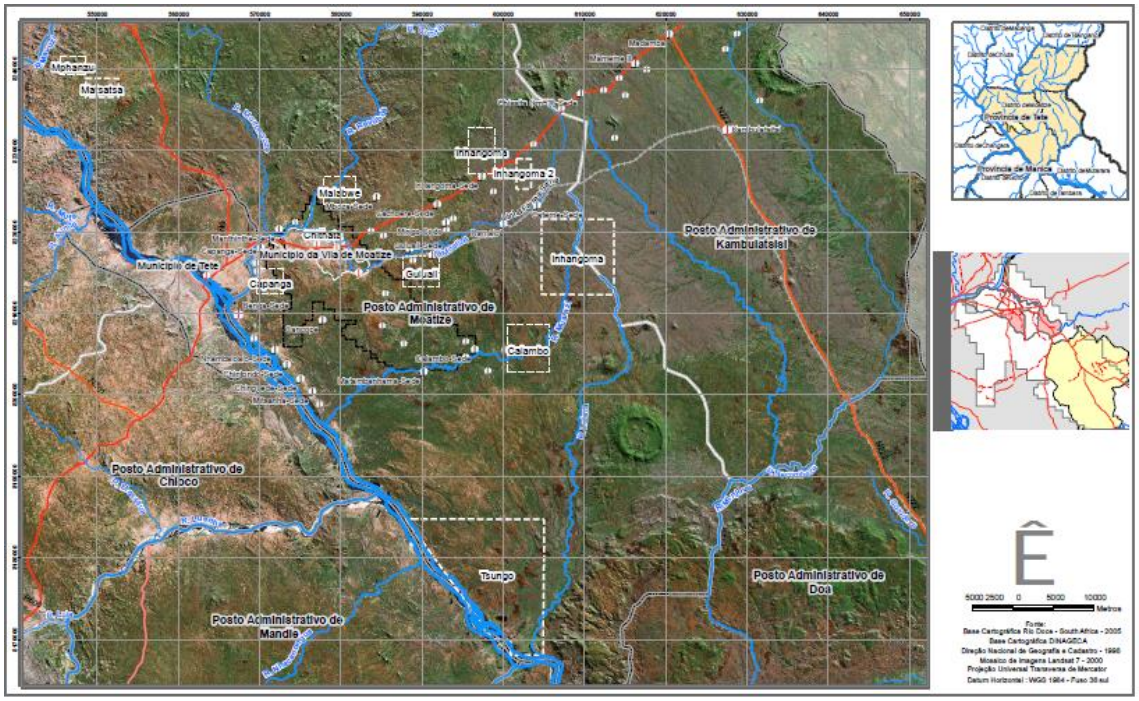


Figura 35: Primeiras áreas identificadas para o reassentamento da população afetada pela Vale.
Fonte: Diagonal Urbana Consultores (2006).

Com a escolha de prováveis áreas anfitriãs, foi composta uma comissão técnica, integrada por representantes do governo provincial de Tete e por técnicos da Vale, que se ocupou de analisar os detalhes de cada área, seguindo uma série de variáveis e condicionantes. Das 11 áreas previstas, cinco delas foram consideras favoráveis, sendo Inhangoma 1 e 2, junto a Calambo, os locais apontados para o reassentamento de famílias com perfil rural, e Guluare e Capanga para as famílias com “perfil urbano”. Essas áreas passaram por mais uma avaliação e por estudos finais para a seleção de duas outras áreas, em cuja fase os estudos incidiram sobre as caraterísticas físicas do solo, sua potencialidade e fragilidades com base em dados secundários.

O quadro seguinte mostra detalhadamente a descrição, o acesso e a avaliação detalhada de cada área proposta.

Quadro 1: Síntese das áreas selecionadas para a segunda fase e sua avaliação.

Área	Localização	Acesso	Avaliação
Calambo	29 km, sudeste da vila de Moatize.	20 km a partir de Calambo-sede, acesso sem asfalto, podendo ser feito com automóveis de tração.	
Capanga	11 km, sul da vila de Moatize.	4 km depois da EN-7, próximo ao rio Rovúbwè.	Aprovado para o reassentamento da população com perfil rural; no entanto, o local já estava concessionado à empresa Rio Tinto.
Guluare	15 km a sudeste da vila de Moatize, localiza-se próximo à concessão da Vale.	7 km a partir de via asfaltada entre Chipanga e Mithethe. Acesso deficiente.	
Inhangoma 1	36 km a nordeste da vila de Moatize, trecho sul da linha férrea que liga Moatize a Beira.	1 km da EN-7, acesso não asfaltado.	Área com grande concentração de nascentes e maciços rochosos.
Inhangoma 2	25 km, a nordeste da vila de Moatize, na margem direita EN-103.	11 km da EN-7 e/ou 50 km a partir de Chipanga. Acesso deficitário, podendo ser feito com automóveis de tração.	Aprovado para o reassentamento da população com perfil rural; entretanto, o local já tinha sido concedido a outra empresa.

Fonte: Readaptado pelo autor a partir do quadro 2.27 do Plano de Ação e Reassentamento (2006).

Como se observa, são escassas as informações sobre outras áreas além das de Inhangona. Dados secundários e relatos recolhidos durante a pesquisa de campo permitem inferir que a localização distante das principais vias e o acesso deficitário de áreas como Calambo, Guluare e Inhangona 2 motivaram a sua exclusão. Conjectura-se que tenha sido por isso que os estudos de avaliação das áreas tenham se limitado a dados secundários. No entanto, não obstante a viabilidade das áreas escolhidas (Inhangoma 1 e Capanga), não foi nelas que se construíram os reassentamentos, contra a vontade e a proposta apresentada à comunidade. Tal fato tem a ver com a sua concessão a outras empresas, tal como revela o mapa da figura nove, apresentada no capítulo dois.

Das previsões feitas, a área de Capanga, prevista para o reassentamento de famílias rurais, já fazia parte de concessão da Rio Tinto, e as famílias que anteriormente ocupavam o local estavam sendo cadastradas para o deslocamento pela referida empresa. Igualmente, em

Inhangoma, local apresentado e parcialmente aprovado pela comunidade, não se podia implantar o reassentamento da Vale, pois, como se observa no mapa anterior, Moatize é dominado por concessões mineiras.

Com as dificuldades de encontrar local para o reassentamento, enquanto o tempo do capital demandava alguma urgência, teve-se de fazer algum arranjo, e as comunidades foram realocadas em outro local, em Cateme e 25 de Setembro, seguindo uma lógica diferenciada daquela prevista. Apesar disso, os atores estiveram sujeitos a duplo e intenso sofrimento: primeiro, o sentimento de que estavam prestes a perder seu território e os fluxos do lugar onde habitavam; assumindo a fatalidade do seu deslocamento compulsório, o segundo sofrimento tem a ver com o fato de que, dos locais possíveis para o reassentamento, o que lhes foi apresentado, em que já iniciavam a projetar a vida e estavam se reterritorializado nele, revelou-se uma projeção que não passou de um pesadelo, pois não seriam reassentados no local previamente definido. Isso revela que, para o dispositivo de "desenvolvimento", projetos sociais podem ser remanejados; existências e territórios podem ser trucidados para que a exploração mineral ocorra no tempo, na medida e na intensidade prevista.

> *Interlocutor:* A zona número um que eles foram nos apresentar era aqui em Capanga [apontando com a mão em direção sudeste], logo depois da ponte, para quem está a vir da cidade para Moatize. Aquela terra de lá é boa, se foi lá que esses da Rio Tinto [reassentados] estavam a viver, o Rovúbuè passa perto. Alguns disseram que iam ser reassentados ali, já nós camponeses disseram que iríamos para Inhangoma. [...] mesmo sem gostar, ali não era muito longe da vila como aqui, ali quem conseguisse queimar carvão, cortar lenha, fazer vassouras ou conseguir um biscatinho ou emprego na vila, não tinha muito problema, a pessoa podia sair de casa, pegar na sua bicicleta ou apanhava chapa [transporte público] até na vila, sem problemas, não seria como aqui, não. Do jeito que estamos a viver aqui, para bem dizer, nós fomos deitados fora.
> *Anselmo:* Você vê alguma diferença entre aqui e Inhangoma?
> *Interlocutor:* Sim, tem muita diferença. Você sabe que da vila para aqui e da vila para Inhangoma o preço de chapa não é igual? Chapa para Cateme são trinta meticais, mas para Inhangoma ora vinte ou quinze meticais eles aceitam ou pode apanhar uma boleira de caixa aberta e descer no caminho, e aqui? Quando você vinha não encontrou pessoas a vender sua produção na estrada? Toda aquela produção sai de Inhangoma, lá é uma baixa [...], tem poços [lagoas] e riachos, dá para fazer criação e a terra de lá é preta, boa para cultivar feijão, amendoim e verduras, mas os que fazem tijolos, a terra já não é boa para eles. Do jeito que estamos a viver aqui, se fosse em Inhangoma não seria igual, como eu estava a dizer, claro que não tem nada e mesmo tendo, para levar algumas coisas e vender na vila, o dinheiro acaba só com transporte ou temos que depender de carro da Vale [uma viatura da empresa Unitrans, alocada ao reassentamento de Cateme, faz duas viagens por dia para Cateme, uma no horário da manhã e outra de tarde] e ali eles negam de levar lenha, galinha, cabrito e outras coisas (Excertos da conversa de campo com liderança em Cateme, maio de 2018).

Como se pode observar no diálogo anterior, ao falar de Inhangoma o interlocutor faz uma busca retrospectiva comparativa da materialidade (dos solos e sua localização) e como ela é vinculada ao tipo de dificuldades enfrentadas. Ao comparar o antes e o depois de ser reassentado, a zona a que foram apresentados – e não foi lá, efetivamente, onde foram realocados –, o local emerge de maneira nostálgica, como aquele que poderia constituir o termo médio entre uma situação considerada melhor (antes de serem reassentados) e o seu extremo (o atual reassentamento). As ligações que vão se fazendo em função do que se vê ao transitar por Inhangoma cravam o desejo nostálgico de que, se fosse ali, talvez a sua sorte seria diferente, o que revela uma (des)aventura nostálgica no território.

Preocupações semelhantes à apresentada anteriormente já eram correntes muito antes do deslocamento compulsório, quando da visita das comunidades a Inhangoma e Capanga. Alguns excertos do relatório dos encontros com as comunidades afetadas revelam isso de maneira clara:

> [v]ários líderes demostraram preocupação com *a sobrevivência das famílias na área, principalmente devido à distância em relação à Vila de Moatize, onde são realizados os pequenos negócios*. Houve indagações quanto a possibilidade de viverem "*a partir da estrada alcatroada*" (liderança de Chipanga). Outra *preocupação tratou da venda do produto colhido na machamba (liderança de Malabwe), considerando a terra produtiva*. Os representantes do governo local responderam sobre a possibilidade de vender lá mesmo na área, uma vez que haverá espaço para comércio.
> O segundo grupo de *Chipanga que visitou a área colocou questões referentes ao distanciamento de Inhangoma em relação ao centro da Vila de Moatize, situação esta que dificultaria muito a vida da população no futuro, visto que a grande maioria sobrevive da prática de pequenos biscates (venda de animais, legumes, lenha, carvão, dentre outros) como forma de complementação da renda familiar*.
> Outro ponto levantado diz respeito ao fato de que, atualmente, *a comunidade de Chipanga encontra-se na área urbana (dentro do município) e, sendo assim, consideram um "retrocesso" para a população retornar para o meio rural*.
> [...] grupo de pessoas que desejam ir para Capanga, mas não possuem a condição para tal, ou seja, não são funcionários do setor público/privado. Estes não estão "indecisos", por isso não havia termo que contemplasse tal situação, *como por exemplo, pessoa idosa dependente, cujos filhos vão para Capanga; antigo combatente que recebe o salário na Vila e não pode percorrer grandes distâncias, dentre outros*. Tais situações serão tratadas de acordo com a política de atendimento como casos especiais.
> Há ainda pessoas que solicitaram visita à área, pois gostariam de conhecer os locais de reassentamento para, então, tomar a decisão (PAR, 2007, p. 11-12 - destaques acrescidos).

Os trechos anteriormente selecionados do PAR fazem parte de um universo de vários outros depoimentos, perguntas e indecisões extraídas das consultas e das visitas ao local

proposto para reassentamento. No fundo, esses depoimentos revelam que as categorias pré-estabelecidas, os critérios de indenização já eram questionados desde sua concepção pelos atores afetados pelo reassentamento da Vale, o que revela que a maneira como se projetou e implantou o empreendimento mineiro cristalizou a ideia de um *lugar minerável*, ao mesmo tempo que produziu um tipo de atores locais para lhes inserir dentro de uma lógica discursiva que articulou a mudança radical de suas comunidades de práticas e incutiu formas de habitar o lugar como benefício para as comunidades afetadas.

Outro fato sempre recorrente é a divisão entre o "rural" e o "urbano" no reassentamento da Vale. A classificação/divisão social estabelecida tinha em vista a atribuição de indenizações distintas, "respeitando o perfil social" de cada família. Essa tipificação de "famílias com caraterísticas urbanas ou rurais" é problemática se levarmos em conta que foram considerados critérios socioeconômicos do estilo de vida patriarcal, ocidental e urbano, que envolvem renda familiar e situação laboral do chefe do agregado familiar (homem), como veremos no próximo capítulo.

As categorias e tipificações se basearam no desenho previamente definido e serviam mais aos interesses do proponente. Portanto, as traduções (traições) das dinâmicas da população do lugar em perfil periurbano e rural, como se referem os estudos encomendados pela Vale, "têm efeitos de fazer esquecer tudo o que lhe escapa" (LYOTARD, 1997, p. 10), na medida em que essa tipificação assevera a divisão e hegemoniza o mundo social, separando sociedade e natureza sem levar em consideração a biografia e a multiplicidade de situações, a fluidez do lugar, que a pesquisa de campo, por meio das histórias de vida e dos esforços de seguir os fluxos de vida da população no local, permitiu constatar.

Portanto, a naturalização de algumas categorizações previamente estabelecidas para encaixar a população de Moatize parece não dar conta da multiplicidade de situações em que tais categorias foram estabelecidas e a resposta política das comunidades, que precisaram vir à tona para se compreender que, na fase da implantação da mina, as prescrições técnicas e decisões tomadas passaram por cima dos lugares de fala, de escuta e de sentimento dos que até então seriam parcial ou totalmente afetados – aliás, desde lá o ser total ou parcialmente afetado já era objeto de disputa –, assim como, desde lá, as comunidades já desenvolviam suas estratégias de desaprovação do processo como um todo.

O Relatório das Atividades Realizadas com as Comunidades, ou simplesmente o volume II do PAR (2007), foca nas reuniões e discussões da equipe de consultores, de representantes da empresa, do governo com a população afetada pelo empreendimento, assim como no registro fotográfico e no cronograma de atividades seguintes até a relação com a

comunidade que seria reassentada em consequência da exploração mineira. Dos encontros realizados entre os meses de setembro e outubro de 2006, em todos os bairros (Chithata, Chipanga, Bagamoyo) e comunidades envolvidas (Malabwe e Mithethe), verificou-se ausência significativa da população nos encontros realizados, tendo sido a participação média abaixo de 50%. Em Chipanga, o bairro com maior número de população afetada, a participação foi de 37%; em Mithethe, 43,5%; em Chithatha, 68%; em Bagamoyo, 71%; e em Malabwe, 77%. A fraca aderência provocou a interrupção dos trabalhos e a sua retomada em março de 2007.

Já em 2007, a estratégia usada foi de convocação das lideranças comunitárias dias antes do encontro com as comunidades. A pesquisa empírica constatou que as notificações para a participação eram feitas pelo governo local, e nos encontros foram disponibilizados lanches, tentando incentivar a participação da população; somente depois desses encontros eram marcados os encontros com as comunidades, assumindo que as lideranças fariam o trabalho de base para que um maior número de agregados convocados participasse. Em Chipanga, foram realizados quatro encontros em dias e unidades diferentes do bairro; de 683 representantes de agregados familiares convocados, registrou-se uma participação de 28%. Em Bagamoyo, o registro de participação mostra que houve 52% de presenças[31]; já em Mithethe, de 281 agregados familiares, participaram dos encontros 33% deles; e finalmente, em Malabwe, de 57 agregados familiares, 42% deles participaram dos encontros (PAR, 2007).

Os dados de participação anteriormente apresentados mostram que em 2006 foram programados 21 encontros com as comunidades afetadas, dos quais 15 se realizaram com êxito. Outro dado a se considerar é o índice de participação, que foi de cerca de 42%. Já em 2007, não obstante a mobilização prévia das lideranças, os dez encontros programados foram bem-sucedidos; no entanto, o índice de participação foi baixo, de 32%, muito aquém do ano anterior.

A tendência de iniciar com as lideranças para depois seguir para os responsáveis do agregado familiar aconteceu em relação às visitas das áreas anfitriãs e na monitoria durante a construção de moradias. O índice de participação das reuniões também se verificou na visita das comunidades às áreas anfitriãs. Embora o relatório busque uma série de eventos, como época de chuvas, falecimentos e tempo de disponibilidade, a fraca afluência das famílias nos

[31] Esse dado é suspeito, porque o número de lideranças presentes no encontro anterior coincide com o número de agregados familiares. Então, não é possível que em referido bairro todos os agregados familiares sejam compostos por lideranças comunitárias. Ademais, no local onde foram reassentadas as famílias, as provenientes de Bagamoyo demonstram um número muito acima de 25 famílias, como está referido no estudo.

encontros coloca em xeque a legitimidade das consultas públicas, o mesmo se aplicando ao processo de assinatura dos termos de compromisso.

No concernente à assinatura dos termos de compromisso com vistas à proposta de seu deslocamento compulsório, os dados mostram que em Chipanga, de 683 representantes de agregados familiares convocados para assinatura do termo, 172 se fizeram presentes (25%); em Mithethe, de 281 agregados familiares, o índice de participação foi de 43%; já em Bagamoyo e Malabwe, o índice de participação esteve acima de 50%, sendo 92% para Bagamoyo e 65% em Malabwe. No cômputo geral, de cerca de 1.100 famílias afetadas, 35% delas optaram por ser realocadas em área rural, local até então definido como sendo em Inhangoma; outro dado curioso tem a ver com o fato de que, do total de cerca de 1.100 famílias afetadas, até o último trimestre de 2007, 36% delas haviam se recusado a assinar o termo de compromisso e/ou estavam indecisas em relação às formas de indenização[32] (PAR, 2007, p. 16-17).

Portanto, a fraca afluência das famílias aos encontros e a recusa em assinar o termo de compromisso podem constituir uma forma de evidenciar sua insatisfação em relação ao modo como foi conduzido o processo, às opções apresentadas, assim como a outros fatos não verbalizados, vinculados ao *imperativo do território*, na medida em que "certas práticas estratégicas" empreendidas "estavam ancoradas nos referenciais do espaço vivido, antes do reassentamento" (DAOU, 2013, p. 82), assim como aos fluxos do lugar que permitia coabitação de formas de viver especificas "de viver perto da vila". Tais gramáticas, ao serem colocadas em pauta, serviram como estratégia de luta e contestação social, com efeitos políticos que resultaram na demora dos prazos. A série de acontecimentos, percepções e mudanças de posições que foram surgindo afirmavam a ideia de que, com o estágio avançado de construção de moradias para o reassentamento, "a população ainda não estava convencida" e poderia retardar o início da exploração mineira.

Percebendo o estágio de incerteza instalado, uma figura política importante se reuniu com a população que seria reassentada em Chipanga e disse com toda a força dos pulmões, segundo se conta, que a população deveria sair e deixar a Vale trabalhar, porque estavam "cagando por cima de dinheiro", o que revela que, não obstante as rejeições e resistências, os atores em disputa (população afetada e a empresa) se encontravam em condições assimétricas de poder político, com "poder de crítica" (BOLTANSKI, 2013) diferenciado e com

[32] Foram definidos quatro tipos de indenizações pela afetação: i) deslocamento compulsório para área rural; ii) deslocamento compulsório para área urbana; iii) indenização assistida para a compra ou construção de moradia; e iv) indenização monetária.

capacidades abismais de produzir efeitos no mundo social. Outro fato tem a ver com a postura do Estado por meio de suas instituições e estâncias de representação: este atuou como um "cirurgião plástico" que, mediante seu desenho e poder de governança territorial, agiu para tornar possível a ideia de *lugar minerável* ao buscar mostrar sua legitimidade aos investidores e seu poder político à população afetada.

Outro evento que vale menção é o modo como as famílias afetadas vivenciaram os processos de desenvolvimento da mina. A conversa de campo mantida com um grupo de mulheres no bairro 25 de Setembro, no reassentamento da Vale, revela o quanto esse processo foi penoso para algumas famílias que já tinham iniciado a construção de residências ou complementos de residências e buscavam prosseguir normalmente com suas vidas, assim como para as famílias que se formaram no período compreendido entre o cadastramento (2006-2007) e o reassentamento (2009-2010), pois nesse intervalo de tempo, muita coisa aconteceu:

> [d]e repente, um filho se enamora e engravida a filha de dono [filha alheia] e os pais da moça decidem mandar a moça para morar junto do moço, e os pais do moço o que fariam para ajudar o novo casal, se fomos proibidos de continuar a construir nossas casas e lares?
> Isso aconteceu com minha prima – disse uma das presentes, por sinal a mais nova, enquanto amamentava uma criança –, a filha de meu tio [...], ela foi morar com o parceiro na casa dos pais dele, ele trabalhava e conseguiu comprar material, tijolos e cimento, eles construíram a casa e só foram reassentados em 2010. Imagina se não tivessem construído a cabana, iriam ficar na mesma casa com os pais, ficariam apertados durante esse tempo todo.
> Na mesma, eles ficaram perdendo – disse outra moça – os tijolos, o cimento, a cobertura e o dinheiro que gastou, para ficar pouco tempo. Se ele soubesse teria feito uma cabana e esse material podia ter usado no reassentamento para construir nova casa.
> Se fosse eu, eles iriam pagar minha casa ou me deixavam ali, não iria gastar meu dinheiro em vão. Se eles pudessem iam dizer para pararmos de ter filhos e de comer para eles não terem despesas conosco – disse a que amamentava uma criança.
> Quando minha filha perdeu o lar, ela veio morar conosco. Estava grávida e tinha uma criança. Nas condições que se encontrava, nem dava para lhe colocar noutro lugar. Moramos na mesma cabana e nós dormíamos fardados [de roupa normal]. Está a ver uma cabana, mulher grávida, uma criança e nós os pais também – falou a mais velha (Excertos do diário de campo a partir de falas de entrevistados, maio de 2015 – tradução livre).

O período entre o cadastramento e o deslocamento compulsório foi muito tenso para as famílias afetadas, algumas das quais não podiam fazer grandes intervenções na infraestrutura e não podiam fazer planos no longo prazo. Os relatos anteriores revelam o risco de se fazer alguma coisa em vão. Durante conversa de campo, em abril de 2015, fui ter com uma senhora reassentada em Cateme. Ela ficara viúva antes do reassentamento e, nesse meio-

tempo, os filhos atingiram a maioridade. Por não dispor de meios, ela e seus cinco filhos ficavam apertados em casa de quarto e sala desde o reassentamento. Durante a conversa, ela me disse que o crescimento de seus filhos e a casa que recebeu não eram problemas, o que lhe preocupava era a criação dos filhos no reassentamento, pois se fosse lá na vila, com a idade que eles tinham, não precisariam esperar por ela, já teriam construído suas cabanas. Segundo ela, "eles poderiam ir no mato cortar estacas e capim para fazer teto da casa, eles lá seriam homens de verdade, já estariam a fazer alguma coisa para ajudar em casa" (Excertos de conversa de campo, reassentada em Cateme, maio de 2018).

Além das narrativas e histórias anteriormente apresentadas, outras com conteúdo semântico distinto eclodem no lugar, ligadas à maneira como alguns atores vivenciaram o processo de "estar em vias de" e de "ser deslocado" pela empresa. Como se pode entender ao longo das narrativas, o processo de implantação da mina da Vale em Moatize afetou a população de forma heterogênea, e é do amálgama social que eclode a multiplicidade de sentidos e significados atribuídos pelos atores que, desde o início, se contrapuseram à pretensão da empresa de produzir o *lugar mineiro*, homogeneizando o social em questão.

À mercê da localização do carvão mineral no subsolo, as ocupações humanas – e suas inter-relações e interpelações com os não humanos historicamente constituídas no solo – se converteram em *encontros e histórias transplantáveis* e *sacrificáveis* no "altar do desenvolvimento", representado pela lógica do Estado moçambicano de relançar o país e assumir as rédeas do crescimento mediante fórmulas dadas, bem como a ideia de aproveitar o carvão de alta qualidade para consagrar-se na grande competição empresarial. No fundo, o PAR, ao mesmo tempo que definia suas vítimas – atores afetados –, definia, mediante parâmetros ingenuamente positivistas, que buscavam traduzir variáveis, formas de ser e dinâmicas qualitativas em valores quantitativos para mensurar as perdas e os ganhos sofridos, as formas de afetação e de reparação de danos resultantes do processo de troca do território pela terra – é este o âmbito no qual, paradoxalmente, os projetos de geração de renda[33] se constituem em estratégia de busca de legitimidade social, mediante a ideia empresarial do que seria melhor.

Durante o levantamento, dominou um tipo de lógica que fez com que as comunidades de agricultores, oleiros, carvoeiros e artesãos fossem consideradas rurais e reassentadas longe

[33] Além dos bens concedidos à população, a Vale oferece projetos de geração de renda que são implementados, inicialmente, nos locais do reassentamento. Mais tarde, os projetos são difundidos no sentido de abranger outros segmentos populacionais. No capítulo seguinte, discuto a operacionalização desses projetos, suas dinâmicas de enumeração, classificação e tipificação, e seus efeitos nos processos de mesmice social no lugar.

dos centros urbanos, com vistas a respeitar "seu modo de vida". No entanto, grande parte da comercialização de seus produtos ocorria na vila, assim como no centro urbano de Moatize, onde havia uma elevada procura por seus produtos; portanto, até a chegada da Vale, em 2006, a maioria da população que não estava vinculada ao emprego na mina regia suas atividades de subsistência por lógicas não capitalistas, como uma "multiplicidade de atividades e relações econômicas específicas que descentralizam a centralidade abstrata do capitalismo" (GIBSON; GRAHAM, 2011, p. 67 - tradução).

A concessão das jazidas de carvão mineral de Moatize à empresa Vale alterou bruscamente as anteriores dinâmicas locais e a história de seus encontros e/ou coabitação social e o empreendimento mineiro. As histórias de vida de meus interlocutores são um bom exemplo para explicitar essa diferença econômica do lugar e da múltipla posição dos sujeitos no lugar – o que mais tarde, como veremos a seguir, irá influenciar a política de ação coletiva dos afetados e contestatários à Vale, isso sem excluir a inserção de outras gramáticas e pautas de contestação resultantes da sua interação com ONGs.

Um funcionário público do governo local à época, com quem fiz uma entrevista em profundidade, pela sua profissão, ajudou nos processos de identificação e análise das jazidas de Moatize. Ele participou da identificação da população da zona de concessão da Vale, que posteriormente foi reassentada pela empresa. Em relação à dinâmica social da população afetada, ele refere:

> [a]s pessoas faziam carvão, esteira, tijolos etc., mas quando chega alguém, lhes oferecem enxadas e dizem para passar a viver da agricultura ou outra atividade. Fica complicado, por exemplo, *quem estava habituado a resolver seus assuntos num curto espaço de tempo, a produção agrícola poderia ser algo demorado porque é um processo que vai desde a preparação do solo, cultivo até a colheita, mas a produção de carvão ocorre em curto tempo porque bastava cortar ou apanhar lenha, queimar, deixa ficar algum tempo para abrandar o fogo e tira para vender; outra pessoa iria ao rio pescar, cortar caniço, colocava a secar, fazia esteira ou peneira e vinha a vila vender e logo teria dinheiro logo. Morando perto da vila, as pessoas poderiam interromper por algum instante seus afazeres habituais, conseguiam alguns biscates, carregou ou descarregou alguns sacos ou descarregou areia ou algum material para construção, recebeu dinheiro, passou no mercado, comprou produtos alimentares*. Esse é um processo contínuo que espelha grande parte da realidade de algumas pessoas, isso é algo que se faz ao longo do tempo, desde a infância das pessoas [...]. Se for a ver aqui na área de Chipanga, pelo número de pessoas que dali saíram, não há possibilidade de eles viverem da agricultura, é só comparar o número de pessoas em relação *à área disponível naquele povoado de Chipanga, não se pode dizer que eles viviam* [apenas] *da agricultura* [...]. *Era fácil resolverem seus problemas* [necessidades], *estavam perto da vila onde tem serviços e quase um pouco de tudo de que necessitavam e se deslocavam a pé e resolviam suas preocupações*. Agora, se formos para Cateme [onde foram reassentados], por mais que lá tenha escola, hospital, esquadra, faltou uma

> coisa: centro urbano. *Nos centros urbanos é onde acontece tudo, e lá não tem..., as oportunidades não são iguais. Um centro urbano não se faz daqui para aqui. Lá onde estão, onde irão carregar saco de quem pra lhe dar dinheiro? O mesmo se aplica para lenha e carvão, vão fazer para quem? Quem vai comprar lá onde eles estão?* (Excertos da conversa de campo, junho de 2018, destaques livres).

Como se observa, durante a instalação e desenvolvimento da mina de carvão de Moatize, houver uma pretensão de tornar o lugar um *lugar minerável* por meio de técnicas e dispositivos de classificação e tipificação do social do lugar como retrógrado, e a vida dos atores como aquela que carece de melhoria, que a empresa iria proporcionar à população alinhada com suas propostas, assim como ao propósito do governo que visa a tornar o território produtivo por meio da mineração e do reforço aos deslocamentos compulsórios.

As condições materiais – casas de alvenaria, água potável, energia elétrica, novas terras para o cultivo, formação técnico-profissional, projetos agropecuários de geração de renda – concedidas aos afetados em compensação pela perda e deslocamento compulsório também permitem enxergar que, em paralelo à instalação e ao desenvolvimento da mina, ocorrem processos de reorientação socioeconômica e ambiental completa da população, não só sobre os seus territórios mas também sobre seus corpos, estilos de vida, formas de habitar e materialidades.

A pesquisa empírica constatou que, ao mesmo tempo que a implantação da mina tomava a dianteira, estavam em curso ações de resistência social que constituem um conflito ambiental na medida em que o deslocamento compulsório implicou a perda da corrente vital que os vinculava ao lugar, e os não humanos foram emergindo como aliados das disputas. *Entes* como argila, lenha, gado, plantas medicinais, os rios Thíbù e Rovúbuè, árvores de massanica, mangueiras, baobá, capim, carvão etc. surgiram para indicar que não se trata apenas de aceitar ou não a mineração e as recompensas, mas que estão em jogo suas formas de habitar o lugar, as relações com o ambiente, as formas de conhecer e de se relacionar com o entorno, as comunidades de práticas que só se efetivariam naquele lugar, tal como apontou um interlocutor na conversa de campo: "*eles viram que o carvão que querem estava ali, nós também só tínhamos ali a maneira e a experiência de conseguir viver*".

Escobar (2015), a partir de uma pesquisa empírica feita em contexto similar, de deslocamento compulsório ocasionado pela intervenção de "projetos de desenvolvimento", sustenta que os deslocamentos, além de retirarem a população do seu território, também retiram do território a população, na medida em que a "desterritorialização ocorre em nível mental", razão pela qual os processos de deslocamento compulsório são também

"ontológico[s] e epistêmico[s], tenta[m] converter os deslocados em simples indivíduos na esfera do mercado [como potenciais consumidores/compradores], vivendo em cidades, para que deixem de pensar nas questões do território e da terra" (ESCOBAR, 2015, p. 180 – tradução livre). Do ponto de vista dos efeitos no lugar da dinâmica do lugar minerável ocasionada pela Vale, tal como a fala do interlocutor anteriormente enfatizou que "só tinham maneira e experiência de viver" onde foram retirados, isso implica que a mineração teve a pretensão de determinar a irrelevância de outras formas de lugar, sua invisibilização e eliminação epistemológica e ontológica, pois,

> [n]os termos desta lógica, *o crescimento econômico é um objetivo racional inquestionável* e, como tal, *é inquestionável o critério de produtividade que mais bem serve este objetivo. Esse critério aplica-se tanto à natureza, como ao trabalho humano. A natureza produtiva é a natureza maximamente fértil num dado ciclo de produção, enquanto o trabalho produtivo é o trabalho que maximiza a geração de lucros igualmente num dado ciclo de produção*. Segundo essa lógica, *a não existência é produzida sob a forma do improdutivo que, aplicada a natureza, é esterilidade e, aplicada ao trabalho, é preguiça ou desqualificação profissional* [...] *as principais formas sociais de não existências produzidas ou legitimadas pela razão metonímica: o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo. Trata-se de formas sociais de inexistência porque as realidades que elas conformam estão apenas presentes como obstáculos em relação às realidades que contam como importantes*, sejam elas realidades científicas, avançadas, superiores, globais ou produtivas. São, pois, partes desqualificadas de totalidades homogêneas que, como tal, apenas confirmam o que existe e tal como existe. São o que existe, sob formas irreversivelmente desqualificadas de existir. *A produção social destas ausências resulta na subtração do mundo e na contração do presente e, portanto, no desperdício da experiência* (SANTOS, 2010, p. 104 – destaque acrescidos).

O processo de invisibilização das dinâmicas do lugar pela lógica do lugar minerável não se reduz ao aparato socioeconômico e às intervenções diretas da Vale; envolve a intervenção/participação de outros atores que concedem a eficácia ao discurso de transformação que a empresa criou e operacionalizou por meio de outros atores. Cabe destacar o papel que instituições de ensino e cursos profissionais desempenharam durante a instalação e desenvolvimento da mina, com o intuito de contribuir para robustecer ou afirmar esse processo do setor mineiro.

O Instituto Superior Politécnico de Tete (ISPT) é um caso enigmático de outros atores que atuam no lugar para tornar possível a vocação mineira do lugar. Construído tomando como referência a Universidade de Witwatersrand, fundada em 1922 na África do Sul, que se desenvolveu a partir da Escola Técnica e de Minas formada para fazer face às demandas de mão de obra da indústria mineira de diamante em Kimberly, "tal como as minas de Kimberly foram determinantes para a criação de uma universidade de referência no mundo, o ISPT

surge com o mesmo ideal, razão pela qual é o primeiro no país a fornecer cursos de licenciatura voltados à área mineira e localiza-se no principal polo mineiro do país" (Excertos da entrevista com o diretor acadêmico do ISPT, junho de 2018).

A instituição se formou a partir do Decreto nº 32/2005 do Conselho de Ministros, de 23 de agosto, tendo como objetivo principal "promover o setor mineiro, no geral, e as empresas mineiras, em particular, de quadros nacionais qualificados na área de minas" (ISPT, 2016, p. 4). O ISPT iniciou suas atividades em 2006 apenas com o curso de Licenciatura em Engenharia de Minas, o que revela a preponderância que as empresas mineiras e serviços do ramo mineiro passariam a desempenhar. O gráfico a seguir mostra a tendência do número de ingressos em diferentes cursos no período de 2011 a 2017.

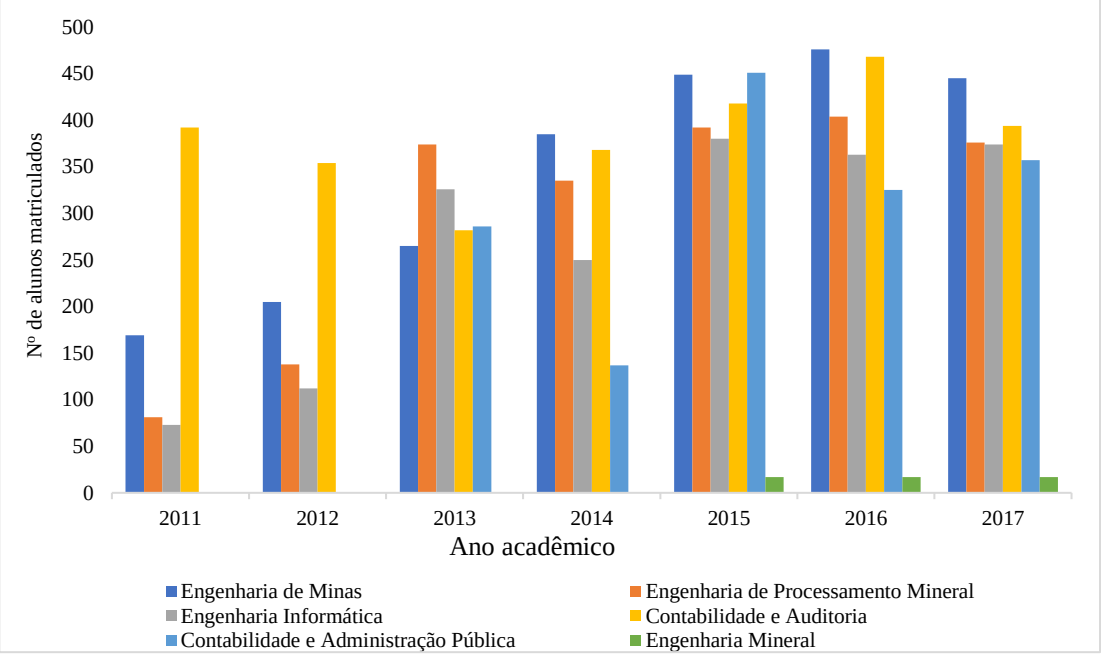


Gráfico 4: Tendência dos cursos e números de alunos ingressos no ISPT (2011-2017).
Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com os dados da institucionais.

Embora os cursos de Engenharia de Minas, Contabilidade e Auditoria e o curso de Engenharia de Processamento Mineral tenham sido introduzidos antes do ano de 2011, para efeito de comparação do universo de cursos existentes, o ano de 2011 serve como ponto de partida para a análise, pois de acordo com o gráfico anterior, dos cursos disponibilizados, o de Contabilidade e Auditoria iniciou com o maior número de ingressantes, seguido do curso de Engenharia de Minas e de outros cursos que coincidem no número de ingressos. Entretanto, no cômputo geral, o curso de Engenharia de Minas, diferentemente de outros cursos que registram desníveis acentuados nos ingressos de um ano para outro, registra uma tendência crescente ao longo do tempo, o que revela que o curso assiste uma procura em função das oportunidades de mão de obra e/ou formação continuada. O número de 125 alunos graduados

que participaram do inquérito institucional revela que 66% trabalham no setor mineiro, e destes cerca da metade trabalha diretamente para a Vale.

Como se observa, o carvão se converteu em ponta de lança do capital social e econômico de Moatize, sendo a empresa Vale um ator-chave nas realocações micro e macro, assim como a ação estatal que busca incorporá-lo e agregar a indústria e a formação de recursos humanos ao "desenvolvimento" da região e do país, começando pela aposta nos diferentes cursos lecionados vinculados à área mineira, não só no ISPT, mas no Instituto Médio de Geologia e Minas de Moatize (IMGM), exatamente as únicas instituições versadas em formação específica naquela região do país.

À primeira vista, se nos basearmos nos preceitos da economia política clássica, pode estar em pauta a proletarização dos atores locais por meio do modelo capitalista de produção representado pela Vale e pela exploração do carvão, com a incorporação do lugar ao sistema mundial e à cadeia de produção global, assumindo que o lugar habitava às margens sociais do capitalismo, sendo, portanto, um vazio a ser preenchido pela mineração. Entretanto, é necessário transpor a visão que define o lugar como falta e apresentar a relação implícita entre as pretensões do capital mineiro, por meio de sua racionalidade mineira, que produz a ideia de Moatize de forma binária numa linha de tempo – e que define Moatize como nada antes da sua chegada –, e o lugar, com vistas a visibilizar a mineração como o maior de todos os acontecimentos.

O enunciado anterior faz sentido se tivermos ciência de que Moatize é parte integrante do vale do rio Zambeze, e a interação com o entorno, a produção agrícola, a criação de animais e sua comercialização, assim como os trabalhos com argila, pesca, artesanato, entre outras comunidades de práticas, ocorriam em simultâneo com a dinâmica urbana herdada de suas histórias precedentes, tal como foi descrito anteriormente. Portanto, mais do que poder de compra, talvez a lógica de "poder de produzir e/ou obter por outros meios" e não necessariamente o "poder de compra" precisava ser considerada, na medida em que uma das caraterísticas do lugar é a ocorrência de uma dinâmica socioeconômica mista, que consistia na combinação de atividades e práticas sociais (econômicas) e, desse modo, outras cartografias de âmbito e efeito político foram sendo colocadas em marcha na fase subsequente à instalação e ao desenvolvimento da mina. Vale seguir essa malha da fase de exploração da mina para entender outros sentidos sobre os quais a mineração está sendo construída e significada no lugar.

4.3.2 Dinâmicas sociais com o início da exploração da mina em Moatize

O dia 8 de maio de 2011 marcou o início de uma fase bastante promissora para a Vale, o início da exploração e da fase produtiva da mina de carvão, que deverá seguir por mais 35 anos, de acordo com a proposta. Ao iniciar a fase produtiva, a empresa tinha outros dois planos: o escoamento de 11 milhões de toneladas de carvão anuais e a duplicação de sua capacidade de escoamento com a construção de linha férrea de mais de 900 km de extensão, ligando as minas de Moatize ao Porto de Nacala, na província de Nampula.

O ato inaugural contou, entre várias individualidades, com a presença do então presidente de República de Moçambique, Armando Guebuza, e seu antecessor, Joaquim Chissano, assim como Rogel Agnelli, antigo presidente da Vale, e Esperança Bias, antiga ministra moçambicana dos Recursos Minerais. A inauguração ocorreu quatro anos após a obtenção da concessão mineira, da aprovação do Plano de Ação para o Reassentamento e do deslocamento da população localizada na zona do empreendimento no interior da concessão, e foi acompanhada de uma série de discursos inaugurais que, em tom otimista, consideraram o início da exploração mineral como o marco de uma "nova era" para a província, região e país, em relação a postos de trabalho, aumento da renda e crescimento econômico e social. Outras falas, como a do presidente da Vale, colocaram ênfase nos números – foram investidos US$ 2 bilhões de um total de US$ 6 bilhões inicialmente previstos –, que anunciavam que para a empresa era apenas o início e *muito estava por ser feito,* como a expansão e o aumento da capacidade de produção da mina, bem como a construção de uma ferrovia de 912 km e de um porto.

A fase de exploração constitui a quarta e última etapa da mineração e está "associada à remoção mineral da terra em grande escala" (CAVADAS, 2012, p. 11), razão pela qual essa fase procede sempre à do desenvolvimento da mina e a construção de infraestruturas integradas à cadeia de produção mineral – planta mineira, vias de acesso –, disponibilidade de mão de obra qualificada, assim como capacidade tecnológica. Ademais, essa fase leva em conta a conjuntura do mercado e o momento econômico das *commodities*; no caso da Vale, a exploração e a comercialização de carvão de Moatize serviram para agregar à sua rede de fornecimento do mineral de ferro ao mercado asiático (sobretudo a China), agregando matriz energética para a sua transformação. A fase também serviu para a afirmação, a projeção e o estreitamento de relações empresariais entre a Vale, o conjunto de empresas subcontratadas fornecedoras de serviço e o fluxo de mão de obra, com vistas a manter o nível de produção na

qualidade e no tempo proposto e, no cenário político e econômico, o estreitamento de relações entre a empresa e o Estado moçambicano.

Do ponto de vista social, o início da fase produtiva da mina levou ao deslocamento de cidadãos de diferentes locais de Moçambique e de outros países em busca de oportunidades de emprego diretamente na mina ou nas empresas subcontratadas pela Vale, que contribuem para consubstanciar a racionalidade (forma de ser e estar) mineira do lugar que, de maneira implícita, passa pela produção de um tipo de subjetividade que vem ocupando papel de destaque como efeito da imposição de novas metáforas da concepção de vida, tornando-as extensão da mineração diante da diversidade de formas de subjetividades do lugar (LAVAL; DARDOT, 2018).

Quadro 2: Apresentação das fases e etapas da mina de carvão, procedimentos técnicos e seus efeitos sociais.

<table>
<tr><th colspan="4">FASES DA MINA</th></tr>
<tr><th>Etapas</th><th colspan="2">Procedimentos</th><th>Período de execução</th></tr>
<tr><td colspan="4">1ª Prospecção da mina/jazida || fase não produtiva da mina</td></tr>
<tr><td colspan="2">Aspectos técnicos</td><td>Aspectos sociais</td><td></td></tr>
<tr><td rowspan="4">Método indireto</td><td>Geofísica do solo</td><td rowspan="10">- Presença e circulação de maquinário técnico de empresas envolvidas nos estudos, representantes do governo na “provável área concessão”.</td><td rowspan="10">1-3 anos</td></tr>
<tr><td>Geofísica de satélite</td></tr>
<tr><td>Geoquímica</td></tr>
<tr><td>Cartografia</td></tr>
<tr><td rowspan="3">Análise histórica</td><td>Antigas explorações</td></tr>
<tr><td>Fotografia aérea</td></tr>
<tr><td>Cartografia antiga, arquivos legais</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Método direto</td><td>Física</td></tr>
<tr><td>Geologia</td></tr>
<tr><td colspan="4">2ª Pesquisa-avaliação da mina/jazida || fase não produtiva e determinação da viabilidade da mina</td></tr>
<tr><td rowspan="3">Pesquisa</td><td>Sondagem</td><td rowspan="6">- Instalação de pânico social causado pela presença de pessoas e maquinários “estranhos”;
- Interferência de trabalhos técnicos de coleta de amostras, colocação de marcos em locais de uso social (quintal de casas, roças, etc.) sobre a dinâmica social;
- Registro/diagnóstico do perfil socioeconômico da população da zona de influência direta e, talvez, indireta da mina;
- Circulação de informação imprecisa sobre etapas procedentes, deixando a população na incerteza.</td><td rowspan="6">2-5 anos</td></tr>
<tr><td>Poços</td></tr>
<tr><td>Trincheiras</td></tr>
<tr><td rowspan="3">Análise e/ou Avaliação</td><td>Estimativas da quantidade e qualidade</td></tr>
<tr><td>Determinação de teores</td></tr>
<tr><td>Avaliação do depósito</td></tr>
<tr><td colspan="4">3ª Desenvolvimento ou abertura da mina</td></tr>
<tr><td rowspan="5">Abertura da mina</td><td>Possuir os direitos de exploração</td><td rowspan="5">- Consultas públicas;
- Negociação das formas de indenização;
- Construção de moradias para o reassentamento e/ou pagamento de indenização;
- Deslocamentos compulsórios da população e/ou pagamento de indenizações;
- Abundância de empregos braçais, técnicos, etc.</td><td rowspan="5"></td></tr>
<tr><td>Ter aprovados diferentes estudos/planos ambientais/reassentamento/etc.</td></tr>
<tr><td>Construção de planta de tratamento e da barragem de rejeitos</td></tr>
<tr><td>Construção de infraestruturas de apoio</td></tr>
<tr><td>Início de decapagens</td></tr>
<tr><td colspan="4">4ª Exploração da mina</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Definição dos métodos/ técnicas de exploração</td><td>Fatores/estrutura geológica da jazida</td><td rowspan="8">- Escassez de empregos para gente menos qualificada;
- Migrações de gente chegando e/ou partindo em busca de novas oportunidades laborais, de negócios etc.;
- Aumento da especulação imobiliária;
- Desconforto e derrames socioambientais e econômicos no lugar;
- Surgimento de ações de protesto sob diferentes gramáticas no lugar;
- Proliferação de ONGs.</td><td rowspan="8">7-30 anos</td></tr>
<tr><td>Custos econômicos e fatores de amortização</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Determinação de tipos de equipamentos dependendo da forma de extração</td><td>Mina a céu aberto</td></tr>
<tr><td>Mina subterrânea</td></tr>
<tr><td rowspan="3">Monitoria dos processos de exploração</td><td>Controle de processos operativos;</td></tr>
<tr><td>Monitoria da qualidade e quantidade da produção</td></tr>
<tr><td>Gestão do complexo industrial</td></tr>
</table>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Cavadas (2012).

O início da fase produtiva da mina fez-se acompanhar de um conjunto de processos de contestação da população afetada com atores e pautas diversas, assim como de padrões de mobilização distintos, tomando como ponto de partida as transformações da paisagem, da privação de lugares e acessos comuns, que significaram a interrupção de suas atividades de subsistência e principal fonte de renda, o que discuto no capítulo seguinte.

Apesar da mineração da Vale em Moatize ter iniciado há cerca de 10 anos, cabe referir que só no primeiro ano de exploração as quantidades de carvão extraídas superam de longe toda a produção das empresas e da mineração precedentes, durante mais de um século, como mostra o gráfico seguinte:

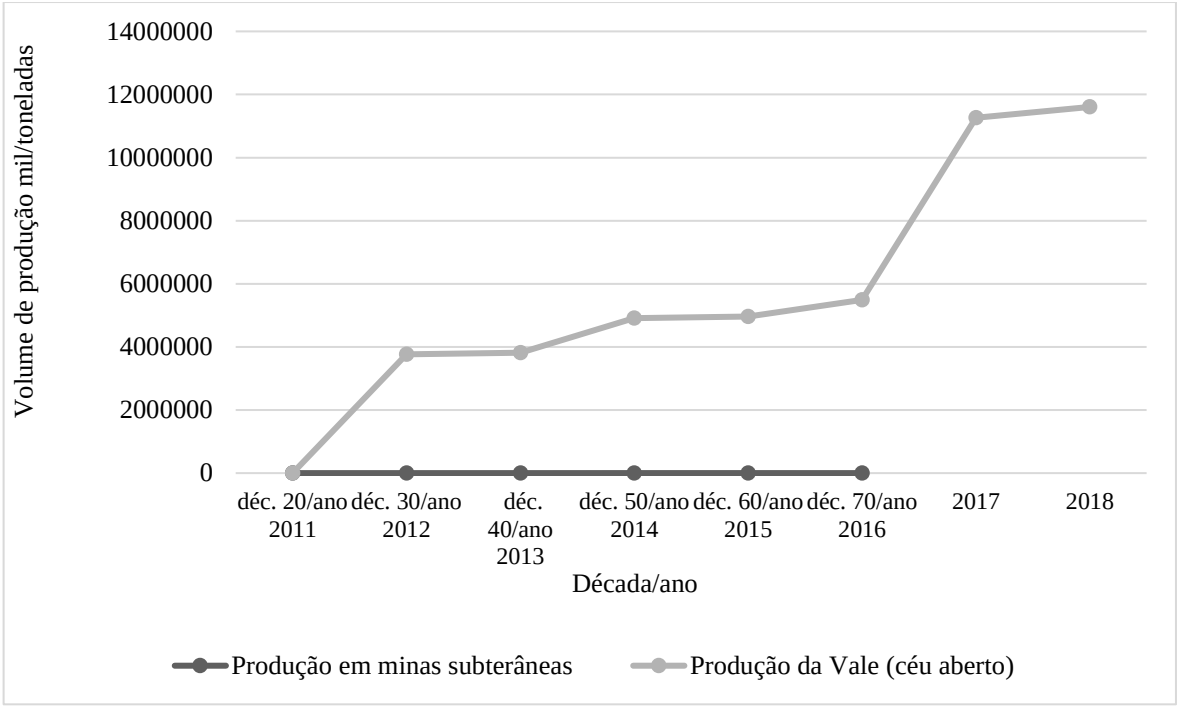


Gráfico 5: Diferenças no volume de produção da mineração subterrânea e a céu aberto da empresa Vale em Moatize.
Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com os dados de produção da Vale (2011-2018).

5 DISCURSO, *MUNDOS* E INFRAESTRUTURA DE SIGNIFICADOS: BIOGRAFIAS, CLASSIFICAÇÕES E NÚMEROS NOS PROCESSOS DE (A)NORMALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DAS COMUNIDADES AFETADAS PELA VALE EM MOATIZE

> – Qual é esse deus de vocês? – indagou. – É a deusa da terra? O deus do céu? Amadiora, o trovão? Qual é, afinal?
> O intérprete transmitiu a pergunta ao homem branco, que imediatamente deu sua resposta.
> – Todos os deuses que o senhor citou não são deuses de forma alguma. São falsas divindades [...]. Só existe um deus verdadeiro, e Ele possui a terra, o céu, o senhor, eu e todos nós.
> – Se abandonamos os nossos deuses e resolvermos seguir o seu –indagou –, quem vai nos proteger contra a ira dos nossos deuses abandonados e dos nossos ancestrais?
> – Os deuses de vocês não existem e, portanto, não lhes podem causar nenhum mal – retrucou o homem branco. São meros pedaços de madeira e de pedra [...].
> – Certo – respondeu Akunna – É mesmo um pedaço de madeira. Mas a árvore da qual foi cortada foi feita por Chukwu, da mesma maneira, aliás, que todos os deuses menores. Chukwu fez esses deuses para serem os mensageiros através dos quais nós podemos nos aproximar d'Ele.
>
> Chinua Achebe (2009[1958]).

Este capítulo trata da construção discursiva do lugar por meio de representações e técnicas de enunciação, buscando desvendar como a instalação da empresa Vale se fez acompanhar de um regime de normalização das práticas sociais do lugar – como as pessoas viviam, suas casas, acesso aos serviços básicos etc. A aceitação e a naturalização dessas realidades produzidas com base nos dados e diagnósticos sociais feitos pela Vale atuam como uma licença social para a empresa autorizada pelo governo para que tome a dianteira nos processos de transformação do lugar mediante uma "representação não capitalista com fins capitalistas" (GIBSON; GRAHAM, 2011). O capítulo inicia com a análise sobre como o "imaginário de desenvolvimento" e a sua necessidade em Moatize foram construídos discursivamente e de maneira paradoxal – pois as jazidas de carvão exploradas pela Vale são tão importantes para o crescimento e afirmação global da empresa –, colocando o lugar como passivo e induzindo novas práticas sociais; na segunda parte, faz-se o rastreio biográfico dos atores e o seu conjunto de práticas antes do reassentamento com vistas a desvelar como os atores e as suas práticas se encontram frente ao reassentamento. No final do capitulo, faz-se o rastreio das dinâmicas e das lógicas induzidas pela empresa, desvelando seus diferentes compromissos ontológicos no lugar.

5.1 "*TETE ERA O ÚLTIMO LUGAR DO MUNDO ONDE O MOÇAMBICANO QUERIA ESTAR*": A VALE E SUAS DINÂMICAS TRANSFORMACIONAIS NO/DO LUGAR

Escobar (2010b), a partir de estudo etnográfico feito ao longo do Oceano Pacífico, na costa sul da Colômbia – próxima à fronteira ao sul com o Equador –, mostra como a região foi constituída historicamente enquanto entidade ainda a ser conquistada e colonizada, por meio de concessões nacionais e estrangeiras do território para a exploração de "recursos naturais", do ambiente e do trabalho semiescravo nas plantações, bem como portos fluviais que se fizeram acompanhar de um conjunto de devastação de redes e relações sócionaturais. O interessante da pesquisa do autor passa pelo fato de desvelar a constituição do lugar como *entidad desarrollable* e enquanto algo posterior aos processos históricos de conquista e colonização; todavia, a introdução do "imaginário de desenvolvimento" no lugar se dá por meio da "criação de uma consciência coletiva da marginalidade e sua exclusão" (ESCOBAR, 2010a, p. 186 – tradução livre).

No caso de Moatize, o "imaginário de desenvolvimento" ganhou corpo com a implantação da mina da Vale, e esta serviu para expressar o abandono do lugar à sua sorte e justificar a instituição do dispositivo de "desenvolvimento", colocando em xeque a bagagem social cumulativa no lugar. Durante a fase de implantação da mina de carvão mineral em Moatize, mais concretamente no dia 27 de março de 2009, a partir da cidade do Rio de Janeiro, a Vale anunciou para o mundo, por meio da sua página oficial, o seguinte:

> [a] Companhia Vale do Rio Doce (Vale) informa que está em curso a construção do projeto Moatize, na província de Tete, Moçambique.
> Moatize, *o primeiro projeto greenfield da Vale na África, possui reservas provadas e prováveis de 838 milhões de toneladas métricas,* constituindo-se na *maior reserva de carvão inexplorada no mundo*. Possui *carvão metalúrgico de excelente qualidade*, do tipo *hard coking coal*, cujo *preço de mercado comanda prêmio* em relação aos demais tipos de carvão.
> O projeto compreende *investimento de US$ 1,3 bilhão* e capacidade nominal de produção de 11 milhões de toneladas métricas (Mt) de carvão, composta por 8,5 Mt de carvão metalúrgico e 2,5 Mt de carvão térmico. Estima-se que o início da produção se dê em dezembro de 2010.
> A Vale está construindo em Moatize *uma das maiores plantas de lavagem de carvão* (*coal handling preparation plant*) do mundo para uma unidade operacional, com capacidade para processamento de 26 milhões de toneladas métricas de carvão por ano.
> [...] O projeto da Vale em Moatize envolve também *iniciativas dedicadas ao investimento em capital humano* (saúde, educação e treinamento profissional), *construção de infraestrutura e desenvolvimento de atividade econômica sustentável* (fazenda modelo para produção agropecuária) para a *geração de emprego e renda para a população local*. O modelo adotado é

> consistente com a prioridade estratégica da Vale na responsabilidade social corporativa e se constitui em novo *benchmark* para o desenvolvimento de projetos no continente africano.
> O investimento da Vale no projeto de Moatize está em linha com sua estratégia *de crescimento dos negócios de carvão*, que objetiva sua transformação a médio prazo *num dos maiores produtores globais* (VALE, 2009[34] – destaques acrescidos).

O olhar cuidadoso do anúncio anterior revela dados interessantes: i) a existência de quantidades comprovadas de carvão mineral em Moatize constituiu o local como a maior reserva inexplorada de carvão mineral do mundo; ii) as reservas possuem carvão metalúrgico de excelente qualidade, com alto valor comercial em relação à variedade de carvões comercializáveis no mundo; em função disso, iii) a Vale estaria investindo somas vultuosas de dinheiro[35] para a abertura e exploração da mina e, com isso, pretende se tornar, a médio e longo prazo, um dos maiores produtores globais, por meio da mais-valia do negócio com o carvão. Essas projeções eram acompanhadas de um conjunto de *performatividades* – no sentido literal, como gerador de um determinado efeito ou ação – no terreno; anunciando iv) a construção de infraestruturas mineiras, processos de deslocamento compulsório, a criação de projetos de geração de renda e de infraestruturas sociais (escolas, hospitais etc.) compensatórios à população afetada pela implantação da mina e pela mineração.

Os pontos referenciados anteriormente revelam o quanto a exploração da mina de carvão Moatize seria importante para o crescimento econômico da Vale e para esta afirmar a sua robustez no setor mineiro, na esfera empresarial em nível global. Paradoxalmente, o anúncio tem como título *Vale desenvolve Moatize*, o que revela que a noção de "desenvolvimento" constitui uma técnica de produção econômica, social e cultural do lugar de maneira particular, na medida em que comporta um sentido semântico positivo e desejável a ser instituído sobre uma discursividade negativa existente, axiologicamente construída com base em lógicas, classificações, tipificações, enumerações, condições materiais existentes, formas de habitar o lugar; melhor dizendo, a percepção de "desenvolvimento" subordinada à instalação da Vale revela uma identidade discursiva e um caráter intervencionista por meio do "desperdício da experiência" (SANTOS, 2010) e das dinâmicas sociais do lugar enquanto

[34] Informação retirada do site da empresa: http://www.vale.com/brasil/pt/investors/information-market/press-releases/paginas/vale-desenvolve-moatize.aspx. Acesso em: 26 fev. 2019.
[35] O valor gasto na construção da mina, cerca de US $ 8,2 bilhões, constitui o maior investimento brasileiro no continente africano até ao momento, valor equivalente a mais da metade do PIB anual de Moçambique (ROSSI, 2015).

estratégia "do capital financeiro no processo irreversível de espalhar e especializar o capitalismo" (GIBSON; GRAHAM, 1998, p. 179).

Averiguando o que justificou a instalação da Vale em Moatize, *a priori*, constata-se que foram objetivos meramente econômicos agenciados pelo "carvão mineral" enquanto "recurso" demandado pela esfera econômico-financeira; entretanto, buscou-se enformar o lugar por meio do "discurso de desenvolvimento" e da sua eficácia estratégica de intervenção enquanto ferramenta de desenho – que envolve objetos, estruturas, políticas, sistemas *experts*, narrativas – simultaneamente, criando formas de ser e negatividades de ser no lugar.

O "desenvolvimento" enquanto noção discursiva[36] comporta um "poderoso mecanismo para a produção cultural, social e econômica" (ESCOBAR, 2010b, p. 29 – tradução livre) que articula o "poder e saber" e tem efeitos simbólicos e materiais profundos sobre a maneira de pensar e de práticas em locais considerados "subdesenvolvidos" que, mediante processos discursivos, são definidos como a essência da pobreza e do atraso. Porquanto, o "discurso de desenvolvimento" passou a constituir uma estratégia de diagnóstico e intervenção com base em "novas modalidades de conhecimento e poder, novas práticas, teorias, estratégias", assim como de constituição de um regime de governança e controle (ESCOBAR, 2010a, p. 44 – tradução livre) sobre o lugar e os sujeitos, assumindo como ponto de partida que estes estariam à margem do "desenvolvimento".

Portanto, se no "discurso de desenvolvimento" estão em jogo formações discursivas que envolvem formas de conhecimento e relações de poder, no contexto da abertura da mina de carvão mineral em Moatize, "o discurso de desenvolvimento" é, no limite, uma forma de desenho do lugar, na medida em que constituiu um "processo conduzido por *experts* e centrado em objetos e serviços dentro de uma ordem social e econômica que se dá por meio de práticas [...] socialmente orientadas, situadas e abertas que colocam em xeque o usual modo de ser, produzir e consumir" (ESCOBAR, 2016, p. 49 – tradução livre). Em uma conversa formal com representantes da Vale em Moatize, isso ficou relativamente patente e se

[36] O discurso é entendido como um "conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns. Essas regras não são somente linguísticas ou formais, mas produzem certo número de cisões historicamente determinadas [...]. [No social elas exercem] uma função normativa e reguladora e coloca em funcionamento mecanismos de organização do real por meio da produção de saberes, de estratégias e de práticas" (REVEL, 2005, p. 37). Nessa ordem de ideias, o discurso "é ao mesmo tempo reforçado e reconduzido por todo um compacto conjunto de práticas" pelo modo como é "aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído" (FOUCAULT, 1996, p. 17).

fez presente a partir de noções e linguagens que comportam certa forma de construir, dar sentido e significar as transformações sociais induzidas no lugar:

> *Representante da Vale*: Nós trabalhamos com a reestruturação do modo de vida da população porque elas estavam vinculadas ao território. Então, melhorar a condição que tem de se desenvolver ainda mais, qualidade de vida, aumento da renda mínima para manter a sobrevivência da família, segurança, saúde, habitação. O desenvolvimento é para trazer esses condicionalismos.
> *Anselmo*: Se tudo o que falou tem algo a ver com o "desenvolvimento", como explicar os grupos e ações de protestos, de gente que, como você fez referência, se beneficiou do "desenvolvimento" com a presença da Vale?
> *Representante da Vale*: Isto é inerente a processos de mudança rápida e faz parte do [processo de] desenvolvimento em si. *Quando chegamos, o que era Moatize? Era uma minúscula parte sem sequer uma dinâmica que se pudesse transformar. Essa mudança toda foi causada pela presença da Vale* [...]. *Tete era o último lugar do mundo onde o moçambicano queria estar*. Hoje temos várias pessoas de muitos lugares e do mundo. Isso é desenvolvimento, *o desenvolvimento é perceptível a olho nu, o crescimento exorbitante criou um polo de atração, e isso mexeu com o imaginário das pessoas. Naquele tempo, marcávamos uma reunião para às 8 horas e até às 12 horas eram poucas pessoas; estavam numa realidade estagnada, parada*. Não chegavam 50 pessoas no primeiro encontro. Quantas organizações de defesa de direitos das comunidades foram criadas? [...] *Esta era uma área precária e a empresa viu uma forma de melhorar a sua situação por meio de sua ação individual. A presença da Vale interferiu na educação das pessoas, e criamos uma "forma de ser Vale", a vida em primeiro lugar*.

Como se observa, a temporalidade não é harmônica à noção do tempo em si, mas ao conjunto de eventos e transformações sociais ocorridas antes e depois da instalação da Vale; aqui, as condições materiais e o conjunto de práticas dos atores afetados pela mina são apresentados para justificar as transformações feitas e o desenho em curso. Nas entrelinhas do discurso está algo situado histórica e materialmente, uma reivindicação de "dominar, reestruturar e ter autoridade" (SAID, 2004) sobre o lugar por meio da produção de *heterobiografias/narrativas* (biografias e narrativas do outro), por um conjunto de técnicas e estratégias administrativas nas quais o passado e as formas do lugar não carecem de apresentação séria e detalhada, senão de apenas pressupor que "as pessoas estavam vinculadas ao território" e, baseando-se nesse pressuposto, pode-se intervir na "ordem de mundo", o que não se dá apenas por meio da fala, e sim envolve um conjunto de técnicas, como a produção de dados e a capacidade de traduzi-los em estratégias de intervenção e avaliação do lugar antes e depois da presença da Vale.

Durante a fase de implantação, a Vale encomendou uma série de estudos com o objetivo de apurar o perfil socioeconômico da população que seria afetada pela mina[37]. Os estudos resultaram da produção/tradução de fenômenos qualitativos em quantitativos e de um diagnóstico social compatível com a visão do mundo a ser construída. Os dados foram produzidos a partir de um total de 1.365 famílias afetadas pela mina, em torno de 6.550 pessoas (até então, a taxa de densidade média de pessoas por agregado familiar era de 4,8). Destas, 70,6% faziam parte da população economicamente ativa, e o restante não eram ativos economicamente. No concernente à população ativa, 55% dependiam principalmente da agricultura (algumas das quais possuíam uma ou mais *machambas*); 13,1% tinham emprego formal no setor público ou privado; 7,8% estavam envolvidas no setor de auto emprego; 12,7% estavam desempregados; e 11,4% obtinham renda por meio de diversas atividades informais dentre biscates e trabalhos sazonais (PAR, 2006).

Como se pode observar, do universo populacional, apenas 13,1% tinham emprego formal no setor público ou privado, quando, do outro lado, grosso modo, uma significativa maioria se encontrava ativa economicamente segundo lógicas e dinâmicas locais que à primeira vista precisavam ser "destradicionalizadas". A descrição não termina por aí: o estudo foi mais além e buscou se focar na renda mensal que cada chefe de família auferia; os dados referem que 30% dos chefes de agregados familiares auferiam rendimentos equivalentes ou superiores ao salário mínimo vigente; 17% tinham rendimentos inferiores ao salário mínimo; 23% auferindo dois ou mais salários mínimos; e os 30% restantes auferiam um terço do salário mínimo. Convertendo esses dados ao câmbio do dia (junho de 2006), pode-se perceber que em torno de 72% dos agregados familiares viviam com menos de US$ 1 por dia – renda diária considerada abaixo da linha da pobreza.

Além de se focar na caraterização do perfil socioeconômico da população, houve uma produção de dados sobre sua condição material de vida, de acesso a serviços sociais básicos (educação e saúde), a fontes e o nível de acesso à água (potável), à energia elétrica e a fontes

[37] Gostaria de chamar a atenção para a diferença entre ser afetado pela mina (vítimas pré-constituídas) e ser afetado pela mineração (vítimas momentâneas) no empírico em questão. A população afetada pela mina é aquela que se localizava na área de concessão, zona de influência direta, cuja desocupação garantiu o acesso às jazidas para a abertura da lavra mineira. Entretanto, ciente de que a preocupação inicial foi com os primeiros, existem outros segmentos populacionais os quais, além de serem afetados pela mina – que levou ao deslocamento de outrem, encerramento de vias de acesso e locais de uso comum –, passaram a ser afetados pela atividade extrativa, pelo transporte e funcionamento da mina. Tratam-se de comunidades ao redor da mina ou cujo funcionamento da mina (in)diretamente lhes afetou. No sentido de dar conta dessas comunidades, a empresa encomendou, no primeiro semestre de 2018, uma série de estudos de impacto de vizinhança em bairros ao redor da vila de Moatize, num raio de 500 metros em relação à rede de vedação da empresa.

de combustível, entre outros, e os dados apresentados são bem pertinentes para o desenho e a orientação teleológica do lugar.

Em relação ao nível de educação escolar da população com 15 anos de idade ou mais, 55,4% dela estava em nível de educação básica; 29% não tinha nenhuma escolaridade; 8% apresentava ensino secundário; 1,8% eram alfabetizados; 1,1% tinham nível médio; e os demais níveis – superior, técnico profissional elementar, técnico profissional básico, técnico profissional médio – representavam menos de 1%. O PAR conclui que, embora em algum lugar a rede escolar básica esteja "próxima do desejável", noutros "a rede continua insuficiente", razão pela qual adverte que "há necessidade de expandir o acesso ao ensino secundário, pré-universitário, técnico-profissional, bem como [à] formação psicopedagógica de professores" (PAR, 2006, p. 50).

O estudo referido revela que os locais estavam "quase totalmente desprovidos de serviços de saúde", o que tem contribuído para a proliferação de algumas doenças, como HIV/AIDS e malária. Não obstante a "rede de saúde bastante limitada", o estudo também refere que "a medicina tradicional parece ter ainda um peso considerável, fato evidenciado pelo elevado conhecimento e utilização de plantas medicinais diversas, para o tratamento de uma variedade de enfermidades" (PAR, 2006, p. 40); o conhecimento e o uso de formas alternativas de saúde da população, assim como a valorização de seus saberes e formas de ser de relações, segundo essa classificação da Vale – que cumpre um fim à vista –,evidenciaria o atraso ou a letargia do lugar.

O nível de acesso à água potável e às fontes de combustível está entre outros dados que chamam atenção: em torno de 46% da população dependiam da água do rio/lago; 41% de poços ou de fontes comunitárias; 7,8% de poços comunitários; 3,3% tinham água canalizada; e menos de 2% obtinham água de outras fontes (água canalizada do vizinho, poço no quintal etc.). Ainda, 91% dependiam de lenha para cozinhar; 8,3% de carvão vegetal; e menos de 2% usavam gás natural e energia elétrica. Para a iluminação, 40% das famílias usavam petróleo; 30% recorriam à lenha; 16% dependiam de velas; e 12% de energia elétrica (PAR, 2006).

Como se observa, os dados relativos à população afetada pela mina com/sem emprego e escolaridade, renda familiar, acesso a bens e serviços, água canalizada, energia elétrica, entre outros, discursivamente constituem evidências empíricas do "subdesenvolvimento" do lugar, acompanhados de um conjunto de técnicas de desenho e de representação de uma "realidade carente de intervenção", o que leva a crer que "a necessidade do desenvolvimento não poderia se pôr em causa" (ESCOBAR, 2007 p. 20 - tradução livre).

É interessante enxergar o papel e a lógica dos números de acesso a bens e serviços básicos e/ou as deficiências que os dados expressam em relação à "realidade" encontrada no terreno. Além de servirem para registro e controle burocráticos[38], eles acabam se tornando alicerces para a construção/silenciamento de outras narrativas no lugar. Os números, classificações, tipificações exercem a função estratégica de enformar, homogeneizar e reduzir o social a diagnósticos aparentemente "universais" e neutros, revelam a relação poder/saber e suas formas históricas de predação, ao mesmo tempo que expressam sua lógica operacional.

Na verdade, os números e as classificações feitas pela Vale serviram menos para o conhecimento da população afetada e mais para o estabelecimento de contrastes de suas vidas, relações e dinâmicas socioambientais com o padrão de vida urbano (moderno ocidental), que assume "fé na veracidade dos números à submissão ao direito da economia para reger as ações e indicam uma identificação com a racionalidade como aspecto ativador da subjetividade" (GIBSON; GRAHAM, 2011, p. 117 – tradução livre). Os dados produzidos pela Vale funcionaram como ferramentas de identificação de carências ou deficiências do lugar. Essas classificações operam simultaneamente com uma construção proativa e um ritual de consagração da empresa como o ator que, além de contribuir ao diagnóstico dos problemas que a população afetada pela mina estava passando, se serve dela para reforçar e/ou defender estrategicamente seu crédito social a partir de dentro, revelando as deficiências e mostrando caminhos percorridos para a sua superação com base no conjunto de discursos, práticas e intervenções feitas no lugar:

> *[a]s pessoas viviam da agricultura de subsistência e hoje podem se tornar produtoras rurais, numa área onde é possível produzir e, com nosso apoio, melhorar a sua capacidade e qualidade de produção* [...] *Se puder olhar para a renda, naquele momento, onde eles estavam e agora onde e como estão? Nós concedemos e apoiamos várias formações em áreas como serralharia, carpintaria, informática, eletricidade etc. e demos um* startup *no agronegócio na pecuária, na horticultura e em outras atividades de rendimento para permitir que as pessoas tenham renda*. Em Cateme *temos a nossa fazenda-modelo com opções de assistência técnica e de produtividade agropecuária, para agregar valor à produção por meio de técnicas de irrigação e de assistência direta de extensionistas para apoiar as comunidades, melhorar a produção e a produtividade de maneira sustentável*. Temos centro de atendimento nos reassentamentos para apoiar as demandas das comunidades. *Atualmente, apoiamos 322 avicultores, mas iniciamos com dois em 2012*; temos em mãos algo parado, a fábrica de processamento de frangos, que dará emprego a muita gente, mas está parada

[38] Tomam-se como referência os estudos de impacto socioeconômico feitos pela empresa anos depois do reassentamento. O estudo pioneiro e aprofundado foi encomendado em 2018, e até atualmente os dados do estudo não são de conhecimento público; mas o que importa elencar aqui é que existe maior probabilidade do estudo tomar como ponto de partida para a sua avaliação parte dos dados apresentados nos parágrafos anteriores.

> porque *ainda não existem fornecedores capazes de fornecer continuamente e garantir seu funcionamento* (Excerto da conversa de campo com representantes da Vale registrados no diário de campo, julho de 2018).

Como se observa, além de apresentar o conjunto de práticas instituídas pela intervenção da Vale, o substrato social e o pressuposto transformacionalista do "discurso de desenvolvimento" das intervenções ficam patentes quando se faz menção ao fato de buscarem transformar, ou melhor, converter o "agricultor de subsistência num produtor", em que as práticas e lógicas produtivas do modelo camponês, apoiadas no "uso potencial da diversidade social e dos sistemas agrícolas" (ALMEIDA, 2002, p. 30) – consideradas práticas ecológicas e menos predatórias, por nutrirem a "solidariedade entre os homens e o respeito à natureza" (ABRAMOVAY, 1999, p. 15), não estando totalmente atreladas às lógicas capitalistas e (neo)liberais –, passariam por processos de *sujeição* à empresa.

A noção de *sujeição* diz respeito a "sujeitos 'feitos' e 'fazendo-se a si mesmos' em e através de discursos e práticas de governamentabilidade" (BUTLER, 2017). A governamentabilidade, além de ser autoritária e limitante, é fecunda (produtiva) e habilitante, no sentido de potenciar a subversão e linhas de fuga, ou, como sugere Butler (2017), ela (a sujeição) não se trata de um discurso/prática com sentido unilateral de dominação de sujeito, mas sim tem o potencial de *ativo* (subentende-se o reativo também) sobre o sujeito para sua subversão.

No contexto da instituição do trabalho assalariado, do estilo de vida urbano e da relação social com o mercado para a aquisição de produtos de consumo, bens e serviços são tidos como as únicas formas "normais" de vida; já o conjunto de práticas sociais do lugar, considerado social e ambientalmente sustentável, por manter limitada a relação com o mercado, pode ser caraterizado como não moderno, no sentido de "formas de organizar o social, o cosmológico, o ecológico, o econômico e o espiritual" (LUGONES, 2014, p. 935-936); tais formas são diferentes das do mundo moderno, certamente não tradicionais, constituídas de interações múltiplas (não dicotômicas).

O conjunto de práticas do lugar acabou sendo desqualificado como impróprio, acabando substituído por técnicas de cultivo modernas que mantêm uma relação intrínseca/íntima com o mercado e são caraterizadas pelo uso de técnicas e práticas de produção tecnológica com o uso de maquinário, fertilizantes, sementes adquiridas em empresas específicas, e todo um conjunto de relações de produção e consumo com vistas a transformar o agricultor de subsistência num produtor comercial, vinculando-o a toda uma

rede de produção – capitalista – e de relação com o mercado, do processo produtivo à comercialização.

Tal tendência de dinâmicas induzidas pela Vale no lugar não se reduz à esfera agrícola, mas a outras esferas de (re)produção social, como nos diferentes projetos de geração de renda, nos cultivos de rendimento, na criação de frangos, no fomento bovino, na produção de sabão, na costura, na sapataria, entre outros. Tais práticas passam pela seleção, aprendizado e disciplinamento da população, algumas destas etapas sendo realizadas em lugar reservado para tal, com acesso a maquinário e sob orientação e prescrição técnicas de extensionistas, *experts* da área contratados pela Vale.

O fato de algumas atividades implicarem treinamento e acompanhamento técnico, de exigirem que em algum momento ocorram em lugar específico (em áreas lavradas por tratores e divididas em blocos com condições de acesso à água, oferta de sementes e terras fertilizadas, ou em locais eletrificados, no caso da criação de frangos), tem como efeito político o de colocar em xeque um dos principais argumentos dos atores contestatários à Vale em Cateme: consideram que as "novas terras" são impróprias para a prática da agricultura e a criação de animais. Mediante um trabalho intenso e dividido em diferentes atividades, o uso de maquinário e de outras técnicas empregadas tinha o intuito de desacreditar a experiência das comunidades.

O que chamou atenção para o nosso registro durante esse acompanhamento é que, devido ao fato de Cateme ter fama de "improdutiva", uma das tarefas dos extensionistas consistiu na incorporação de matéria orgânica ao solo. Apesar de haver tanto investimento material, tais práticas não surtiram efeitos imediatos: só depois de algum tempo foi possível praticar cultivos com potencial de rendimento, como tomate, feijão, couve, alface, cebola, beterraba etc. Houve, também, a intenção de difundir tais práticas às famílias, tendo algumas delas sido convidadas a aprendê-las e tentar desenvolvê-las em suas residências, contando com o apoio de extensionistas. No entanto, tal prática não deu certo, no que se decidiu desenvolver tais práticas na fazenda-modelo (área de treinamento/aprendizagem de técnicas socioprodutivas da Vale em Cateme), em um espaço de três hectares de terra dividido em blocos de 500m^2 (com cerca de 60-70 m^2 para cada família). Na fazenda, as técnicas de produção incluíam *kits* para irrigação gota-a-gota com acesso a água canalizada, e o uso de sementes preparadas em estufas. Não eram somente instrumentos e técnicas de produção e irrigação, mas todo um conjunto de meios de transporte, de conservação e processamento, de veículos motorizados com bagageiro etc., tal como se pode ver no registro fotográfico a seguir.

Figuras 36 e 37 (da esquerda para a direita): Estufa de viveiros e cultivo de hortícolas com técnicas de irrigação gota-a-gota na fazenda-modelo da Vale no reassentamento de Cateme.
Fonte: Fotografias do autor (2018).

Figuras 38 e 39 (da esquerda para a direita): maquinário de produção agrícola (tratores, arados etc.) e unidade de processamento de vegetais no interior da fazenda-modelo da Vale no reassentamento de Cateme.
Fonte: Fotografias do autor (2018).

Diferentemente da agricultura, a avicultura é desenvolvida diretamente na residência das famílias, e o projeto é apontado a um responsável, o requerente/solicitante da atividade. O projeto não é gerido diretamente pela Vale, mas por uma empresa que, com o aval daquela, se encarrega de fornecer os insumos necessários (pintos, rações, vacinas). No entanto, as técnicas de manuseio da atividade e o plano de gestão de negócio são ensinados nas instalações da Vale, na fazenda-modelo. Uma vez que essa atividade ocorre nos domicílios das famílias, estas constroem seus próprios aviários, contando com o apoio da Vale para o transporte de materiais para a construção, também oferecendo redes para o galinheiro, plástico de cobertura, cal para pintar as paredes e evitar a proliferação de pulgas; bem como aquecedores, comedouros e bebedouros para aves.

Enquanto decorrem a construção e o apetrechamento dos aviários pelas famílias, o responsável pela atividade aprende as técnicas de manuseio e produção de aves, além de como desenvolver um plano de negócios. Apenas depois da aprovação de extensionistas é que se concede um *kit* de pintos e todas as vacinas necessárias até ao período de comercialização das aves, assim como um número determinado de sacos de ração. Ao final de um certo período,

em torno de um mês, as aves já podem ser comercializadas pelas próprias famílias, e o valor resultante da venda deve ser devolvido à empresa por duas safras (inicialmente eram três); só depois dessas respectivas safras, quando bem-sucedidas, as famílias podem assumir o negócio por conta própria.

Figuras 40 e 41 (da esquerda para direita): aviário familiar; homem reassentado na criação de frangos. Fonte: fotografias do autor (2015).

A agricultura e a avicultura são as principais atividades de geração de renda difundidas pela empresa Vale e constituem seu principal "cartão de visita" de projetos implementados ainda em curso, existindo gente na fila, aguardando a sua vez de se beneficiar, na expectativa de contribuir para o aumento da renda familiar. Além destas, outras atividades estão em curso, como costura, produção de sabão (projeto-piloto até então) entre outras, cuja reprodução e manuseio demandam certo tirocínio, aprendizagem de técnicas e disciplinamento de práticas com vistas a evitar erros, e de maneira que, quanto mais cedo possível, as famílias e a população em geral consigam se inserir nessas dinâmicas e logo se tornem autônomas, permitindo que outras pessoas sejam abrangidas/beneficiadas.

O conjunto de práticas induzidas e as diferentes técnicas de disciplinamento disseminadas figuram como a "essência do desenvolvimento" criada pela Vale, na medida em que se consideram marcos/transformações perceptíveis a "olho nu", cuja materialidade repercute empiricamente através de práticas sociais em curso que se tornaram principal fonte ou alternativa de renda, com um número determinado de "beneficiários", o que justifica o "dinheiro investido". Em meio a tanta informação, dados sigilosos e não compartilhados, os números de beneficiários, os nomes de cada projeto, a sua duração, assim como as intervenções feitas e/ou a construção de infraestruturas, são amplamente divulgados por

diferentes meios e instituições, com a intenção de publicitar os feitos, o que revela o interesse e a estratégia política da intervenção.

No período compreendido entre 2012 e 2018, a empresa financiou uma série de projetos/atividades de renda destinados especialmente à população reassentada. Dentre os projetos e o número de "beneficiados", contabilizam-se 322 pessoas no projeto de avicultura, 282 na produção de rações, 140 na agropecuária, 2 na produção de sabão artesanal, 12 na atividade de costura e bordados e 180 em diversos outros cursos técnico-profissionais.

Tabela 1: Projetos de geração de renda oferecidos pela Vale à população afetada pela mina e pela mineração em Moatize no período compreendido entre 2012-2018.

Projeto/atividade	**Período de vigência**	**Número de beneficiários**
Avicultura	2012-2018	322
Moageira de ração	2016-2018	282
Hortícolas	2012-2018	140
Produção de calçados	2012-2018	02
Sabão artesanal	2016-2017	04
Cooperativa de costura e bordados de Moatize	2016-2018	12
Cursos técnicos	2016-2018	180
Total	**—**	**660**

Fonte: elaborado pelo autor.

Atendendo ao perfil socioeconômico da população afetada e ao conjunto de práticas no/do lugar, percebe-se que mais do que compensar a população pelo deslocamento compulsório provocado, tal fato confirma a descontinuidade de suas formas de vida, das interações com o entorno e das suas comunidades de práticas no/do lugar. Essa categorização de corpos dos atores em atividades ou práticas monolíticas e disjuntivas umas das outras – ou agricultura, ou avicultura – revelam que está em jogo a "criação de novos tipos de personalidade mediante atividades categorizadoras oficialmente impostas" (APPADURAI, 2008, p. 169) pela empresa e pelo tipo de sociabilidade que se pretende instaurar no lugar.

5.2 "*A EMPRESA PROMETEU-NOS QUE 'VAMOS VOS TIRAR PARA IR VOS DAR UMA VIDA NOVA', SAIR NO PIOR PARA IR NO NORMAL*": A VALE NA (A)NORMALIZAÇÃO E (DES)INTEGRAÇÃO DO LUGAR E DAS PRÁTICAS EM MOATIZE

Com o início da instalação da Vale, em 2007, a população local afetada pela mina e pela mineração tinha caraterísticas muito peculiares ligadas ao fato de Moatize integrar parte do vale do rio Zambeze, o quarto maior vale do continente africano – o que, grosso modo, interfere no modo e no padrão de vida dos atores. Essas formas e regimes de (re)produção e propriedade social ocorrem numa arquitetura de padrões de valoração distintos, vinculatórios ao "imperativo do território[39]", que se traduz na "possibilidade de fazer muitas coisas", enquanto um conjunto de práticas plurais e heterogêneas e suas (inter)relações socioambientais que podem ser combinadas em série ou em paralelo. Com a instalação e a presença da Vale e as dinâmicas criadas, o registro de tais práticas e relações com vistas à indenização da população afetada, de maneira implícita ou não, acabou sendo rotulado e redesenhado com a pretensão de sua normalização.

A imagem de "último lugar do mundo" e da condição de vida *pior* em que a população de Moatize se encontrava mergulhada evidencia que o lugar não havia alcançado o nível de "desenvolvimento" desejável; esse enunciado é uma forma de classificar e hierarquizar o lugar e o nível de vida da população de forma a contrastar com a ideia de melhoria social que a Vale se propunha trazer, atrelando a ideia de melhoria social ao "discurso de desenvolvimento" e o seu efeito (a)normativo no lugar. Refiro-me a Foucault (2001) e à noção de normalização enquanto algo adstrito ao "poder de normalização", entendido como "instância de controle do anormal", sendo a norma portadora de uma pretensão de poder,

> um elemento a partir do qual certo exercício de poder se acha fundado e legitimado [...] a norma traz consigo ao mesmo tempo um princípio de qualificação e um princípio de correção. A norma não tem por função excluir, rejeitar. Ao contrário, ela está sempre ligada a uma técnica positiva de intervenção e de transformação, é uma espécie de poder normativo (FOUCAULT, 2001, p. 62).

Nestes moldes, a norma está articulada à relação entre "poder e saber", envolvendo interesses, lógicas e horizontes sociais e gramáticas ontologicamente (formas de ser) situados;

[39] Referente às "práticas estratégicas [...] ancoradas nos referenciais do espaço vivido, antes do deslocamento" (DAOU, 2013, p. 83).

sua existência e manutenção são "reforçados e reconduzidos por todo um compacto conjunto de práticas" e ecoa de modo como é "aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído" (FOUCAULT, 1996, p. 17). A "norma" não é neutra nem inerte; ela é situada, tem um ponto de partida, é controlada e constitui forma de exercício de poder, revelando e criando coisas, direcionando os horizontes e as projeções sociais e existenciais.

A proposição da Vale de buscar normalizar ou melhorar a vida da população afetada por meio da introdução e indução de novas práticas no lugar, segundo os representantes da empresa, tem uma relação direta e "tem tudo a ver com o desenvolvimento, porque mostra que nós podemos estar de outra forma na sociedade" (Excerto da conversa com funcionários da Vale, junho de 2018), e se produz nos processos de classificação, tipificação e enumeração teleologicamente direcionados – atrelados ao discurso de desenvolvimento. Do lado dos afetados, as dinâmicas são anormalizantes, na medida em que diluem subjetividades de *desenho de si mesmo*, de perda da autonomia que envolve formas de organização, relações sociais, conjuntos de práticas, formas de conhecimento, relações com o entorno e a pluralidade de formas de ser e estar no lugar que se buscou apagar.

Em todos os casos, está patente a aspiração de converter toda uma bagagem social em "acessórios do [e/ou atrelados ao] mercado" (POLANYI, 2000), por meio da "imposição de uma ideologia de sociedade de consumo às populações. Ambas [a ideologia de crescimento ao Estado e de consumo a sociedade] combinadas induzem ao capital estrangeiro e à aceitação de um só parâmetro aplicável à economia, à sociedade, à cultura, à ética" (SANTOS, 2003, p. 15). Nesse caso, a norma atua como técnica ou estratégia de "superioridade *posicional* flexível, que põe o ocidental [a empresa/investidor] em toda uma série de relações possíveis [...], sem que ele perca jamais a vantagem relativa" (SAID, 2004, p. 18-19).

Para que o "discurso de desenvolvimento" se desdobre em processos de normalização social em Moatize, dois eventos relacionados fulguraram: o primeiro deles tem a ver com o que Boaventura Santos (2010) chama de "desperdício da experiência", nesse caso, o conjunto de práticas sociais, formas de relação caraterizados pela diversidade, pela pluralidade socioeconômica e por seus múltiplos modos de relação; o segundo evento diz respeito à maneira como a deformação do lugar, o estado de miséria e pobreza se manifesta e se expressa com base em um conjunto de dados e técnicas de "classificação, mensuração, tipificação e enumeração" (APPADURAI, 2004) de atores, de suas práticas, e os fins pragmáticos que isso desempenha na conformação com a "norma".

A seguir, com base nas biografias de parte de meus interlocutores, exploro como o "discurso de desenvolvimento", ao classificar, enumerar e tipificar os atores, acabou homogeneizando – desperdiçando – a diversidade de atores e o seu conjunto de práticas. Todavia, a enunciação de categorias nativas pelos atores a partir de seu conjunto de práticas, ao mesmo tempo que colocam em xeque a norma atrelada ao discurso que os desqualifica, desvelam seu efeito *anormalizante* sobre suas formas e práticas heterogêneas de habitar o lugar.

5.3 APRESENTANDO BIOGRAFIAS E DESVELANDO OS EFEITOS DE PRÁTICAS MONOLÍTICAS INDUZIDAS PELA VALE

No concernente ao "desperdício da experiência" do lugar, importa referir, como dissemos anteriormente, que o distrito de Moatize é parte integrante do vale do rio Zambeze e que, ao longo de algum tempo para cá – finais do século XIX, tendo aumentado sua intensidade e magnitude a partir de 2010 –, têm registrado diferentes intervenções motivadas por "recursos", elementos não antrópicos como a água para a construção de barragens, de terras férteis e água para a produção agrícola e de carvão mineral para exportação. Tais práticas históricas configuraram certo tipo de sociabilidade e relações sociais múltiplas que envolvem dinâmicas urbanas, rurais, bem como sua trama de relações entre humanos e não humanos.

De maneira implícita ou não, tais práticas se configuraram e/ou acabaram por ser incorporadas pela população de Moatize às suas dinâmicas e (inter)relações; de igual modo, tais práticas tiveram efeito feral, entendido como "reações não projetadas de não humanos às infraestruturas humanas" (TSING, 2019, p. 14), podendo tais efeitos ser socioambientalmente benéficos ou não – como é o caso do uso de carvão mineral para a queima do tijolos, no lugar do carvão ou da lenha vegetal, e os efeitos sanitários que a inalação do pó ou da fumaça de carvão mineral tem –, e de algum modo estão incorporados à bagagem social e às formas de habitar dos atores locais, que geraram um conjunto de práticas heterogêneas e complexas, com formas sociais múltiplas e diversas que coexistem no lugar.

Uma das formas de expressar o conjunto de práticas às histórias de vida dos atores, apesar do seu emaranhado de linhas da vida e diferentes trajetos, são as dinâmicas e formas de habitar o lugar. Apresento algumas histórias biográficas de alguns de meus interlocutores,

ciente de que "cada biografia é feita a partir de alguma concepção prévia sobre o que deve ser focalizado", descartando outras (KOPYTOFF, 2008, p. 92). Nas partes selecionadas, manifestas, expressas e/ou silenciadas, resplandecem as dinâmicas do lugar, sua multiplicidade, concomitantemente às suas lógicas de produção de sentido.

Eze, nome fictício de meu interlocutor, seu encontro ocorreu em abril de 2015, durante a pesquisa de campo, quando ele ainda era vivo. Inicialmente, me pareceu um simples residente da vila de Moatize, afetado e contestatário à Vale pelo fato de não poder pastar seu gado em terreno vedado pela empresa; mais tarde, em maio de 2015, Eze passou a fazer parte do grupo de reassentados pela Vale que voltaram a Chipanga, local de onde haviam sido deslocados, e alguns deles haviam recebido indenização pela interrupção da produção de tijolos. Seu retorno a Chipanga foi uma ação de protesto ao pagamento de "indenização justa" por essa interrupção, e pelo fato de que, em Cateme, onde também foi reassentado, além de não conseguir fazer tijolos e levar a vida como antes da chegada da Vale, havia algo mais que o agonizava, o fato de em Cateme não se poder enterrar seus entes queridos, conhecidos e vizinhanças próximas, por conta de o cemitério local ser apenas um espaço físico que carece de uma cerimoniosa consagração tradicional.

Como se pode ver, a identidade contestatória de Eze à Vale ocorria em três frentes: i) a vizinhança com a Vale na vila de Moatize, interferindo na continuidade de atividades produtivas, como o pasto para o gado, a produção agrícola, a coleta de lenha e a produção de carvão vegetal; ii) o deslocamento compulsório, com a interrupção da produção de tijolos e a luta pelo "pagamento de indenização" justa; e iii) o deslocamento compulsório mexendo profundamente com sua estrutura religiosa e padrões socioculturais de trato com entes queridos, e também com alguns modos de proceder. Segundo ele, "os nossos espíritos e os espíritos dos *cacices*[40] antigos" ficaram em Chipanga.

Os três momentos contam parte da história de vida de Eze, revestidos de uma plasticidade suscetível de acionamento e reinvindicação identitária à sua ação contestatória. O que importa destacar é como as "linhas" e "trajetos" de sua vida e de outros interlocutores entraram em contato com a olaria/*machamba/*fabricação e comercialização de pombe/curandeirismo, e, para quem fazia "muitas coisas" para além de tijolos, qual é o estatuto/sentido/significado de acionar suas distintas identidades após o reassentamento e/ou perda da *machamba*?

[40] Guardiões de cemitérios.

Em relação a Eze, é estimulante saber como ele chegou a "ser oleiro" – forma objetivada de classificar, enumerar e tipificar as práticas locais pela Vale – de fato, e o que isso significou após o seu reassentamento pela Vale.

Quando da conversa de campo, em 2015, Eze contava com 68 anos de idade, tendo se casado com duas mulheres e sido pai de oito filhos, três dos quais já independentes e tendo constituído famílias. Nascido no distrito de Changara, cerca de 70 km ao sul do distrito de Moatize, morava em Moatize desde os 15 anos, quando terminou o ensino básico e, com o intuito de prosseguir seus estudos, se deslocou para ali com seu tio materno, que naquela altura trabalhava nas minas da Carbomoc E. E. Após frequentar alguns semestres do ensino técnico na "escola dos padres" localizada na vila de Moatize, sua formação não chegou a se efetivar, porque, anos mais tarde, em 1968, ingressou nas fileiras da Frente de Libertação de Moçambique – FRELIMO, movimento revolucionário de libertação nacional que desencadeou a luta armada contra o colonialismo português. Tendo ingressado no auge da Guerra de Independência, Eze recebeu treino militar na Zâmbia, país vizinho, e alguns meses mais tarde voltou ao país, tendo sido destacado às fileiras de combate na região central do país.

Com o fim da Guerra de Libertação Nacional, em 1975, se desvinculou do exército; todavia, com o avanço da Guerra Civil, iniciada em 1977, foi solicitado que reingressasse no exército e ajudasse a colmatar o avanço da Guerra. Eze conta que não ficou por muito tempo, porque já havia se casado e precisava cuidar de sua família; precisou assumir uma doença crônica, "conseguiu atestado médico de doença" e, em 1985, passou para a reserva. Graças à sua participação na luta de libertação, passou a receber uma pensão vitalícia de "antigo combatente" (designação que recebem os desmobilizados de guerra). Esse estatuto de combatente lhe granjeou prestígio social sem igual, por fazer parte de uma geração muito valorizada na história do país – geração que venceu a guerra e expulsou os colonos –, uma minoria de classe com poder econômico invejável; assim como dispôs de privilégios que o Estado lhe concedeu em termos de cotas sociais, bolsas de formação e estudos a seus dependentes, acesso a créditos etc.

Em meados da década de 1970, Eze solicitou um pedaço de terra às lideranças locais, para construção de residência, e outro espaço para constituir *machamba*; foi concedida área onde construiu com sua primeira esposa, mas o local indicado era próximo à estrada principal e meio povoado, o que fez com que rejeitasse o local e solicitasse outro local. A preferência por uma área pouco distante do aglomerado populacional se deve ao seu interesse em criar e poder cultivar pequena horta próxima à margem do rio Moatize.

Morar em Chipanga, perto da vila de Moatize, lhe foi vantajoso enquanto durou, por estar próximo da vila, poder levar uma dinâmica social mista entre o "urbano e rural" e se deslocar facilmente entre eles; também lhe deu vantagem o fato de nunca ter precisado se deslocar longas distâncias para auferir sua pensão, diferentemente de outros companheiros seus, que percorrem muitos quilômetros para tal, alguns dos quais outrora acabavam correndo sérios riscos antes do pagamento por via bancária.

Além da pensão de "antigo combatente" constituir parte de sua renda familiar, esta se associa a outras atividades que o fizeram optar por fixar residência próxima à margem do Rio, criando bovinos e caprinos, assim como promovendo produção agrícola voltada ao consumo doméstico, com parte dos excedentes comercializada ou usada em processos de troca, com o fito de adquirir outras mercadorias ou bens.

A partir do final da década de 1990, pouco depois do final da Guerra Civil, a população dos bairros de Chipanga, Bagamoyo e Nhanchere começou a se dedicar e a intensificar a fabricação de tijolos de argila, isto porque as "pessoas que moravam perto da vila começaram a querer construir casas de pedra, para trocar as casas de pau a pique e palhotas que tinham". Inicialmente, a olaria era dominada por "antigos oleiros, aqueles que aprenderam a fazer e estavam a trabalhar para a Carbomoc E. E., mas uma vez que viam como eles estavam a fazer, as pessoas começaram a imitar[41]". Pela rapidez e popularidade, assim como pelo processo de queima de tijolos com o recurso ao carvão mineral, a olaria acabou se tornando uma "comunidade de práticas" sociais. O conceito de *comunidade de práticas* é usado para se referir ao contexto em que o aprendizado da fabricação de tijolos se deu sem a relação "mestre-aprendiz", mas, além de uma simples observação, o fato de estar "inserido integralmente ou perifericamente na prática produtiva" (LAVE; WANGER, 1991, p. 95 - tradução livre) permitiu o conhecimento e reprodução das práticas em questão.

No sentido de aproveitar as oportunidades da procura de tijolos para a construção, mesmo sem ainda saber fazê-los, Eze decidiu ocupar um pedaço de terra próximo à margem do rio Moatize e decidiu instalar ali sua olaria, contando com a mão de obra de alguns imigrantes malauianos – estrangeiros do país vizinho que, em detrimento da valorização da moeda moçambicana na região e da conjuntura socioeconômica, se submetem e são mais disciplinados às condições e às metas do trabalho em relação aos moçambicanos. Eze investiu na compra de formas para fazer tijolos, enxadas para a preparação do terreno e escavação do

[41] Parte do excerto deste parágrafo, igual a outros que contam o processo de "instituição" da olaria como prática comunal, foi extraído de conversa com outro interlocutor, que outrora trabalhou fazendo tijolos nos estaleiros da Carbomoc E. E.

barro, assim como materiais de construção para acolher trabalhadores e produtos alimentares, sobretudo peixe seco.

O investimento inicial para a construção de fornos veio da pensão mensal que recebia como "antigo combatente", e parte dos produtos alimentares veio da sua *machamba*, produtos como verduras, legumes, farinha de milho e de mapira, e parte da carne tirada de sua criação quando abatia caprinos ou aves; a lenha usada para a confecção era retirada diretamente de árvores secas derrubadas à volta e/ou pela mata adentro.

Nem sempre o negócio de tijolos dava certo, porque além das "muitas pessoas que estavam a fazer tijolos", a localização, o preço, a qualidade e a fama do oleiro/dono dos fornos contavam para o processo de venda. Devido à sua fama e às modalidades de aquisição/pagamento implicarem trocas e pagamentos parcelados, inicialmente Eze conseguiu se afirmar na comercialização de tijolos, mas com o tempo, pelo abrandamento de vendas, passou a fazer tijolos de maneira intermitente. Nesse momento, decidiu usar parte dos tijolos para a construção de sua própria residência, e mais tarde as dos filhos do sexo masculino, pois "não podia construir para as mulheres [filhas] porque o fim da mulher é ir-se ao lar, e casa ia ficar sem nenhuma pessoa". A parte dos tijolos que não conseguia vender negociava com familiares, vizinhos e conhecidos, que pagavam em prestações ou com a troca de outros produtos, como é o caso de um conhecido que "estava a construir em Matema [bairro próximo à cidade de Tete]" e que levou uma quantidade de tijolos em troca de uma moto.

Como se observa, por mais que a olaria tenha surgido em dada altura de sua vida, motivada por fins inicialmente comerciais, com o tempo, acabou contribuindo para a autoconstrução, para relações de troca, para o reforço de laços sociais de entreajuda e de solidariedade entre próximos e formas locais de ser, saber e fazer. No caso do relato biográfico de Eze, por mais que seu interesse na olaria tenha sido de acumulação, tal prática ocorreu no contexto de uma dinâmica complexa, marcada por uma variedade de sujeitos e relações socioeconômicas, por relações de classe e capitais com modos diferentes e imbricados, que, em conjunto, esculpiram o lugar não totalmente subsumido ao capitalismo ou às margens do capitalismo, mas por outro tipo de relações econômicas múltiplas; um lugar de diferenças econômicas e identidades sociais múltiplas e fluidas, que colocam em xeque a noção de hegemonia capitalista no lugar.

A olaria à qual Eze passou a se dedicar até a chegada da Vale e o seu deslocamento compulsório constitui uma dentre outras atividades socioeconômicas maleáveis a outras que fazia pessoalmente ou o faziam familiares, o que mudou diametralmente as práticas e projeções; segundo o seu próprio relato, "estava quase para comprar um carro", mas algo

mudou com a chegada da Vale, que pretendia instalar a mina a céu aberto arquitetada com o imperativo de deslocamentos compulsórios, de destruição e desintegração de todas as formas de ocupação social.

Mediante processos de classificação e tipificação social realizados pela Vale para as famílias afetadas pela mineração, Eze e parte de sua família (mulheres e filhos) foram considerados uma família rural, e por isso foram reassentadas em Cateme, local reservado a famílias com "perfil rural". Atendendo ao processo de cadastro de pessoas que faziam tijolos, Eze foi cadastrado como "oleiro com direito" – no contexto da contestação dos oleiros, é possível notar que alguns se tornaram "oleiros sem direito" – de receber indenização pela interrupção de sua atividade de fabricação de tijolos.

Em maio de 2015, Eze, na companhia de outros homens, acionou sua identidade de oleiro – uma dentre outras identidades/práticas; outros tinham formação e haviam encerrado contratos de trabalho com empresas –, e decidiu regressar a Chipanga para continuar a fazer tijolos e poder sustentar sua família, como vinha fazendo antes de seu reassentamento em 2010 pela Vale, porque, segundo ele, o valor pago pela indenização era insuficiente. Durante a conversa, com companheiros à volta e com uma narrativa própria de quem vivenciou a experiência, observei tijolos acumulados secando, fumaça resultante da queima de tijolos, montículos de carvão mineral usado para a queima de tijolos, covas abertas com homens no seu interior trabalhando a argila que era jogada nas formas que davam o formato retangular aos tijolos que depois eram postos a secar ao sol; algumas viaturas que chegavam e partiam (des)carregadas e, um pouco mais abaixo, corria o rio Moatize.

A imagem que se via no horizonte, depois da mata, das covas e ruínas à volta, era de uma grua em funcionamento na mina da Vale. Durante a conversa, Eze acionou a memória para explicar que o que pareciam ruínas, escombros e matas abandonadas, eram lugares carregados de vida; casas, roças, currais, caminhos, árvores e pássaros que, fisicamente, deixaram de existir, mas que, na memória aquele horizonte, paisagens e território, faziam parte da biografia de quem esteve lá; mais adiante, talvez a quilômetros de distância, imponente pela altura, visualizava-se um maquinário gigante, e era possível ouvir o ruído de motores, trens e carros que circulavam, deixando empoeirado o horizonte. Eze apontava: "ali é Mithethe, e depois de lá é Calambo, aqueles que estão a passar naquelas bicicletas vão para lá".

Figura 42: Forno de tijolos pertencente a Eze.
Fonte: Fotografia do autor (2015).

Portanto, a biografia de Eze diante do reassentamento foi marcada por processos socioeconômicos monolíticos, considerando a classificação como reassentado rural e como potencial beneficiário dos projetos de geração de renda criados, e "sua relativa obstinação [que] permite-lhe impor sua identidade no campo social" (GIBSON; GRAHAM, 1998, p. 60) sobre o ator e as práticas vinculativas da *economia diversa* que levava e que se fragmentaram com o seu reassentamento.

Xidi é outro interlocutor; embora faça parte de uma geração com horizonte e perfil social "moderno", a biografia dele faz parte de outros corpos e narrativas marcados por um antes, assim como as histórias e conquistas que abonam sua geração, por ter crescido em vila, frequentado a universidade, formando-se no curso de Engenharia e conseguido emprego na Vale, percurso que poucos conseguiram.

Nascido e criado na vila de Moatize em meados da década de 1980, Xidi fez parte de sua formação escolar no distrito de Moatize, e quando se preparava para partir para outras paragens, para prosseguir com os estudos universitários em Maputo – capital do país –, ainda no Ensino Médio, foi selecionado para cumprir o serviço militar obrigatório por um período de dois anos em Maputo. Na véspera de sua partida, em 2007, a chegada da Vale não era tão difundida, e, sobretudo, era impensável a possibilidade de ela vir a afetar sua família algum dia, pois "naquele tempo só se falava de Chipanga e mais para cima, em Mithethe".

A notícia de que a Vale já havia chegado e que a sua presença iria afetar famílias de seu bairro, incluindo a sua, pegou Xidi de surpresa em Maputo. Apesar da notícia lhe permitir uma vaga noção do que efetivamente iria acontecer, a noção real sobre o que a notícia implicaria ele só teve mais tarde, depois que cumpriu o serviço militar e regressou a Moatize, quando passou a acompanhar e a representar a família nas negociações e na auscultação de

propostas de indenizações que receberiam pela perda de *machambas*, com propostas diferenciadas para cada família, determinadas pela dimensão e pela idade das árvores de fruta existentes na *machamba*. O envolvimento nesse processo permitiu-lhe vivenciar o surgimento de algumas divergências e divisões familiares entre herdeiros, contendas comunitárias e/ou entre a comunidade e suas lideranças, causadas pela diferença de opiniões entre a aceitação ou a negação de cedência, ou na divisão do valor de indenizações; um dos casos bastante reportados no bairro e que se vivenciou durante a pesquisa, em 2015, diz respeito às "mangueiras do senhor N. L.", tio de Xidi, às margens do riacho Thibù, que estavam no interior da concessão da Vale.

O senhor N. L. é um dos irmãos que herdou parte das terras existentes no interior da concessão da Vale no bairro de Bagamoyo. Apesar de ser considerada herança familiar e apontada a N. L. em particular, contam-se boas memórias do uso e do proveito coletivo da propriedade na busca de lenha, sombras das árvores, de proveito e comercialização de frutas, entre outros. Mesmo no caso de alguém se machucar ou cair ao trepar uma das árvores, ou em caso de gente estranha (desconhecida), a responsabilidade pelo ferimento e/ou guarnição da propriedade não era incumbida ao proprietário, mas compartilhada, de tal forma que se gerou um sentimento de "cuidado coletivo" da propriedade, pois parecia que o "proprietário", ou melhor, o ocupante, tinha pouco interesse, sendo funcionário de empresa ferroviária e não tendo ainda se aposentado. Esse espírito de "pertença/cuidado coletivo", no entanto, foi diluído durante o processo de cadastramento da Vale com vistas à indenização dos proprietários.

Apesar de ter sido fácil negociar e indenizar outros ocupantes, o caso das mangueiras ocupadas por N. L. se tornou mais complexo, não só pela dimensão da ocupação, mas pelo surgimento de outros "ocupantes legítimos", irmãos ou filhos de seus irmãos falecidos que se consideravam também herdeiros. Não obstante as contendas dentro da família pela negociação e pela partilha do valor de indenização, devido à demora do processo, que durou mais de dois anos, e às divergências do valor a ser pago pela propriedade, N. L. se constituiu, para a comunidade, como um herói, pois a empresa não poderia tocar em nada ou levar a cabo qualquer ação no terreno sem antes resolver o litígio. E graças a essa demora e resistência, a população continuou a acessar e fazer uso dos diferentes bens existentes – recolher lenha e frutas, fazer tijolos, fazer *machambas* etc.

Com o passar do tempo e sem alguma saída à vista, depois de tantas esperanças e desgastes do processo negocial, N. L., que durante algum tempo constituiu símbolo de luta e resistência à Vale e às pressões do governo, tornou-se figura muito visitada por jornalistas,

ONGs e, inclusive, foi interlocutor desta pesquisa. Na última hora, N. L. acabou cedendo à proposta, não revelando aos familiares o valor que recebeu pelo derrubada das mangueiras. No dia seguinte ao pagamento da indenização, às primeiras horas da manhã, ouviram-se motores de tratores e *bulldozers* e viram-se mangueiras sendo derrubadas uma a uma. Enquanto mulheres e homens de diferentes idades afluíam ao local para recolher ramos e caules das árvores derrubadas, mais tarde usando-os como lenha na confecção de alimentos, as conversas não se cingiam à luta/cedência/traição de N. L., mas ao conjunto de coisas e linhas de vida que se poderiam ligar às árvores derrubadas que se tornaram simples lenha; histórias que o conjunto de entidades e memórias (re)ligava ao social e ao futuro (in)certo que doravante se instalou.

Figura 43: Integrantes da população despedaçando parte das mangueiras do Sr. N. L. para servir de lenha.
Fonte: Fotografia do autor (2015).

Embora a cedência do senhor N. L. tenha acontecido muito depois, em 2015, a família de Xidi também ocupava o local que passou a fazer parte da concessão da Vale e, por isso, recebeu a indenização em valor monetário. Para a diversidade de usos da terra e da mata, a família fora duramente afetada pelo fato de não ter perdido apenas a terra para cultivar alimentos, mas também outros usos que o local permitia, como a busca de lenha, de fonte alternativa de água, de caça, de corte de capim, entre outros. Geralmente, esses usos ocorriam junto à produção na *machamba*, e alguns deles, igual ao funcionamento da reserva extra no automóvel, só davam conta deles quando o momento o exigia.

Em 2010, quando Xidi ingressou na universidade para fazer o curso de Licenciatura em Engenharia de Minas, a terra ocupada já tinha sido registrada e a sua família aguardava o

pagamento da indenização, o que ocorreu algum tempo depois. Com a recepção do dinheiro da indenização, parte dele serviu para reabilitar a casa e para adquirir alguns bens. Sua mãe, que cuidava da *machamba*, parou definitivamente de produzir milho, verduras usuais e outros produtos, passando a obtê-los por meio de compra no mercado, à exceção da lenha, que ainda podia ser coletada livremente; por se encontrar na situação de mãe viúva e desempregada, que dependia da *machamba*, da comercialização de pombe[42] e de cachaça, o custo de vida da família começou a aumentar, pois na maior parte das vezes, passaram a comprar o que antes produziam, produtos alimentares e matéria-prima usual para a fabricação de bebidas tradicionais. A família passou a enfrentar diversas necessidades, agravadas pelo fato de Xidi, o "único homem em casa", não saber se virar e não ter aprendido muitas coisas como o fizeram seus irmãos mais velhos, que também sabiam fazer cestos, vassouras etc. Diante dessa situação, a solução encontrada foi mandar Xidi para morar com sua irmã mais velha, casada, na cidade de Tete, próxima à universidade, de modo a não comprometer sua formação.

Em 2015, depois de concluir as disciplinas curriculares do curso de Engenharia de Minas, Xidi voltou para morar junto de sua mãe e de suas irmãs mais novas em Moatize, enquanto estagiava na Vale e se ocupava do Trabalho de Conclusão do Curso. Mesmo após a conclusão do curso, em 2016, Xidi seguiu estagiando na Vale em setor específico de sua área de formação, no qual mais tarde se tornou trabalhador efetivo da empresa. Com o salário que ganhava, Xidi passou a contribuir à renda familiar, ajudando a família na compra de produtos necessários para a sua subsistência; outrora, parte destes a família produzia ou retirava diretamente de sua *machamba*.

Com o emprego de engenheiro (trabalho assalariado dependente da extração e comercialização de carvão), Xidi e sua família se tornaram dependentes do seu salário mensal, deixando para trás outras formas de trabalho, transações e práticas sociais com as quais seus pais se envolveram e tinham criado seus filhos. Apesar de ter conseguido se ajustar à nova realidade, Xidi vangloria-se das opções que fez e do emprego que tem, sentimento que sua mãe também nutre e que gera gratidão pelo êxito do filho. Embora se orgulhe do sucesso do filho, a vida da mãe de Xidi carrega a nostalgia do tempo em que era ativa economicamente e que coparticipava nas despesas da casa com o seu trabalho na roça, realidade compartilhada por outras mulheres de sua rede de relações, como as vizinhas e conhecidas que perderam seu protagonismo social. A perda de suas roças, locais de uso comum, não eram apenas perdas

[42] Bebida tradicional feita de cereais fermentados, sobretudo milho e mapira.

físicas, mas de um conjunto de práticas, relações, habilidades, afetos, cuidados que energizavam suas vidas.

Sem querer reduzir as formas de habitar o lugar às biografias masculinas e ao conjunto de práticas vinculadas fora da esfera doméstica, importa explorar como os corpos de mulheres vivenciaram e expressaram suas formas de habitar o lugar, tal como a biografia de minha interlocutora reassentada pela Vale. Inicio agora a apresentação da biografia de Sheba, interlocutora de campo que, durante a conversa, enfatizou o fato de ser reassentada. A condição de "ser reassentado" constitui uma categoria homogênea, ou melhor, mesmizante, na medida em que suas histórias, biografias e identidade/alteridade pressupõem uma redefinição desde a chegada da Vale, impondo-lhes uma nova referência, subjetivação e alteridade administrada, quando passaram a "esperar ser dado com a Vale", isso depois de muitos protestos, alguns terminando em repressão física, verbal ou outra:

> [i]sso tudo que você está a ver aqui, foi preciso a gente reclamar para sermos dados. Quando estavam a querer para a gente sair lá em Chipanga, estavam a dizer que "tudo isso vamos vos dar". Como andam a fazer os homens quando querem casar uma mulher, fala muita coisa, mas depois, quando casar, você já casou com ele, tem filhos. Até chegar nesta minha idade, qual homem que vai me querer assim? Esses da Vale estavam a fazer assim, chegaram lá e estavam a falar muitas coisas [...]. Essas casas todas [gesticulando com a mão] nos deram em 2010, mas quando a população reuniu e para ir lá dizer que as casas não estavam bem, eles disseram "vocês não têm razão, estão a reclamar com barriga cheia", mas depois da gente continuar a reclamar, as pessoas serem metidas na cadeia, porque estavam a dizer que "está a criar agitação", vieram confirmar o que a população estava a dizer e depois mandaram empresas para vir reabilitar as casas, começaram a pôr cimento no chão, tapar rachas, trocar portas, janelas, tapar onde estava a entrar água de chuva de algumas casas [...]. Essas casas foram reabilitadas duas ou três vezes, mas aquela já são quatro vezes que eles dizem que estão a reabilitar, sempre vêm reabilitar em cima de nossa reclamação [...]. Reclamamos de hospital, nos deram; reclamamos de escola e campo, construíram no ano passado [2017], mas a população negou a receber, eles construíram mal e nós dissemos que não vamos receber [...] mercado, desde 2010 que reclamamos, só agora [2018] é que estão a fazer... ser reassentado é assim mesmo, reclamar, fazer barulho [...]. Estamos na gaiola aqui, para ter alguma coisa temos de reclamar e esperar ser dado quando eles quererem (Excertos da conversa de campo com Sheba, maio de 2018).

A interlocutora, em seu autorretrato, enfatiza sua nova identidade de reassentada e descreve as implicações de se ver/definir como reassentada. Sheba tem 62 anos, completos em julho de 2018, é casada e mãe de cinco filhos, todos eles maiores de idade, dos quais quatro são autônomos e um já possui família constituída, morando com seu companheiro, com o casal constituído de seu filho mais novo, sua nora e dois netos.

Proveniente do distrito de Changara, sul do distrito de Moatize, Sheba chegou a Moatize em meados da década de 1980, na companhia de Celso, seu companheiro que conhecera em Changara, mas este tinha saído antes para tentar a vida na cidade de Tete e acabara se fixando residência em Moatize. Quando conseguiu emprego de servente de cobrador de transportes intermunicipais e arrumou uma casa para morar, Celso mandou vir sua esposa, que amamentava o filho mais velho do casal. Devido à rotina laboral de Celso, a responsabilidade conjugal de Sheba se cingia aos cuidados domésticos, da roça ao pequeno comércio informal de produtos da roça e, mais tarde, para poder ajudar na renda familiar, decidiu começar a produzir e vender produtos cuja matéria-prima vinha diretamente de sua *machamba*.

Anos depois, Celso perdeu o emprego por conta da paralização da circulação do transporte. Apesar do seu abalo pelo desemprego, com o tempo Celso conseguiu superar a situação e começou a encarar a vida, a ter mais tempo para "falar com outros homens", e passou a se fazer mais presente na vida familiar, apoiando diversas atividades da vida doméstica. Posto que Sheba já era mãe de dois filhos menores, a presença do esposo em algumas atividades permitiu uma entreajuda na esfera doméstica, e algumas atividades passaram a se fazer de maneira coordenada, como refere Sheba: "se vamos abrir uma *machamba*, fazer uma criação, juntar areia para vender, ajudar uma pessoa da família, vizinhos, fazer tijolos, se vamos querer vender ou aumentar a casa, ou qualquer coisa, estávamos a combinar, '*marido, agora vamos fazer como*?'".

Outro aspecto que reverbera da biografia de Sheba foi quando, a dada altura de sua vida, começou a entrar em transe espiritual e, mediante passagem, consagração e chamamento dos espíritos para trabalhar, se tornou curandeira e passou a se dedicar ao cuidado físico e espiritual das pessoas. Essa prática passou a fazer parte do cotidiano familiar e social, tendo Sheba passado a dedicar parte de seu tempo, para além dos cuidados familiares e humanos, ao cuidado de gente que recorria a si para resolver problemas de saúde e questões espirituais. Pelo fato da área da residência ser pouco povoada e haver mata à volta, era possível achar diferentes raízes, folhas e plantas curativas para ajudar seus pacientes. Em se tratando de uma prática espiritual, era necessário dividir o local onde ela dormia e se ocupava de seus afazeres junto ao esposo e filhos e o local onde se dedicava ao trabalho dos espíritos; ou seja, ela precisava de duas casas, uma delas como humana, esposa, mãe, e outra como guardiã e executora de "trabalhos dos espíritos e de curar pessoas", prática que contribuía sobremaneira para a renda familiar, para a integração e o reconhecimento social.

A normalidade que Sheba vinha levando com a articulação de suas práticas familiares e espirituais foi quebrada durante o reassentamento da Vale, pois a lógica de conceder uma casa por família entrou em choque com a particularidade de Sheba, pois o familiar e o espiritual, apesar de partilharem seu corpo, não podiam coabitar locais do ofício, e por isso deveriam ocorrer em compartimentos separados; o que gerou uma discussão com a Vale, na medida em que o seu "lado espiritual" e as formas de indenização ou compensação não cabiam na lógica da empresa. Ao não se sentir contemplada, Sheba persistiu com sua exigência de um "lugar para fazer casa dos espíritos", pois, no seu dizer, "não tem como eu ir lá e deixar meus espíritos aqui, os espíritos dos avós, são eles que estão a me proteger, então se eles negarem, eu prefiro ficar aqui em Chipanga, pode levar essa toda população, mas a mim, me deixar aqui mesmo". Somente depois de muita persistência sua e com a intervenção do governo, recebeu da empresa um terreno e dinheiro para a compra dos materiais necessários à construção da casa dos espíritos.

Não obstante a "lenda pessoal", seus trajetos e emaranhados das linhas da vida, e a persistência em se ver como "reassentada", Sheba denuncia de forma mordaz e coloca em tensão a lógica das compensações e indenizações da Vale por meio de sua biografia não moderna (LUGONES, 2014), que é simultaneamente não capitalista (GIBOSN; GRAHAM, 1998). Ao colocar de maneira articulada a presença e relação entre suas diferentes interfaces de mãe, casada, de conhecedora de plantas medicinais e guardiã dos espíritos (curandeira), de fabricante e comerciante de bebidas locais etc., a interlocutora coloca o cosmológico, o ecológico, o econômico e o espiritual como constitutivos do seu social. A biografia de Sheba desvela o quanto a classificação de reassentado, articulada à "enunciação discursiva do desenvolvimento", constitui uma categoria atomizada e homogênea que retira sua vida de si mesma, pois só leva em conta seu corpo, seu presente, sua "presença física", relegando ao plano do invisível o seu ser social, seus trajetos e a sucessão de momentos até então como ator social heterogêneo – homogeneizado pela designação de reassentada.

Ao trilhar sobre as diferentes biografias de Eze e de Sheba, meus interlocutores, o objetivo era tornar visível seus *mundos* heterogêneos, diversos trajetos, linhas e histórias emaranhadas dos atores que são diluídos no "discurso de desenvolvimento", e as distintas categorias preestabelecidas que cumprem o compromisso de orientar a observação e os "fatos" a partir do ponto de vista do empreendedor. A partir do enfoque empírico representado pelas biografias, pode-se inferir que as práticas e as dinâmicas instituídas pela Vale no lugar tiveram efeitos anormalizantes sobre os atores na medida em que inviabilizaram o conjunto de práticas e economias diversas.

O conceito de *economia diversa* integra a ontologia da economia da diferença, estudada por Gibson e Graham (2008; 2011) para se referir à satisfação de necessidades básicas de subsistência com recurso a "uma variedade de meios" ligada a variadas formas de gerar, calcular e distribuir os excedentes. O acesso a *bens naturais* "pode ajudar as comunidades a garantir suas necessidades de subsistência e, ao mesmo tempo, oferecer oportunidades de gerar excedentes e aumentar os níveis de bem-estar" (GIBSON; GRAHAM, 2011, p. 364 – tradução livre).

As biografias de Eze e Sheba revelam a coletividade heterogênea da coexistência e da extensão (no tempo e no espaço) de formas de produção, apropriação e distribuição de excedentes ancorados no lugar, vinculados às práticas de olaria, agricultura, curandeira, produção de bebidas tradicionais, criação, entre outras, e tais práticas são performadas/atravessadas pelo conjunto de conhecimentos tácitos e ações coletivas dos atores que se viram relegados pelas formas/lógicas instituídas pela Vale, que, ao buscarem atribuir uma classificação dos afetados, eliminaram as diferenças entre si e, ao mesmo tempo, estabeleceram equivalência entre os significados atribuídos pelos atores à diversidade de *bens* e as suas relações com o entorno.

Tomando a "sério" a fala de um dos interlocutores que apresenta essas práticas como comunitárias – "todos estávamos a fazer tijolos/machambas" –, o "fazer tijolos" denuncia sua proveniência – a partir de onde foi deslocado/afetado pela Vale –, ao mesmo tempo que anuncia suas atividades de subsistência e práticas sociais; práticas essas nostalgicamente acionadas, mais do que estabelecendo uma relação entre "desejos e expectativas" do que falta no lugar – definindo e articulando desde fora, os atores se centram na demonstração de que, para si, "o aparato desenvolvimentista" (DE VRIES, 2013) inviabilizou a continuidade de suas práticas. Todavia, os atores, ao acionarem suas múltiplas identidades e conjuntos de práticas, empreendem a retirada do monopólio representacional de produção do lugar pela empresa, ao mesmo tempo que o reconstroem positivamente ante a lógica monocrática de negativização da empresa e do governo.

A biografia do engenheiro Xidi tem ótima inserção no contexto atual dominado pelo capital empresarial e suas instabilidades de várias ordens – oscilações no preço do carvão mineral, inovações tecnológicas no setor e instabilidades/incertezas da continuidade da "normalidade". Tenhamos em conta que o momento da escrita da tese é marcado pela pandemia causada pelo novo corona vírus, que levou ao abrandamento significativo das economias asiáticas, em particular da China, principal mercado do carvão mineral da Vale. Para fazer face à competividade e à lucratividade necessária ao setor mineiro, a estratégia

adotada pela Vale, causada pela diminuição da demanda do carvão, teve efeitos diretos sobre o fluxo de produção e causou o consequente despedimento de funcionários. Provavelmente a biografia de Xidi tenha em comum com outros atores a incerteza de seguir vivendo como se vive/viveu, porque com a exploração atrelada ao "discurso de desenvolvimento", as pessoas estão suscetíveis a perder sua fonte de subsistência – a corrente vital na qual suas vidas estão inseridas.

O conjunto de práticas instituídas, mais do que vinculativo do modo de produção, segundo abordagens marxistas, está atrelado ao "modo de subjetividade, modo de vida" essencial ao modo de produção em questão. No limite, o que está em jogo com indução das práticas é "uma forma de pensar, de fazer o mundo e do humano" (LAVAL; DARDOT, 2018, p. 15 – tradução livre), vinculada a certa forma de ser que leva ao "desperdício da experiência" e de sua vasta rede de relações sociais, econômicas, políticas, e as múltiplas formas de habitar o lugar.

6 "*ISTO AQUI QUE ELES NOS DERAM NÃO SÃO CASAS, SÃO RUÍNAS*": SUJEIÇÃO, DESIDENTIFICAÇÃO E FISSURAS DISCURSIVAS

> – Nisso se engana. Não é a paz que lhes interessa. Eles se preocupam é com a ordem, o regime desse mundo.
> – Ora, pai...
> – O problema deles é manter a ordem que lhes faz serem patrões. Essa ordem é uma doença em nossa história.
>
> Mia Couto (2005).

Como visto no capítulo anterior, o "discurso de desenvolvimento" buscou assumir para si a única forma presente de normalidade existente; o levantamento de dados (números, classificações, categorias, tipologias) feitos pela Vale cumpriu a função de identificar carências com vistas à sua superação através da introdução de novas práticas – lógicas e formas de ser – induzidas em Moatize, deixando pouca margem para as formas não capitalistas no/do lugar. Este capítulo trata das dinâmicas sociais "durante o desenvolvimento" com o funcionamento da Vale, a construção de infraestruturas (moradias, instituições sociais) para a população afetada e a implementação de projetos de geração de renda. Seguindo a lógica do capítulo anterior, de buscar rastrear os dados, mas atribuindo outras leituras, neste capítulo, a apresentação de dados (números de empregos, infraestruturas, entre outros) atua como forma de sujeição e cumpre a função discursiva de confirmar a efetividade do desenvolvimento, de que "houve desenvolvimento". Todavia, seguindo os dados de perto e fazendo o rastreio dos atores "beneficiados", seus bens, suas "novas" formas e práticas, coloca-se em xeque a noção dos "benefícios" e melhorias que suas vidas registraram, desencadeando processos de desidentificação (identificação negativa) e fissuras com o "discurso de desenvolvimento".

6.1 "SIM, TEM TUDO A VER COM O DESENVOLVIMENTO": A SUJEIÇÃO DO LUGAR ENTRE A RETROSPECÇÃO E PROSPECÇÃO

O ano de 2018 foi mais um na linha de produção de carvão mineral da Vale em Moatize, cujos efeitos se refletem nas dinâmicas socioambientais de diferentes segmentos da população afetada pela mina, localizada nas zonas de influência direta e indireta do empreendimento. Ao longo das intervenções feitas no lugar, o dispositivo de

"desenvolvimento" é constantemente acionado em tom de celebração do presente; para sua confirmação, a empresa sugere que se faça um duplo olhar, o retrospectivo e o prospectivo.

O olhar retrospectivo, de acordo com os representantes da empresa, permitirá "ver de onde essas pessoas vêm, como viviam", em que estágio elas se encontravam, para concluir que "muita coisa melhorou". Já o olhar prospectivo, no sentido de dar conta de que muita coisa ainda tem de ser feita, induz a pensar que é preciso continuar a esperar por dias melhores, mas para que tal coisa se suceda, a empresa precisará continuar trabalhando.

A ideia de olhar para trás, a partir do momento e das condições criadas pela empresa até agora, tem efeito político nos processos de sujeição do lugar e dos atores, na medida em que interfere na memória, no sentido e no significado que se busca consolidar. O que se evidencia é a governamentabilidade[43] do "discurso de desenvolvimento" no lugar como um processo parcialmente alcançado e cuja materialidade se encontra no conjunto de dados demonstrados com base no número de infraestruturas, de empregos diretos e indiretos criados, atividades de rendimento gestadas em um conjunto de atividades que fazem parte da carteira de investimentos da empresa e que vão sendo implantados ao longo do tempo, conforme referem os representantes da Vale:

> [e]ntre 2008-2010, a empresa *construiu 1.265 novas casas* de alvenaria para as famílias reassentadas em Cateme e 25 de Setembro. A esse número de casas se incluem infraestruturas sociais que ao final do dia irão *atender à comunidade*. Em Cateme construímos *duas escolas de raiz, uma escola primária, outra secundária e um centro-internato com capacidade para mais de uma centena de alunos; construímos também um centro de saúde com "casas-mãe-espera"* [edifício localizado no interior do recinto hospitalar que funciona como leito onde as mulheres aguardam nas vésperas de partos] e *oferecemos ambulâncias; construímos mercado, campo desportivo e infraestruturas de apoio à comunidade, como o centro de apoio e a fazenda-modelo*. Em 25 de Setembro, considerando que estavam próximos da vila, optamos por *construir casa* e *investimos na ampliação* da *rede escolar, sanitária e desportiva para permitir que pudesse servir também à "nossa comunidade"* [reassentados], mas com as reclamações da população em querer que os serviços fossem fornecidos lá onde eles estão, acabamos *construindo* um *centro de saúde, salas de aula anexas, campo desportivo e o mercado local*.
>
> Por que nosso propósito é com a população da província e do país como um todo, fizemos diferentes operações: *reabilitamos, apoiamos a construção* de compartimentos no hospital distrital de Moatize e apoiamos o reforço às unidades de socorro móvel, concedendo ambulâncias novas; *reabilitamos e apetrechamos os laboratórios do Instituto Médio de Geologia e Minas de Moatize*; apoiamos a implantação de mais quatro estações de rádios comunitárias em toda a província de Tete; *construímos o orfanato e a creche*

[43] No sentido atribuído à primeira conotação feita por Foucault para se referir ao conjunto constituído pelas "instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bastante específica e complexa de poder que tem por alvo a população" (REVEL, 2005, p. 54).

> *"O Mundo dos Pequenos" e toda a reabilitação* do Centro São José; *investimos na construção da ala nova do hospital* provincial de Tete *e construímos a clínica noturna de Moatize*; *reabilitamos* o cruzeiro de Santa Bárbara na vila de Moatize; *reabilitamo*s a estação agrária de Sussundega, na província de Manica, isto porque o governo definiu áreas prioritárias de investimento que poderíamos apoiar e um conjunto de infraestruturas ao longo do distrito, da província e do país em geral. Além disso, *temos projetos* em curso; em Cateme temos dois projetos em curso, as lavandarias comunitárias e a produção de sabão artesanal, atividades que, além de gerar emprego, irão contribuir para a melhora da qualidade de vida das mulheres que se ocupam dos trabalhos domésticos de lavar roupa e não precisarão mais de se inclinar (Extrato de conversa formal com funcionários da Vale, junho de 2018).

Como se pode observar, a ideia de colocar no centro das atenções as ações e intervenções realizadas pela empresa, através de palavras como "construímos", "reabilitamos", "investimos", apoiamos", "temos projetos em curso" etc., acrescida aos números, estatísticas, gráficos apresentados, do ponto de vista das "ontologias do desenvolvimento", as intervenções – testemunhadas/representadas pelos números – têm o efeito político de confirmação e conformação de uma representação das carências/faltas/disfunções encontradas e superadas graças à Vale. Dessa forma, a empresa cria a imagem idealizada sobre si mesma (ator social total) por meio das transformações registradas e o seu compromisso filantrópico através de instituições e causas sociais apoiadas – gênero, educação, saúde, orfanatos, entre outras – que, no seu conjunto, constituem a licença social.

A representação da empresa sobre si mesma atua como condensadora de sentidos, tendo o efeito de mostrar que o lugar e os atores "ganharam vida" graças à mineração. Essa enunciação discursiva não se desvincula de sua retórica iconográfica de mineração, de sua relação intrínseca com o "discurso de desenvolvimento" que pressupõe a seleção axiológica sobre o que dar importância e o que se pode relevar no lugar. A seguir, busco rastrear, a partir dos dados produzidos e socializados pela empresa, o papel discursivo que os estes exerceram na confirmação e conformação do "desenvolvimento".

6.1.1 Dados, infraestruturas, intervenções: o uso confirmativo e conformativo do "discurso de desenvolvimento" em Moatize

O uso de dados e indicadores representados com base na ontologia dos números e o seu efeito – assim como seu contraefeito – paradoxal de qualificar o quantificável constitui uma prática colocada em pauta para aferir a enunciação discursiva de causa-efeito entre a

presença da Vale e sua relação direta com o “desenvolvimento”. Nesse caso, os dados e as práticas registrados – autorreferenciados pela Vale – desempenham o papel performativo de instituir o “discurso” e confirmar que “houve desenvolvimento”.

O conjunto de dados referentes ao novo perfil socioeconômico da população, às casas de alvenaria, às “novas” atividades de subsistência, assim como a outras intervenções pontuais feitas pela empresa, envolve iniciativas de qualificação profissional (em áreas como corte e costura, serventes e empregadas de mesa, eletricidade, serralharia, carpintaria, informática), de infraestrutura (vias de acesso, escolas, hospitais, água, esportes, moradias etc.), de projetos culturais, de atividades desportivas e de práticas agrícolas gestadas por meio de uma parceria público-privada que a empresa financiou, cumprindo a função confirmativa do “discurso de desenvolvimento”.

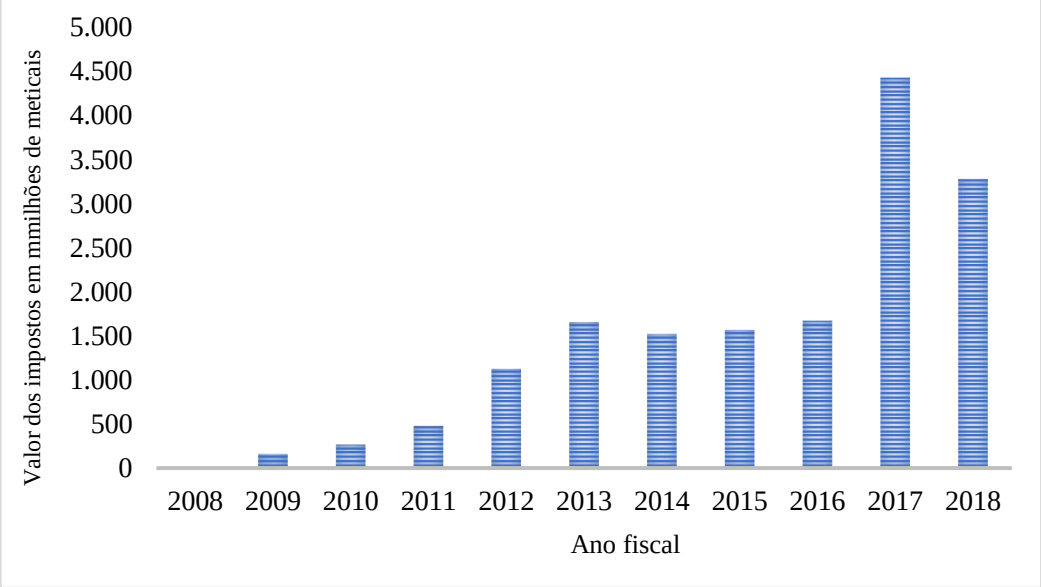


Gráfico 6: Tendência e evolução dos impostos pagos pela Vale no período 2008-2018.
Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com dados extraídos nos relatórios da ITIE referentes ao período.

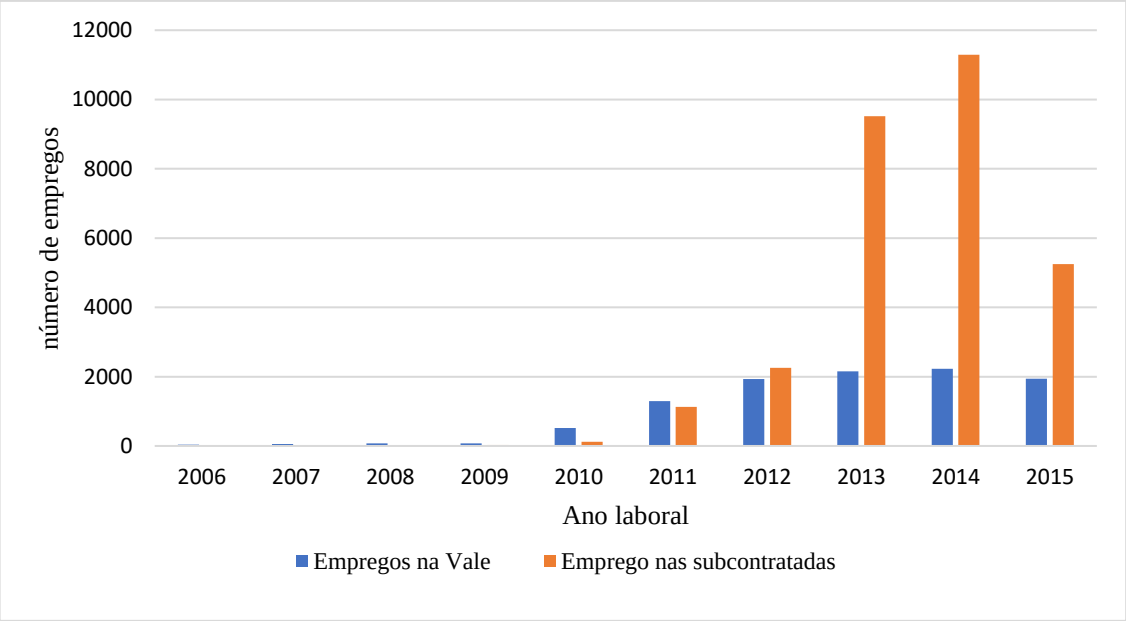


Gráfico 7: Número de empregos criados na Vale e nas empresas subcontratadas no período 2006- 2015.
Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com os dados de Cordeiro (2019, p. 139-141).

Figuras 44 e 45 (da esquerda para direita): Lavatório comunitário em construção no reassentamento de Cateme; reservatório de água potável construído pela Vale no povoado de Tchenga, Moatize.
Fonte: Fotografias do autor (2018).

Figuras 46 e 47 (da esquerda para a direita): Construção do mercado no reassentamento de 25 de Setembro; campo esportivo multiuso construído pela Vale na vila de Moatize.
Fonte: Fotografias do autor (2018).

Os dados e as intervenções assim apresentadas constituem um exercício de governamentabilidade do discurso, pois além de confirmar e conformar a articulação, o "desenvolvimento", a partir do avanço de certas práticas e formas de ser baseadas numa visão

de mundo específica e particular (capitalista) e suas formas de subjetividades no lugar, revelam a lógica de transformação puramente instrumental do lugar como dotado de importância técnica em relação à empresa. Dessa forma, a relação dos corpos/atores com o lugar passou a ser mediada pelo "trabalho[capitalista] enquanto o meio ambiente era modificado radicalmente e os sujeitos constituídos pelo discurso econômico e política do desenvolvimento estatal" (GIBSON; GRAHAM 2011, p. 156-157 – tradução livre).

Arjun Appadurai (2004) mostra como os processos de classificação e de estatísticas cumprem determinados fins estratégicos de "reorientar importantes práticas [...] segundo novas direções atribuindo pesos e valores às diferentes concepções", servindo como ponto de partida para a produção de outras narrativas sociais no/do lugar (APPADURAI 2004, p. 158-159). No caso da Vale, os dados e as intervenções apresentados, além de servir como alicerces e reorientar as práticas e a produção de narrativas sociais, cumprem uma dupla função de justificar e disciplinar: justificar sua presença, ação e continuidade com base nos níveis, nas posses e no *status* que parte dos afetados e da população em geral conseguiu alcançar; disciplinar o repertório de contestação em função de "novos" elementos que ganham importância e legitimidade pública ao mesmo tempo que outros são relevados, por exemplo, o acesso aos "bens naturais" (*machambas,* lenha, argila, proximidade do rio etc.).

Para a "nova ordem" que atua como instância ordenadora do lugar, as demandas por acesso e "bens" ao mesmo tempo figuram como práticas retrógradas e reprimidas; as demandas são canalizadas sob pautas monetariamente mediadas, como o acesso à água potável, à energia elétrica, à educação, ao emprego. A aparição na esfera pública das pautas de acesso a "bens" e lógicas instituídas e mediadas monetariamente pode se equiparar à metáfora de que um lado representa as paixões (emoções) e outro a razão, sendo a razão ordenadora das paixões, "[d]ecretando sua perigosidade e incapacidade para guiar-se a si mesma, negando-lhes a orientação intrínseca e discernimento, se legitima[ndo] automaticamente da lucidez em delegar o potencial inflexível" das emoções (BODEI, 1995, p. 11 – tradução livre). Nesse caso, a razão associada ao "discurso de desenvolvimento" permite às pessoas se darem conta de suas "necessidades", ao mesmo tempo que lhes brinda com soluções externas (vindas de fora):

> não é surpreendente que o desenvolvimento capitalista seja visto como o que brinda os lugares e pessoas a "terem" o que tem. A ausência do desenvolvimento capitalista se manifesta por um conjunto de "necessidades" não satisfeitas: o emprego, os ingressos salariais, a assistência sanitária, a educação, moradia adequada e alimentação. O "enfoque com as necessidades básicas", para o desenvolvimento, o registro destas necessidades [carências] e a intenção [pretensão] de determinar a melhor maneira de superá-las por

> meio de mecanismos de ajuda, doações e assistência ao desenvolvimento (este que favorece que se dê "anzol no lugar do peixe", de modo que os receptores comecem a se autoajudar) (GIBSON; GRAHAM, 2011, p. 366 - tradução livre).

Em relação à atuação, aos dados e às transformações realizadas pela empresa Vale no lugar, à apresentação de carências e necessidades encontradas, algumas das quais já superadas e outras ainda por superar – algo que só poderá ser alcançado com a continuidade da mineração –, estes elementos têm como objetivo a naturalização de discursos pró-mineiros, a promoção de suas narrativas e o uso político das paixões, explorando o medo de perder o que se alcançou graças à empresa, desbravando o sentimento de gratificação e permitindo ter esperança com o que ainda está por vir. A tentativa de explorar as emoções – o sentimento de medo de perder e a gratificação à empresa – cumpre a função de naturalizar a dinâmica de necessidades (capitalistas) criadas e o ideal de que o emprego/empreendedorismo é a única fonte de subsistência, assim como de relaxar a pressão social, mostrando as carências do passado que a empresa ajudou a superar.

O horizonte de intervenções "positivas" acionado pela empresa não cessa de aumentar, pois, associado às transformações realizadas, faz menção aos empregos criados, ao valor resultante do pagamento de impostos, passando por encontros e ações comunitárias, demandas/pedidos comunitários satisfeitos, incluindo aspectos como a mudança de consciência e da maneira de ser nas "formas de ser Vale", tal como assinalaram os funcionários da empresa durante a pesquisa de campo:

> a presença da Vale interferiu na educação das pessoas e criou uma "forma de ser Vale", a vida em primeiro lugar. O uso de equipamentos de segurança durante o trabalho na empresa, contra o que se fazia antes ou por aí, em que as pessoas trabalhavam de roupas rasgadas e calções. Ao exigirmos o uso do equipamento de segurança, isso criou uma mudança de comportamento na forma de ser e estar que transbordou para a esfera social; as pessoas passaram a adotar as formas de segurança exigidas na empresa para a sua vida privada ou familiar (Excerto de conversa formal com representantes da Vale, junho de 2018).

O rastreamento da fala, dos dados e da posição assumida pela empresa Vale revela que estão em pauta os processos sociais de produção de significados no campo discursivo e que é desvelado seu alinhamento com sua visão de "desenvolvimento", assumindo para si que

> a tarefa de desenvolvimento é descobrir as melhores opções para "agregar valor" em uma região e ver crescer as atividades. O pressuposto é que, ao promover atividade produtiva, a população da região se beneficiará dos efeitos multiplicadores do aumento do emprego, da crescente demanda de

> bens e serviços e atração do investimento adicional que garante sua oferta (GIBSON; GRAHAM, 2011, p. 397 – tradução livre).

O conjunto de transformações, intervenções e dinâmicas ocasionadas pela Vale, porquanto é enunciado e visibilizado, figura como a "essência do desenvolvimento", suas provas sólidas, ao mesmo tempo que articula sua própria lógica e autorreferência, funcionando como aparato de *sujeição econômica capitalista* no/do lugar.

A sujeição tem uma conotação dupla: ao mesmo tempo que "é um poder *assumido sobre* o sujeito, a sujeição, não obstante, é um poder *assumido pelo* sujeito, uma suposição que constitui o instrumento do vir a ser desse sujeito" (BUTLER, 2017, p. 20 – destaque livre). A sujeição tem relação intrínseca com o poder dado que pressupõe a dependência de algo alheio que inicia e sustenta a ação dos atores. Contudo, o mesmo poder é suscetível a linhas de fuga e à contestação dos atores; no processo de contestação ao poder – contrapoder em Foucault –, constitui-se outra forma de sujeição, a oposição ao poder que demanda a subordinação do sujeito. Portanto, a sujeição enquanto processo de se "tornar subordinado pelo poder" constitui uma pretensão do poder, sem este nunca chegar a ser efetivo em sentido pleno. A sujeição "é um poder *assumido sobre* o sujeito, a sujeição, não obstante, é um poder *assumido pelo* sujeito, uma suposição que constitui o instrumento do vir a ser [potência] desse sujeito" (BUTLER, 2017, p. 20 – grifos acrescidos).

O pressuposto econômico capitalista da sujeição reside no conjunto de lógicas e práticas econômicas cuja sociabilidade e interdependência são instituídas, mediadas pelo mercado cujas relações econômicas se baseiam na lógica do cálculo do capital econômico financeiro. A sujeição econômica capitalista do lugar tem a pretensão de instrumentalizar e subordinar o social e o natural ao capitalismo econômico financeiro representado pela empresa Vale. Implícita nessa pretensão está a sua interpretação generalizada de que "o capitalismo e a forma presente de economia hegemônica, ou mesmo a única, continuarão a sê-lo no futuro" (GIBSON; GRAHAM, 1998, p. 21).

Além do conjunto de dados sobre a renda resultante do pagamento dos impostos, do número de empregos e de infraestruturas construídas diretamente pela Vale, que servem como aparatos de sujeição discursiva do "desenvolvimento", integram-se outros fatores e ações que não são resultados das intervenções diretas da empresa. Estes aparecem como resultado de "transbordos socioeconômicos" implícitos à presença da Vale, resultantes do pagamento de impostos, do emprego em empresas subcontratadas e em outros setores de prestação de serviços, indo até as "formas de ser" ou a conduta dos atores sociais. Também revelam que a

sujeição econômica pressupõe o cultivo de novas formas de sociabilidade, escolhendo ao que dar importância e/ou o que se deve "levar a sério" ao longo de todo um processo, por meio de um conjunto de estratégias, políticas e crenças alinhadas ao "discurso de desenvolvimento", implicando

> adotar um marco ontológico particular das dinâmicas econômicas [e sociais] que estão enraizadas na experiência da industrialização da Europa ocidental e América do norte. As relações entre a produção e o consumo, o investimento e crescimento, a proletarização e o bem-estar material, a competição, a mudança tecnológica e a eficiência que caracteriza de maneira obstinada estas experiências, foram reificadas como lógicas estruturais do funcionamento econômico elevados à condição de princípios universais da evolução econômica [e social] muitas vezes representadas como "leis" naturais. Parece que as diferentes tentativas de produzir o desenvolvimento econômico ignorando as leis correm sério risco (GIBSON; GRAHAM, 2011, p. 361-362 – tradução livre).

Como mostra o trecho anterior, além de estar em jogo o caráter situado do "discurso de desenvolvimento", está também o seu compromisso ontológico com formas particulares de economia e de sua relação com a esfera social. As práticas de sujeição econômica revelam que o "discurso de desenvolvimento" se constitui de uma "vontade de poder" de homogeneizar o social, sem permitir um questionamento profundo sobre as possibilidades/capacidades/meios da população ingressar nas estatísticas de atores bem-sucedidos no emprego, assim como lograr sucesso nas atividades de geração de renda de forma autônoma.

O econômico torna-se o centro de gravidade da sujeição dada ao papel central da economia nos dias atuais e as suas diferentes representações e indicadores sociais. Cabe ressaltar que a sujeição econômica não é unidirecional, no sentido de que não parte apenas da empresa Vale para a comunidade. Existe um conjunto de "instituições e atores alinhados" com o discurso e as suas colocações, como as instituições do Estado, ONGs e parte da população, que se sentem contemplados momentaneamente pelo discurso, tal como ficou exposto durante as entrevistas com representantes do governo local, para quem um conjunto de indicadores serviu para confirmar o "desenvolvimento":

> se for a reparar Moatize antes e atualmente, nota-se alguma diferença em termos de desenvolvimento. Quem consegue ver, pode notar uma diferença porque aquilo que era o nível de vida das pessoas, antes da mineração, e aquilo que é o nível pós-mineração ou em plena mineração. O *nível de vida da comunidade melhorou* [...]. A primeira questão é o caso do *emprego*, se formos a ver, aumentou a taxa de *emprego de moçambicanos* devido à existência dessas empresas de mineração. Quando não tinha mineração, grande parte das pessoas estava desempregada. Automaticamente, *quem está empregado aumenta seu nível de vida e temos os beneficiários indiretos, a instalação de instâncias turísticas, hotéis, estabelecimentos comerciais que*

> *perseguiram a mineração. Antes não tínhamos hotéis de três estrelas, não tínhamos pastelarias, e isso foi se instalando em função da mineração*. Vamos tomar o caso da linha férrea; agora temos duas linhas férreas, por quê? Tudo isso por causa da mineração. Temos a linha de Nacala, temos a linha de Sena, e está em projeção a linha de Macuze; *tudo isso ocorre em paralelo com a mineração. Sem a existência da mineração essas atividades não existiriam*. Então, podemos dizer que mesmo no âmbito da própria comunidade, mesmo para o país inteiro, *o turismo, a restauração, os hotéis e o fluxo de viajantes e o emprego aumentaram em Moatize, e isso se deve à mineração. A economia dentro do distrito melhorou bastante* (Excerto da entrevista com o diretor do Serviço Distrital de Atividades Econômica de Moatize, junho de 2018).

Não surpreende a naturalização e o alinhamento discursivo existente entre os representantes do Estado e da empresa, pois aquele revela a sua face corporativa (JOX, 2003; SANTOS, 2010; VILLAVICENCIO, 2019) no contexto da "guerra econômica", da competitividade exigida e dos sacrifícios necessários (STENGERS, 2018) ao alcance dos objetivos desejados. O Estado, além de ser implementador de políticas públicas e de políticas de desenvolvimento simultaneamente, se envolve no duplo esforço de redesenhar o "território" com vistas a atrair e a garantir um ambiente propício para a implementação de "projetos de "desenvolvimento", ao mesmo tempo que constrói sua legitimidade alinhando e reconhecendo as realizações empresariais, assim como mostrando o poder de se contrapor a qualquer ideal contrário. Como implementador de políticas públicas, além de acentuar as realizações da empresa, o Estado agrega outras realizações próprias que transbordam para além de Moatize e de sua íntima ligação com a Vale, resultante do pagamento de impostos, como o acréscimo de outros dados, de postos de emprego, de dinamização de atividades turísticas, de pagamento de impostos, de instituições hoteleiras, de economia local, entre outros, que têm o efeito de consagrar a relação inerente da mineração com o "desenvolvimento".

É importante fazer menção que as infraestruturas construídas e reabilitadas, as condições materiais criadas, as atividades de geração de renda, o emprego, entre outros, enquadram-se dentro de um lote ontológico do "discurso de desenvolvimento" que favorece certos tipos de práticas, formas de ser e transações excludentes para a população habituada e habilitada a satisfazer sua subsistência pela manutenção de relações limitadas com o mercado, algo que se perdeu com o deslocamento compulsório de parte da população afetada pela Vale e com o extermínio de suas práticas. Enquanto isso, tais práticas ganham visibilidade e expressão nos diversos processos de contestação à empresa Vale, inaugurando outras formas de sujeição para além do discurso.

6.2 “CADA UM CHORA DE ACORDO COM O TAMANHO DA DOR QUE SENTE”: DA DESIDENTIFICAÇÃO ÀS FISSURAS DISCURSIVAS

No centro das contestações à empresa Vale em Moatize, encontramos dois grupos de atores: os afetados pela mina, submetidos ao processo de deslocamento compulsório, e os afetados pela mineração (processo produtivo) da empresa. Enquanto para os primeiros o reassentamento se efetivou há cerca de dez anos, e sua contestação girou em torno das mudanças sofridas em sua vida depois do reassentamento; em relação à população afetada pelo processo produtivo da mina, a proposta de deslocamento compulsório foi colocada em discussão de modo a evitar a exposição constante aos efeitos indesejados da atividade – a inalação de poeira de carvão, os tremores de terra durante a explosão de rochas de carvão, a vedação de espaços de uso comum e a perda de bens comuns –, apesar de a proposta incitar desejos e criar expetativas de recebimento de casas de alvenaria melhoradas e/ou de indenizações. Contudo, a experiência de conhecidos deslocados anteriormente pela Vale os desencoraja a compartilhar a experiência dos outros e dos descaminhos do reassentamento, oscilando entre lamentações e o abandono de suas moradias para voltar às suas zonas de origem, ou à vila de Moatize, para reatar o curso de suas vidas. Por isso a colocação do provérbio Nyungué no título desta seção, principal língua falada em Moatize, para evidenciar que o “chorar” em questão é a forma de expressar diferentes maneiras de viver e de sentir a “experiência durante o desenvolvimento”, as suas lógicas e práticas de subordinar para criar sujeitos e desejos. Tais lógicas e práticas são colocadas em xeque pelos atores afetados antes e durante o “desenvolvimento”, trazendo suas experiências de vida antes e depois da chegada da empresa para desvelar os sentidos, significados, interesses e limitações do “desenvolvimento”.

6.2.1 “Invés de melhorar, aqui viemos no pior”: o processo de desidentificação discursiva

Inicialmente, importa ressalvar que o poder de sujeição, no empírico em questão, ocorre de forma burlada e subversiva, pois parte de atores que atualmente contestam a empresa e todo o conjunto de intervenções realizadas e oportunidades criadas (empregos, roças mecanizadas, casas de alvenaria etc.); outrora foram arautos da “chegada do desenvolvimento”, ofereciam-se a testemunhar que a empresa ajudou a melhorar suas

condições de vida, como é o caso de José Lapissone, um de meus interlocutores, cuja trajetória aparece documentada em dois vídeos disponíveis no Youtube, a partir dos quais é possível ver sua circulação entre as duas faces do poder de sujeição, inicialmente alinhado e mais tarde opondo-se a ele.

A figura de José Lapissone teve espaço midiático pouco depois que foi reassentado pela Vale em Cateme, em 2010. Ele aparece vangloriando a empresa em um vídeo feito por ela em 2010, intitulado *O projeto da Vale em Moçambique*[44]. Mais tarde, em 2012, José aparece em outro vídeo, no auge das contestações sociais, intitulado *O nosso carvão não! Como Moçambique parou o trem da Vale*[45]. Nesse vídeo, José aparece visivelmente agastado com o rumo do "desenvolvimento", opondo-se ao otimismo expresso no vídeo anterior. Os vídeos chamam a atenção pelo cenário de apresentação e pelo semblante de José. Inicialmente, o vídeo da Vale, com duração de cinco minutos e nove segundos, apresenta a vista aérea da vila de Moatize em meio ao arvoredo, às casas de pau-a-pique, às construções residenciais, ao arruamento e às "ocupações desordenadas" do espaço físico; instantes depois, surge a figura de José Lapissone falando da existência de carvão mineral na sua zona de origem em Mithethe, que provocou o deslocamento compulsório da comunidade localizada na zona de concessão e de influência direta da empresa Vale, expressando o seguinte: "a empresa irá extrair o carvão para vender nos países estrangeiros e é desenvolvimento para o nosso país Moçambique".

O cenário do vídeo é interessante. José aparece em uma área agrícola cercado de tratores e arados, e é identificado como um apontador de equipamentos (aquele que registra e faz o controle de entrada e saída de equipamentos). Outro fato que chama atenção é o seu semblante: rosto sorridente e organizado, cabelos penteados, roupas bem-cuidadas/conservadas, que atuam como arquivo de bem-estar. José aparece comparando as condições de sua residência antes do deslocamento compulsório – casas e cobertura feitas de material convencional – e, ao falar das condições existentes depois do deslocamento compulsório, o vídeo mostra a imagem aérea de casas de alvenaria pintadas e com cobertura de chapas de zinco brilhantes, construídas pela empresa Vale para a população reassentada. No mesmo vídeo, José comenta as condições encontradas no local de reassentamento:

> as condições que estou a ver que está a existir aqui nesta fazenda, é diferente daquilo que eu tenho [tinha] lá na minha *machamba*, eu não tenho [tinha] adubo, não tenho [tinha] calcário, só que como sou reassentado, a empresa

[44] Disponível em: www.youtube.com/watch?v=Ulr1lOW4ZJM. Acesso em: maio de 2020.
[45] Disponível em: www.youtube.com/watch?v=ZiEM1xOm3bw&t=188s. Acesso em: maio de 2020.

> preparou as nossas *machambas*, foram calcariadas e foi dado adubo. Aquilo que vou produzir nessa área da minha *machamba* é para o consumo da minha família. A vida agora está melhor, porque de onde nós saímos tínhamos escolas de pau-a-pique, agora aqui temos escola melhorada, temos boa água que sai na fontenária, temos hospital, posto policial, enquanto lá onde estávamos não tínhamos (Excerto da narração de José Lapissone, extraído do vídeo "O projeto da Vale em Moçambique").

A fala acima revela um alinhamento com a noção de sujeição econômica capitalista ocasionada pela empresa Vale e constitui o mostruário de que o dispositivo de "desenvolvimento" tem o efeito desejado, indo ao encontro dos interesses e satisfazendo plenamente as necessidades da população de ter casas de alvenaria, uma agricultura melhorada e assistida e instituições sociais básicas à volta, bem como água potável, entre outros. Nesse caso, a relação inerente entre a versão universalizada de "desenvolvimento" e o conjunto de condicionalismos criados pela Vale revela seu alinhamento entre o que se pode pensar e dizer sobre o lugar, a adoção de valores e formas de ser e um estilo de vida alinhado às sociedades urbanas sem se explorar na íntegra o que isso implicou. É disso que trata o segundo vídeo, *O nosso carvão não! Como Moçambique parou o trem da Vale*.

Tal como no primeiro vídeo, no segundo a figura de José Lapissone – cujo sobrenome aparece trocado como Lafaiete – está no centro da narrativa, mas sob outro cenário, semblante e finalidade. Se no primeiro vídeo, produzido para fazer publicidade da Vale pouco depois do deslocamento compulsório, ele mostra o quanto a mineração da Vale era a razão de sua alegria, o segundo vídeo foi produzido no âmbito das contestações de 10 de janeiro de 2012, em que cerca de 500 pessoas reassentadas pela Vale bloquearam a linha férrea de escoamento em protesto à falta de comida, de água potável e de emprego, com uma resposta policial que terminou na agressão dos manifestantes (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013).

O cenário do vídeo é o do reassentamento de Cateme, no qual José aparece junto à parede de sua casa ao lado de sua família, e o quintal em volta aparece meio alagado. A identidade de José não está mais associada a uma das profissões vinculadas ao trabalho na mina, mas simplesmente a um reassentado pela Vale em Cateme que reclama por um emprego. Sua fala no vídeo é intercalada com as falas de outros reassentados, que aparecem apresentando suas casas com rachaduras nas paredes e lamentando a vida após o reassentamento pela empresa.

No vídeo, José aparece com semblante corporal meio abatido, roupas rotas, trajando um boné com símbolo da Vale, e a tonalidade da pele do rosto e sua expressão facial são menos vibrantes. Sua narrativa parte da saída de sua zona de origem, antes do reassentamento,

em Mithethe, e estabelece diferenças entre sua antiga *machamba* antes do reassentamento e a nova *machamba*, que chama de "nova terra" – concedida pela Vale. Esta não seria propícia à prática da agricultura, principal atividade de subsistência, e José sustenta que há três anos não consegue obter alguma colheita, fazendo menção a cereais que produzia em Mithethe (mapira, milho, mexoeira) e seguidamente enumerando as promessas feitas pela empresa antes do reassentamento:

> [a] empresa prometeu-nos que "vamos vos tirar para irmos vos dar uma vida nova", sair do pior para ir pro normal, né? Nós apanhamos aquilo, eles construíram estas casas cheias de rachas; prometeram que iam nos dar uma ambulância aí no hospital, não nos foi dado; laboratório no hospital, não foi dado; um tanque relê, ou podemos dizer, um tanque de depósito de água, não foi feito; a reabilitação da estrada, lá onde nós vivíamos tínhamos uma estrada alcatroada e aqui não tem; prometeram que iam nos dar um *machimbombo* [ônibus] para passar a carregar a população; comida também, fomos prometidos, e apenas nos deram uma vez, foi em... 2009..., prometeram que iam nos dar até cinco anos; fornecer energia a todas as casas, aqui só tem luzes [lâmpadas], não temos energia, está a ver? E depois, prometeram que iam nos dar dois hectares de *machamb*a, apenas recebemos um hectare. Essas promessas eles devem cumprir para eles fazerem o serviço deles limpo, sem impedimento nenhum. Quando a gente convoca a eles, a empresa não fala nada, dizem que "ah... não, o vosso governo sabe"; o governo também diz que "não, a empresa é que sabe, porque vocês fizeram promessa, ora quê, quê..., vocês fizeram sozinhos vossas promessas, ora quê, quê, quê...". Quer dizer, cada um foge para o outro, e por essa razão que a população tinha de reunir e fazer um documento, porque "vocês [a Vale] não podem ficar satisfeitos só por que, com a nossa riqueza [carvão mineral], de onde nós saímos, vocês estão a fazer vosso negócio sem primeiro considerar as pessoas que foram tiradas naquele sítio. Se no caso não nos darem uma resposta satisfatória, a população vai bloquear a linha férrea". E para bloquear a linha férrea, não é que está proibido não passar comboio [trem], não, comboio pode passar vazio, mas o nosso produto [carvão mineral] não pode carregar. Passar pode passar, vazio, assim, tantas vezes, pode ir lá na Beira [porto de descarga] e voltar, mas o nosso produto, estamos a proibir nosso produto, o carvão [...] *A vida não mudou, viemos já no pior, não mudou nada* (Excerto da narração de José Lapissone, extraído do vídeo *O nosso carvão não! Como Moçambique parou o trem da Vale*).

Ao percorrer os dois momentos da biografia de José, percebe-se sua passagem por diferentes momentos de sujeição, o primeiro como alguém posicionado como ator feito e arauto do discurso de poder/saber do "desenvolvimento", e o segundo, iniciando o processo de desidentificação – identificação negativa – da forma capitalista de gestão da vida dos atores, distanciando-se do discurso, revelando as contradições intrínsecas ao "desenvolvimento" demonstradas na incapacidade da empresa de cumprir com as prescrições discursivas que ela mesma propôs inicialmente. Além da desidentificação, as contestações sociais contra a empresa Vale servem para expressar "fissuras discursivas com o

desenvolvimento", no sentido de que revelam incoerências em relação à possibilidade de continuidade do desenho proposto, o que a seguir exploro a partir do processo/formas de geração de renda introduzido pela Vale.

6.2.2 Seguindo a rotina de empreendedores financiados pela Vale

A avicultura (criação de frangos) faz parte de um lote de atividades introduzidas com vistas a contribuir na geração de renda das famílias "beneficiadas" e, de algum modo, melhorar seu nível de vida. A atividade foi introduzida em 2012, tendo como principal alvo a população reassentada pela Vale e, mais tarde, acabou transbordando a outros atores afetados para além dos reassentados ao longo da vila de Moatize.

Inicialmente a avicultura estaria integrada a toda uma cadeia de produção que vai desde a criação de pintos, passando pela fábrica de abate e processamento do frango até a sua comercialização. A projeção era de que a unidade industrial (abate e processamento de frangos) funcionasse na fazenda-modelo em Cateme, mas por razões de diversas ordens, associadas à capacidade de produção estar ainda muito aquém do planejado, incapaz de garantir o fornecimento contínuo de frango e de permitir o funcionamento contínuo da empresa, a produção ocorre de maneira isolada. As famílias que se "beneficiam" se envolvem no processo de comercialização, assumindo eventuais ônus com a morte de pintos e com a alimentação para além do tempo previsto, entre outros contratempos: alguns interlocutores relataram que "ao invés das galinhas estarem a serviço das pessoas, as pessoas estavam ao serviço das galinhas".

A concessão do projeto de criação de frango não é imediata; envolve um conjunto de critérios com vistas a incluir o maior número de pessoas, assumindo a prioridade com os mais necessitados. O critério inicial, além da manifestação de interesse, foca na participação nas atividades de treinamento orientadas por extensionistas do setor agropecuário subcontratados pela Vale. Além da participação, inclui a autoconstrução de aviários no domicílio das famílias; uma vez mais, a construção e o equipamento dos aviários é apoiada pela empresa, incluindo a concessão a título de empréstimo sem pagamento imediato, o fornecimento de dois ou três lotes de pintos, rações e vacinas; mas após a criação e a comercialização, o valor emprestado deverá ser devolvido, cabendo ao criador gerir o negócio e controlar sua margem de lucro.

Figuras 48 e 49 (da esquerda para a direita): aviário-escola dentro da fazenda-modelo, local de aprendizagem e difusão de técnicas de criação de frangos; reassentados em Cateme durante a construção de aviário familiar para a criação de frangos, uma das atividades de subsistência das comunidades reassentadas em Cateme.
Fonte: Fotografia do autor (2015; 2018).

No sentido de compreender a materialização dessa atividade, decidi acompanhar a rotina de três "beneficiários" desta, dois homens e uma mulher. Com dois deles, entrei em contato em maio de 2015 e, até junho de 2018, apenas um continuava com a atividade por conta própria. O outro, que fora malsucedido na atividade, estava endividado e dificilmente se encontrava em sua casa, por causa da pressão com as cobranças. Um outro interlocutor, cuja parte de seu trajeto pude acompanhar, um ancião, seu primeiro lote de pintos tinha se tornado um pesadelo, pois não havia conseguido vender os frangos dentro do tempo previsto e, quanto mais tempo ficavam, mais necessitava investir na compra de ração.

Nhabezi, nome fictício de meu interlocutor, pai de família de 42 anos, é reassentado em Cateme e foi um dos primeiros beneficiários do projeto de criação de frangos em 2014. Desde que iniciou a atividade até atualmente (julho de 2018), continua criando aves, e esta é sua principal fonte de renda. Uma das coisas que pesou para que fosse beneficiado pelo projeto de criação de frangos foi o fato de ter ficado sem a *machamba* por algum tempo, vendo-se sem fonte de produção e de renda. Decidiu então registrar-se como potencial beneficiário do projeto e, três meses depois, recebeu o primeiro lote de pintos, incluindo ração, vacinas, entre outros insumos. Outros dois lotes se seguiram após sua demanda. Com os três lotes e com o sucesso na criação e comercialização, Nhabezi decidiu solicitar empréstimo bancário para levar o negócio adiante.

O aparente sucesso de Nhabezi com a criação está ligado a um conjunto de fatores, do momento de negócio e de redes às quais estava integrado. A criação de frangos iniciou pouco depois das contestações contra a Vale, em 2013. Uma das estratégias encontradas pela empresa foi a liberação imediata dos projetos que a empresa tinha em sua carteira de

investimentos, e Nhabezi foi um dos primeiros beneficiários, quando o projeto ainda não era tão difundido, o que lhe permitiu comercializar os frangos dentro do tempo previsto. Ele era ajudado por dois sobrinhos com quem morava na criação e comercialização dos frangos no mercado local.

Nhabezi refere que, para chegar ao nível atual, passou por alguns percalços, como a morte de alguns pintos por conta do frio ou do calor excessivo ou qualquer outro contratempo, mas pesou para o seu "sucesso" o fato de ter assumido a criação por conta própria, pois no lugar de comprar toda a ração necessária para alimentar os pintos por algum período – mesmo depois de passar o tempo previsto de comercialização –, passou a misturar a ração recomendada e o farelo produzido com milho produzido em sua *machamba*.

Como se observa, a destreza de Nhabezi na criação de frangos se deve a uma série de fatores que vão desde o aprendizado no cuidado ao plano de negócios que adquiriu com os extensionistas da Vale, mas há de se destacar que ele tratou de inovar na mistura da ração comercial com parte do milho proveniente de sua *machamba*, o que lhe permitiu investir menos com a compra de ração. O fato de ter energia elétrica em sua casa permitiu-lhe usar lâmpadas para esquentar o aviário, assim como o fato de poder controlar pessoalmente o processo, enquanto a família (esposa, filhos e sobrinhos) ajudava em outras frentes, como a produção na *machamba* e a comercialização dos frangos.

Ao iniciar a apresentação de Nhabezi, fiz menção ao seu suposto sucesso, pois seu êxito para com a "nova ordem" revela o êxito do fracasso, da falta do seu potencial subversivo e de resistência à categorização/tipificação imposta – de um corpo, materialidade e subjetividades por ela marcadas – na medida em que de maneira enfática evidencia o êxito do compromisso da Vale, compartilhado pelas elites políticas nacionais, de extermínio e desenraizamento das formas de habitar o lugar e o conjunto de práticas dos atores e sua substituição por formas/lógicas mercantilizadas que a empresa buscou instituir e legitimar no lugar. Tais práticas desvelam a lógica da "morte em vida", imanente ao "discurso do desenvolvimento", pois o *outro* não cabe na sua originalidade, se não como alteridade administrável nos processos de enraizamento da mineração no lugar e da consolidação de um Estado e suas elites comprometidas em "assegurar as massas" para que a delapidação de "recursos" continue às custas da desarticulação e desenraizamento social, que a biografia de Nhabezi permite conotar.

Onna, outra interlocutora, não teve "sorte" igual à de Nhabezi, mas seu potencial subversivo esteve presente desde os primeiros momentos. Ela tem 58 anos, é viúva e mãe de três filhos adolescentes. Ficou muito feliz quando foi contemplada no projeto avícola, em

junho de 2015, pois contou com o apoio da empresa na montagem de seu aviário e recebeu visitas técnicas que a acompanhavam de perto, fazendo com que passasse a dedicar-se mais à criação de frangos do que a outras atividades – que são a principal fonte de sustento da família, sobretudo na *machamba* – e ao comércio formal de verduras no mercado local.

Os (im)previstos com a atividade de Onna começaram com o primeiro lote: recebeu 100 pintos e, até ao final de um mês, sete pintos tinham morrido, o que significou uma redução de 7% no valor total da comercialização prevista. Ciente da condição em que se encontrava, de mãe viúva, a empresa lhe cedeu o segundo lote, postergando para os lotes seguintes a cobertura do déficit causado pela morte dos pintos, mas este lote marcou amargamente sua tentativa de se inserir nesta atividade e suas lógicas de operacionalização, pois, pelo fato de ter passado a cuidar de pintos, suas fontes alternativas de renda ficaram para trás, o que se refletiu na falta de alimentos em sua casa.

Ao não poder se dedicar às fontes de renda alternativa, se viu forçada a tirar parte do dinheiro proveniente da venda de frangos para comprar alimentos e outros produtos, pois tal como fez questão de dizer, "não vou deixar meus filhos morrer de fome enquanto tenho dinheiro, mesmo não sendo meu dinheiro" (Excerto de conversa de campo, junho de 2018). Com isso, a vida de Onna mudou drasticamente e ela viu aumentar suas dívidas com os fornecedores de frangos e com conhecidos a quem recorreu para solicitar empréstimos em dinheiro e/ou de produtos e bens. Diante da pressão com a cobrança e não podendo pagar, Onna tentou buscar algumas formas para mitigar o endividamento, colocando sua casa para aluguel, passando a residir na casa convencional que construiu no seu quintal. Voltou também a se ocupar de sua *machamba*, do comércio formal de verduras, mas de tempo em tempo, se via obrigada a evitar o encontro com algumas pessoas com quem contraiu dívidas e a quem ainda não estava em condições de pagar.

A biografia de Onna revela de forma enfática a situação vivida por outros afetados, sua inserção marginal na "nova ordem", revelando confiança e segurança em seguir a vida do seu jeito, em seu *mundo*, mantendo sua autonomia.

Maxazi, outro interlocutor, depois de muito tempo aguardando, só conseguiu receber o primeiro lote no primeiro trimestre de 2018. Aos 60 anos, morando com sua esposa e filhos menores, ele se ocupava da criação das aves e o restante da família à *machamba* e às outras atividades domésticas. Para Maxazi, a criação de frangos foi um sucesso sem igual, pois enquanto outros reportam a morte de mais de três pintos por lote, no seu caso foi de apenas um, ainda no primeiro lote. Todavia, quando de nossa primeira conversa, em maio de 2018, e no final do mês de junho, ele só havia recebido um único lote e, mesmo depois do término

previsto para a comercialização de aves, ele não conseguira comercializar todos os frangos. Quanto mais dias sem comercialização das aves, mais o gasto recaía sobre si, porque tinha de investir na compra de ração para alimentá-las enquanto aguardava pela clientela.

Ao apresentar a realidade de parte de meus interlocutores, o objetivo é mostrar a vida e as rotinas dos "beneficiados", buscando sair dos números e revelando as práticas cotidianas, aquilo que os números revelados, as discussões em encontros, não permitem avaliar em sua real dimensão. Cabe referir que os atores, antes do seu reassentamento, já criavam animais de diferentes espécies, incluindo galinhas, mas a lógica de criação com fins meramente comerciais generalizada pela empresa difere desta, pois a forma de cuidado, o fim imediato esperado, o fato da atividade não permitir que outras sejam feitas em simultâneo, assim como o fato de quase tudo exigir dinheiro, associado às formas capitalistas de gestão da vida, reduziram a autonomia e a agência de suas vidas.

Falando sobre as "fórmulas do sucesso" e (des)integração social previamente desenhadas, Chunua Achebe (2012) desvela sua lógica colonial ao descrever sua perplexidade durante a participação na reunião da Organização para a Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), no final da década de 1980, relatando a "receita mágica" apontada para as "províncias atingidas pela pobreza [...] em encontros dos ricos e poderosos na metrópole" (ACHEBE, 2012, p. 156). O autor refere:

> [a] questão era muito simples, pareciam dizer os especialistas: a única razão para não se desenvolver era a indisciplina de todos os tipos, e o remédio era ministrar um tratamento de choque rápido e agudo, que arrancaria o doente daquele pântano da imprevidência, trazendo-o de volta para a via elevada e firme da economia de livre mercado [...]. Um especialista americano, que parecia atrair grande atenção e recebia muita deferência da sala, tomou de novo a palavra. Ele repetiu o que já tinha sido dito muitas vezes antes: "sejam pacientes, com tempo isso vai funcionar. Confiem em mim!" (ACHEBE, 2012, p. 156, p. 157).

O relato anterior, referente a algo que aconteceu há mais de 30 anos e em outro contexto, tem algumas proximidades com estudos recentes (KERSSELRING, 2007; ESCOBAR, 2016) que reportam o apego aos números e ao cumprimento de metas previamente traçadas na resolução de problemas de populações carentes, assumindo uma linearidade e objetividade do processo e colocando a responsabilidade pelo fracasso de alguns projetos e políticas adotadas na própria população/regiões/governos. O relato da experiência de alguns de meus interlocutores, além de evidenciar alguma semelhança, revela a situação de mendicância que alguns passaram a viver, ao mesmo tempo que acabam por ser conotados como oportunistas; outros ainda, que tiveram êxito, não o tiveram seguindo linearmente os

caminhos propostos, mas combinando-as com suas formas de habitar o lugar, como é o caso de Nhabeze que seu êxito na criação de frango se deveu, em parte a colaboração do trabalho familiar e a combinação da ração industrializada com a que produzida na esfera doméstica e a rede de relações à volta.

6.2.3 "*Os daqui são esses aqui* [apontando para as crianças]; *nós somos lá de Chipanga*": rastreando o discurso e explorando suas fissuras

As palavras destacadas no título acima foram proferidas em maio de 2018 por uma interlocutora reassentada em 25 de Setembro pela Vale, em 2010. Enquanto decorria a conversa, sua neta de três anos, na companhia de amiga que aparentava ter a mesma idade, tentava pegar para comer alguns grãos de amendoim que a avó deixara secar ao sol para utilizar na confecção de alimentos. Para que nossa conversa não ficasse intercalada com a vigia do amendoim posto a secar, tivemos de nos virar na direção em que o amendoim estava estendido, no sentido de vigiar as crianças sem perder o rumo da conversa. Sentindo-se vigiadas, as crianças pegaram alguns grãos e puseram-se a correr em direção à sombra da casa vizinha, onde aproveitaram para saborear os grãos catados. Com esse "acontecimento", o amendoim se tornou o cerne da conversa, numa linha que ligava gerações, estabelecia diferenças e semelhanças entre elas e seus *mundos* e, através dele, se articulavam sentidos e percepções de "experiências depois do desenvolvimento".

O amendoim opunha os interesses da avó e da neta: enquanto para a mais velha a preocupação era com uso dos grãos para preparar alimentos, para as crianças, que teimavam em pegar alguns grãos, se tratava de um simples aperitivo. Sentindo-se vigiadas e reprimidas verbalmente, as crianças choraram, demandando que algo deveria ser feito imediatamente. Sem muitas opções, a avó teve de ceder, e foi nesse meio tempo que tirou as palavras que dão título à seção. Depois da explicação, fiquei sabendo que o "ser daqui" ou "de Chipanga", além de delinear a pertença a determinado espaço físico, expressa diferentes *mundos*, formas de ser, estratégias e formas de aquisição de meios de subsistência, e, acima de tudo, uma maneira figurada de se situar em relação ao "discurso de desenvolvimento" e às formas de ser instituídas com/por ele.

A distinção entre o "ser daqui" e "de Chipanga" é atravessada por uma mescla de indignação e nostalgia, e se faz acompanhar de uma narrativa emocionante, de uma posição de desgaste a partir de um lugar de fala, de escuta e de sentimento – que se faz acompanhar de um conjunto de práticas identificadas –, assim como de caraterísticas sociais com as quais não

se identificava, sem sucumbir diante do mundo instalado com o "desenvolvimento". O conceito de "políticas do sujeito" enquanto processo de produzir mudanças que escapam ao discurso, calcadas na experiência de práticas e percepções, revelando os limites e fissuras discursivas (GIBSON; GRAHAM, 2011), explica de maneira abrangente o sentido de "ser daqui" e "ser de Chipanga", na medida em que o sentido de pertença/ser de Chipanga, o "antigo território" – implica um sentido pleno do lugar para além da lógica mineira –; mesmo não podendo voltar mais, constitui exercício de subversão na medida em que expressa a transmutação de desejos após a "chegada do desenvolvimento".

Durante a explicação, o "ser daqui" refletia a maneira de viver da população depois do reassentamento, marcada apenas pela monetarização social para garantir subsistência, bens e serviços, o que se reveste de maior carga porque a interlocutora é uma mulher idosa, não "estudada", que ao longo de sua vida aprendeu a viver de outra maneira. Sendo reassentada e desempregada, ela recebeu apoio da empresa para levar a cabo ações empreendedoras, como o cultivo de árvores frutíferas e a criação e comercialização de frangos, atividades que acabaram fracassando (a mesma sorte tiveram outros reassentados). Por falta de opções, nada mais pôde fazer, ficando reduzida à insuficiência e à mendicância. Portanto, o "ser daqui" indica identidades sociais e econômicas induzidas pela Vale que "pressupõem um número limitado de posições que os sujeitos podem ocupar-se ou com o qual podem identificar-se – consumidor, trabalhador, independente, desempregado, capitalista empreendedor, investidor, para mencionar as mais óbvias." (GIBSON; GRAHAM, 2011, p. 204 – tradução livre).

O "ser de Chipanga", mesmo tendo saído de lá, revela a construção ativa de sua vida com base em suas práticas cotidianas e constitui uma estratégia de desestabilização do "discurso de desenvolvimento", trazendo à tona o conjunto de práticas e relações interdependentes com o ambiente; os modos de vida, as relações multidimensionais com o entorno onde a atividade produtiva e o trabalho não carecem de uma formação (técnica), e sim envolvem formas comunitárias, como a produção na *machamba*, o acesso à água em fontes naturais, a criação de gado, pequenos biscates que podem coexistir com outras formas. Ou seja, é uma identidade econômica que conserva marcas de interdependência socioambiental do lugar e de seu emaranhado, tecidos de relações com as quais (co)existe.

A separação de mundos – entre o "ser daqui" e o "ser de Chipanga" – assim estabelecida não ocorre de maneira abstrata, mas no caso da interlocutora, está calcada na sua experiência, que lhe permite compartilhar com sua neta o "novo mundo" que lhes fora concedido pela Vale; reverbera uma identidade rígida de desempregada, acionando lógicas ou processos de desidentificação; denuncia e desvela suas inconsistências externas e internas (por

engrossar as estatísticas de gente beneficiada pelo "desenvolvimento" criado pela Vale); inicia processos de enfrentamento e de desestabilização discursiva, colocando em marcha a "política do sujeito" como o "processo de produzir mudanças identitárias para além do que é permitido discursivamente, algo que tenha em conta a experiência sensorial e orientadora do corpóreo" (GIBSON; GRAHAM, 2011, p. 295 – tradução livre).

O "ser daqui" reflete o mundo e a forma de viver de seu filho mais novo, de 23 anos, pai de sua neta. Ele e outros jovens de sua geração chegaram ao reassentamento muito jovens e ingressaram rapidamente na "nova ordem" instituída pelo desenvolvimento, em que passaram a frequentar instituições de ensino de diferentes formações técnicas, na expectativa de conseguir emprego digno e, assim, distanciar-se do mundo de seus pais, tal como fez menção durante a conversa que tivemos na companhia de seu amigo: "nós somos daqui mesmo do reassentamento, estamos a tirar cursos, já tenho carta de condução, qualquer empresa quando precisar de motorista posso trabalhar [...]; esses *madala* [velhos] estão toda a hora a falar 'em Chipanga estávamos a capinar, estávamos a fazer tijolos, sei lá o quê, aqui não é Chipanga! [risos] [...]. Nós queremos trabalhar diretamente na Vale" (Excerto do diário de campo, junho de 2018).

A ideia de conseguir a subsistência por meio de emprego na Vale ou em outra instituição serviria para satisfazer e ajustar a geração às novas necessidades e formas de participação, nas quais o mercado e a empresa estão no centro das transformações. Paradoxalmente, voltando à minha interlocutora, essa maneira de levar a vida era muito deplorável, porque tudo dependia de dinheiro:

> aqui temos água de fatura, bebe muita água ou se estar a tomar muito banho, fim do mês também a conta de água irá subir [...]. Temos medo de tomar banho e dar água de beber às pessoas porque fim de mês não vamos conseguir pagar a fatura de água. Em Chipanga não era assim, os que não tinham dinheiro para pagar, iam no rio tomar banho e voltavam para sua casa com lata de água na cabeça [...], lá comia o que a pessoa estava a querer, dependia da força que a pessoa tinha para trabalhar. Está a ver, estamos a lutar com criança para não tirar amendoim; em Chipanga ia comer isso até ficar cansado (Excerto de conversa de campo, maio de 2018).

A desidentificação da interlocutora com a "nova ordem" revela sua repulsão, crítica, indignação com a sucessão de eventos e experiências fracassadas desde que foi reassentada há cerca de 10 anos pela Vale. Desde lá, ela experimenta diferentes processos de subjetivação, para além do reivindicado pelo "ser de Chipanga", mas também a sujeição por ter melhorado de vida, induzida e definida desde fora pela Vale, associada ao dispositivo de "desenvolvimento" e ao seu determinismo de falta.

Como se mencionou anteriormente, a sujeição tem dois sentidos, de pretensão de submissão dos atores ao poder (a feitura dos sujeitos pelo poder) e de oposição/subversão dos atores ao poder (os sujeitos fazendo-se a si mesmos no processo de oposição ao poder). Esses dois momentos, enquadrados à fala de minha interlocutora, refletem-se no sentido de "ser daqui" e "ser de "Chipanga"; todavia, as diferentes formas de relatar da interlocutora, assumindo o contexto em que surge a fala, revelam outro sentido de sujeição, ligado ao fato de "estar aqui" fisicamente – reassentada, em ação imposta pelo poder –, mantendo a nostalgia e buscando (re)viver as memórias de Chipanga.

O ponto de partida para revelar a terceira forma, em que a sujeição passa pela dupla denúncia, a externa – como alguém que se identifica com a forma de viver de Chipanga que desejaria não ter passado pelo "desenvolvimento" – e a interna – como alguém que circula nos meandros, faz parte das estatísticas e das práticas gestadas pelo desenvolvimento induzido pela Vale. Sua desconstrução interna e demonstração das fissuras do "discurso do desenvolvimento" é a sua própria casa, igual a todas as casas dos reassentados pela Vale em Moatize (reassentamentos de 25 de Setembro e de Cateme).

As casas construídas para o reassentamento da população afetada pela Vale foram e continuam sendo objeto de inúmeras discussões e controvérsias, que duram mais de oito anos entre os reassentados, a empresa e o governo (inicialmente) e, mais adiante, as ONGs entraram na disputa, apoiando as comunidades). Todavia, essas controvérsias revelam a aquisição e a incorporação de gramáticas ligadas a formas de conhecimento sobre a construção de casas de qualidade – em termos técnicos, envolve o conhecimento de Arquitetura e Construção Civil – algo que a Vale não respeitou, e, por isso, suas casas rapidamente começaram a se degradar.

Figura 50: Casa de Sheba, minha interlocutora.
Fonte: Fotografia do autor (2018).

A imagem acima é de uma das casas que foram construídas pela empresa Vale para reassentar uma das famílias em 25 de Setembro, em 2010. Pouco menos de dois anos após o reassentamento da população, em 2012, a falta de qualidade das casas foi levantada pelos reassentados, face à sua rápida degradação, posição inicialmente rejeitada pela empresa, deslegitimando a percepção e contestação da população. Contudo, depois de muitas contestações e da entrada de outros atores – ONGs, sobretudo – que se posicionaram a favor da população, a empresa teve de ceder, mandando reabilitar as 1.365 casas existentes nos reassentamentos de 25 de Setembro e de Cateme.

A primeira reabilitação das casas – porque depois se sucederam e provavelmente se sucederão outras mais – ocorreu em 2011, logo depois do reassentamento da população, mas, devido ao caráter anestésico das reabilitações em 2012, a qualidade das casas voltou à ribalta e integrou a nova pauta de contestações. Igual à anterior contestação, houve esforço inicial de rejeitar a reivindicação da comunidade, chegando a ocasionar intervenção e repressão policial a integrantes da comunidade. Mais tarde, acabou ocorrendo outra fase de reabilitações, rapidamente denunciada pela população como inadequada, tornando a problemática da qualidade das casas um verdadeiro imbróglio.

Cada processo de reabilitação das casas deixou marcas pontuais e notáveis, tal como me fez saber outro interlocutor reassentado em 25 de Setembro, para quem cada reabilitação de sua residência tinha diferentes nomes:

> [e]stá a ver essa casa? Ela é uma casa só, mas tem muitos nomes. As paredes dos lados [paredes verticais] e as chapas [cobertura], essas portas e janelas [apontando na direção, onde se via uma porta corroída e desfeita, quase metade dela já não existia, e outra parte era coberta por um saco plástico preto, e as janelas estavam sem vidros, que deixavam escapar, a cada sopro do vento, um pedaço de tecido] se chamavam Odebrecht, porque foi essa empresa que construiu. Os remendos, aquilo que faz parecer que a casa é um sapato que foi cozido por sapateiro, a sapata, foram feitos [construídos] depois que manifestamos e alguns foram batidos, se chamam Ceta, porque foi a empresa Ceta que construiu. Está a ver aquela casa? [apontando para a casa próxima] Aquela pintura, porta e janelas novas foram feitas pela Pro-Air, por isso demos o nome dessa empresa (Diário de campo, extrato de conversa de campo, maio de 2018).

A última tentativa de reabilitação de casas ocorreu no final de 2017, quando foram escolhidas apenas 10 casas para saber se valeria a pena continuar com a reabilitação ou se deveriam ser adiantadas outras propostas, como o pagamento monetário para cada família para que estas fizessem a construção. A questão da qualidade das casas serviu para colocar em xeque a seriedade com que os problemas da comunidade são considerados, pois, por um lado,

as casas e as infraestruturas são largamente usadas como dado objetivo e imagens sólidas do "desenvolvimento", mas, por outro, a qualidade das casas e outras infraestruturas construídas pela empresa Vale e suas sucessivas reabilitações – sempre depois de protestos sociais – revelam a forma anestésica e diferencial na resolução de tais problemas.

Simultaneamente a mais um processo de reabilitação de casas, em finais de 2017, a Vale iniciou a construção de campo esportivo, salas de aula e mercado dentro do reassentamento 25 de Setembro, que fazia parte da pauta contestatária da comunidade há algum tempo. Para a construção de salas de aula e do campo esportivo, a previsão foi de que a entrega ocorresse no início de janeiro de 2018, coincidindo com o início do ano letivo escolar. Contrariamente ao planejamento feito pela empresa e pelo governo, a comunidade se recusou a receber e fazer uso das salas de aula e do campo, por estes não cumprirem alguns padrões, tal como ficou registrado ao longo da conversa com uma interlocutora:

> *Interlocutora*: Eles queriam para nós receber aquele campo e escola assim como está, mas a comunidade foi lá e dissemos que não vamos receber.
> *Anselmo*: Por que não receberam? Afinal não é o que a comunidade reclamava há muito tempo?
> *Interlocutora*: Como que vamos receber assim, uma escola onde casa de banho de aluno e professor é igual? Criança e pessoa grande usar mesma casa de banho? Custou ele separar casa de banho de professor e das crianças [aluno]? [...] Campo dele, aquele campo é pequeno, está ver, bola ser jogado aqui e pessoa que ir assistir aqui, aquele que está jogar não vai falhar chutar pessoa a pensar que está a chutar bola?

Depois da conversa com minha interlocutora, procurei me deslocar para ver de perto as salas de aula e o campo esportivo construídos que tinham se tornado imbróglio entre a empresa e comunidade. Em conversa com outro interlocutor reassentado, soube de "questões técnico-visuais" (mesmo ele não sendo técnico) ligadas à dimensão de um campo de futebol 11 que levavam a crer que não havia seriedade da Vale em resolver os problemas da comunidade. Por recomendação dele, deveria olhar o campo feito pela Vale e o campo existente próximo ao reassentamento, na unidade 5 do mesmo bairro.

Figura 51: vista parcial de salas de aula anexas à Escola Primária completa de Mutarara – Moatize, construída pela Vale no reassentamento 25 de Setembro.
Fonte: Fotografias do autor (2018).

Figuras 52 e 53 (da esquerda para direita): vista do acesso e lateral do campo esportivo de Chipanga, construído pela Vale no reassentamento 25 de Setembro.
Fonte: fotografias do autor (2018).

Seguindo a trilha de comparar infraestruturas, uma feita pela Vale e outra pela população, é notório que o novo campo esportivo, assim como as salas de aula construídas pela Vale, apresenta caraterísticas pouco usuais em relação a outras infraestruturas existentes e construídas pelo Estado/comunidade. Por apresentar dimensão relativamente menor, o campo esportivo foi construído em local pouco arenoso, com arquibancadas próximas às linhas do jogo, feitas de cimento.

A ideia de ir ver o "campo que a Vale fez", buscando compará-lo a outros campos esportivos feitos pela comunidade, teve outro efeito, o de me tornar parte do processo, traçando analogias e estabelecendo divergências não só de infraestruturas específicas, mas de todo o pacote de objetos ou de entidades arrastados discursivamente para enunciar a chegada e o percurso do "desenvolvimento", expresso na linha divisória entre o "ser daqui" e o "ser de Chipanga". Essa divisão, além de contribuir para a sensação de que tudo estava sob o controle da empresa e alinhado ao "discurso do desenvolvimento", evidencia fissuras internas no

"discurso de desenvolvimento", colocando em xeque sua retórica manifesta de "melhorar ainda mais a vida da comunidade" e revelando seu caráter diferencial no tratamento das pessoas de acordo com a qualidade das instituições e dos serviços que lhes são oferecidos e a maneira anestésica com que os problemas são resolvidos.

O conceito de *polirracionalidade*, nos moldes como foi discutido pelo filósofo queniano Dismas Masolo (2010) para expressar a imposição de formas de conhecimentos aos povos coloniais, revela que os colonizados agregaram os saberes ocidentais à sua bagagem de conhecimentos, passando a circular em diferentes espaços epistêmicos. O conceito expressa, com toda sua abrangência, o que busco referir com o terceiro sentido de sujeição, para expressar as contestações e gramáticas colocadas em pauta por alguns dos interlocutores, pois, além de expressarem o fato de ter de pagar por água, por alimentos a que antes tinham acesso por outros meios, também falam da qualidade das casas e de outras infraestruturas, do emprego digno, dos direitos e serviços públicos, entre outros. Portanto, a circulação entre "diferentes formas de mundo" nas gramáticas dos atores, ao mesmo tempo que revela a aquisição de novas formas, práticas e padrões agregados ao "desenvolvimento", instabiliza o discurso.

As constantes reivindicações, renegociações e as distintas pautas acionadas pelos afetados – retirados de seus modos e *mundos* de vida e inseridos residualmente no "desenvolvimento" – ao mesmo tempo que permite que suas formas de habitar o lugar não sejam desonradas, não caiam no esquecimento, mostrando que os atores mais do que beneficiários do "discurso de desenvolvimento" se tornaram sacrificados pelo mesmo, pois não só perderam as bases de subsistência, mas seus *mundos*.

7 À GUISA DE CONCLUSÃO: "*ONDE SE PRODUZ MILHO, ENQUANTO AS PESSOAS ESTÃO A MORRER DE FOME, HÁ DESENVOLVIMENTO AÍ?*"

> Sei que o Ocidente, para onde, erro meu, ordenei que te transferisses, possui uma fé diferente, cuja utilidade reconheço, mas da qual não partilhamos.
>
> Cheikh Hamidou Kane (1984).

"De novo a questão do milho! O que isso tem a ver com o carvão extraído pela Vale?" Essa foi a impressão que tive depois de conversar com um dos meus interlocutores, quando ele proferiu a pergunta no título. Inicialmente, a colocação me pareceu vaga, deslocada e causadora de dor de cabeça, quando das investidas feitas para tentar pensar na possível articulação entre milho, fome e desenvolvimento. Mas essa é uma das colocações que me deixavam com um nó na garganta, um nó que não quer se desfazer assim tão fácil, e, desde então, me vi buscando um nexo possível entre o milho que o interlocutor cultivava em Chipanga, antes de ser deslocado, o carvão mineral extraído pela Vale e a sua mediação pelo dispositivo de "desenvolvimento".

O milho é o cereal mais produzido no distrito de Moatize, representando em torno de 61% dos principais cultivos (incluindo a mapira e o feijão boer) e a principal fonte de alimentação. Devido à localização do distrito na zona baixa e em diferentes afluentes do rio Zambeze, a produção de milho ocorre ao longo de todo o ano, e é dominada pelo setor familiar. Já o carvão mineral constitui atualmente a principal "matéria-prima" de exportação do país (em torno de 90%), com a maior parte da produção provinda do distrito de Moatize.

A produção de milho está intrinsecamente ligada às práticas sociais do lugar e envolve uma rede de relações: sua forma de organização, relações sociais, práticas, formas de conhecimento, relações com o entorno e formas de habitar mantêm uma relativa autonomia dos atores, na medida em que a subsistência não foi capturada pelo Estado nem pelo mercado. A exploração de carvão pela Vale, impulsionada pelo Estado, coparticipa na constituição do "discurso de desenvolvimento" por meio de instituições e práticas que operam como um vetor que orienta essas práticas, implicando a perda de autonomia dos atores afetados.

Outra relação que se pode estabelecer, apontando caminhos/fins diferenciados, entre a produção de milho e a extração de carvão reside no fato da produção de milho ser contínua e, pelo fato de ser dominada pelo setor familiar, sua prioridade é a satisfação de necessidades

endógenas vitais. Desse modo, nos termos do meu interlocutor, a produção de milho implica que pessoas não passarão fome. O carvão mineral é um "bem natural" não renovável; sua exploração é dominada pelo capital internacional, como a Vale, e tem em vista a satisfação de interesses exógenos (linha de negócios, fonte de produção energética). Nos moldes do meu interlocutor, sua produção ocorre ao mesmo tempo que deixa pessoas passarem fome e por outras necessidades (parte delas virtuais, incitadas pelo desejo), lhes retirando de seus territórios e de suas fontes de sustento. Nesse caso, a produção de milho constitui uma forma figurada de fazer alusão à produção de riqueza e à fome, remetendo à insatisfação de outras necessidades que foram surgindo ao longo do tempo e que passaram a constituir o ponto de partida e de réplica à relação poder/saber aberta pelo "discurso de desenvolvimento".

A pergunta do meu interlocutor remete ao paradoxo dos excessos da mineração ao se instituírem pela destituição de outras práticas no/do lugar. Nesse âmbito, o lugar "não é afetado pela falta, mas pelo excesso de desenvolvimento" (ESCOBAR, 2020, p. 96 – tradução livre), tal como revelam as dinâmicas da mineração da Vale em Moatize e a sua articulação com o "discurso de desenvolvimento".

A tensão entre as formas de habitar o lugar (extração de carvão e o outro conjunto de práticas) a partir de diferentes elementos não antrópicos e de suas lógicas de reprodução no/do lugar foram discutidas no capítulo dois. Umas das conclusões que o capítulo permite explorar é a de que o avanço da lógica minerável no lugar, representado pelos projetos de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), está articulado ao "discurso de desenvolvimento" e às suas formas de planejamento do lugar, dos atores e do conjunto de práticas. Não obstante, outras formas de constituição do lugar estão em pauta e se constituem com base na experiência dos atores e nas suas diferentes formas de afetação, que, ao denunciar a lógica mineira e as suas lógicas, também anunciam outras lógicas do lugar por meio do seu conjunto de práticas, visibilizando outros elementos não antrópicos e formas de relação sociedade-natureza em pauta.

No terceiro capítulo, ao fazer a incursão sobre a pesquisa de campo, o intuito é revelar como as opções metodológicas adotadas aos objetos, às falas, às intuições e às percepções empíricas ajudaram a (re)orientação da pesquisa, pois, longe de estabelecer uma separação entre teoria/campo, concedendo relevância à teoria e aos conceitos, a ideia foi partir do que eclodia no campo e, a partir daí, estabelecer conexões teóricas/conceituais.

A pesquisa de campo permitiu dar conta de cenários diversos e da ambivalência do dispositivo de "desenvolvimento", tomando como ponto de partida a instalação e as dinâmicas criadas pelas empresas mineradoras: empresas subcontratadas; viaturas de alta cilindragem; aumento de moradias de alvenaria; formação de instituições e introdução de cursos técnicos e

de currículos baseados na competência vinculada ao trabalho no setor mineral; estatísticas do valor de impostos pagos; e postos de emprego. O outro lado dessas dinâmicas foi o desvio de rios e riachos que deixaram de fluir; a perda de locais de uso comum; a terra, a argila, o tijolo, a lenha, a pesca e os mundos sociais que se (des)integraram com esses *entes*; as pessoas que chegavam e partiam para o (des)emprego/oportunidade; as contestações que se registravam em torno da qualidade das "casas de pedra" e de outras infraestruturas construídas; as atividades de rendimento da terra em compensação ao território, de gente que desejava as condições dos reassentados sem desejar levar uma vida igual à que se leva nos reassentamentos; o custo de vida etc.

A perspectiva biográfica permitiu considerar a singularidade interna dos atores por detrás de categorias como "reassentado em Cateme ou em 25 de Setembro", sejam parcialmente afetados ou indenizados, abrindo espaço para a consideração de "categorias nativas" dos atores e de suas múltiplas afetações. Essa perspectiva também permitiu desvelar o quanto o processo de *normalização/melhoria* de suas vidas pode ser relativizado, revelando a lógica intrínseca da empresa e o seu compromisso, ancorados em parâmetros urbanos da vida social. Ao explorar os autorretratos dos atores, ficou evidente a retirada do monopólio de inscrição de suas vidas a partir de categorias e de lógicas empresariais para colocar estas em pauta conforme uma trama de relações e de intersecções com o entorno – os seres oleiro, curandeiro, carvoeiro, entre outros –, constituindo-se dos encontros entre humanos e mais que humanos.

No capítulo seis, ao colocar em confronto as lógicas, os dados e toda a infraestrutura de significados para, por um lado, confirmar o "desenvolvimento" e, por outro, seguir de perto a trilha dos "beneficiados", o efeito foi adverso, gerando uma dupla desagregação/exclusão: desagregação das formas de habitar o lugar (perda de locais de uso comum, de conjuntos de práticas e de economias diversas) e inserção residual na dinâmica instaurada marcada por relações monetarizadas, sendo o emprego e as atividades de geração de renda a única forma de coparticipação social. Na verdade, as duas formas de desagregação geraram estratégias e lógicas duplas de contestação, implícitas às formas do lugar em tensão – o lugar minerável e o lugar como parte integrante do vale do rio Zambeze – que modelam a conduta dos atores.

Portanto, a contribuição teórico-metodológico desta tese consistiu em rastrear os diferentes *mundos* (des)agregados pela mineração, atrelados ao "desenvolvimento", sua multiplicidade de sentidos e significados. A mineração atrelada ao "discurso de desenvolvimento" coloca em marcha a instituição, a reorientação econômica e as formas de

vida no/do lugar, pois as atividades de geração de renda criadas não estavam isoladas de todo um lote ontológico[46], sendo vinculadas ao "modo de ser" e às formas de (re)produzir as sociabilidades doravante instituídas e visibilizadas, colocando em pauta o *poder de visibilidade* no sentido de que este "se impõe, criando múltiplas formas de zonas de invisibilidade nas quais os nomes que aí circulam são formas de exclusão" (BUTLER, 2015, p. 125).

O que está em curso com a introdução e a indução de novas práticas pela Vale em Moatize é uma estratégia de controle e de eliminação gradual de *mundos*, de formas de existência, de dinâmicas sociais e de um tipo de relação que não opera/se define com os mesmos pressupostos ontológicos. Ao introduzir atividades de subsistência, como agricultura, criação e comercialização de frangos, empreendedorismo, cursos de costura, água potável como única fonte de acesso à água etc., implicou-se a desvalorização das formas de criação das galinhas cafrial/caipira (cuja criação não demanda muitos cuidados, como com o frango, e cujo interesse não é meramente comercial); o mesmo se aplica às novas práticas agrícolas introduzidas, aos cursos de costura, ao consumo de água potável, cuja instituição demonstra uma cumplicidade com o mercado.

Os objetos e práticas inseridos e induzidos no lugar pela Vale estão vinculados a uma concepção e a uma forma de ser, constituindo dispositivos de produção de subjetividades capitalistas, o tipo de subjetividades necessário para o funcionamento do modo de produção e práticas instituídas.

Aposto aos "condicionalismos", o conjunto de práticas instituídas criado pela Vale no lugar está vinculado a certo tipo de tradições e de infraestruturas de significado discursivo capitalocêntrico, fundado no essencialismo econômico,exercendo a função normativa de regular e (a)normalizar a "diferença econômica", como é o caso das múltiplas formas de habitar, do conjunto de práticas e identidades econômicas heterogêneas que se configurava antes da Vale e está se reconfigurando com ela em Moatize – que não se define pela uniformidade econômica e por atividades de subsistência únicas por ator/família.

As "novas práticas", as formas de ser e estar difundidas pela empresa, resultaram na impossibilidade e na descontinuidade das formas de habitar o lugar, suas comunidades práticas e sua trama de relações socioambientais. No limite, está em jogo a pretensão de invisibilizar e de preterir a diversidade econômica (economia plural) historicamente

[46] A ontologia trata do real e das condições de sua possibilidade; entretanto, a *realidade* não é tomada como algo *a priori* – ela precede a modelação das práticas sociais. Logo, "se a realidade é feita, se é localizada histórica, cultural e materialmente, também é múltipla. As realidades tornaram-se múltiplas" (MOL, 2008, p. 4).

constituída no lugar em detrimento da instituição de uma forma de ser econômica (monismo econômico) implantada pela Vale, que passou a incorporar o "discurso de desenvolvimento".

O que está em pauta é a indução de um conjunto de práticas sociais no lugar por meio de um aparato técnico que não é do domínio da população, cujo poder econômico-financeiro de aquisição e procedimentos de uso são alheios ao povo, e cujo conhecimento e domínio passam pelo treinamento e pela conversão – disciplinamento – da população para que tais práticas, consideradas a "essência do desenvolvimento", possam ecoar. Esse é um processo que ocorre por meio de uma modelagem social que passa pela substituição das práticas do lugar precedentes à chegada da Vale, bem como pela disseminação de novas práticas de disciplinamento orientadas e financiadas pela empresa, envolvendo todo um aprendizado de "modos de ser", divulgando práticas e técnicas de produção do lugar, ensinando técnicas que passam pelo uso de sementes, por formas de cultivo, pelo acompanhamento técnico durante a produção, a colheita e a secagem. A empresa, ao considerar que as condições existentes estavam muito aquém do desejável, ao mesmo tempo que os dados e as fotos anteriores à instalação da mina provocam uma sensibilidade em relação ao nível de carência e de abandono em que os atores se encontravam, passa a legitimar as intervenções feitas como um mostruário do papel do "desenvolvimento" trazido pela Vale na construção de mundo que busca instituir.

Ambos os cenários em que o "discurso de desenvolvimento" foi acionado produziram "efeitos reais" sobre os afetados, pois as mudanças induzidas permitiram agregar às suas pautas novos conhecimentos a partir de questionamentos como quanto à qualidade de suas casas, questão comprovada mediante sucessivas reabilitações e negociações para mais uma reabilitação; às infraestruturas "fora do padrão"; à dependência perante a empresa em relação ao emprego e aos projetos de geração de renda; e, simultaneamente, a partir do acionamento do conjunto de práticas anteriores e seus *mundos* à chegada da Vale, em alusão à diversidade de práticas que o lugar, como parte integrante do vale do rio Zambeze, permite levar adiante.

A consideração e a celebração do lugar como parte do rio do Zambeze atuam como forma de desestabilizar o "discurso de desenvolvimento" articulado à produção mineral do lugar, na medida em que as próprias propostas emancipatórias/de melhoria das condições de vida da população não ecoam. Portanto, as pistas analíticas que o trabalho permite agregar têm a ver com o fato do "discurso de desenvolvimento" representado pela mineração da Vale atuar como um dispositivo de modelagem/produção de mesmice social e, em última análise, como dispositivo de extermínio ontológico dos atores e suas formas de ser no lugar. Todavia, a agência dos atores e as suas formas de habitar o lugar colocam em tensão e subvertem a

lógica mineral acionada no/do lugar e as suas práticas constituintes. As palavras dos meus interlocutores reverberam de forma imponente sobre a nova realidade "instituída com o desenvolvimento", ao referirem que "dinheiro de indenização acaba, mas *machamba* nunca iria acabar; a *machamba* que eu tinha era de meus pais, eu estava a produzir e, se não fosse a Vale, meus filhos e netos viveriam daquela *machamba*". Infelizmente, a *machamba* foi o que o "desenvolvimento" retirou.

8 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Prefácio. *In*: ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

ACHEBE, Chinua. **A educação de uma criança sob o Protetorado Britânico: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ACHEBE, Chinua. **A Flecha de Deus**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ACHEBE, Chinua. **O mundo se despedaça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ACHUTTI, Luiz Eduardo R.; HASSEN, Nazareth Agra. Caderno de campo digital – Antropologia em novas mídias. Porto Alegre: **Horizontes Antropológicos**, ano 10, n. 21, jan./jun., 2004, pp. 273-289.

ACSELRAD, Henri; BEZERRA, Gustavo das N. Inserção Econômica internacional e "resolução negociada" de conflitos ambientais na América Latina. *In:* ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, pp. 34-62.

ADÃO, Sônia Maria. Os discursos confrontados no processo de privatização: O caso da Companhia Vale do Rio Doce. São Paulo: **Tese** (Doutorado em Letras). 2006. Programa de Pós-Graduação em Letras - Universidade de São Paulo, 2006.

ALMEIDA, Jalcione. Agroecologia: paradigma para tempos futuros ou resistência para o tempo presente. Curitiba: Editora UFPR, **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 6, p. 29-40, jul./dez. 2002.

ALMEIDA, Jalcione. **A construção de uma nova agricultura**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

ANTONELLI, Mirta Alejandra. Minería transnacional y dispositivos de intervención en la cultura La gestión del paradigma hegemónico de la "minería responsable y desarrollo sustentable". *In*: ANTONELLI, Mirta; SVAMPA, Maristella**. Mineria transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales**. 1a ed. Buenos Aires, Biblos, 2009, pp. 51-122.

APARICIO, Juan Ricardo; BLASER, Mario. La "ciudad letrada" y la insurrección de saberes subyugados en América Latina. *In*: SOLANO, Xochitl Leyva *et al*. **Prácticas otras de conocimiento(s): entre crisis, entre guerras (Tomo 1)**. 1ª Ed. Chiapas: Cooperativa Editorial RETOS, 2018, (p.104-134).

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. 1ª Ed., Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

APPADURAI, Arjun. **Dimensões culturais da globalização**: a modernidade sem peias. Lisboa: Teorema, 2004.

ARAÓZ, Horacio M. **Potasí, el origen**: Genealogía de la Minería Contemporânea. 2ª ed., Quito: Abya-Yala, 2018.

BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO/BANCO MUNDIAL. **A bacia do rio Zambeze:** análise das oportunidades de investimento multisectorial, v. 1. Washington DC: s/ed., 2010.

BODEI, Remo. **Geometría de las pasiones**: miedo, esperanza, felicidad: Filosofía e uso Político. 1ª ed., México, D. F: Fondo de Cultura Económica, 1995.

BOLENTIM DA REPÚBLICA, PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, Iª Série, n. 26, 1 jul. 2009.

BOLTANSKI, Luc. Sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestionário. **Sociologia & antropologia**, v. 03 n. 06, p. 441-463, nov. 2013.

BORBA, Roberto F. **Carvão mineral**: balanço mineral brasileiro. Rio Grande do Sul: s/ed., 2001.

BRUSTOLIN, Cíndia (Org.). **Desenvolvimento em questão**: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais. São Luís: Ed. EDUFMA, 2018.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. 1ª ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. 1ª ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CAPELA, José. **Donas, senhores e escravos**. Porto: Ed. Afrontamentos, 1996.

CARRILLO, Jorge. **La importancia de las multinacionales en la sociedad global. Viejos y nuevos retos para México**. Cidade de México: El Colef y Juan Pablos Editor, 2012.

CASTANHEIRA, José P. O massacre de Moatize, testemunhas da explosão e da chacina em Moçambique, 34 anos depois. **Revista Expresso**, n. 2022, 30 jul. 2011, Investigação, p. 42-58.

CASTEL-BRANCO, Carlos N. (org.). **Economia extrativa e desafios de industrialização em Moçambique**. 1ª ed., Maputo: IESE, 2010.

CASTEL-BRANCO, Carlos N. "Capitalizando" o capitalismo doméstico: porosidade e acumulação primitiva de capital em Moçambique. *In*: DE BRITO, Luis *et al*. **Desafíos para Moçambique 2015**. Maputo: IESE, 2015, p. 123-156.

CAVADAS, Pedro Miguel M. Otimização do desmonte numa mina a céu aberto com aplicação de *Air Decks*. **Dissertação** (mestrado em Engenharia de Minas e Geo-processamento). 2012. Departamento de Engenharia de Minas - Universidade de Porto, 2012.

COELHO, João Paulo Borges. **Rainhas da Noite**. Alfragide: Ed. Caminho, 2013.

COOPER, Frederick; PACKARD, Randall. O desenvolvimento internacional e as ciências sociais. *In*: LAUER, Helen; ANYIDOHO, Kofi (org.). **O resgate das Ciências Humanas e**

das Humanidades através de perspectivas africanas, v. II. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2016. p. 693-734.

COMISSÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ZAMBEZE; COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL; CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA DA ÁFRICA AUSTRAL. **Perspectiva ambiental na bacia do Zambeze**. Harare: Gaborone, 2015.

COUTO, Mia. **O último voo do flamingo**. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DAOU, Ana Maria. Um espaço social fora do mapa: as lutas que as águas ensejam e o território como dispositivo. *In*: ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013. p. 81-118.

DE ANDRADE, Inácio D. "Tem um espírito que vive dentro dessa pele": feitiçaria e desenvolvimento em Tete, Moçambique, 2016. **Tese** (Doutorado em Antropologia Social) -. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2016.

DE MATOS, Elmer A. Deterritorialização e reterritorialização das comunidades atingidas pela exploração do carvão mineral em Moatize, Moçambique. 2016. **Tese** (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

DE VRIES, Pieter. Comunidad y desarrollo en los Andes peruanos: una crítica etnográfica al Programa de Modernidad/Colonialidad. **Sociologias**, v. 15, n. 33, p. 248-281, mai./ago. 2013.

DELEUZE, Gilles. **Desejo e prazer**. São Paulo: Caderno de Subjetividade, Núcleo de Estudos e Pesquisas da subjetividade PUC-SP, número especial, 1996.

DIAGONAL URBANA CONSULTORES/RIO DOCE MOÇAMBIQUE. **Plano de Ação para o Reassentamento,** v. I. Maputo, 2006.

DIAGONAL URBANA CONSULTORES/RIO DOCE MOÇAMBIQUE. **Plano de ação para o reassentamento**, v. II. Maputo, 2006.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador,** v. I, 2.ed., Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1994.

ESCOBAR, Arturo. Planejamento. *In*: SACHS, Wolfgang. **Diccionario del desarrollo**: una guía del conocimiento como poder. 1ª ed., Peru: PRATEC, 1996. p. 216-235.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del tercer mundo**: construcción y deconstrucción del desarrollo. 1ª ed., Caracas: Fundación Editorial el Perro y Laraña, 2007.

ESCOBAR, Arturo. **Una minga para el postdesarrollo**: lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Fundo Editorial da Faculdade de Ciências Sociais, 2010a.

ESCOBAR, Arturo. **Territorios de diferencia**: lugar, movimentos, vida, redes. Pampoyán: Envión Editores, 2010b.

ESCOBAR, Arturo. Hacia el pluriuniverso *In:* AA.VV. **Conversaciones ante la máquina para salir del consenso desarrollista**. 1ª ed., Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2015 p. 173-184.

ESCOBAR, Arturo. **Autonomía y diseño**: la realización de lo comunal. 1ª ed., Popayán: Sello Editorial, Universidad del Cauca, 2016.

ESCOBAR, Arturo. De/coloniality and displacement: ontological occupations and the aporias of neoliberal mobility. Palermo: **International Journal of Societies, Politics and Cultures**, v. 1, n. 1, p. 95-109, 2020.

FELICIANO, Bernardino C. Multinacionais e desenvolvimento: Análise sobre a empresa Vale e seus impactos sociais e econômicos no distrito de Moatize, Moçambique, 2019. **Tese** (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 3ª ed., São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GALLO, Fernanda B. G. Andando à procura dessa vida: dinâmicas de deslocamento na província de Tete-Moçambique, do colonialismo tardio à mineradora Vale. 2017. **Tese** (Doutorado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de Campinas, 2017.

GIBSON, Julie; GRAHAN, Katherine. Diverse economies: performative practices for 'other world's. **Progress in Human Geography**, p. 1–20, 2008.

GIBSON, Julie; GRAHAN, Katherine. **O fim do capitalismo (como nós o conhecíamos**): uma crítica feminista da economia política. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

GIBSON, Julie; GRAHAN, Katherine. **Una politica postcapitalista**. Mendellín: Siglo del Hombre Editores, 2011.

GOVERNO DO DISTRITO DE MOATIZE. **Relatório de Balanço das atividades realizadas pelo Governo do Distrito de Moatize no Âmbito do PESOD/2017**. Moatize, 2018.

GUDYNAS, Eduardo. Conflitos y extrativismos: conceptos, contenidos y dinamicas. Cachabamba: **Revista en Ciencias Sociales**, s/v., n. 27-28, p. 79-115, 2014,

GUDYNAS, Eduardo. **Extrativismo en América del Sur y sus efectos derrame**. Sociedad Suiza Americanistas, Boletín n.76, 2016 (2015). p.13-23.

GUDYNAS, Eduardo. Transições ao pós-extrativismo: sentidos, opções e âmbitos. *In:* LANG, Miriam; FILHO, Pereira (orgs.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 174-212.

HUMAN RIGHT WATCH. **O que é uma casa sem comida?** Boom da Mineração de Carvão e o Reassentamento. S/L, maio 2013.

INGOLD, Tim. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. **Revista da Educação**, v. 39, n. 3, p. 404-411, set.-dez. 2016.

INGOLD, Tim. Conociendo desde dentro: reconfigurando las relaciones entre la antropología y la etnografía**. Revista Etnografias Contemporâneas**, v. 2, n. 2, p. 218-230, 2012.

INGOLD, Tim. **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA. **IV Recenseamento geral da população e habitação 2007**: indicadores sociodemográficos da Província de Tete. Maputo: Gabinete Central do Recenseamento, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA. **Recenseamento geral da população e habitação 2007**: indicadores sociodemográficos Província de Tete. Maputo: Direção de Estatísticas Demográficas, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA. **Recenseamento geral da população e habitação 2017**: resultados definitivos – Moçambique. Maputo: Direção de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais, 2019.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **Key world Energy statistics**. Paris: s/ed., 2015.

ITIE MOÇAMBIQUE. **Oitavo relatório da iniciativa de transparência na indústria extrativa – anos 2017 e 2018**. Maputo: s/ed., 2020.

ITIE MOÇAMBIQUE. **Primeiro relatório da iniciativa de transparência na indústria extrativa**. Maputo: s/ed., 2011.

ITIE MOÇAMBIQUE. **Quarto relatório de reconciliação - 2011**. Maputo: s/ed., 2014.

ITIE MOÇAMBIQUE. **Quinto relatório da iniciativa de transparência na indústria extrativa - 2012**. Maputo: s/ed., 2014.

ITIE MOÇAMBIQUE. **Segundo relatório da iniciativa de transparência na indústria extrativa**. Maputo: s/ed., 2011.

ITIE MOÇAMBIQUE. **Sétimo relatório da iniciativa de transparência na indústria extrativa – anos 2015 e 2016**. Maputo: s/ed., 2018.

ITIE MOÇAMBIQUE. **Sexto relatório da iniciativa de transparência na indústria extrativa - anos 2013 e 2014**. Maputo: s/ed., 2015.

ITIE MOÇAMBIQUE. **Terceiro relatório de reconciliação - 2010**. Maputo: s/ed., 2012.

JOSÉ, David S.; SAMPAIO, Carlos H. **Estado da arte da mineração em Moçambique**: caso carvão de Moatize, Tete. Porto Alegre: s/ed., 2011.

JOXE, Alain. **El imperio del caos**: las repúblicas frente a la denominación estadounidense en la posguerra fría. 1ª ed., Santiago: LOM Edições, 2003.

KANE, Cheikh H. **Aventura ambígua**. São Paulo: Ática, 1984.

KESSELRING, Thomas. **Ética, política e desenvolvimento humano**: a justiça na era da globalização. Caxias do Sul: EDUCS, 2007.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. *In:* APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008 p. 89-121.

LATOUR, Bruno. **Investigation sobre los modos de existencia**: una antropología de los modernos. 1ª ed., Buenos Aires: Paidós, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **La Producción del espacio**. Madrid: Ed. Capitán Swing Libros, 2013.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **El ser neoliberal**. Barcelona: Gedisa, 2018.

LAVE, Jean; WANGER, Etienne. **Situated learning:** legitimate peripheral participation. 1ª ed., Nova York: Cambridge University Press, 1991.

LEROY, Jean Pierre. Amazônia: território de capital e território de povos. *In:* ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 92-113.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista de Estudos Feministas**, v. 22 n. 3, p. 935-952, set.-dez. 2014.

LYOTARD, Jean-François. **O inumano**: considerações sobre o tempo. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

MASAO, Fidel T.; MUTORO, Henry W. A costa da África Oriental e as ilhas Comores. *In*: EL FASI, Mohammed. **História geral da África**, v. III: África do século VI-XI. Brasília: UNESCO, 2010. p. 685-720.

MASOLO, Dismas. Filosofia e conhecimento indígena: uma perspectiva africana. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 507-530.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. 3ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. 5ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3ª ed., Porto Alegre: Artmed, 2004.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica, seguido de sobre el gobierno privado indirecto**. s/l: Melusina, 2011.

MEZZADRA, Sandro. El complejo teatro de la producción de subjetividad. *In:* AA.VV. **Conversaciones ante la máquina para salir del consenso desarrollista**. 1ª ed., Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2015. p. 173-184.

MIGUEL, Inês D. S. A Companhia Carbonífera de Moçambique: evolução socio-histórica no período 1950 – 1973. 2009. **Dissertação** (Mestrado em Estudos Africanos). Faculdade de Letras - Universidade do Porto, 2009.

MINISTÉRIO DE RECURSOS MINERAIS E ENERGIA. **Contrato mineiro relativo à concessão mineira da mina de carvão em Moatize entre o governo da República de Moçambique e a Rio Doce Moçambique, Limitada**. Maputo: s/ed., 2007.

MOL, Annemarie. Política ontológica: algumas ideias e várias perguntas. *In*: NUNES, João Arriscado; ROQUE, Ricardo (ed.). **Objetos impuros**. Experiências em estudos sociais da ciência. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

MONDLANE, Eduardo. **Lutar por Moçambique**. 1ª edição, Maputo: coleção "nosso chão", 1995.

MOSCA, João; SELEMANE, Tomás. Megaprojetos no meio rural, desenvolvimento do território e pobreza: o caso de Tete. *In*: DE BRITO, Luis *et al*. **Desafíos para Moçambique 2012**. Maputo: IESE, 2012. p. 231-255.

MUDIMBE, Valentin Y. **A invenção de África**: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Luanda: Edições Pedago; Edições Mulemba, 2013.

OLIVEIRA, Valdir de Casto; OLIVEIRA, Daniela de Castro. A semântica do eufemismo: mineração e tragédia em Brumadinho. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**. Rio de Janeiro: v.13, n. 1, p. 13-38, jan-mar., 2019.

PEÑAFIEL, Adriana P. Desenhos, relações e desenvolvimento: conflitos em torno da mineração na região andina de Cajamarca, Peru. 2016. **Tese** (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

PEREIRA, Dorelice B.; PENIDO Marina de O. Conflitos em empreendimentos hidrelétricos: possibilidades e impossibilidades do (des)envolvimento social. *In:* ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. 1ª ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 250-275.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2ª ed., Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PROJETO DE CARVÃO DE MOATIZE. **Estudos de Impacto Ambiental, Complexo Industrial de Moatize**. v. II – B, Maputo, nov. 2006.

PROJETO DE CARVÃO DE MOATIZE. **Estudos de Impacto Ambiental, Complexo Industrial de Moatiz***e*. v. II – B, Maputo, nov. 2006.

PROJETO DE CARVÃO DE MOATIZE. **Estudos de Impacto Ambiental, Complexo Industrial de Moatize**. v. III, Maputo, nov. 2006.

QUADRA, Gabrielle R. *et al*. Water pollution: one of the main Limnology challenges in the Anthropocene**. Acta Limnologica Brasiliensia**, v. 31, e203, 2019.

QUINTERO, Pablo (comp.). **Alternativas decoloniales al capitalismo colonial moderno**. 1ª ed., Buenos Aires: Ediciónes del Signo, 2016.

REAL, Fernando. **Geologia do Rio Zambeze (Moçambique**): caraterísticas geológico-mineiro da bacia do Rio Zambeze em Território moçambicano. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1966.

RESOLUÇÃO Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016. Publicada no DOU nº 98, terça-feira, 24 de maio de 2016 - seção 1, p. 44-46.

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Ed. Claraluz, 2005.

ROSSI, Amanda. **Moçambique**: O Brasil é aqui. 1ª ed.: Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

RUFINO, José dos S. (Ed.). **Álbuns fotográficos e descritivos da colônia de Moçambique v. VIII: Distrito de Téte e territórios de Cabo Delgado (Niassa)**. Lourenço Marques: s/ed., 1929.

SACK, Robert D. **Human territoriality**. Cambridge University Press, 2009.

SAID, Edward. **Orientalismo**. Lisboa: Ed. Cotovia, 2004.

SANT'ANA JÚNIOR; Horácio A. de; TEISSERENC, Maria; BRUSTOLIN, Cíndia. Da ideia de desenvolvimento, das ações e de confrontos: uma introdução. *In:* SANT'ANA JÚNIOR; Horácio A. de *et al*. (Orgs). **Desenvolvimento em questão**: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais. São Luís: Ed. EDUFMA, 2018. p. 05-20.

SANTOS, Boaventura de S. **A Gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Mariane Lucena Sousa. **Direitos Humanos e Empresas: A Vale S.A e as estratégias de dominação, violações e conflitos envolvendo territórios, água, raça e gênero**. (publicado por Justiça nos Trilhos), S/L, 2020.

SANTOS, Milton. **Economia espacial**: críticas e alternativas. 2ª ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SANTOS, Rodrigo S. A nova governança corporativa da Vale S.A.: Um percurso político em direção à "true corporation". **Versos** – textos para discussão PoEMAS, v. 1, n. 4, p. 1-20, 2017.

SANTOS, Rodrigo S.; MILANEZ, Bruno. Estratégias corporativas no setor extrativo: uma agenda de pesquisa para as ciências sociais. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, v. 5, n. 1, p. 1-26, 2017.

SHIVA, Vandana. Development – for the 1 per cent. *In*: KOTHARI, Ashish *et al*. (Ed.). **Pluriverse**: A post-development dictionary. Nova Deli: Tulika Books, 2019. p. 6-8.

SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. *In*: MORAES FILHO, Evaristo (org.), **Simmel**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-134.

SOUSA, Leilane B. de; BARROSO, Maria G. T. **Pesquisa etnográfica**: evolução e contribuição para a enfermagem. **RevEnferm, v. 12, n.** 1, p. 150 -155, mar. 2008.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. Produção de sentido no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológico para a análise das práticas discursivas. *In*: SPINK, Mary Jane. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, edição virtual, 2013. p. 22-41.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69, p. 442-464, abr. 2018.

STRATHERN, Ann M. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

SVAMPA, Maristella**. Las fronteras del neoextrativismo em América Latina**: conflitos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. 1ª ed., Cidade de México: Ed. Calas, 2019.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities, giro ecocterritorial e pensamiento crítico em América Latina. *In:* SVAMPA, Maristella *et al.* Movimientos socioambientales en America Latina. **Revista do Observatório Social da América Latina**, v. XIII, n. 32, p. 15-38, nov. 2012.

SVAMPA, Maristella; BOTTARO, Lorena; ÁLVAREZ, Marian S. La problemática de la minería metalífera a cielo abierto: modelo de desarrollo, territorio y discursos dominantes. *In*: ANTONELLI, Mirta; SVAMPA, Maristella. **Mineria transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales**. 1a ed. Buenos Aires: Biblos, 2009. p. 29-50.

SVAMPA, Maristtela; ANTONIELLI, Mirta (Orgs.). **Mineria transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales**. Buenos Aires: Biblos, 2009.

TSING, Anna. L. **Viver nas ruínas: Paisagens multiespécies no Antropoceno**. 1a. ed. Brasília: Mil Folhas, 2019.

TURRA NETO, Nécio. Espaço e lugar no debate sobre território. **Geograficidade**, v. 5, n. 1, p. 52-59, 2015.

VASCONCELOS, Lopo A. Contribuição para o conhecimento dos carvões da bacia de carvão de Moatize: Província de Tete, República de Moçambique. 1995. **Tese** (Doutorado em Geociências), Universidade do Porto.

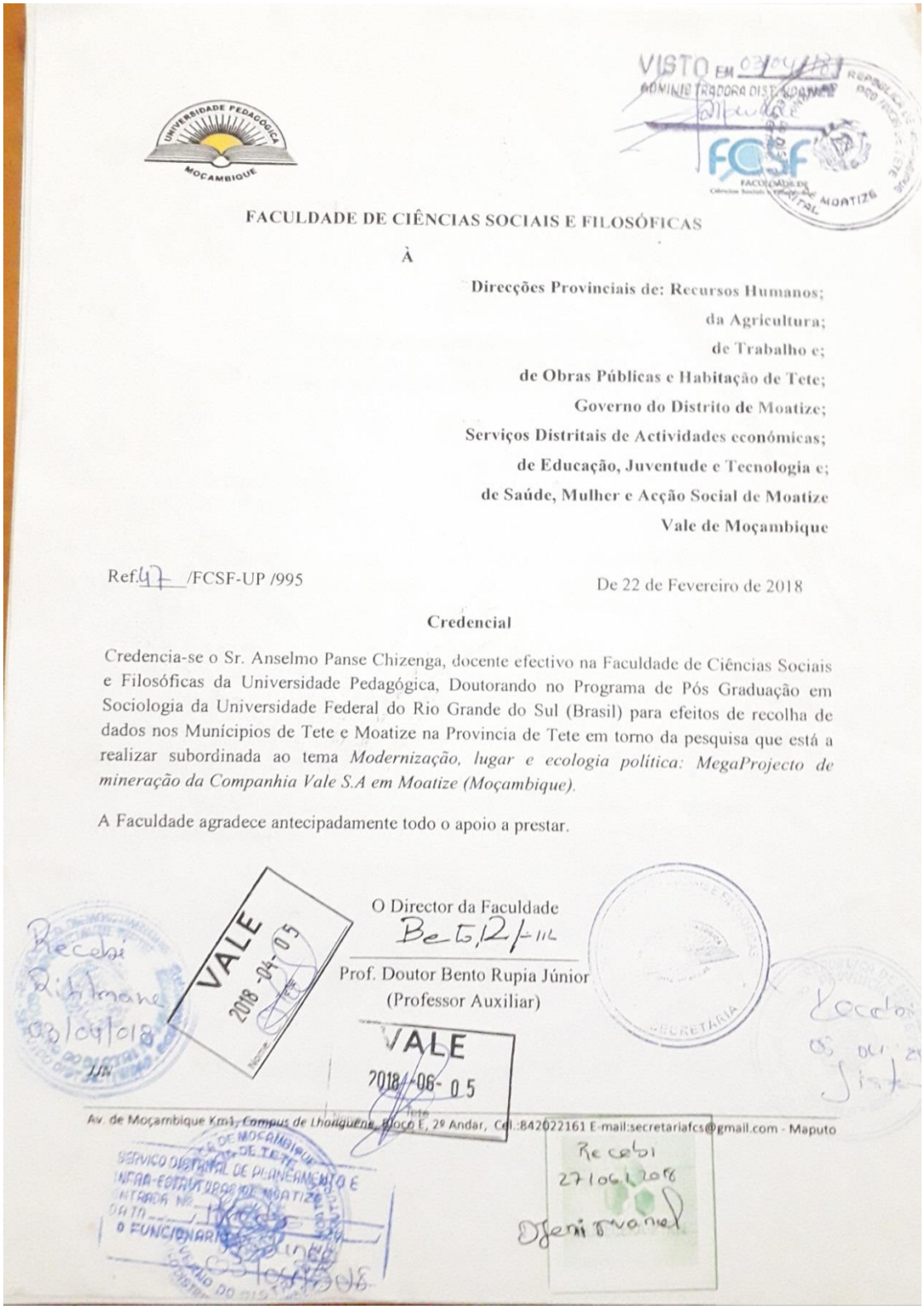
VALE, S.A. **Relatório anual, de acordo com a seção 13 ou 15(d) da lei de mercado de capitais de 1934**: para o exercício encerrado em, 31 de dezembro de 2018. Rio de Janeiro, 2019.

VALE. **Mina Carvão Moatize**: Gerencia da Área de Desenvolvimento Social e Comunitário. Diretório Carvão Moatize, Diálogo Social. Documento não publicado, out. 2014.

VILLAVICENCIO, Arturo. **Repensando el Yasuni** (versão para discussão interna). Quito: Universidade Andina Simón Bolívar, 2018.

ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles (orgs.). **Antes fosse mais leve a carga: Reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton**. Marabá: Editorial iguana, 2016.

ANEXO 1: Credencial de identificação do pesquisador emitida pela Universidade Pedagógica de Moçambique, contendo carimbo de entradas de empresas e instituições contatadas durante a pesquisa de campo.



FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E FILOSÓFICAS

À

Direcções Provinciais de: Recursos Humanos;
da Agricultura;
de Trabalho e;
de Obras Públicas e Habitação de Tete;
Governo do Distrito de Moatize;
Serviços Distritais de Actividades económicas;
de Educação, Juventude e Tecnologia e;
de Saúde, Mulher e Acção Social de Moatize
Vale de Moçambique

Ref.47 /FCSF-UP /995

De 22 de Fevereiro de 2018

Credencial

Credencia-se o Sr. Anselmo Panse Chizenga, docente efectivo na Faculdade de Ciências Sociais e Filosóficas da Universidade Pedagógica, Doutorando no Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil) para efeitos de recolha de dados nos Munícipios de Tete e Moatize na Provincia de Tete em torno da pesquisa que está a realizar subordinada ao tema *Modernização, lugar e ecologia política: MegaProjecto de mineração da Companhia Vale S.A em Moatize (Moçambique).*

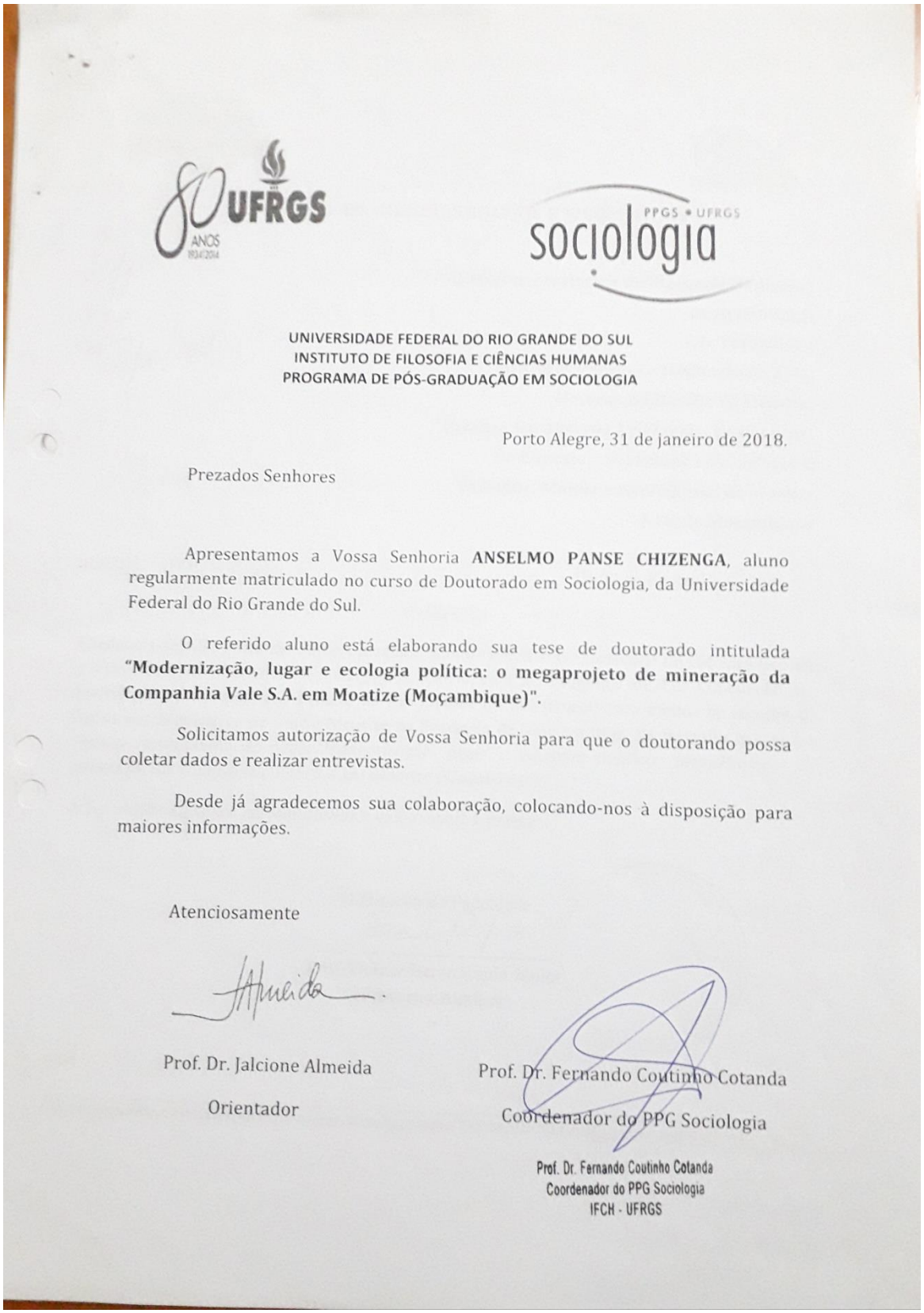
A Faculdade agradece antecipadamente todo o apoio a prestar.

O Director da Faculdade

Prof. Doutor Bento Rupia Júnior
(Professor Auxiliar)

Av. de Moçambique Km1, Campus de Lhanguene, Bloco E, 2º Andar, Cel.:842022161 E-mail:secretariafcs@gmail.com - Maputo

ANEXO 2: Declaração de identificação do pesquisador emitida pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a pesquisa de campo.



UFRGS 80 ANOS 1934|2014

PPGS • UFRGS sociologia

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2018.

Prezados Senhores

Apresentamos a Vossa Senhoria **ANSELMO PANSE CHIZENGA**, aluno regularmente matriculado no curso de Doutorado em Sociologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O referido aluno está elaborando sua tese de doutorado intitulada **"Modernização, lugar e ecologia política: o megaprojeto de mineração da Companhia Vale S.A. em Moatize (Moçambique)".**

Solicitamos autorização de Vossa Senhoria para que o doutorando possa coletar dados e realizar entrevistas.

Desde já agradecemos sua colaboração, colocando-nos à disposição para maiores informações.

Atenciosamente

Prof. Dr. Jalcione Almeida
Orientador

Prof. Dr. Fernando Coutinho Cotanda
Coordenador do PPG Sociologia

Prof. Dr. Fernando Coutinho Cotanda
Coordenador do PPG Sociologia
IFCH - UFRGS

ANEXO 3: Termo de autorização para a coleta de dados no Instituto Superior Politécnico de Tete.

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE TETE

GABINETE DO DIRECTOR-GERAL

COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 02 /GDGAAA/ISPT/2018

Exmo. Senhor:

Anselmo Chizenga

Assunto: **Pedido de coleta de dados ligados ao historial da Instituição, nos Cursos ministrados e a sua relação com as Empresas Mineradoras existentes na Província de Tete, em geral no Distrito de Moatize em Particular.**

Sobre o assunto em epígrafe, transcrevo o despacho exarado pelo Director – Geral Adjunto para Área Académica.

" Autorizo''.

Tete, aos 07 de Junho de 2018

Ass. Romualdo José R. Brito

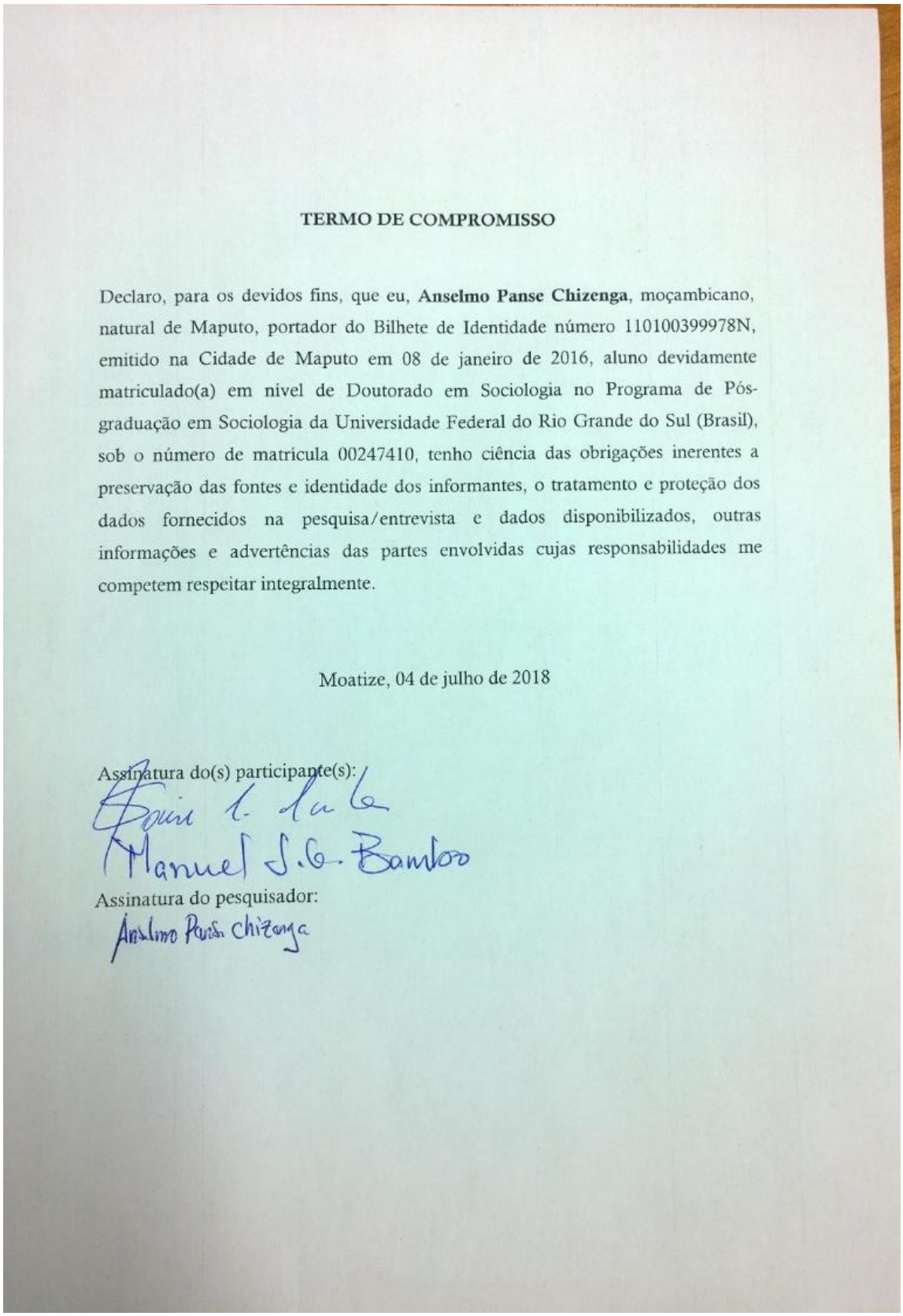
Tete, aos 12 de Junho de 2018

A Chefe de Repartição do Secretariado

Eulária P. Pacate

(Técnica Superior N1)

APÊNDICE 1: Termo de consentimento livre e consentido assinado pelo pesquisador e pela empresa Vale S.A em Moçambique.



TERMO DE COMPROMISSO

Declaro, para os devidos fins, que eu, **Anselmo Panse Chizenga**, moçambicano, natural de Maputo, portador do Bilhete de Identidade número 110100399978N, emitido na Cidade de Maputo em 08 de janeiro de 2016, aluno devidamente matriculado(a) em nível de Doutorado em Sociologia no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil), sob o número de matrícula 00247410, tenho ciência das obrigações inerentes a preservação das fontes e identidade dos informantes, o tratamento e proteção dos dados fornecidos na pesquisa/entrevista e dados disponibilizados, outras informações e advertências das partes envolvidas cujas responsabilidades me competem respeitar integralmente.

Moatize, 04 de julho de 2018

Assinatura do(s) participante(s):

Manuel J.G. Bambo

Assinatura do pesquisador:

Anselmo Panse Chizenga

APÊNDICE 2: Fotografias de campo

Figura 54: sede distrital do governo de Moatize.
Fonte: fotografias do autor (2010).

Figura 55: terminal ferroviário de passageiros da vila de Moatize.
Fonte: Fotografias do autor (2018).

Figura 56: bloco de carvão mineral extraído, escritório da Vale em Moatize.
Fonte: Fotografias do autor (2018).

Figuras 57 e 58: pedaços de carvão mineral na recepção da sede de governo distrital de Moatize.
Fonte: Fotografias do autor (2018).

Figura 59: central térmica usada na produção de energia elétrica durante a vigência da Companhia Carbonífera de Moçambique e mais tarde pela Carbomoc E. E.
Fonte: Fotografias do autor (2018).

Figura 60: trem carregado de carvão estacionado e populares passando na vaga de separação entre vagões.
Fonte: Fotografias do autor (2018).

Figura 61: mãe com criança no colo atravessando o rio Rovúbwé.
Fonte: Fotografias do autor (2018).

Figura 62: populares carregando sacos de terra na cabeça, tomando banho e lavando roupas no rio Rovúbwè.
Fonte: Fotografias do autor (2018).

Figura: 63: produção de tijolos ao longo da margem sul do rio Rovúbwè.
Fonte: Fotografias do autor (2018).

Figura 64: criação de gado bovino no bairro 25 de Setembro, distrito de Moatize.
Fonte: fotografias do autor.

Figura 65: criação de gado caprino no bairro de 25 de Setembro, distrito de Moatize.
Fonte: Fotografias do autor (2018).

Figura 66: blocos de carvão mineral ao longo das margens do rio Moatize.
Fonte: Fotografias do autor (2018).